



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ADRIANA MADJA DOS SANTOS FEITOSA

**O PEDAGOGO JOSÉ DE BARCELLOS E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR
PRIMÁRIO NO CEARÁ (1856-1891)**

FORTALEZA

2024

ADRIANA MADJA DOS SANTOS FEITOSA

O PEDAGOGO JOSÉ DE BARCELLOS E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PRIMÁRIO
NO CEARÁ (1856-1891)

Tese apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira.

Orientador: Prof. Dr. Luís Távora Furtado Ribeiro.

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- F336p Feitosa, Adriana Madja dos Santos.
O Pedagogo José de Barcellos e a formação do professor primário no Ceará (1856-1891) / Adriana Madja dos Santos Feitosa. – 2024.
304 f. : il. color.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2024.
Orientação: Prof. Dr. Luís Távora Furtado Ribeiro..
1. História da Educação Cearense. 2. Formação Docente. 3. Professor Primário. 4. José de Barcellos. 5. Escola Normal. I. Título.

CDD 370

ADRIANA MADJA DOS SANTOS FEITOSA

O PEDAGOGO JOSÉ DE BARCELLOS E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PRIMÁRIO
NO CEARÁ (1856-1891)

Tese apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará como requisito para obtenção do Título de Doutor em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira.

Aprovada em: 10/06/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luís Távora Furtado Ribeiro - (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Francisco Ari de Andrade
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a. Fátima Maria Leitão Araújo
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Prof.^a Dr.^a. Samara Mendes Araújo Silva
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

À minha vó Hilda;
Agora, presença-ausência.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor Luís Távora Furtado Ribeiro, pelo acolhimento, cuidado, pelas conversas generosas e, sobretudo, pela missão que dedica à formação inicial dos pedagogos cearenses.

Aos professores dos Programas de Pós-graduação em Educação, História e Filosofia da Universidade Federal do Ceará, Francisco Ari de Andrade, Almir Leal de Oliveira, Gisafran Nazareno Jucá, Patrícia Holanda, Adriana Limaverde e Messias Dieb, Ana Rita Fonteles Duarte, Francisco Régis Lopes Ramos, José de Olinda Braga, pela generosidade em compartilhar conhecimentos indispensáveis à minha formação de pesquisadora em História da Educação.

Aos Professores Charliton José dos Santos Machado, da Universidade Federal da Paraíba, Fátima Maria Leitão Araújo, Universidade Estadual do Ceará e Fernando Rodrigues de Oliveira, Universidade Federal de São Paulo, pelas valiosas contribuições neste estudo de doutoramento.

A Moraes Junior, companheiro de outros quereres, que leu todo o texto da tese e comigo descobriu José de Barcellos.

A Diana Nara, Marília Duarte, Paiva, Edilene Sena, Edvar Basílio e Edna Ribeiro, pelas conversas, estudos e, sobretudo, amizade.

A Alexandre Silva, Hemison Magalhães, Iago Oliveira, Thaís Guimarães, Tereza Batista, João Cesar Mota, Maria Elias Soares, Mazzé Santos, Sâmia Brilhante e Manoel de Andrade Neto, pela colaboração e a anuência para a participação das disciplinas e atividades do doutorado.

Ao Grupo de Pedagogos da Universidade Federal do Ceará, local que produz significados à Pedagogia Universitária.

Ao professor Vianey Mesquita e à amiga Vanessa Pinto, pela revisão cuidadosa e pertinente.

A Sophia Teixeira, Amanda Barbosa, Sara Raquel Carvalho, Ísis Jucá, Stephany Santos, Gabriely Melquíades, pelo apoio indispensável à organização e realização do texto acadêmico.

A Madalena Figueiredo e Levi Jucá Sales, militantes da preservação da memória cearense.

A Vicente Filho, estudioso da Família “de Barcelos”, as conversas e preciosas contribuições na etapa inicial das buscas por Barcellos.

A Rafael Silva e Rejane de Sousa, que disponibilizaram o acervo bibliográfico no setor de Obras Raras da Biblioteca Estadual (BECE).

A Antônia Soares Andrade, André Ribeiro dos Santos, Maria das Graças Nogueira Prata, Acrísio de Oliveira Barbosa, Paulo Cardoso Lacerda, que facilitaram e disponibilizaram os documentos da Instrução Pública no Arquivo Público do Ceará (APC).

A John Victor de Oliveira e demais funcionários do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), que facultaram os documentos para a pesquisa.

À minha família, por todo o apoio, preocupação e compreensão nessa outra travessia acadêmica. Em especial, aos meus pais, Maria Ivoneide e José Maria, ao companheiro, Morais Junior, ao meu filho, Guilherme e a minha Araci, pela generosidade, companhia e, sobretudo, pelo cuidado que tiveram comigo neste período de estudos e da escrita da tese.

Aos irmãos e amigos, Fabiana Madja, Alessandro Feitosa, Leiliana Madja, Andréa Santos, Valdiana Santos, Lívia Feitosa, Luiz Viana, Rogério Cardoso, Maxmüller Fernandes e Simone Lobo Neide Vidal, Iracema Pinheiro, Régia Xavier, Márcia de Paula, Cláudia de Paula, Bernardete Feitosa, Gabriel Nunes, Alexandre Silva, Lucélia Santos, Hérmison Bezerra, Nataly Alves, Tayná Braga, Ana Silva, Samyra Rocha, Taynara Veira, Artur Cardoso, Ana Cléria Rocha, Isilda Ribeiro, Juliana Guimarães e Dora Farias, pelo incentivo e confiança.

Aos professores e amigos, Manoel Andrade Neto, Ari de Andrade, Nohemy Ibanez, Tony Alves, Ana Maria Iório, Idevaldo da Silva Bodião, Sofia Lerche Viera, Ana Ignez Belém, Isabel Sabino, Lindalva Pereira Carmo, Angélica Monteiro e Margarete Sampaio, pelos livros, conversas, orientações, ensinamentos e, sobretudo, pelo amor à profissão docente, à escola pública e à educação.

A todas as demais pessoas que de diversas maneiras me ajudaram nessa trajetória de vida, formativa e profissional, gratidão pelo estímulo, cooperação e solidariedade.

RESUMO

Reporta-se à trajetória, na qualidade de professor e diretor, de José de Barcellos (1856-1891), que estabeleceu a primeira Escola Normal do Ceará entre o Estado Imperial e a República, então recém-fundada. O objetivo geral deste estudo repousa em examinar os vínculos entre os trajetos formativos e profissionais de José de Barcellos e o movimento de renovação da formação docente e do ensino primário. Em termos metodológicos, a pesquisa é de cunho qualitativo, assentada na Ciência Histórica, intermediada por estudos biográficos e história de vida. A coleta de dados sobre a Escola Normal e o Mestre biografado ocorreu com esteio nas análises de fontes nos acervos da Biblioteca Nacional (BN), Hemeroteca Digital, do Instituto do Ceará (IC), da Academia Cearense de Letras (ACL) e da Biblioteca Estadual do Ceará (BECE), bem como no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Os achados consistiram em teses, dissertações, artigos, livros, jornais, revistas, manuais pedagógicos, livros literários, imagens e documentos oficiais da época. Os resultados apontam que a vida de José de Barcellos foi perpassada pelo contexto em que viveu, em especial, quando conviveu na capital, Fortaleza, centro de comércio e de vida cultural e refúgio dos retirantes, que a procuraram para sobreviver nos extensos períodos de seca. É o local que trouxe o progresso em seus vapores e onde foram decididas as intenções e realizações da administração, como a da instalação da primeira Escola Normal cearense. Barcellos se fez presente no contexto socioeducacional para a implantação de propostas na organização do ensino primário e na habilitação do professorado. Foi tradutor e redator dos jornais *O Cearense*, *Gazeta do Norte* e da revista *Quinzena* e um dos fundadores da Academia Cearense de Letras. Seus itinerários formativos de professor adjunto até a habilitação de pedagogo na Escola Normal de Bruxelas, acrescidos das viagens para estudos nacionais e internacionais, qualificaram-no a ser o primeiro professor de Pedagogia e Metodologia e diretor da Escola Normal. Reconhecido por seus contemporâneos, esse pedagogo foi, juntamente com outros professores e educadores de sua época, um dos reformistas do ensino primário, por configurar um novo modelo de formação para professor primário que até os anos 90 do século passado foi referência no Ceará. É legítimo afirmar que os vínculos entre a trajetória de José de Barcellos e o movimento renovador do ensino estão nos espaços de interação e circulação social, cultural e político estabelecidos em variegados grupos do meio letrado cearense à época.

Palavras-Chave: história da educação cearense; formação docente; professor primário; José de Barcellos; Escola Normal.

ABSTRACT

It is addressed to the trajectory, as teacher and principal, of José de Barcellos (1856-1891) who established the first Normal School of Ceará (Escola Normal do Ceará) between the Imperial State and the then recently founded Republic. The general aim of this study is to examine the links between José de Barcellos' educational and professional background and the movement to renew teacher training and primary education. It is classified as qualitative, based on historical science, mediated by biographical and life history studies. Data collection was based on the analysis of sources in the collections of the National Library (BN), Hemeroteca Digital, Instituto do Ceará (IC), Academia Cearense de Letras (ACL) and Biblioteca Estadual do Ceará (BECE), and in the CAPES Catalog of Theses and Dissertations. The findings consisted of theses, dissertations, articles, books, newspapers, magazines, pedagogical manuals, literary books, images and official documents from the time. The findings consisted of theses, essays, articles, books, journals, magazines, pedagogical manuals, literary books, images and official documents of the time. The results point that the life of José de Barcellos was traversed by the context in which he lived, in special, when he lived in the capital city, Fortaleza, center of commerce and cultural life and refuge of retreatants which sought it aiming to survive in the extended periods of drought. Barcellos made himself present in socio educational context for the implementation of proposals in the organization of elementary education and in the habilitation of the teaching staff. He worked as translator and writer on the *O Ceará* and *Gazeta do Norte* newspapers and in the *Quinzena* magazine and was one of the founding members of the Academia Cearense de Letras. His formative itineraries of adjunct teacher until his habilitations as pedagogue on the Normal School of Brussels, added to the trips for national and international studies qualified him to be the first professor of Pedagogy and Methodology and the director of the Escola Normal. The renowned pedagogue was one of the reformers of primary education, with a new training model that was in force until the 1990s in Ceará. The links between the career of José de Barcellos and the teaching renovation movement lie in the spaces of social, cultural and political interaction and circulation.

Keywords: history of Ceará's education; José de Barcellos; normal school; professional development of teachers; elementary teacher.

RESUMEN

Volvemos a la trayectoria, como maestro y director, de José de Barcellos (1856-1891), que creó la primera Escuela Normal de Ceará entre el Estado Imperial y la República, que acababa de fundarse. El objetivo general es examinar la relación entre su trayectoria educativa y profesional y el movimiento de renovación de la formación de maestros y de la enseñanza primaria. La investigación es cualitativa, basada en la ciencia histórica, mediada por estudios biográficos y de historia de vida. La recolección de datos sobre la Escuela Normal y el Maestro biografiado se basó en el análisis de fuentes en los acervos de la Biblioteca Nacional (BN), la Biblioteca Digital, el Instituto Cearense (IC), la Academia Cearense de Letras (ACL) y la Biblioteca del Estado de Ceará (BECE), así como en el Catálogo de Tesis y Disertaciones de la CAPES. Los hallazgos consistieron en tesis, disertaciones, artículos, libros, periódicos, revistas, manuales pedagógicos, libros literarios, imágenes y documentos oficiales de la época. Los resultados muestran que la vida de José de Barcellos estuvo impregnada por el contexto en el que vivió, especialmente cuando residió en la capital, Fortaleza, centro de comercio y vida cultural y refugio de los emigrantes que la buscaban para sobrevivir a los largos periodos de sequía. Fue el lugar que trajo el progreso en sus barcos de vapor y donde se decidieron las intenciones y realizaciones de la administración, como la instalación de la primera Escuela Normal de Ceará. Barcellos estuvo presente en el contexto socioeducativo para llevar a cabo propuestas de organización de la enseñanza primaria y de formación de maestros. Fue traductor y redactor de los periódicos O Cearense, Gazeta do Norte y de la revista Quinzena y uno de los fundadores de la Academia Cearense de Letras. Sus itinerarios de formación, de profesor auxiliar a pedagogo en la Escuela Normal de Bruselas, más sus viajes de estudios nacionales e internacionales, le capacitaron para ser el primer catedrático de Pedagogía y Metodología y director de la Escuela Normal. Reconocido por sus contemporáneos, este pedagogo fue, junto con otros profesores y educadores de su época, uno de los reformadores de la enseñanza primaria, por establecer un nuevo modelo de formación de maestros de primaria que fue referencia en Ceará hasta la década de 1990. En consecuencia, es justo afirmar que los vínculos entre la trayectoria de José de Barcellos y el movimiento de renovación del magisterio radican en los espacios de interacción y circulación social, cultural y política establecidos en diversos grupos del medio letrado cearense de la época.

Palabras clave: historia de la educación en Ceará; formación de maestros; maestro primario; José de Barcellos; Escuela Normal.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico	Edições dos jornais, por ano, com ocorrências simultâneas das palavras “José de Barcellos e “Escola Normal”.....	49
Figura	Modelo de Análise – Trajetórias de Vida: José de Barcellos.....	60
Pintura	Fortaleza. Aquarela de José dos Reis Carvalho – 1859.....	75
Mapa	Recorte de Fortaleza do Mapa do Ceará – 1849.....	114
Ilustração	Pedagogo José de Barcellos e as Normalistas cearenses – 2024..	282

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 -	Painel da pesquisa da Hemeroteca Digital da BN.....	46
Fotografia 2 -	Jornal Folha do Povo (1931).....	51
Fotografia 3 -	Livro Ensino Simultâneo da Leitura e da Escrita (1883).....	56
Fotografia 4 -	A Quinzena (1887).....	57
Fotografia 5 -	1º Prédio da Escola Normal Pedro II, em Fortaleza.....	65
Fotografia 6 -	2º Prédio da Escola Normal (Colégio Justiniano de Serpa)	65
Fotografia 7 -	Instituto de Educação do Ceará - 2021.....	67
Fotografia 8 -	Requerimento de José de Barcellos à Diretoria da Instrução Pública - 1856.....	81
Fotografia 9 -	Exame de José de Barcellos - Professor Adjunto – Ano de 1856.....	84
Fotografia 10 -	Exame de José de Barcellos - Professor Adjunto – Ano de 1857.....	85
Fotografia 11 -	Exame de José de Barcellos - Professor Adjunto – Ano de 1858	87
Fotografia 12 -	Prédio do Liceu cearense, inaugurado em 1894.....	97
Fotografia 13 -	Ofício e Mapa dos alunos matriculados da aula de Latim – 1858.....	99
Fotografia 14 -	Mapa dos alunos matriculados das aulas de Inglês e Francês – 1858.....	100
Fotografia 15 -	Recorte do Anúncio do Estatuto do Atheneu.....	106
Fotografia 16 -	Recorte da Lista Geral de Qualificação – 1880.....	116
Fotografia 17 -	Noticiário da Partida de José de Barcellos para a Bahia – 1866.....	119
Fotografia 18 -	Jornais da Europa recebidos para a Biblioteca Pública – 1867.....	126
Fotografia 19 -	Requerimento – 1868.....	127
Fotografia 20 -	Mesa de Francês – Relatório da Inspeção Geral (RJ) – 1870.....	130
Fotografia 21 -	Mesa de Português – Relatório da Inspeção Geral (RJ) – 1871.....	130
Fotografia 22 -	N.3 Resultado Geral dos Exames de Francês – 1872-1873.....	131
Fotografia 23 -	Anúncio do corpo docente do Colégio S. Salvador – 1873.....	133
Fotografia 24 -	Movimento do Porto - Rio de Janeiro - Campos – 1873.....	135
Fotografia 25 -	Horário das aulas do Colégio de S. Salvador – 1873.....	135
Fotografia 26 -	Edital - Junta Municipal da Corte – 1877.....	139
Fotografia 27 -	Notícia do Colégio de São Pedro de Alcântara – 1875.....	140
Fotografia 28 -	Rua do Ouvidor Antigo – Centro do Rio de Janeiro – 1890.....	141
Fotografia 29 -	Notícia: Pontos de Geografia e Cosmografia – 1876.....	144

Fotografia 30 -	Anúncio Pontos de Geografia – 1882.....	145
Fotografia 31 -	Anúncio do Externato S. José – 1881.....	155
Fotografia 32 -	Recortes das sociedades libertadoras de Fortaleza – 1883.....	176
Fotografia 33 -	Noticiário - Visita presidencial – 1884.....	177
Fotografia 34 -	Notícia da 2ª sessão do Clube Literário.....	178
Fotografia 35 -	Notícias de aulas de Português e Francês – 1885.....	180
Fotografia 36 -	Página 4 e 7 - Livro Ensino Simultâneo da Leitura e da Escripta.....	221
Fotografia 37 -	Página 10 e 11 - Livro Ensino Simultâneo da Leitura e da Escripta.....	222
Fotografia 38 -	Página 30 e 31 - Livro Ensino Simultâneo da Leitura e da Escripta.....	223
Fotografia 39 -	Conselho de Instrução e Adoção do Livro – 1884.....	224
Fotografia 40 -	Ofício da Escola Normal – 1887 – Livro: Lições de Coisas.....	228
Fotografia 41 -	Revista <i>A Quinzena</i> : Artigo Ciências Naturais - Ar e Athomesfera	247
Fotografia 42 -	Horário da Escola Normal – 1885.....	249
Fotografia 43 -	Prédio da Escola Normal Pedro II, de Fortaleza.....	269
Fotografia 44 -	Prédio atual onde funciona o IPHAN – 2024.....	270
Fotografia 45 -	Escola Normal e Cotidiano da Praça Marquês do Herval – s/d.....	271
Fotografia 46 -	Escada – Prédio do IPHAN – 2024.....	273
Fotografia 47 -	Ambiente superior do acesso do <i>lance de escadas</i> - Prédio do IPHAN – 2023.....	273
Fotografia 48 -	Salão lado direito – 2º andar – Prédio do IPHAN – 2023.....	274
Fotografia 49 -	Salão do lado direito – Térreo – Prédio do IPHAN – 2023.....	275
Fotografia 50 -	Móveis da Sala de Aula – Memorial do Justiniano de Serpa – 2022.....	276
Fotografia 51 -	Retrato de José de Barcellos – Academia Cearense de Letras – 1886.....	280
Fotografia 52 -	Nomeação da Professora Francisca de Mello Cesar – 1894.....	283
Fotografia 53 -	Ato administrativo – Gratificação de antiguidade – 1916.....	283
Fotografia 54 -	Nota de aniversário.....	284

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Resumo: Variações de Escala, por linhas de conexões e relações.....	37
Quadro 2 -	Descrição dos trabalhos, com título, curso, ano, instituição e programa (2011-2022).....	42
Quadro 3 -	Jornais cearenses, por período e política partidária (1840 - 1890).....	45
Quadro 4 -	Jornais do Rio de Janeiro selecionados, por ano, edição e assunto (1869 - 1879).....	50
Quadro 5-	Legislação Nacional - Município da Corte – Rio de Janeiro (1854 a 1891).....	52
Quadro 6-	Ceará: Legislação Local (1854 - 1889).....	53
Quadro 7	Ceará - Documentos governamentais da Instrução Pública (1856 - 1888).....	54
Quadro 8-	Ceará - Documentos governamentais – Escola Normal (1881 - 1888).....	55
Quadro 9 -	Escritas de José de Barcellos encontradas em Jornais e Livros (1864 a 1891).....	58
Quadro 10 -	Fotografias de José de Barcellos e da Escola Normal.....	59
Quadro 11 -	Matéria e Programa dos Exames de Capacidade para professores primários – 1856.....	84
Quadro 12 -	Matéria de escrita e leitura por classes da Instrução Primária – 1856.....	125
Quadro 13 -	Programa do curso de Pedagogia das escolas normais primárias da França – 1881.....	204
Quadro 14 -	Horários das cadeiras – Escola Normal – 1884.....	241

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Trabalhos de Mestrado e Doutorado produzidos.....	41
Tabela 2 -	Jornais cearenses com quantitativo, por ocorrências e edições – 1856 – 1891.....	47
Tabela 3 -	Dados, por escola e matrícula no Ceará – 1845 a 1889.....	152

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACL	Academia Cearense de Letras
APEC	Arquivo Público do Estado do Ceará
BECE	Biblioteca Estadual do Ceará
BN	Biblioteca Nacional
d'	Da
EUA	Estados Unidos da América
IC	Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)
III ^{mo.}	Ilustríssimo
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
P P. ^E	Padre
p ^a .	Para
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
<i>PS.PS</i>	Passado
q'	que
Ver	Reverendíssimo
UFC.	Universidade Federal do Ceará
V. S ^a	Vossa Senhoria

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
2	PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	26
2.1	Memória, História e Escalas de Variação para a escrita da história educacional.....	27
2.2	Fontes.....	39
2.3	Os encontros com José de Barcellos e a Escola Normal em memórias individuais e coletivas.....	61
3	JOSÉ DE BARCELLOS: ENTRE LUGARES, RELAÇÕES, TRAJETÓRIAS E CONTEXTOS.....	70
3.1	O início da trajetória.....	76
3.2	O aprendiz viajante.....	107
3.3	O mestre-escola na Corte.....	128
3.4	O retorno à Europa.....	148
3.5	O regresso do professor, então pedagogo.....	171
4	JOSÉ DE BARCELLOS E A ESCOLA NORMAL: TRAJETOS QUE SE CRUZAM PARA RENOVAÇÃO DO ENSINO.....	181
4.1	Entre concepções e projetos.....	182
4.2	Entre normas, preceitos e práticas.....	192
4.3	Entre sinais, encontros e memórias.....	262
5	CONCLUSÃO.....	285
	REFERÊNCIAS.....	291
	APÊNDICE A – LINHA DO TEMPO: TRAJETÓRIA DE VIDA DO PEDAGOGO JOSÉ DE BARCELLOS.....	303

1 INTRODUÇÃO

“A História só fornece orientação, e todo aquele que encarar o futuro sem ela não só é cego, mas perigoso, principalmente na era da alta tecnologia.” (Hobsbawm, 2013, p. 43).

Não fugindo da nossa condição histórica de professora primária e pedagoga, nesta tese doutoral, analisamos a trajetória, na qualidade de professor, percorrida por José de Barcellos (1856-1891), a fim de encontrar vínculos entre os trajetos formativos e profissionais da personagem estudada e as mudanças realizadas na preparação e habilitação do professorado, na ocasião em que a instrução primária cearense estava passando do modelo jesuítico de ensino e se instituindo como cultura mais moderna. Alimentamos a ideia de ampliar estudos sobre os professores e suas trajetórias de vida, concedendo visibilidade àqueles que deram materialidade e representação às instituições escolares e que, no âmbito da memória educacional cearense, muitas vezes, são esquecidos.

O exame do caso José de Barcellos não é contraditório à interpretação do social, pois suas trajetórias são apreendidas em transposição à pessoa, perpassadas de relações sociais, políticas e socioeducacionais à época da implantação do novo modelo de ensino e de formação, instituído com a criação e o funcionamento da Escola Normal, do tempo de Estado Imperial até a então recém-República. Revel (2010, p. 439) esclarece que a verificação de uma trajetória individual “[...] deve ser inserida numa multiplicidade de espaços e de tempos sociais, pelo novelo de relações sociais que se criam em volta dessa trajetória e dão-lhe sua significação”. Eric Hobsbawm, refletindo sobre a escolha de pessoas, recomenda que, para quem pesquisa a história, é preciso estabelecer o limite daquilo que tais pessoas têm como meta individual, se são ou não específicas, “[...] mas essenciais ao seu tempo, lugar e situação” (2013, p. 337). Deste modo, os trajetos formativos e profissionais de Barcellos são singulares, contudo, guardadas as devidas variações, somos capazes de conhecê-los em sua singularidade e seu universo social (Nóvoa, 1995a).

O tema provém da investigação sobre a **Escola Primária na Província do Ceará**: organização e formação, realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará. Neste estudo, analisamos o programa do ensino primário e a formação docente e interpretamos a organização do ensino e a preparação do professor do período de 1855 até a instalação da Escola Normal Pedro II, mediante os estudos da legislação

da fase e dos ofícios de docentes primários que eram enviados à Diretoria e Inspeção da Instrução Pública. Daí decorre nosso primeiro contato com os professores que atuaram no início do funcionamento da Escola Normal cearense (Feitosa, 2008).

Essa nova abordagem histórica sobre a formação de professores implica reencontros com o passado da Escola Normal e as tentativas políticas e administrativas do Governo Provincial para inaugurar, no Ceará, o projeto pedagógico e organizacional tornado uma referência para a habilitação de professores primários que se fundou em 1884. A organização de curso normal estabeleceu um espaço próprio para a preparação do professorado, inserindo no programa do curso as matérias de Ciências Naturais, Moral e Cívica, Língua Estrangeira, Francês, Metodologia e Pedagogia, bem como o modelo de aplicação das escolas anexas para a prática do ensino. As mudanças introduzidas pelo modelo acadêmico de formação com enfoque enciclopédico resultaram em novas interações de pessoas, saberes e práticas de ensino necessárias ao estabelecimento de um novo profissional para o ensino primário.

A Escola Normal consistiu em um importante espaço liberado às mulheres que tinham acesso à cultura letrada e prosseguiram nos estudos do Ensino Secundário no Ceará. Por quase 112 anos, essa instituição de ensino constituiu-se o principal *locus* de formação inicial para professores de crianças, até a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB/1996, art. 62, que estabelece como regra a formação dos profissionais na Educação Superior, porém persiste a modalidade mínima para o magistério no âmbito da Educação Infantil e dos cinco anos iniciais do Ensino Fundamental na modalidade Normal. Seus propósitos e práticas pedagógicas e curriculares estão guardados na memória das normalistas de várias gerações. Portanto, recobrar o argumento da formação do professor primário não ocorre sem o entendimento da Escola Normal e de suas origens.

Com o propósito de compreender as conexões entre José de Barcellos e a renovação do ensino cearense com o estabelecimento da Escola Normal, definimos o recorte temporal deste estudo, considerando os trajetos de vida, caminhos formativos e atuação profissional do mencionado docente, na qualidade de professor primário e diretor escolar, principiado em 1856, quando tiveram início seus estudos como professor adjunto¹, continuados até 1891, quando foi exonerado da função de diretor, em virtude da disposição constitucional, que vedava acumulação de empregos públicos. Recorremos ao seu nome e à Escola Normal para delinear

¹ Regulamento de instrução primária e secundária de 1854, a Reforma Couto Ferraz estabeleceu a formação inicial pelo modelo prático do professor adjunto. Na Província do Ceará, este modelo foi instituído no Regulamento de 1855, no artigo 52, que, seguindo o modelo de preparação de novos professores, sugerido pelo Regulamento do Município neutro de 1854, instituiu a classe dos professores adjuntos.

estratégias de pesquisa e estruturar a escrita histórica² sobre como foi configurada a substituição do formato de habilitação do professor adjunto³, do prático e os exames de habilitação - regra para o ingresso da profissão, por quase 40 anos do século XIX, aplicada na Escola Normal (Feitosa, 2008). A passagem do modelo prático de enfoque tradicional para o acadêmico-enciclopédico ensejou múltiplos processos formativos não limitados à dimensão profissional, mas que configuraram novas pessoas. Assim, são percursos de formação, e, também, de vida.

Natural de Baturité, José de Barcellos veio morar, quando contava dois anos, em Fortaleza, em 1845, pois seus pais foram obrigados a sair desse povoamento à procura de recursos para sobreviver, uma vez que sua família era muito pobre. A trajetória profissional desse educador, localizada nos documentos examinados, teve início aos seus 13 anos⁴, quando professor adjunto, em 1856, ficando nesse cargo durante seis anos. Foi aluno e ocupou, posteriormente, cadeiras do Liceu Cearense, produziu textos jornalísticos, foi bibliotecário, secretário da Assembleia Legislativa do Ceará e, antes de assumir os cargos de professor da matéria Pedagogia e Metodologia e de diretor da Escola Normal, viajou para a Europa, a fim de conhecer modelos da instrução pública e cursar Pedagogia. Em 22 de março de 1884, início das atividades da escola, assumiu o cargo de professor e primeiro diretor da Escola Normal, ficando na direção até o ano de 1891. Barcellos foi, até o ano de 1917, professor da Escola Normal, lecionando Pedagogia e Metodologia para as futuras professoras primárias e, por ser o professor mais antigo da Instituição, assumia interinamente a direção da Escola Normal na ausência dos diretores. Seu passamento ocorreu dois anos depois de aposentar-se, em 1919. Em companhia de outros professores que atuaram no início do funcionamento – Francisca Clotilde, Rodolfo Teófilo, Tomás Pompeu de Sousa Brasil, João Lopes Ferreira Filho, P. José Augusto da Frota, P. Justino Domingues da Silva –, foi configurado um novo modelo de habilitar os professores primários cearenses.

² Compreendida como operação histórica, campo percorrido pela análise epistemológica que parte da fase documental, explicativa e compreensiva, sendo que Ricouer amplia, mostrando o período representativo. Esta estrutura adotada por Paul Ricouer (2007) fundamenta-se na contribuição de Michel de Certeau sobre **A Escrita da História** (1982).

³ Esse modelo de habilitação consistia na aprendizagem do ofício docente por alunos, preferencialmente pobres e com bom aproveitamento da instrução primária. Os estudantes aperfeiçoavam-se em matérias e na prática primária durante três anos e cada ano eram verificados em exames gerais.

⁴ Ressaltamos que o jovem José de Barcellos iniciou sua carreira de professor primário aos 13 anos, um ano anterior da idade que se verificava a maioria para os meninos, segundo o código filipino em vigor até o fim do século XIX. Apesar desse limite cronológico, “dos 8 aos 12 anos, os meninos são considerados adultos-aprendizes e vestem-se (de acordo com a camada social) como tais.” (Leite, 2006, p. 21).

Reportamo-nos às literaturas⁵ de Rodolfo Teófilo e Adolfo Caminha para retornar a Fortaleza, onde viveu José de Barcellos e abrigou a primeira escola normal da Província cearense. A Capital do Ceará era recém-saída da seca de 1877, que dizimou populações no sertão e retirou o sertanejo das suas terras e enviou para Fortaleza, a fim de viver dos socorros públicos, uma vez aglomerada em abarracamentos do Governo. Após três anos desta tragédia, a Província se reergueu à luz do sonho do progresso da construção da estrada de ferro, que encurtou distâncias, trazendo a produção agrícola do interior cearense para o Porto de Fortaleza e outros municípios do Estado. O sertão renascia e “nos seus campos se viam rebanhos” (Teófilo, 2009, p. 90). Também o sertão retornou à produção algodoeira, que, antes da seca de 1877, produziu riquezas em decorrência da guerra civil em curso nos Estados Unidos. O período também teve a marca da luta social, por via do movimento abolicionista cearense, com extinção oficial, em 1884, da escravidão na Província, feito que posicionou o Ceará na história da libertação dos escravos no Brasil⁶. Os sinais do progresso alcançaram, outrossim, o espaço do ensino, com a reforma da instrução pública fundamentada nas observações que Amaro Cavalcanti⁷ faz, decorrentes de visitas, em comissão aos Estados Unidos, e de José de Barcellos à Europa, culminando na criação e instalação, no interstício de 1881 a 1884, da Escola Normal, localizada na Praça Marquês do Herval, espaço construído para a formação dos futuros professores, cuja missão foi renovar a educação cearense e edificar uma ideia de progresso para a cultura republicana que se avizinhava.

A extensa atuação de José de Barcellos como professor, por 63 anos, no ensino primário e secundário no Ceará o qualificou para escritos biográficos, publicados no Instituto Cearense⁸, por seus contemporâneos, como, *exempli gratia*, Guilherme Studart, o Barão de Studart, que faz uma síntese da vida dele, indicando acontecimentos e feitos relacionados, em especial, à Escola Normal, e sua atuação como cronista, redator de jornais e autor de obras pedagógicas, no **Dicionário Bio-bibliográfico Cearense**. Outro texto localizado foi de

⁵ Utilizamos a hipótese de Paul Ricouer (2010, p. 328), ao creditar a existência de uma relação circular entre as narrativas ficcionais e a história, pois há “[...] o entrecruzamento na reconfiguração do momento quase histórico da ficção trocando de lugar com momento quase fictício da história.”

⁶ A escravidão no Ceará foi extinta em 25 de março de 1884. Disponível em: <https://academiacearensedeletas.org.br/membros/adolfo-caminha-3/> Acesso em: 16/05/2024.

⁷ Foi inspetor, professor de latim em Baturité e inspetor geral da instrução pública, de 1881 a 1884, e deputado provincial. Foi um dos instituidores da reforma da instrução pública em 1881, que instituiu o modelo da Escola Normal.

⁸ O Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) foi fundado em 4 de março de 1887, tendo por finalidade o estudo e a difusão da História, da Geografia, da Antropologia e ciências correlatas, especialmente no que se refere ao Ceará. Acesso em: 16/05/2024. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/o-instituto/>.

autoria da cearense Alba Valdez⁹, ex-aluna da Escola Normal que, na decorrência do centenário de nascimento de Barcellos, escreveu o artigo biográfico **Uma grande figura da história educacional cearense (1843-1919)**. Esse ensaio retrata José de Barcellos na lógica linear de tempo e espaço e dos grandes homens, características da história tradicional. A visão da ex-aluna e as experiências vivenciadas na Escola Normal e com seu professor de Pedagogia e Metodologia são, sem dúvida, indicadoras e suscitadoras de aspectos importantes para a investigação. Também seus traços biográficos são destacados pelo historiador cearense Raimundo Girão¹⁰ na publicação **A Academia de 1894**, do ano de 1975, da Academia Cearense de Letras, em especial, os de escritor, quando lista as produções bibliográficas de Barcellos, sendo diversas traduções de autores clássicos e modernos e outras de sua autoria, como vários regulamentos e regimentos relativos a escolas do nível secundário.

Os estudos bibliográficos sobre a Escola Normal (Araújo, 2014; Menezes, 2011; Olinda, 2005; Vieira, 2002; Pereira; Silva, 2001; Castelo, 1970) mencionam o nome de José de Barcellos como o diretor que iniciou as atividades acadêmicas da primeira instituição formativa, contudo, não há uma pesquisa cujo objeto central consista em entender os ideários pedagógicos e as experiências educativas e profissionais deste que, talvez, seja o primeiro pedagogo do Ceará. Em estudo bibliográfico feito no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, verificamos que há pesquisas concluídas sobre a antiga Escola Normal cearense provincial que analisaram o período de sua fundação e que denotam alto valor para a historiografia educacional cearense. Na mencionada demanda, foram identificados três estudos sobre essa instituição tradicional de ensino que destacam o professor e diretor, José de Barcellos, e seu papel na instalação dos primeiros anos de funcionamento deste inaugural instituto, criado a fim de prontificar docentes sob o ponto de vista profissional.

O primeiro, intitulado **A Escola Normal do Ceará: luzes e modernidade contra o atraso na terra da seca**, analisa o período 1884 a 1922 dessa instituição. O mencionado ensaio

⁹ Escritora cearense, foi a primeira mulher a ocupar cadeira na Academia Cearense de Letras do Ceará e de membra do Instituto do Ceará. A Escritora nasceu em São Francisco de Uruburetama, atual Itapajé (CE), em 12 de dezembro de 1874, e faleceu em 05 de fevereiro de 1962, no Rio de Janeiro. Filha de João Rodrigues Peixe e de Isabel Alves Rodrigues Peixe. Estudou na Escola Normal, diplomando-se, em 1889, sendo uma das primeiras professoras a lecionar no primeiro grupo escolar de Fortaleza. Foi escritora e militante da causa feminista. Disponível em:

<https://bndigital.bn.gov.br/dossies/periodicos-literatura/personagens-periodicos-literatura/alba-valdez/>
Acesso em: 16/05/2024.

¹⁰ Formou-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Ceará. Foi prefeito municipal de Fortaleza. Assumiu o Tribunal de Contas do Ceará e os cargos de Secretário de Educação e Cultura, sendo o primeiro dirigente da Secretaria de Cultura. No magistério, foi professor e primeiro diretor da Faculdade de Administração do Ceará. Escritor e historiador, dentre suas obras destacamos: **O Ceará**, em colaboração com Antônio Martins Filho, três edições, 1939, 1945 e 1966; **Pequena História do Ceará** (1953, 1962, 1971) e **A Abolição no Ceará** (1956, 1969).

conforma uma dissertação de mestrado, que analisa essa escola formativa, seus discursos e práticas educativas usando os documentos legais e os jornalísticos como fontes de pesquisa para compreender e explicar seu argumento histórico (Pereira; Silva, 2001). O segundo, da autora Ercília Maria Braga de Olinda, **Formação Integral do Educando no tempo da Escola Normal**, recupera os discursos e iniciativas que apontaram a transformação da instrução pública primária, advinda da racionalidade técnica, e que, segundo sua interpretação histórica, submeteram a xeque a tradição docente do mestre-escola (Olinda, 2005; 2004). O outro interpreta a história da Escola Normal (1958-1960), e é da lavra de Helena de Lima Marinho Rodrigues Araújo. Resulta muito valiosa, pois analisa o modo como funcionou essa instituição para a formação de professores primários (Araújo, 2014).

Reconhecemos, assim, lacunas de investigação desse passado da História da Pedagogia e da Educação na historiografia cearense, passíveis de análises das contribuições de professores que, com suas experiências, desenvolveram políticas e práticas de ensino que mudaram os modelos de habilitação do professorado primário à época da passagem de uma arte da educação para a Pedagogia, no Ceará. Ao examinar os professores e suas trajetórias educativas, pretendemos procurar o que ainda não foi dito, o ausente, em outras escritas sobre aqueles que deram concretude e representação à formação docente e ao ensino primário no Ceará.

A história da Escola Normal e da Pedagogia são matérias valiosas, uma vez que dizem respeito a convicções, marcas e experiências de vida que nos constituíram como mulher, pedagoga e professora da educação básica; neta e filha de mulheres que almejavam ser professoras formadas na Escola Normal, respectivamente, nos anos de 1940 e 1960, que, pela condição de pessoas pobres, não conseguiram realizar esse sonho tão caro às pessoas feminis dessa época. Passados 27 anos e tomando o desejo da nossa progenitora, conquistamos a habilitação de professora primária no Instituto de Educação do Ceará¹¹ e graduação em Pedagogia no final dos anos de 1980. Nesses tempos, ser professora primária formada, na família, não representava prestígio social.

Verdadeiramente, o que nos aproximou dos professores à época foram as perspectivas de estudar vidas e trajetórias educativas, constituídas, certamente, no lugar social da escola primária e da Escola Normal, nesse tempo remoto que, ainda que distante, é significativo para nós, que fizemos da Pedagogia e seus conhecimentos um importante trajeto

¹¹ A reforma de 11 de agosto de 1971, Lei nº 5.692, substituiu o Curso Normal pelo Curso Pedagógico profissionalizante. Nesses tempos, a escola já não funcionava no prédio inaugurado em 1923 para abrigar o Curso Normal, mas à Rua Graciliano Ramos, no Bairro de Fátima, em Fortaleza - CE.

de vida. Pelo ocorrido no presente, demandamos as reminiscências do eu, ou dos outros, e das memórias coletivas, associando variadas experiências, imagens que surgem, aproximando tempos e pessoas (Ricouer, 2007). Assim, seguindo Le Goff (1992, p. 51), compreendíamos que “Toda a história é bem contemporânea, na medida em que o passado é aprendido no presente e responde, portanto, aos interesses, o que não é só inevitável, como legítimo”.

Essas experiências individuais e coletivas de normalista e de pedagoga é que nos aproximaram, na qualidade de pesquisadora, do professor José de Barcellos, pois produziram questionamentos e atribuíram significados singulares às análises sobre o objeto em exame, mesmo que essa temática esteja situada em um passado bem remoto. O que achamos das antigas gerações de professores primários nas atuais práticas de ensino nos cursos de Pedagogia? Quais os sinais do passado? São as lembranças surgentes do agora que evocam e perpetuam recordações neste tempo tão distante do início da profissão docente no Ceará?

Deste modo, o estudo sob relato difere dos outros já realizados, pois significa outra tentativa para interpretar o passado da Escola Normal, localizando ideias e práticas de professores que, de certo modo, imprimiram marcas de sua atuação docente e deram os primeiros passos para instituir um novo modelo de formação de professores primários no Ceará, em substituição ao formato de habilitação do professor adjunto e do modelo do prático, que condicionavam o ingresso no ofício à verificação de capacidade por meio de provas para o magistério, sendo regra para o ingresso da profissão por quase 40 anos do século XIX.

Haja vista o exposto objeto do estudo, a investigação procurou responder à indagação norteadora: *Quais os vínculos da trajetória de vida do professor José de Barcellos no movimento de renovação da formação docente e do ensino primário, entre o Estado Imperial e a recém-República, no Ceará?*

Essa indagação – a principal do ensaio – interliga-se às seguintes perquisições: *Quais espaços de interação e circulação social, cultural e político José de Barcellos viveu e conviveu? Quais trajetos formativos e profissionais foram percorridos por José de Barcellos em grupos de sociabilidade os quais frequentou? Que novas práticas formativas e de ensino foram promovidas e configuradas por José de Barcellos no Ceará?*

Decorrentes dessas perguntas, emergiu o objetivo geral deste estudo, que cuidou de examinar os vínculos entre os trajetos formativos e profissionais do professor José de Barcellos e o movimento de renovação da formação docente e do ensino primário, entre o Estado Imperial e a recém-República, no Ceará.

Como desdobramento, denotam-se os objetivos específicos delineados na sequência.

a) Identificar os espaços de interação e circulação social, política e educacional nos quais o Professor José de Barcellos se constituiu e conviveu.

b) Recompôr as trajetórias formativas e profissionais de José de Barcellos em múltiplas relações de espaço e tempos sociais.

c) Reconhecer as características da Pedagogia e do modelo formativo introduzidas por José de Barcellos para a então recém-República brasileira.

Nesse experimento acadêmico *stricto sensu*, intentamos a ideia de que, no Ceará provincial, a participação sociopolítica e pedagógica de José de Barcellos e outros professores cearenses foi relevante para a circulação de ideias, estabelecimento de políticas e práticas educacionais mais modernas para a organização do ensino e formação de professores já em curso nos últimos dez anos do século XIX. Esse modelo formativo estabeleceu um espaço próprio para a preparação do professorado, inserindo disciplinas teóricas e metodológicas na organização do ensino e a prática do ensino em escolas de aplicação, incorporadas, até hoje, em processos formativos de professores primários no Ceará.

O empenho neste exame de reconhecer a atuação dos professores e dos seus trajetos de vida na configuração da escola normal compreende uma nova maneira de lembrar o lugar dessa secular instituição de ensino e datar suas primeiras práticas pedagógicas, tendo um valor afetivo para nós, na posição de pesquisadora, além de reabrir, na atualidade, estudos que interpretem o passado da história da formação do professor, para, assim, dispor de conhecimentos variados sobre a história da educação cearense. É útil retomar aqui a epígrafe na qual Eric Hobsbawm (2013, p. 43) nos ensina que “a História só fornece orientação, e todo aquele que encarar o futuro sem ela não só é cego, mas perigoso, principalmente na era da alta tecnologia.”

Após discutida a problematização, na seção introdutória (Seção 1), composta por problematização e objetivos, mostramos os percursos teórico-metodológicos (Seção 2), com detalhamento da análise da temática pesquisada. Nesta seção, indicamos nossas aproximações com o objeto do ensaio, as quais atribuíram sentido e significado a este novo estudo sobre o passado distante da educação cearense. São analisados, ainda, os conceitos de memória e história que apoiaram a constituição do objeto de investigação à luz da Ciência Histórica e o uso da variação de escola para estudo biográfico. Também detalhamos os caminhos tomados para a seleção e a organização da revista bibliográfica e os estudos documentais que orientam a coleta, escolha e indexação de agrupamentos, série e temáticas de análise, selecionadas junto aos acervos.

Na terceira seção – **José de Barcellos:** entre lugares, relações, trajetórias e contextos –, reconstituímos os espaços de interação e circulação social, política e educacional em que José de Barcellos viveu, abordando, em especial, a situação de Fortaleza à época do Ceará provincial e da então proclamada República. Assim, por meio dos seus trajetos formativos e profissionais, intentamos indicar alguns traços biográficos e a história de vida do educador, do período de sua escolarização primária e trajetória como professor adjunto de primeiras letras, até assumir os cargos de professor e diretor da Escola Normal, apreendidos na multiplicidade de espaços e tempos sociais que o constituíram. Analisamos, aqui, as transformações passadas do modelo do professor adjunto para o padrão formativo, aplicado na Escola Normal Pedro II, de habilitação dos futuros docentes.

A quarta seção – **José de Barcellos e Escola Normal:** Trajetórias que se cruzam para a renovação do ensino – abriga as interpretações dos modelos de ensino e da didática introduzidos pelo professor de Metodologia e Pedagogia José de Barcellos para os futuros professores habilitados na Escola Normal cearense. Inclui a discussão sobre o contexto socioeducacional e marca vanguardista do Ceará nos tempos de implantação de propostas na organização do ensino primário e na habilitação do professorado em tempos que precedem a instituição do sistema de ensino no Brasil, que ocorreu sem uma política de financiamento pelo Governo central. Analisamos e situamos, nesse segmento, essas mudanças e contribuições para a formação e o desenvolvimento profissional. O significado dessa seção é a compreensão da importância do passado desse modelo de formação, aplicado até hoje na preparação inicial dos professores primários.

Na quinta seção, vêm a **Conclusão**, onde são recapituladas as conexões encontradas entre a Escola Normal e o pedagogo José de Barcellos, em destaque o contexto da reforma do ensino estabelecido de 1881 a 1891, no Ceará, que teve a Escola Normal como o símbolo do progresso da instrução primária cearense. Reconhecemos, ainda, o pioneirismo de professores que deram materialidade e significado às instituições escolares e que, no âmbito da memória educacional cearense, muitas vezes, são esquecidos. É o ocorrente com o professor primário José de Barcellos, que desempenhou papel importante na circulação de ideias pedagógicas para o estabelecimento de políticas e práticas educacionais mais modernas no ensino e formação de professores, entre o Estado Imperial e a recém-República, no Ceará. Procedemos a considerações a respeito da ampliação de estudos sobre a vida de professores e da formação de docentes primários à época, ressaltando a importância desse experimento universitário, em senso estreito, para a história da educação cearense.

2 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

[...] operamos na zona nebulosa onde a investigação daquilo que é – resulta afetada por quem somos e por aquilo que desejamos que aconteça ou não aconteça: este é um fato da existência profissional (Hobsbawm, 2013, p. 104).

Para iniciar a discussão desta seção, que assenta as análises e delinea os passos metodológicos para a delimitação do objeto e da temática, é preciso esclarecer que, na condição de autora desta tese, graduada em Pedagogia, nos intrometemos, nesses últimos tempos, desde o curso de Mestrado, na seara da História, estudando suas teorias e métodos, lendo seus teóricos, percebendo os pontos cruciais como ciência etc. Ao penetrar esse campo novamente, no doutorado, vemo-nos, agora, com o compromisso de, por meio desse conhecimento que cuida do passado e dos seus métodos, reinterpretar, mediante os trajetos de vida de professores, o passado da Escola Normal e da formação docente no período do Ceará provincial e da então recém-República.

Com base no objeto e temática assentados e das suas questões e objetivos já devidamente explanados na seção introdutória, intencionamos ancorar este estudo de cunho qualitativo do conhecimento da História Educacional, em particular, nas concepções de MEMÓRIA e HISTÓRIA. Assim, nosso intento se firmou em achar relações teórico-metodológicas que nos aproximaram do objeto de estudo em searas distintas da Ciência Histórica, procurando convergências, para assim produzir uma nova escrita do passado da formação de professores cearenses.

Após expressar essas reflexões sobre o campo de estudo e as abordagens que fundamentaram a análise, detalhamos como ocorreram a pesquisa documental e a organização das fontes para a seleção e a análise documentais. As decisões de inclusão ou exclusão de fontes bibliográficas e documentos são preliminarmente justificadas, a fim de que todos os que tiverem acesso compreendam os passos metodológicos seguidos. Assim, intentamos, de maneira didática, esclarecer as decisões tomadas desde o início da organização deste experimento, pois, como nos alerta Eric Hobsbawm na citação introdutória desta seção, “[...] operamos na zona nebulosa onde a investigação daquilo que é – resulta afetada por quem somos e por aquilo que desejamos que aconteça ou não aconteça: este é um fato da existência profissional”, portanto, para quem desenvolve estudos qualitativos no âmbito da História da Educação, é importante que as escolhas sejam explicitadas.

Escrevemos, então, acerca das nossas aproximações com o objeto de estudo, sua seara teórica e os inaugurais achados de José de Barcellos e da Escola Normal em fontes examinadas, refletindo sobre nossos encontros do presente, do agora, motivos para o entendimento desse passado da formação do professor primário. Observamos os progressos e o que permanece, mesmo depois de tantas transformações, em especial, as vivenciadas pelas gerações de professores primários nos séculos XIX e XX.

2.1 Memória, História e Escalas de Variação para Escrita da História Educacional

Nesta seção, prosseguimos com as reflexões que procuram esclarecer a feitura do objeto de estudo, agora, com a análise de algumas perspectivas, concepções e práticas que, neste experimento, foram selecionadas desde o intercruzamento de distintos pensamentos sobre a Memória e a História. Na investigação histórica, o pesquisador precisa ser atento à distinção entre o que é História, baseada em evidências, e o que é ficção; logo, “[...] o modo como montamos e interpretamos nossas amostras escolhidas de dados verificáveis que pode incluir não só o que aconteceu, mas o que as pessoas pensaram a respeito” (Hobsbawm, 2013, p. 9). O ato de pesquisar em História, na área da educacional, solicita do investigador rigor metodológico e compromisso ético, e, também, impende considerar que o processo é formativo e transdisciplinar (Andrade; Diogenes; Lobato, 2013). Assim, demandamos reconhecer e analisar pensamentos, pontos de vista e práticas que se aproximam da conjunção de problemas investigada, para, assim, nortear as interpretações do passado da educação cearense.

Deparamos, nos estudos das disciplinas História e Memória I e II, Educação Brasileira e Tópicos Especiais, bem como nas bibliografias selecionadas pelos professores e, principalmente, nas aulas que ocorriam até aquele momento no formato presencial, na oportunidade em que era discutida a leitura indicada, valorosas orientações para o entendimento da relação entre a Ciência da História e o conhecimento da Memória, as quais foram sendo agregadas a este texto. Conhecemos e adentramos estudos da História da Educação cearense e da senda da Historiografia, pois os compreendemos como necessários, a fim de delimitar o objeto.

Neste momento, iniciamos a seleção daqueles que nos concederam o ensejo de compreender outra vez a área da Memória e História, e sua epistemologia. Aprofundamo-nos na história da escrita de autores materialistas históricos, como Eric Hobsbawm (2013; 2002; 1995; 1988) e Walter Benjamin (1987). Conhecemos e adentramos o conjunto dos fundamentos teórico-metodológicos oferecidos por Platão e Aristóteles, revisitados por Santo Agostinho,

bem como as análises das relações entre a Memória e a História, revisitadas por Paul Ricoeur (2007), e as contribuições da escrita da História, por parte de Michel Certeau (1982; 2012), e da Micro História, no que concerne ao conceito de escala para a interpretação da abordagem biográfica. Igualmente, revisitamos os sentidos e os conceitos de documento da Nova História em seus escritos, em particular, os de Jacques Le Goff (1992).

Cursamos, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal do Ceará, em dois semestres, as disciplinas Memória e Temporalidade, que nos proporcionaram estudos sobre a abordagem biográfica e a escrita da historiografia de Michel de Certeau. O isolamento social, consequência da pandemia de covid 19, viabilizou duas participações em programas de pós-graduação da Educação, a primeira das quais na Universidade Federal da São Paulo (UNIFESP), no programa de Seminário de Estudos Avançados, como aluna especial, estudando as metodologias de investigação e análise documental na pesquisa em História da Educação. A outra se efetivou na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na qualidade de ouvinte, na disciplina Pesquisa em História da Educação. As duas experiências abriram possibilidades de encontros com outros pesquisadores e temáticas, bem como com as leituras dos clássicos da História da Educação Brasileira.

Em especial, nas aulas de História e Memória II, avizinhamo-nos, paulatinamente, do ramo da Literatura, percebendo sua importância para a reconstituição da memória coletiva, uma vez que este conhecimento é suscetível de ser uma fonte a mais para o intercruzamento de informações. Foi possível compreender que as narrativas literárias, ficcionais, são constitutivas de um dos sentidos do pertencimento que acessam a realidade do povo de cada época (Ribeiro, 2016). Nesses estudos, foram sendo diluídas as diferenças entre a ficção e o fato comprovável, entre as declarações históricas baseadas em evidências e sujeitas a evidenciação e aquelas que não o são. Hobsbawm, na defesa do que deve ser investigado no âmbito da História, é enfático ao afirmar que “[...] não pode haver história sem a distinção entre o que é e o que não é” (2013, p. 8). O historiador deve investigar o real, contudo, pela Literatura, campo do imaginário, é dado a nós acessar aspectos da memória cultural de um povo, imagens que o leitor faz de um passado que pertence a ele, quando lê, mas que é passível, também, de representar o indício temporal de uma época.

Por que estudar a Epistemologia da Memória? Quais os seus vínculos com a História? Le Goff (1992), ao demandar acerca da origem etimológica do vocábulo **história**, tanto nas línguas românicas como noutras, diz que provém do grego antigo **historie**, que significa “procurar”. **Historien**, em grego antigo, é procurar saber, informar-se, e **histor** é testemunha, no sentido de aqueles que veem e, também, aquele que sabe. Neste sentido, história

exprime: essa procura das ações realizadas pelos seres humanos; objetivo de procura e o que eles realizaram.

Platão e Aristóteles, para entender o enigma de uma imagem, de uma *eikōn* – o que se mostra como presença do ausente –, analisam a memória no terreno do sensível, concebendo como *mnermê* (memória): mera faculdade de conservar o passado, e *mannese* (reminiscência): faculdade de evocar voluntariamente esse passado. Essa concepção inclui a memória no tempo, mas um tempo que permanece, que

[...] atravessa a epistemologia do testemunho, depois, a das representações sociais consideradas objeto privilegiado da explicação/compreensão, para se desdobrar no plano da representação escriturária dos acontecimentos, conjunturas e estruturas que pontuam o passado histórico (Ricoeur, 2007, p. 18).

Qual o lugar da memória para o conhecimento histórico? Ambas – Memória e História –, como observamos, estão relacionadas com o passado. Tanto Ricoeur (2007) como Le Goff (1992) analisam os problemas da memória individual e coletiva para a historiografia, demandam, no pensamento filosófico, as concepções originárias desses aspectos, a fim de encontrar, ao ditar tradições, respostas para lançar pontes entre os dois discursos, “[...] na esperança de dar alguma credibilidade à hipótese de uma constituição distinta, porém mútua e cruzada, da memória individual e coletiva” (Ricoeur, 2007, p. 107).

Consoante a concepção de Santo Agostinho de Hipona, adepto do platonismo¹², as memórias pertencem ao passado de cada pessoa. No livro **Confissões** (X, XI), a memória é concebida como “[...] lugar que armazena todos os nossos pensamentos, quer aumentando, quer diminuindo, ou até alterando de algum modo o que o que nossos sentidos apanharam, se ainda não foi sepultado ou absorvido no esquecimento” (2011, p. 96). Refletindo mais sobre o lugar da memória, nas **Confissões**, vemos que, nela, “[...] encontro a mim mesmo, recorde de mim e de minhas ações, de seu tempo e lugar, e dos sentimentos que me ao praticá-los. Na memória estão todas as lembranças do que aprendi, quer pelo testemunho alheio, quer pela experiência” (Santo Agostinho, 2011, p. 96). As memórias estão relacionadas às aprendizagens e experiências individuais, portanto, pertencem ao interior de cada um. Também, encontramos nos seus escritos a discussão do que sejam as reminiscências, que configuram “[...] a própria memória quando perde uma lembrança, como acontece quando nos esquecemos de algo e

¹² **Visão Ético-Religiosa do Mundo.** Filósofo Platão (428-7 a.t.c.-348-7). O Mundo das ideias não é apenas o cosmos inteligível, mas o reino dos deuses e dos espíritos. Como espírito, demônio, é concebida também a alma, e os mitos em torno da sua preexistência e sobrevivência são a base de toda a Antropologia Filosófica platônica.

procuramos recordá-la, o que se passa? Onde, afinal, a procuramos senão na própria memória?” (Santo Agostinho, 2011, p. 101).

Na conceição agostiniana sobre a memória estão todas as impressões e as experiências que ocorrem no passado como algo singular, privativo de cada um. As lembranças que descansam no presente nos fazem recordar o passado que topamos na memória. Sem a memória como o lugar a percorrer, não há probabilidade de reaver uma lembrança. Na perspectiva de Santo Agostinho, “[...] a memória é o passado, e esse passado é o de minhas impressões; nesse sentido, esse passado é meu passado” (Ricoeur, 2007, p. 107).

Prosseguindo a análise para entender o confronto histórico entre a memória individual e coletiva, para, assim, contribuir com a epistemologia da Ciência Histórica, Ricoeur (2007) encontrou, na fenomenologia de Husserl, a ideia do fluxo constitutivo do tempo como subjetividade absoluta. A ideação desse fluxo constitutivo atribui a noção de que toda consciência é a consciência de alguma coisa que se transforma incessante nos diferentes agoras, pois, “[...] no vivido da atualidade, temos o ponto-fonte originais que constitui por meio do agora” (2007, p. 121). No método de Husserl, em vez de pensarmos as causas, precisamos desvelá-las e, após intuir, construir ciências compreensíveis. Os entendimentos de todos os entes/coisas e do *Eu* são alargados com várias experiências. Assim, *Eu*, como *habitus*, está enraizado no mundo, alargado e entrelaçado. Os estudos fenomenológicos mostram que a mente é uma coisa pública, que age e se manifesta “a si mesma publicamente, não apenas dentro dos seus próprios limites” (Sokolowski, 2012, p. 21).

Esse tempo que se constitui continuamente, nomeado por Edmund Husserl, permanecido na consciência íntima, ao ser acessado pelo agora e graças à transferência analógica, com as experiências em todos os níveis de significação, desde as de natureza física até as de constituição intersubjetivas provenientes de um processo de “comunitarização” social, nos dá a permissão de aceitar a ideia da memória coletiva “[...] em perfeita sintonia com o conceito de mundos culturais, entendido no sentido de mundos vividos concretos nos quais vivem, passiva e ativamente, comunidades relativas ou absolutamente separadas” (2007, p. 128).

Assim sendo, talvez nas ideias sobre a memória, que é tanto íntima como memória da experiência compartilhada, continuamente acessada pelo agora, “[...] que não mais significa apenas o início ou a cessão do algo que dura, mas a pura atualidade da aparição” (Ricoeur, 2007), seja possível encontrar prerrogativas para inserir nos estudos da História como ciência a “minhadade”.

Para o historiador Jacques Le Goff (1992, p. 476), “[...] a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”. A memória como consciência de si e lembrança trazida dos outros permite o entendimento de que, mesmo distante, o passado está nas consciências individuais e coletivas de muitas gerações. Encontra-se nos lugares, nos arquivos, nas fotografias que nos fazem recordar do nosso passado e da história. “O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana” (Hobsbawm, 2013, p. 25).

Os estudos tratados nos teóricos dos *Annales* orientam, em especial, as relações entre História e Memória, além de esclarecerem sobre como devemos compreender os conhecimentos históricos, não como fatos dados, visão da História ortodoxa, positivista, predominante do século XIX, mas como fabricados e inventados por meio da questão-problema. “Elaborar um fato é construir” (Le Goff, 1992, p.31). Perceber os fatos como elaboração do historiador no seu tempo surge desse movimento nos *Annales*, que, dialogando com as Ciências Sociais, traz para a História métodos, objetos e a questão-problema. Essa visão orienta a maneira de examinar os documentos na pesquisa histórica atual, uma vez que não passam a ser entendidos como verdadeiros nem falsos. Sobre os documentos, Le Goff (1992, p. 110) assevera que “nenhum documento é inocente! ”

Nos *Analles*, achamos novas perspectivas para a investigação do passado, uma vez que é fundamental o pesquisador ler os documentos nas entrelinhas, pois no reconhecimento dos vazios surgem novos fatos examinados no presente daqueles que produzem o conhecimento histórico. Os documentos representam a dimensão individual e coletiva da memória, e, portanto, são “produto da sociedade que os fabricam segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (Le Goff, 1992, p. 545). Assim, não há neutralidade e tampouco inocência nos documentos, mas, ao serem examinados, “[...] desmitificando-lhes o seu significado aparente” (ibidem, p. 548), faz-se necessário indagar a qual grupo social pertence e as intenções à sua perpetuação e ao seu reconhecimento e, até mesmo, os porquês dos momentos da história os quais foram esquecidos e, portanto, estavam ausentes. “Torna-se, assim, os documentos tudo o que puder ser interrogado por um historiador com a ideia de nele encontrar uma informação sobre o passado” (Ricouer, 2007, p. 189).

As memórias coletivas e as mentalidades da escrita histórica dos *Analles* são ampliadas com estudos da **Escrita da História**, de Michel de Certeau, que propõe análises críticas da produção dos historiadores, relacionando-a à produção fabril e reconhecendo os

pressupostos para o redimensionamento de práticas na sociedade ocidental. Certeau (1982, p. 57) anuncia que “[...] a operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas científicas e de uma escrita”. Com base nessa combinação de práticas, constitui-se a dinâmica da história de um momento dado, cujo produto é um lugar relacionado ao complexo de uma produção específica e coletiva semelhante a uma fábrica.

A articulação da história com o lugar é, para a história de Michel de Certeau, condição primordial de uma análise da situação a ser pesquisada. Em função desse lugar, instauram-se os métodos que delineiam uma topografia de interesses, organizam-se as questões e os documentos. Nessa perspectiva, a produção histórica há de procurar uma relação social ou analítica, pois, para Certeau (1982, p. 70), “[...] não existe análise que não seja integralmente dependente por uma situação social ou analítica”. Ele continua, incisivamente, assinalando que “[...] o discurso em um não-lugar, proíbe a história de falar da sociedade e da morte, que dizer, proíbe-se de ser a história” (p. 70).

A historiografia de Michel de Certeau procura sinais por meio do corpo e da dor, produzindo uma nova história, no tentame de romper com a objetividade-padrão da racionalidade técnica, incluindo o afetivo, o imaginário e o simbólico nas narrativas. Qual é, portanto, o estatuto desse discurso que se constitui ao falar do passado/ausente? Nessa delimitação entre os discursos, o autor ensina que a história “[...] implica uma relação com o outro enquanto está ausente, embora um ausente particular, aquele que já era, como diz o popular” (2012, p. 181). A história, desse modo, relaciona-se com o passado, ausente (o outro), e o presente do autor (o mesmo).

Do Materialismo Histórico, agregamos, neste estudo, o entendimento das análises desenvolvidas e praticadas pelo historiador Eric Hobsbawm, que se direcionam para os aspectos investigativos, com vistas a compreender: o que nas sociedades muda e progride e quais os sentidos do passado, não somente “[...] em termos de uma longa experiência, mas da memória de como eram as coisas, como eram feitas, portanto, de como deveriam ser feitas” (2013, p. 45). Sobre a Memória e a História, em particular do passado distante, o autor faz a seguinte reflexão: “[...] se esses períodos estiverem muito distantes – geográfica, cronológica ou emocionalmente – podem sobreviver exclusivamente através das relíquias inanimadas dos mortos: palavras e símbolo, escrito, impressos ou gravado, objetos materiais, imagens” (Hobsbawm, 1988, p. 17).

Continuando sua reflexão sobre um passado que já não é parte da memória, tanto individual como coletiva, Hobsbawm (1988, p. 17) orienta no sentido de que “[...] partimos, por certo, dos pressupostos de nossa própria época, lugar e situação, inclusive da tendência a

reler o passado nos nossos termos, a ver o que ele nos preparou para discernir e apenas o que nossa perspectiva nos permite reconhecer”. Seus estudos também sugerem como estrutura analítica do passado dos processos humanos a “[...] capacidade persistente e crescente da espécie humana de controlar as forças de natureza por meio do trabalho manual e mental, da tecnologia e da organização da produção, mormente, tão criticada e controvertida por muitos historiadores na atualidade” (2013, p. 53). Nessa perspectiva, conferimos neste exame o componente marxista quando reconhecemos a relação fundamental entre o ser social e a consciência, valendo-se dos dois conceitos básicos, a produção e a cultura, e o entendimento da História como processo de mudança que, decerto, não é o de antever o que ocorrerá no futuro das humanidades e contrário ao progresso linear do marxismo vulgar.

O homem como um ser no mundo, que se constrói nas relações com os outros e com as coisas, é um entendimento importante para interpretar as continuidades e descontinuidades das experiências que partem da própria existência de quem investiga o problema histórico. Somos constituídos por uma série de constructos que se encontram em nossas memórias, das instituições sociais, família, grupo, igreja, profissão, pois, desde que possuímos linguagem, sempre concebemos e expressamos ideias sobre nós mesmos e nossas atividades (Hobsbawm, 2013).

Seguindo os exames por aspectos convergentes da produção das áreas, História e Memória, aportamos à **Filosofia da História** de Walter Benjamin, em particular, o exame de *Sobre o Conceito de História*. Nessa obra, há dezoito teses e Apêndice com os fundamentos e as principais ideias dessa filosofia. Os textos das teses são curtos, fragmentos. Seus sentidos estão ocultos e são múltiplos. Na leitura, identificamos poesia, alegoria e filosofia densa, que levam o leitor iniciante a recorrer e colher outras leituras que já interpretaram sua obra¹³.

Recorremos a Cromberg (2002), estudiosa de Walter Benjamin, que identificou três conceitos fundamentais da sua obra sobre a História. O primeiro trata da necessidade de romper com o contínuo, o ciclo repetitivo da história universal, “derrubar as peças do tabuleiro” (Benjamin, 1985, p. 222) do evolucionismo histórico, que somente reconhece a história dos vencedores. Ao fazer a crítica do historicismo com base nas Ciências Naturais, Walter Benjamin, na tese 7, insiste na ideação de que o historiador materialista precisa trazer “o sujeito histórico da classe combatente e oprimida” (Benjamin, 1985, p. 225) para a história e assim

¹³ Para Michael Löwy (2002), a **Filosofia da História**, de Walter Benjamin, ancora-se em três fontes: o romantismo alemão, o messianismo judeu e o marxismo. Sua obra constitui uma invenção original, por isso não há seu pensamento filosófico sistematizado: “[...] toda sua reflexão toma a forma do ensaio ou fragmento – quando não se trata da citação pura e simples, com passagens retiradas de contexto e colocadas a serviço de sua própria dinâmica” (2002, p. 192).

redescobrir suas tradições e heranças culturais. Não haverá História enquanto não houver o ponto de vista dos vencidos.

O segundo conceito analisa a necessidade de invalidação da ideia do progresso da humanidade na História. Contrário à corrente do evolucionismo, do positivismo e do marxismo evolucionista vulgar, o pensamento filosófico benjaminiano tem como preocupações as ameaças que o progresso técnico e econômico promovido pelo capitalismo provoca na História. O progresso técnico e científico, nele, é analisado como regressão social, quando comenta o fascismo e a barbárie industrial, em particular, das guerras que vivenciou. O progresso para a História da sua Filosofia representa a concepção vazia e homogênea e mecânica não condizente com o princípio construtivo da história materialista. Na tese 13, afirma que “[...] a crítica do progresso tem como pressuposto a crítica da ideia da marcha” (Benjamin, 1985, p. 229).

O último conceito benjaminiano diz respeito à ideia da ruptura que leva à imobilização do devir. Para análise deste, Walter Benjamin utiliza o conceito de *presentificação* como memória involuntária. O tempo presente expresso na percepção do conceito *Jetztzeit* – tempo do agora, entendido como presente único e específico, é pleno e permeia tanto o presente, como passado e o futuro. Na tese 14, Benjamin afirma que “A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de *agoras*” (1985, p. 229). Cromberg (2002, p. 44), analisando o *agora* benjaminiano, evidencia que a atualidade “[...] é o tempo vivido, experiência, não ideado, apriorístico e transcendental, nem encerrado em um acontecimento cristalizado, imóvel e terminado”. É um tempo saturado de *agoras* com intercruzamento de temporalidades, como recordação e rememoração que somente ocorrem no presente. Assim, o tempo passado é vivido na rememoração que nos diz algo e se relaciona conosco, portanto não é vazio nem morto, mas é atual e presente e é capaz de ser extraído feito mônada, maneira que o historiador tem de se aproximar de um objeto histórico.

Ao passo que estudávamos (aproximar) conceitos da Memória e da História para esta nova produção historiográfica, muitas inquietações surgiam sobre o lugar da investigação biográfica para o âmbito histórico e da pesquisa qualitativa na Educação. É possível produzir conhecimento científico tendo como o exame o caso? Qual há de ser sua representatividade? Stake (2009), refletindo sobre o caso em uma pesquisa qualitativa, evidencia que esse tipo de demanda tem ligações com o conhecimento científico, o coletivo, a generalização e a microanálise. Para o mencionado autor, o investigador que examina um caso precisa enfatizar “[...] os episódios significativos, a sequencialidade dos acontecimentos em contexto, a totalidade do indivíduo” (Stake, 2009, p. 12), e ratifica que a característica principal dos estudos

qualitativos é o uso da interpretação, “[...] dos pesquisadores e das pessoas que eles estudam e dos leitores dos relatórios da pesquisa”. Prosseguindo sua análise, acentua que “[...] não existe uma única forma de pensamento qualitativo, mas uma enorme coleção de formas: ele é interpretativo, baseado em experiências, situacional e humanístico” (ibidem, 2011, p. 41).

Estudos biográficos na historiografia foram analisados, em especial, por Pierre Bourdieu (1996), no texto **A ilusão biográfica**, quando assinalou que “[...] a história de vida é um dessas noções do senso comum que entrariam como contrabando no universo científico” (p. 183). Essa inquietação do campo também é abordada por Giovanni Levi (1996), ao reconhecer que a biografia e os seus usos conformam um instrumento científico da seara social ou, ao contrário, também, é possível evitá-la. Apesar disso, esse cientista milanês da Micro-História considera o ambiente biográfico como “[...] ideal para verificar o caráter intersticial da liberdade de que dispõem os agentes e para observar como funcionam concretamente os sistemas normativos, que jamais estão isentos de contradições” (ibidem, p. 180). Também identifica a biografia dentro da investigação “[...] de um caso, um lugar, um documento, um acontecimento, lidos a partir de aumento da escala, buscam identificar perguntas que possuam valor geral e que, entretanto, permitam um amplo leque de resposta” (Levi, 2020, p. 20).

Prosseguindo a mesma perspectiva teórico-metodológica, a ideia das escalas de variações de Jacques Revel são aportes para o exame e explicação/entendimento da história de vida, pois a contribuição do autor consiste em “[...] ajustar a vontade individual, a norma coletiva e intenção do projeto e as características da situação do momento” (2010, p. 238). De fato, em cada situação histórica há diferentes escalas, regional e nacional, continental, pois, “na medida que estamos estudando o mesmo cosmo, a escolha entre micro e macrocosmo é uma questão de selecionar a técnica apropriada” (Hobsbawm, 2013, p. 266).

Em ultrapasse a essas discussões sobre método e validade da seara biográfica para o exame ora efetivado sobre a História, são agregadas as contribuições recentes de pesquisadores sobre história de vida, como as de António Nóvoa (1995b) e Ivor F. Goodson (1995), que nos transportam a abordagem da história de vida de professores como paradigma da investigação educacional. Assim, entendem que, por meio do método biográfico, é possível desvelar o universo pedagógico, formativo e profissional por via das trajetórias de vida de um professor, uma vez que “[...] hoje sabemos que não é possível separar o pessoal do eu profissional, sobretudo numa profissão fortemente impregnada de valores e de ideias e muito exigente do ponto de vista do empenhamento e da relação humana” (Nóvoa, 1995b, p. 9).

Com efeito, por intermédio de trajetórias de vida, caracterizam-se os modelos formativos vivenciados por professores, pois, à medida que ocorrem as mudanças do modo de

formação, também os professores mudam e estabelecem novas práticas e jeitos próprios de ser professor. O conceito de formação, como aponta Maria Conceição Moita (1995, p. 114), não consiste “[...] como uma actividade de aprendizagem situada em tempos e espaços limitados e precisos, mas com a acção vital de construção de si próprios.” Assim, os trajetos de formação supõem entender que esses procedimentos não sucedem no vazio, mas recheados de múltiplas relações sociais e de aprendizagens.

Ainda recorreremos aos estudos teóricos contemporâneos sobre vidas de professores, modelos formativos e etapas da evolução do ofício docente, de Nóvoa (1995a, 1995b, 1997, 1998) e Ribeiro (2010), além dos lineamentos de Pérez Gómez (1998) e Sacristán (1995), que oferecem os modelos de formação de professores. Nesses ensaios, são caracterizadas as perspectivas prática e acadêmica, analisando as mudanças históricas da formação inicial que define perfis de profissionais e suas influências na organização da escola, ensino e currículo. Também as análises tentam reconhecer os aspectos favoráveis e desfavoráveis dessas mudanças para a profissão docente.

Nessa escrita, fomos estabelecendo convergências teórico-metodológicas entre variegados terrenos da historiográfica, reconhecidamente discordantes. Seguindo, deste modo, rebelde, rompendo as caixas doutrinárias, fomos indicando relações por sua utilidade com o propósito de examinar, selecionar e organizar as fontes e, assim, interpretar e representar a História, em diversos tempos e lugares, de sujeitos e grupos sociais. Observando os consensos, ante as divergências que há nesses estudos sobre a escrita historiográfica neste ensaio, nos aproximamos do âmbito das interações e dos comportamentos sociais, pois concordamos com Hobsbawm (2013, p. 257) que, refletindo sobre as frequentes críticas do marxismo à escola francesa dos *Annales*, afirma que, “apesar disso, o conceito de uma sociedade e suas interações, inclusive suas interações mentais, é um conceito que descobrimos ser altamente estimulante”.

Expressamos, assim, que o reconhecimento das ideias de determinados grupos e pessoas constitui uma estratégia teórico-metodológica importante que os *Annales* inauguram para a senda historiográfica, pois as análises de comportamentos sociais de sujeitos e grupos são passíveis de ser reveladoras de determinadas crenças, valores e preconceitos de uma época. Seguindo a tese de Eric Hobsbawm¹⁴ (2013, p. 256), “o modelo marxista da base e superestrutura, apesar de que possam pensar a seu respeito, implica, afinal de contas, uma consideração da superestrutura também como uma base, ou seja, a importância das ideias”. O

¹⁴ Hobsbawm entende que “as concepções materialistas da história de Marx é, de longe, o melhor guia para a história” (2013, p. 10). Para esse autor, “o modo de produção é a base de nosso entendimento da diversidade das sociedades humanas e suas interações, bem como de sua dinâmica histórica” (ibidem, p. 231).

Historiador marxista destaca em seus estudos que a história das mentalidades deve ser considerada como “um sistema coerente de crenças sobre a sociedade, sobre o papel daqueles que acreditam e o papel daqueles em relação aos quer quais tais crenças são mantidas” (*ibidem*, p. 258).

No intuito de análises mais pluralistas e menos unívocas sobre fatos históricos, nos aproximamos da lógica da escala cartográfica dos métodos da Micro História, que correlaciona o conteúdo da arquitetura e da óptica para justificar encadeamentos entre pessoas e instituições que habitam os espaços, local e globalizado. Paul Ricouer (2007, p. 221) exprime que, “[...] de um mapa a outros, o espaço é contínuo, o território é o mesmo, assim a mudança discreta de escala mostra um mesmo terreno”. É procedimento proposto por Jacques Ravel (2010) que os pesquisadores sociais e historiadores, por meio de estudo intensivo, se aproximem de configurações e processos globais, tendo como objeto a história de vida. Sugere, também, como alternativa colocar a atenção sobre a importância do princípio de variação das escalas, em todos os níveis de relações sociais, desde a mais local até a mais globalizada. Os exames em escalas micro são o modo de perceber relações que em estudos da Macro História são imperceptíveis. Ricouer, sobre a variação e escalas, acentua que “[...] a história, do mesmo modo, funciona alternadamente, como uma lupa, e até como um microscópio ou um telescópio” (*Idem*, p. 222).

Deste modo, acolhendo as contribuições das variações de escala de Paul Ricouer (2007), perfilhamos, nesta tese, três escalas: a) dos graus de eficácia e de coerção que afetam as relações e normas sociais; b) modulam os graus de legitimação nas múltiplas esferas de pertencimento, entre as quais se distribui o vínculo social; e c) correspondente aos aspectos não quantitativos da esfera do tempo e seu vínculo com a duração e a permanência da vinculação social (*idem*, *ibidem*). As proposições do postulado de variação de escalas estão oportunamente incorporadas (Seção 2.2 - Fontes deste Capítulo) no modo de observação, análise e escrita do objeto estudado. Sequentemente, está o quadro, resumido, das três linhas de conexões, estabelecidas para observação e análise histórica.

Quadro 1 - Resumo: Variações de Escala, por linhas de conexões e relações

LINHAS DE CONEXÕES	VARIÇÕES DE ESCALA		RELAÇÕES
	Micro	Macro	
Graus de eficácia e Coerção	Presunção da submissão Ajuste de ação que convém às normas	Processo de institucionalização para produzir sentido no estado nascente e a produção de coação no estado estabelecido	Afetam as relações sociais e normas
Graus de legitimação	Discursos justificados (escritas sobre si mesmo)	Discursos fundadores (justificação indireta)	Modulam as múltiplas esferas de

			pertencimento
Aspectos não quantitativos do tempo	Presença/esquecimento	Permanência	Examinam a noção de acordos bem-sucedidos e duráveis do vínculo social

Fonte: Elaborado pela autora, com suporte em Ricouer (2007).

O pesquisador histórico observa, compõe, ajusta e relaciona espaços e tempos, encontrando conexões com as distintas ações entre os sujeitos e os seus múltiplos mundos, durante toda a escrita historiográfica. Todas as variadas fases do estudo, que envolvem a pesquisa das fontes em arquivos, da seleção e organização do inventário, análise e escrita da História, são suscetíveis de ser ajustadas, estabelecidas as necessárias relações, com o emprego da variação de escalas. Assim como ensina Paul Ricouer (2007, p. 238), “[...] é pela escrita do presente que é possível enfatizar as escalas de variações de duração, e ajustar a vontade individual e a norma coletiva”.

A escrita histórica, neste estudo, é compreendida como ambiente percorrido em três fases: a) documental, momento da seleção e organização à constituição de inventários, na qual o pesquisador responde às perguntas sobre as origens e os acontecimentos mencionados, confrontando-as com o que já se sabe sobre o assunto abordado, acrescentando observações aos documentos; b) explicativa/compreensiva, que se relaciona às demandas por entendimentos das questões da pesquisa produtoras de novas respostas, de sorte que, assim, a história se aprofunda e se amplia; e c) a representativa, à qual Ricouer (2007) acrescenta a abordagem de Certeau (1982), que trata da representação “[...] das coisas ausentes do passado” (2007, p. 148). Esses momentos não são distintos ou estanques, mas operados de maneira articulada, pois “[...] ninguém consulta um arquivo sem um projeto de explicação, sem uma hipótese de compreensão; e ninguém a explica uma sequência de acontecimentos sem recorrer a uma conotação de sucessividade [...]” (2007, p. 147).

Dos pensamentos exprimidos da Filosofia da História de Walter Benjamin, em especial, adotamos a crítica que faz o progresso para a História e para a humanidade decorrente da racionalidade científica e técnica, sendo relevante para a reflexão dos avanços e retrocessos expressos pelas mudanças do período sob exame. Suas teses também são fundamentais para consolidar nosso objeto histórico, pois estamos atentas à intenção de elaborar uma história da educação que não seja vazia, sem significado, e sim saturada de *agoras*, tentando, também, revelar neste ensaio tradições e heranças dos vencidos e dos esquecidos na educação cearense.

Assim, aportamos ao termo deste segmento, que se ocupou de algumas análises, pensamentos e concepções da Filosofia da História e da Ciência da História sobre a relação

controversa e antiga entre Memória e História, oferecendo indicações das suas bases – as fundações –, situando os estudos realizados para ancoragem deste esforço investigativo doutoral. Na base dessa discussão, foram aproximadas, de modo geral, algumas concepções sobre ideias, comportamentos sociais e representação de diferentes searas da Ciência da História que ampararam descobertas e interpretações nesse exame historiográfico. Deste modo, prosseguimos com a exposição da última parte desta seção sobre as fontes e trajeto metodológico da pesquisa histórica, dedicada a exprimir as vertentes documentais selecionadas e mapeadas para composição da escrita histórica.

2.2 Fontes

Os estudos debatidos no módulo anterior são pertinentes para delimitar o objeto, à medida que reconhecemos ideias e pensamentos explicativos das relações entre a Memória e a História. Neste segmento, avançamos no trajeto metodológico, com a expressão dos aspectos de método da investigação, analisando, sobretudo, como esta se encontra organizada, detalhando os passos da demanda documental em acervos digitais e físicos.

Indicamos, neste ensaio, as fontes documentais, apontando o que foi identificado nas procuras para compor a história da formação docente dos professores primários cearenses, por meio do exame da trajetória formativa do professor José de Barcellos, até chegar à qualidade de docente da cadeira Pedagogia e Metodologia e diretor da Escola Normal.

A investigação desenvolvida nesses quatro anos de estudo do curso de doutorado¹⁵ entrecruzou fontes bibliográficas e documentais, principalmente, do interstício de 35 anos (1856-1891). A procura foi efetivada com o emprego das expressões-chaves: “José de Barcellos” e “Escola Normal” em artigos jornalísticos, revistas e volumes literários, fotografias e documentos oficiais, selecionados, inventariados nos seguintes acervos reais localizados: a) em Fortaleza – o Arquivo Público do Ceará (APC), o Instituto do Ceará (IC), a Academia Cearense de Letras (ACL), a Biblioteca Estadual do Ceará (BECE); e b) noutros recheios bibliográficos virtuais – Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital (HD) e Academia Cearense de Letras, bem como no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES¹⁶. O acesso a esses

¹⁵ As pesquisas realizadas nos acervos físicos começaram somente em agosto de 2021, quando foi autorizado o acesso ao público e aos pesquisadores a arquivos e bibliotecas pelas autoridades sanitárias em Fortaleza, em razão da pandemia de covid-19.

¹⁶ As pesquisas em recheios virtuais foram realizadas durante todo o percurso de escrita da tese. Evidenciamos que a pesquisa bibliográfica da expressão-chave “Escola Normal” no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES foi organizada e inventariada em 2020. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses> - Acesso em: 26/05/2024.

documentos implicou, como expressa Magalhães (2007, p. 74), “[...] a criação de um sistema de indexação e cotização das séries e das peças arquivistas, localização, identificação, descrição, catalogação, informação.” Isto é passível de assegurar uma interpretação fecunda de múltiplas dimensões, para aproximação dos trajetos formativos de José de Barcellos e da Escola Normal no final dos Oitocentos.

Com vistas a que todos os que tiverem acesso a este estudo sobre a História da Educação cearense entendam os passos metodológicos seguidos, detalhamos em notas as decisões de inclusão ou exclusão de fontes documentais devidamente justificadas. Assim, tencionamos, de maneira didática, circunstanciar as decisões tomadas desde o início da organização do trabalho de pesquisa, pois, para quem desenvolve estudos qualitativos no âmbito da História da Educação, é importante que as escolhas sejam explicitadas, porquanto “[...] operamos na zona nebulosa onde a investigação daquilo que é – resulta afetada por quem somos e por aquilo que desejamos que aconteça ou não aconteça: este é um fato da existência profissional” (Hobsbawm, 2013, p. 104).

As procuras feitas nos distintos recheios arquivísticos demandaram um grande esforço em organização dos dados das fontes bibliográficas e documentais, inventariados com indicação do local do acesso da fonte, referências, características do documento, objetivo, período, citação e comentários de sua utilidade à pesquisa. Escolhemos examinar diretamente as vertentes originais, citadas ou omitidas, em fontes secundárias na literatura cearense. Foram, assim, produzidos dois inventários, o primeiro de fontes bibliográficas com a palavra-chave “Escola Normal”¹⁷ e outro sobre as vertentes documentais com as consultas das palavras-chave “José de Barcellos e Escola”.

Começamos este exame por averiguar outros estudos que abordaram a vida de José de Barcellos e a criação da Escola Normal. As primeiras demandas sobre a expressão-chave “Escola Normal Provincial no Brasil” foram realizadas no Catálogo de Teses da CAPES (catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses), em dois instantes: em março de 2019, período em que foi elaborada a primeira versão deste estudo, e o outro em setembro de 2020. No momento, alargamos o exame, inserindo os anos de 2020 a 2022. As palavras-chave utilizadas para o trabalho na plataforma da CAPES (catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses) foram: uma mais geral – “Escola Normal Provincial no Brasil” e, posteriormente, afinando essa

¹⁷ Ressaltamos que a escolha da dicção “escola normal” deriva da sua associação à habilitação do professor, pois, no âmbito daquele tempo, não encontramos a expressão “formação de professores”. Nas demandas procedidas nos anos 1800 e, em especial, nos da segunda metade (século XIX), essa unidade de ideia estava associada aos textos sobre habilitação do professorado, aperfeiçoamento, diplomação e instrução geral e profissional.

pesquisa para as expressões-chave: “Escola Normal no Ceará”. Foram encontradas, em ambas, dissertações e teses dos anos de 1989 até 2023, totalizando 41 trabalhos no Brasil e no Ceará.

O levantamento mostrado versa sobre a expressão-chave “Escola Normal Provincial no Brasil”, que identificou 27 trabalhos acadêmicos produzidos, de 1989 a 2023, nos programas de pós-graduação no Brasil. Os estudos relacionados neste inventário foram realizados em distintas regiões brasileiras, conforme a tabela seguinte.

Tabela 1: Trabalhos de Mestrado e Doutorado produzidos

REGIÃO	ESTADO/MUNICÍPIO	MESTRADO	DOCTORADO	TOTAL
Centro-Oeste	Distrito Federal	01	-	01
Norte	Amazonas	01	01	02
	Pará/Belém		01	01
Nordeste	Ceará	01	01	02
	Bahia	03	-	03
	Sergipe	01	-	01
	Piauí	01	-	01
Sudeste	Minas Gerais	01		01
	Minas Gerais/Juiz de Fora	01		
	Minas Gerais/Ouro Preto	01		01
	Minas Gerais/Uberlândia	01		01
	Rio de Janeiro		02	02
	Rio de Janeiro/Niterói	01		01
	São Paulo	05	03	06
	São Paulo/Piracicaba		01	01
TOTAL		18	09	27

Fonte: Inventário analítico de fontes bibliográficas da palavra-chave: “Escola Normal” – 2023. Elaboração própria.

Sobre a Escola Normal como projeto nacional, destacamos, na seara da Historiografia educacional brasileira, a dissertação de Villela (1990), que, em seus estudos do curso de mestrado, investigou as contribuições da primeira escola normal do Brasil para a história da formação dos professores, cujas descobertas são marcas para a leitura do enredo histórico do ofício docente e da Escola Normal no Brasil. Prosseguindo nos estudos sobre a Escola Normal, Villela (2002) amplia a escrita historiográfica com a tese de doutorado **Da palmatória à lanterna mágica: a Escola Normal da Província do Rio de Janeiro entre o artesanato e a formação profissional**. O trabalho investiga, mediante perspectiva histórica, a formação realizada nas escolas normais do século XIX, no período inovador da direção de José Carlos de Alambary Luz à frente da Escola Normal da Província do Rio de Janeiro, de 1868 a 1876, quando da transição "artesanal" da formação de professores, em que predominavam elementos da cultura pragmática, e o modelo "profissional", baseado na separação racional do

conhecimento teórico e prático, em relação ao alargamento do conteúdo acadêmico e o domínio de métodos específicos.

Os espaços formativos das escolas normais no Estado Imperial definiram novas exigências de ingresso na profissão, configurando-se, com efeito, em etapa inicial de formação (Villela, 2003). Seus programas deviam sistematizar e organizar os conhecimentos necessários ao ingresso do professor em sua área de atuação. A importância profissional das escolas normais, além de formar profissionais (a título individual), é produzir a profissão docente (no âmbito coletivo), contribuindo para a socialização dos seus membros e para a gênese de uma cultura profissional (Nóvoa, 1995a).

Continuando as demandas bibliográficas com a expressão-chave **Escola Normal**, acrescentamos o vocábulo **Ceará** para achados de dissertações e teses que interpretam essas instituições escolares criadas no período imperial até os anos de 1960. Os estudos identificados apontam o papel social e cultural dessa instituição para a formação do professorado primário, tanto em Fortaleza como em outras regiões do Ceará.

Há um estudo de mestrado cujo objeto é a arquitetura dessa instituição de ensino, e quatro dissertações sobre a criação de escolas normais rurais e municipais, dos anos de 1930 até os de 1960, no Ceará, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará – UECE, que relacionam a instalação dessas instituições no Estado à tradição e ao modelo da Escola Normal de Fortaleza. Achamos uma tese do Curso de Educação Matemática da Universidade Anhanguera, de São Paulo. Observamos predominância do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará na produção escrita sobre a História da Escola Normal cearense, sendo quatro dissertações e cinco teses. Nessas consultas, foram encontrados 14 estudos, realizados no período de 2001 a 2022.

Quadro 2 – Descrição dos trabalhos, com título, curso, ano, instituição e programa (2001-2022)

TÍTULO	CURSO	ANO	INSTITUIÇÃO/ PROGRAMA
A ESCOLA NORMAL DO CEARÁ: Luzes e modernidade contra o Atraso na Terra da Seca (1884-1922).	Mestrado	2001	UFC/PPGE
FORMAÇÃO INTEGRAL DO EDUCANDO NOS DISCURSOS E NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: a experiência da Escola de Aplicação (1884-1940)	Doutorado	2002	UFC/PPGE
FONTES PARA A HISTÓRIA DO ENSINO NORMAL NO CEARÁ: o Instituto de Educação do Ceará e a Reforma Lauro de Oliveira Lima (1958-1962)	Mestrado	2003	UFC/PPGE
ESCOLA NORMAL DO CEARÁ: O ENSINO ATIVO E A ARQUITETURA DO PALACETE DA PRAÇA FIGUEIRA DE MELO (1922-1934)	Mestrado	2008	UECE/PPGE

AMÁLIA XAVIER E A ESCOLA NORMAL RURAL DE JUAZEIRO DO NORTE: Registros sobre a constituição de uma cultura docente para a educação no campo	Mestrado	2008	UECE/PPGE
A ESCOLA NORMAL DO CEARÁ NOS ANOS DE 1930 A 1950: Palco de debates políticos e pedagógicos no calor das Reformas	Doutorado	2009	UFC/PPGE
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) NA ESCOLA NORMAL RURAL DE JUAZEIRO DO NORTE/CE SOB UMA PERSPECTIVA ETNOMATEMÁTICA	Doutorado	2011	UNIBAN – MR - Educação Matemática
MITOS E RITOS DA ESCOLA NORMAL RURAL DE JUAZEIRO DO NORTE	Mestrado	2012	UECE/PPGE
DE ALUNO A PROFESSOR: A FORMAÇÃO DOCENTE DE EGRESSOS DA ESCOLA NORMAL RURAL DE JUAZEIRO DO NORTE CE	Mestrado	2013	UECE/PPGE
A TRADICIONAL ESCOLA NORMAL CEARENSE CHEGA AO BAIRRO DE FÁTIMA: Formação das primeiras professoras primárias (1958-1960)	Doutorado	2014	UFC/PPGE
UMA HISTÓRIA DE INSTITUIÇÕES ESCOLARES E FORMAÇÃO DE PROFESSORAS NO CARIRI (1923 A 1960): O Colégio Santa Teresa de Jesus e a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte em Perspectiva Histórico-Comparada	Doutorado	2015	UFC/PPGE
MEMÓRIAS E NARRATIVAS DA ESCOLA NORMAL DO SAGRADO CORAÇÃO EM UBAJARA – CE	Mestrado	2017	UFC/PPGE
O GINÁSIO ESCOLA NORMAL VIRGÍLIO TÁVORA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DE DOCENTES NO MACIÇO DE BATURITÉ/CE	Doutorado	2018	UFC/PPGE
MULHER E EDUCAÇÃO: Vozes, Saberes e Vivências de Professoras na Escola Normal do Ceará/Instituto de Educação do Ceará	Mestrado	2022	UFC/PPGE

Fonte: Inventário analítico de fontes bibliográficas da palavra-chave: “Escola Normal” – 2023. Elaboração própria.

Selecionamos, então, três pesquisas sobre a antiga Escola Normal cearense, uma do curso de Mestrado e duas do Doutorado, oriundas do Programa de Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC), que interpretam a história da instituição de ensino sob exame à época provincial e de início da Primeira República. Localizamos, também, um ensaio que estuda a tradição institucional dessa Escola Normal até os anos de 1960, em Fortaleza.

O estudo intitulado **A Escola Normal do Ceará: luzes e modernidade contra o atraso na terra da seca**, de Maria Goretti Lopes Pereira e Silva, examina o período de 1884 a 1922. Configura uma dissertação de Mestrado que analisa essa instituição formativa, seus discursos e práticas educativas, usando os documentos legais e os jornalísticos como fonte de pesquisa para compreender e explicar essa instituição educacional (Pereira e Silva, 2001). A Seção 3 desse estudo evidencia os documentos legais e jornalísticos encontrados pela autora sobre a Escola Normal cearense do recorte temporal, constituindo-se fonte valiosa para

reinterpretar essa instituição de ensino. A autora abriu, literalmente, os arquivos descobertos nessa análise nos primeiros 38 anos de funcionamento. Nessa dissertação, há traços biográficos de Barcellos extraídos do artigo de Alba Valdez, que indica o primeiro diretor da escola como um dos três instituidores dessa instituição formativa, ao lado do Dr. Thomaz Pompeu de Souza Brasil¹⁸ e do Dr. Amaro Soares Cavalcanti.

A Professora Doutora Ercília Maria Braga de Olinda, da Universidade Federal do Ceará, na obra **Formação Integral do Educando no Tempo da Escola Normal**, recupera os discursos e iniciativas que apontaram a transformação da instrução pública primária advinda da racionalidade técnica que, segundo sua interpretação histórica, submeteram a xeque a tradição docente do mestre-escola. Para essa análise, ela interpreta e revisa os contextos legais e organizacionais, bem como os projetos pedagógicos que influenciaram a experiência da Escola Normal do período de 1884 até 1918 (Olinda, 2005). Esse estudo, em particular, não há de faltar para a interpretação das ideias pedagógicas do biografado José de Barcellos, uma vez que foram provavelmente esses discursos que influenciaram as iniciativas legais e práticas que modificaram o modelo de formação e que deram influxo a novas práticas à instrução primária e à identidade docente do período do início dos anos oitenta do século XIX.

A interpretação da história da Escola Normal (1958-1960) contada por Helena de Lima Marinho Rodrigues Araújo é valiosa, uma vez que analisa o modo como essa instituição para a formação de professores primários contribuiu na melhoria da educação nas séries iniciais, discutindo o seu notório papel para a sociedade, desde o seu início de funcionamento, no ano de 1884, na sociedade cearense, até os anos de 1960. Nesse estudo, a autora conclui que prevaleceu no período, pelas memórias das entrevistas, a tradição de se formar na Escola Normal cearense, por ser a instituição primordial na diplomação de professores para as séries iniciais (Araújo, 2014).

Foram as memórias evocadas de José de Barcellos expressas no artigo **Uma grande figura da história educacional cearense (1843-1919¹⁹)**, escrito, provavelmente, em 1948 pela ex-aluna Maria Rodrigues Peixe, nome civil da autora Alba Valdez, escritora cearense, as quais sinalizaram novas demandas e abriram mais encontros com a história da Educação cearense. Essa escrita biográfica foi a bússola que utilizamos em todo o percurso trilhado para este estudo

¹⁸ Thomaz Pompeu de Souza Brasil foi professor de História e Geografia do Liceu, e diretor da instrução pública e vice-presidente da Província Cearense e da Escola Normal. Foi deputado, jurista e diretor da Faculdade de Direito do Ceará. Disponível em <https://www.institutodoceara.org.br/socio/thomaz-pompeu-de-souza-brasil-filho/>. Acesso em: 16/05/2024.

¹⁹ Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1948/1948-UmaGrandeFiguraHistoriaEducacionalCearense.pdf>. Acesso em: 16/05/2024.

histórico. Seguindo a escritora, traçamos trajetos e localizamos sinais do seu professor de Pedagogia, José de Barcellos, decidindo o melhor caminho da pesquisa documental. Com esse artigo também confirmávamos os acontecimentos e confrontávamos as informações no decorrer desses quatro anos de curso. Percebemos que as vertentes jornalísticas também são usadas pela autora, quando a essas recorre para compreender e explicar o modo como transcorreram os variados trajetos de vida do seu professor de Pedagogia.

Igualmente, como Alba Valdez, nos louvamos nos jornais, pois, à medida que consultávamos essas fontes, encontrávamos José de Barcellos e os múltiplos espaços onde viveu e atuou profissionalmente. A literatura de Valdez opera com o texto jornalístico em um tempo durante o qual os historiadores não o consideravam válido para elaboração histórica, pois, “[...] para quem busca a veracidade, nada menos confiável do que a imprensa. Entretanto, para pesquisadores que buscam pistas verossímeis sobre o passado, talvez aí esteja nada mais próximo da cultura de um tempo” (Campos, 2012, p. 66).

Entendendo os jornais como fontes críveis para a Historiografia da Educação cearense, escolhemos os periódicos do estado que circulavam na segunda metade do século XX, em particular, os jornais **Pedro II**, **O Cearense** e a **Gazeta Norte**, selecionados por circulação diária e alcance de suas matérias aos grupos letrados de Fortaleza e outros municípios cearenses. Há, também, uma quantidade expressiva de edições em acervos digitais possíveis às aproximações dos distintos espaços sociais, políticos e educacionais que perpassaram a vida de José de Barcellos. Os jornais **Pedro II** e **O Cearense** circularam por largo tempo na sociedade cearense durante a segunda metade do século XIX. Os dois jornais findaram suas publicações com a então recém-República brasileira.

Quadro 3 – Jornais cearenses, por período e política partidária (1840-1890)

JORNAIS	PERÍODO	REPRESENTAÇÃO POLÍTICA PARTIDÁRIA
Pedro II	1840-1890	Conservador
O Cearense	1846-1889	Liberal
Gazeta do Norte	1880-1889	Liberal

Fonte: Sousa (1933).

Essas três folhas representavam forças políticas antagônicas – os liberais (republicanos), pelos jornais **O Cearense** e **Gazeta do Norte**, e os conservadores (monarquistas constitucionistas), pelo **Pedro II**. Eram partidos políticos que se revezavam no poder durante o Estado Imperial, contudo, as divergências entre liberais e monarquistas “[...] não iriam além

dos limites estabelecidos pela manutenção da unidade nacional, pelo controle civil do poder, pela democracia limitada dos homens livres” (Carvalho, 2006, p. 39).

Os editoriais foram examinados, criticamente, de um a um. Analisamos as entrelinhas dos conteúdos publicados, inquirimos sobre os distintos poderes políticos responsáveis pela linha editorial, relacionamos e confrontamos o que foi dito nas intenções com ações cotidianas. Os textos inventariados das coleções de jornais apontaram cada vez mais vestígios de Barcellos e da Escola Normal. Os conteúdos nos aproximaram das relações sociais, políticas e educacionais da época do Biografado, no tempo em que foi instituída a Escola Normal.

O exame do acervo da Hemeroteca Digital BN nos exigiu tempo e disposição nessa fase do estudo, pois todos os trechos reconhecidos e destacados da consulta com as palavras-chave “José de Barcellos” e “Escola Normal” foram examinados e organizados em um inventário que se iniciou em 2021 e vale até o momento da feitura deste ensaio doutoral.

As demandas ocorreram no período de maio de 2021 a junho de 2023, por meio dos seguintes acessos:

Acesse em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Periódicos: **O Cearense, Pedro II ou Gazeta do Norte.**

Período: Todos.

Pesquisar: “José de Barcellos” ou “Escola Normal”.

Fotografia 1 – Painel da pesquisa da Hemeroteca Digital da BN

memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx

Fale conosco...

bn
digital
Brasil

BIBLIOTECA NACIONAL

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA

Periódico Período Local

Periódico
Selecione...

Período

Pesquisar (Para uma frase exata, coloque as palavras entre aspas. Ex.: "mundo verde").

Pesquisar

Patrocínio **Finep** MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO GOVERNO FEDERAL tecnologia **docpro**

Fonte: Site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Foram registradas 601²⁰ ocorrências, identificadas nas edições por ano, para a pesquisa com a expressão-chave “José de Barcellos e a Escola Normal” nos três jornais cearenses pesquisados no período de 1856 a 1891. O exame da trajetória do nome de José de Barcellos relacionado com a denominação da Escola Normal produziu abundante conteúdo possuidor de múltiplas conexões de espaços e tempos, passíveis de apreender e compreender as configurações sociais e culturais. Assim, “[...] o indivíduo torna-se um marcador das reorganizações profundas vividas pela sociedade” (Revel, 2010, p. 439).

Tabela 2 – Jornais cearenses, com quantitativo, por ocorrências e edições – 1856-1891

JORNAL	EDIÇÕES		TOTAL
	José de Barcellos	Escola Normal	
O Cearense	73	151	224
Pedro II	40	35	75
Gazeta do Norte	46	256	302
TOTAL	159	442	601

Fonte: Acervo da Hemeroteca Digital BN.

Deste modo, percorrendo as páginas digitalizadas dos jornais cearenses da época, identificamos esse conjunto de dados, inventariando-se com a indicação do local do acesso da fonte, suas referências, das características do documento, objetivo, período e citação da sua utilidade à pesquisa. Em cada trecho das edições jornalísticas localizadas, foram copiadas e feitas perguntas e comentários sobre as aproximações, que, embora iniciais, foram anotadas, com as explicações e compreensões sobre os acontecimentos da vida de José de Barcellos e da Escola Normal.

Pelos jornais, identificamos matérias que denunciam fraudes em eleições, conselhos médicos, moda, regras, notícias policiais, denúncias, publicações oficiais das sessões das Assembleias Provincial e Nacional e os despachos e portarias do Executivo Local. Localizamos transcrições de informações das outras províncias, de acontecimentos globais e publicações de romances ou poesias. Os conteúdos jornalísticos forneciam, assim, uma diversidade de assuntos para atrair leitores das mais distintas categorias.

²⁰ Concordamos com Borges (2021) na ideia de que, apesar do mérito de possibilidades de exames pelo recurso da Biblioteca Nacional, é possível as ocorrências destacadas não representarem a totalidade dos conteúdos, uma vez que o estado de conservação dos documentos é capaz de interferir na identificação. Assim, é possível que haja ainda muitos vestígios não identificados de Barcellos e da Escola Normal nos documentos examinados neste estudo.

José de Barcellos e os sinais do seu itinerário foram encontrados nas páginas dos jornais. Achamos no editorial, parte oficial, em particular, os despachos administrativos que informaram autorizações para viagens e comissões de estudos e avisos dos editores d'**O Cearense** e da **Gazeta do Norte** que noticiavam as saídas e chegadas de José Barcellos nos vapores que aportavam em Fortaleza. Encontramos o Professor, muitas vezes, nas crônicas redigidas sobre instrução pública, nas quais, ao final, assinava *José de Barcellos* ou simplesmente escrevia suas iniciais "*J. de B.*" ou "*J.B.*". Localizamos José de Barcellos em anúncios de aulas particulares de Português e Francês e na divulgação para venda de compêndio de Geografia para exames gerais do ensino secundário. No Rio de Janeiro, o deparamos, quando lemos os anúncios de um colégio particular, compondo o corpo docente, e nos avisos oficiais da Instrução Pública que publicavam as bancas avaliadoras dos exames finais e da Junta Municipal das eleições do Município da Corte.

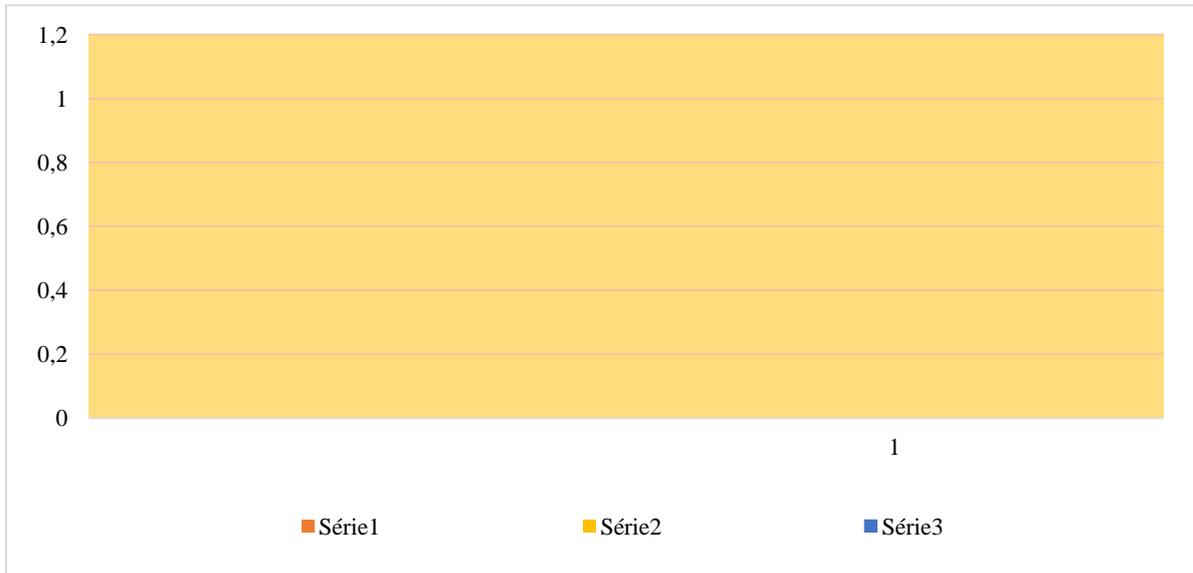
Os sinais dos trajetos da Escola Normal são traçados, em especial, em transcrições das falas das sessões da Assembleia Provincial, dos relatórios dos diretores da instrução pública, dos despachos e atos administrativos dos presidentes provinciais que os mencionados periódicos publicavam sempre nas primeiras páginas. Nos jornais, as publicações dos atos, despachos e editais de contratação dos serviços do Executivo, bem como as leis orçamentárias impressas na Parte Oficial, forneceram vestígios de como foram efetivadas as intenções de criação da Escola Normal. Por meio dos despachos do Executivo Provincial, constatamos os pagamentos de serviços do engenheiro e dos construtores pelo tesoureiro provincial. Nos noticiários, localizamos conteúdos que publicaram a inauguração do prédio, bem como avisos da matrícula na Escola Normal: e novas práticas de formação de professores foram divulgadas nos editais de exames da escola anexa feminina e de listas com o nome das primeiras normalistas aprovadas em bancas de exame finais.

A multiplicidade de teores selecionados e analisados possibilita ampliar explicações e compreensões de como foi configurada a reforma educacional que se materializou com a instalação da Escola Normal e o funcionamento das primeiras turmas de normalistas sob a direção de José de Barcellos. Com efeito, procuramos sinais do projeto dessa instituição cearense, relacionando-os com as itinerâncias formativas e profissionais do primeiro professor de Pedagogia do Ceará, e, em particular, os de 23 edições, cujos textos destacam elos entre Barcellos e a Escola Normal, com vistas à renovação do ensino cearense. Reproduzimos, à continuidade, alguns de tais achados.

- Viagens em comissão de José de Barcellos para estudos de Pedagogia em escolas normais da Bahia (1866) e da Bélgica (1881).

- Portarias de nomeação de professor para a Escola Normal (1881).
- Ato de assentamento da pedra fundamental (1881) e da inauguração do prédio da Escola Normal cearense (1884).
- Nomeação de comissão de trabalho para participar da elaboração da reforma da instrução pública e da Escola Normal (1881) e do Regimento Interno das Escola Públicas da Instrução Primária (1888).
- Participação na banca de exames da Escola Normal (1885).
- Denúncia de parcialidade, produzida por um pai de aluna da Escola Normal de Fortaleza contra o diretor de então, José de Barcellos, a respeito da realização dos exames finais (1888).
- Doação de livros para a Escola Normal, por José de Barcellos, quando voltou da viagem que fez à Europa (1882).
- Despacho que autoriza o desligamento do diretor José de Barcellos da Escola Normal por acúmulo de cargo público.

Gráfico 1– Edições dos jornais, por ano, com ocorrências simultâneas das palavras “José de Barcellos” e “Escola Normal”



Fonte: Inventário analítico de fontes documentais das palavras-chave: “Escola Normal” e “José de Barcellos” – 2023. Elaboração própria.

Ajuntaram-se a essa pesquisa sete periódicos do Rio de Janeiro, de 1869 a 1879, quando José de Barcellos residiu em terras da Corte. Os jornais selecionados, dentre os consultados com a expressão-chave “José de Barcellos”, representaram 19 edições e uma edição d’**O Brazil Catholico** do acervo do Instituto do Ceará, compreendendo os espaços em que

viveu quando migrou para a Capital do governo. O quadro a seguir detalha os periódicos, por ano, edições e assuntos, encontrados a partir de vestígios dessa passagem pelo Rio de Janeiro.

Quadro 4 – Jornais e documento (Relatório) do Rio de Janeiro selecionados por ano, edição e assunto (1869-1881)

PERIÓDICOS	ANO	EDIÇÃO	ASSUNTO
Relatório do Estado da Instrução Primária e Secundária (RJ)	1870	0001	Informação de que José de Barcellos participou da Mesa de Francês nos exames gerais de Línguas.
	1871	0001	Informação de que José de Barcellos participou da 1ª Mesa de Português nos exames gerais de Línguas.
	1873	0001	Resultado geral dos exames de Geografia e História, bem como nomes do colégio e do professor.
	1874	0001	Resultado geral dos exames, com os nomes do colégio e do professor.
Gazeta de Campos	1873	00083 00089	Anúncio do início de funcionamento do Colégio de S. Salvador, com o nome de José de Barcellos compondo o quadro docente e substituindo o diretor.
	1873	00091 00092 00093	Anúncio dos horários das aulas do Colégio de S. Salvador, com as relações dos respectivos professores, por matérias dos alunos matriculados. José de Barcellos nessa instituição lecionaria Português, Inglês, Francês e Geografia.
Jornal do Commercio	1875	00001	Anúncio de inauguração do Colégio de S. Pedro de Alcântara, localizado na rua do Ouvidor, com o nome de José de Barcellos compondo quadro docente.
Diário do Rio de Janeiro	1871	00117	Participação no concurso para vaga de amanuense para a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha.
	1873	0292	Relacionado como passageiro do vapor para a cidade de Campos - Rio de Janeiro.
	1877	00016	Editais de Junta Municipal da Corte; lista de qualificação de aptos para eleição, incluindo dados de José de Barcellos, bem como endereço.
	1877	00059	Editais da Junta Municipal da Corte; lista.
O Globo Órgão da Agência Americana Telegrafica, dedicado aos interesses do Commercio, da Lavoura e da Industria	1876	00142	Recomendação do editorial do Jornal dos Pontos de Geographia e Cosmographia pelo methodo e clareza e por fundamentar-se no programa de exames preparatórios da instrução pública.
Jornal do Commercio	1878	00024	Anúncio como professor para aulas noturnas.
Gazeta de Notícias	1878	00006	Listagem, com o nome de José de Barcellos, da Diretoria Geral dos Correios, anunciando objetos registrados que não foram entregues, pois que ignorado o endereço das residências dos destinatários.
O Reporter	1879	00037	480 exemplares dos Pontos <i>Geographia e Cosmographia</i> adquiridos pela Tesouraria Cearense, oferecidos e vendidos por José de

			Barcellos.
O Brazil Catholico	1881	117	Notícia sobre a Reforma da Instrução Pública Cearense.

Fonte: Inventário analítico de fontes documentais das expressões-chave: “Escola Normal” e “José de Barcellos” – 2023. Elaboração própria.

Sinais da personalidade de José de Barcellos são encontrados em texto de artigo da **Folha do Povo**²¹. Ressaltamos que a escritora Alba Valdez descreve algumas características pessoais de José de Barcellos, com suporte no mencionado escrito, da agricultura José de Castro Medeiros²². O acervo da Biblioteca Estadual do Ceará, setor da Hemeroteca, possui edições dos anos de 1912, 1913, 1914, 1917 e 1931. Foi nesse último ano que topamos com o velho periódico citado no artigo da **Revista do Instituto do Ceará**, o qual, oposto aos outros conjuntos já sem condições de consulta ou em restauro, foi possível folhear e ler as páginas em desbotes que tratam de José de Barcellos.

Fotografia 2 – Jornal **Folha do Povo** (1931)



Fonte: BECE/Setor Hemeroteca.

O exame intensivo dos jornais cearenses **Pedro II**, **O Cearense** e **Gazeta do Norte**, bem como dos periódicos da capital da Corte em acervos da Hemeroteca Digital da BN, converteu-se em fontes preponderantes da pesquisa sobre José de Barcellos e a Escola Normal durante a pandemia de covid-19. Assim, os múltiplos textos dos jornais cearenses e do Rio de Janeiro examinados ocuparam um papel central nessa operação historiográfica. Em

²¹ Sobre este periódico, Eusébio de Sousa (no artigo **A imprensa do Ceará, nos seus primeiros dias e atuais**), pertencente ao Instituto do Ceará, informa que esse jornal iniciou sua circulação em 1912 e representou o órgão oficial do governo de Franco Rabelo que pôs fim à política cearense do Governador Antônio Pinto Nogueira Acioly. Seu governo, com duração de dois anos, foi marcado pelo descontentamento dos políticos do interior e marcado por várias revoltas. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Revapresentacao/RevPorAno/1933/1933-AImprensadoCearaemseusprimeirosdias.pdf>. Acesso em: 16/05/2024

²² Médico do Hospital de Misericórdia de Fortaleza. Escreveu artigo na imprensa oposicionista na Primeira República, representada pelo **Unitário** e **Jornal do Ceará**. Fonte: **Dicionário biobibliográfico cearense**. Disponível em https://pt.wikisource.org/wiki/P%C3%A1gina:Diccionario_bio-bibliographico_cearense_-_volume_segundo.djvu/116. Acesso em: 16/05/2024.

transposição à abundância dos achados, seus conteúdos foram basilares para compreensão dos projetos e ideias que configuraram em distintos *locis* a história da Escola Normal cearense, com vistas a localizar o Professor e pedagogo baturiteense, de renome nacional, José de Barcellos, em seus variegados espaços.

Nos textos governamentais, averiguamos as proposições que, ditas pelos dirigentes provinciais, representam mudanças na instrução pública, na organização dos programas de ensino, na divisão do ensino em classes e graus diferenciados, e que promoveram também transformações na formação dos professores primários nesse período, rompendo com o modelo do método individual praticado pelos Jesuítas. O uso da legislação educacional não é como aproximações mecânicas, mas como sinais de práticas sociais e mudanças transcorridas no modelo de formação para o professorado primário à época (Faria Filho, 1998). *In hoc sensu*, os processos de institucionalização e regulamentações da instrução pública primária foram inventariados com a ciência das dificuldades e possibilidades do uso dessas fontes. A seguir, em quadros, estão reproduzidas as legislações, nacional e local, escolhidas.

Quadro 5 – Legislação Nacional – Município da Corte – Rio de Janeiro (1854 a 1891)

NACIONAL	ACERVO/FONTE
Decreto Nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854 - Aprova o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Côte (Reforma Couto Ferraz)	Acesso em 16/05/2024. Disponível em https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html
Decreto nº 7.274, de 19 de abril de 1879, que reformou o ensino primário, secundário e superior no Município da Corte (Reforma Leôncio de Carvalho)	Acesso em 16/05/2024. Disponível em https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html

Fonte: Inventário analítico de fontes documentais das expressões-chave: “Escola Normal” e “José de Barcellos” – 2023. Elaboração própria.

A legislação nacional selecionada está disponível no portal da Câmara Federal, cuja cópia facilita o acesso para interpretações do passado da escola no Brasil. A legislação encontra-se em jornais que, então, circulavam, como **Pedro II, O Cearense** e **Gazeta do Norte**, os quais destinavam espaços para publicação de comunicações dos órgãos oficiais da época. As normas educacionais do Ceará provincial foram localizadas distribuídas em arquivos públicos e privados. Os regulamentos da instrução pública e da Escola Normal foram digitalizados ou fotografados, procedimentos de recolha de indicadores de quem efetiva uma pesquisa histórica. Nessa atividade, topamos com o problema de má conservação documental dos arquivos

cearenses, sendo que, muitas vezes, não nos foi dado manipular as folhas de papel danificadas, que se desfaziam ao serem tocadas, como ocorreu com o Regulamento da Instrução Pública da Província, de 1855, que consta no acervo do IC²³.

Quadro 6 – Ceará: Legislação Local (1854-1889)

LOCAL	ACERVO/FONTE
Regulamento da Instrução Pública da Província Lei n. 743, de 22 de outubro de 1855	Instituto do Ceará (IC)
Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular na Província do Ceará - 1881	Jornal O Cearense Hemeroteca Digital BN Ano de 1881. Edições 00202; 00203; 00205; 00206; 00208; 00209; 00212; 002013; 00214
Regulamento de 9 de outubro de 1889, que reformou a Escola Normal	Arquivo Público do Ceará (APC) Fundo: Instrução Pública Instituto do Ceará (IC)

Fonte: Inventário analítico de fontes documentais das expressões-chave: “Escola Normal” e “José de Barcellos” – 2023. Elaboração própria.

Os regulamentos intencionaram mudanças, contudo, ao mesmo tempo em que nos achegávamos aos seus textos, refletíamos acerca das condições socioeducacionais e a respeito das possíveis interpretações individuais e coletivas dos agentes, que aplicariam ou não as normativas. A Legislação é, assim, lobrigada como um terreno de lutas políticas e sociais (Faria Filho, 1998). Intercruzando as normativas locais e nacionais com os relatórios provinciais dos diretores e inspetores e os ofícios de professores e diretores da instrução pública, procuramos reconhecer condutas punidas, sentimentos de obrigação que afetam as relações sociais e as normas em distintas variações, ora no ponto de vista micro, ora sob o prisma macroestrutural. Assim, às conexões da *escala de eficácia e coerção* “[...] poderiam ser colocadas as formas apostas de aprovar e desaprovar, nos procedimentos de legitimação ou de denúncia” (Ricoeur, 2007, p. 232).

A seleção e a análise dos documentos acrescentam a *dimensão de inteligibilidade* às instituições e suas normas, possíveis de observar nos relatos de discórdia, conflito, disputa e desavença que justificassem ou legitimassem o modo de agir, pois as relações estabelecidas na

²³ A cópia deste Regulamento de 1855 que utilizamos procede da pesquisa do Mestrado que realizamos no período de 2006 a 2008 no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Portanto, há urgência para os órgãos do Estado, em particular, a Assembleia Legislativa, estabelecerem políticas para gestão documental da legislação cearense, disponibilizando, em sua página, leis e regulamentos provinciais e da República para promover o acesso às informações de legislações estaduais para emprego em novas produções da historiografia do nosso Ente Federativo.

linha de conexões dos graus de legitimação modulam as múltiplas esferas de pertencimento dos agentes sociais (Ricouer, 2007).

Entre os documentos da instrução pública encontrados, selecionamos os exames de capacidade²⁴ de professores adjuntos, ofícios da Diretoria da Instrução Pública para os presidentes da Província, mapa de frequência dos alunos do Liceu, relatórios da Diretoria/Inspetoria da Instrução Pública para os presidentes provinciais²⁵ e relatórios de presidentes provinciais para a Assembleia Legislativa, mapas de frequência datados de 1856 a 1888. No quadro seguinte, estão descritos os documentos governamentais, considerando ano, quantidade e acervo, sobre José de Barcellos e a Escola Normal.

Quadro 7 – Ceará – Documentos governamentais da Instrução Pública (1856-1888)

TIPO	ANO	QUANT.	ACERVO
Ofícios e Exames de Professor adjunto - José de Barcellos e Silva	1856 a 1858	6	Arquivo Público do Ceará (APC) – Fundo: Instrução Pública Série Correspondência
Mapa de frequência das aulas do Liceu de José de Barcellos: francês, Latim de 2º Grau e inglês	1858	1	Arquivo Público do Ceará (APC) Fundo: Instrução Pública
Ofícios de professores para a Diretoria da Instrução Pública	1870	1	Arquivo Público do Ceará (APC) Fundo: Instrução Pública
Relatórios Da Diretoria da Instrução Pública	1858	1	Arquivo Público do Ceará (APC) Fundo: Instrução Pública
	1859	1	
	1860	1	
	1881	1	
Relatório Da Inspetoria Geral da Instrução Pública	1881	3	Arquivo Público do Ceará (APC) Fundo: Instrução Pública
	1882	1	
	1885	1	
Relatório do Presidente da Província Júlio de Albuquerque Barros Abertura da 1ª Sessão de 23ª Legislatura da Assembleia Provincial	1880	1	BECE Setor Obras raras
Relatório do Presidente Senador Pedro Leão Velloso apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará	1881	1	BECE Setor Obras raras

²⁴ Esse exame habilitava o professor primário a ministrar aulas públicas e possuir uma escola. Os exames eram requeridos depois de um período da prática em sala de aula em escola primária indicada pela Diretoria da Instrução Pública. Os teores desses exames foram publicados em editais e versam sobre os conteúdos em aulas primárias. Para o exame, era composta uma banca indicada pela Diretoria da Instrução Pública. Alguns exames, também, tinham a participação do presidente da Província, em especial, os exames de capacidades para docentes da instrução pública.

²⁵ Os presidentes da Província pertenciam à carreira política do período. Para exercer tal cargo, era necessário ser eleito para a Câmara ou ter exercido cargo ministerial no Governo Central, para, assim, ser a pessoa nomeada em uma das 19 províncias. Esse cargo controlava nomeações estratégicas, tais como de promotores, delegados e subdelegados de polícia, diretor da instrução pública, e outros cargos – como os dos professores primários (Carvalho, 1989; Feitosa, 2008; 2020).

Relatório do presidente e Antônio Theodorico da Costa, passando a administração ao Sr. Dr. Domingo Antônio Raiol	1882	1	BECE Setor Obras raras
Relatório do Presidente Dr. Sancho de Barros Pimentel, passando a administração ao Exm. Sr. Coronel Antônio Theodorico da Costa	1882	1	BECE Setor Obras raras
Relatório do Presidente Dr. Satyro Oliveira Dias, passando a administração para o Ex. Sr. Comendador Dr. Antônio Pinto Nogueira Accioly	1884	1	BECE Setor Obras raras
Relatório do Dr. Enéas de Araújo Torreão, passando a administração ao Ex. Sr. Antônio Caio da Silva Prado	1888	1	BECE Setor Obras raras
Mapa de Matrícula da Escola Normal	1894-1920	1	Arquivo Público do Ceará (APC) Fundo: Instrução Pública

Fonte: Inventário analítico de fontes documentais das expressões-chave: “Escola Normal” e “José de Barcellos” – 2023. Elaboração própria.

Na pesquisa do acervo do APC, do fundo da instrução pública²⁶, encontramos indícios do começo de funcionamento da Escola Normal, particularmente, no auto do lançamento da pedra fundamental da Escola, em ofícios do diretor da Escola Normal para o inspetor geral da Instrução Pública, nas relações de alunas inscritas e aprovadas nos primeiros anos de funcionamento da Escola Normal. Ressaltamos a identificação do rascunho, feito por José de Barcellos, do Regulamento de 1889, oportunidade em que Thomaz Pompeu de Sousa Brasil foi vice-presidente da Província, e ofícios de quando atuou na Direção, reivindicando melhores salários para os professores da escola anexa e utensílios e materiais para uso no ensino e preparação dos futuros professores cearenses. No quadro seguinte, estão descritos os documentos da Escola Normal, por ano, quantidade e localização.

Quadro 8 – Ceará – Documentos governamentais – Escola Normal (1881-1888)

TIPO	ANO	QUANT.	ACERVO
Auto de lançamento de pedra fundamental edificada à Escola Normal	1881	1	Arquivo Público do Ceará (APC) Fundo: Instrução Pública
Ofícios do diretor da Escola Normal – José de Barcellos	1885	17	Arquivo Público do Ceará (APC) Fundo: Instrução Pública
	1887	12	
	1888	6	
	1889	4	
Relação de alunas aprovadas	1886-1887	1	Arquivo Público do Ceará (APC) Fundo: Instrução Pública
Relação de alunas inscritas para o exame	1887	1	Arquivo Público do Ceará (APC) Fundo: Instrução Pública
Relação de alunas do 2º ano aprovadas nos exames finais da Escola Normal	1887	1	Arquivo Público do Ceará (APC) Fundo: Instrução Pública

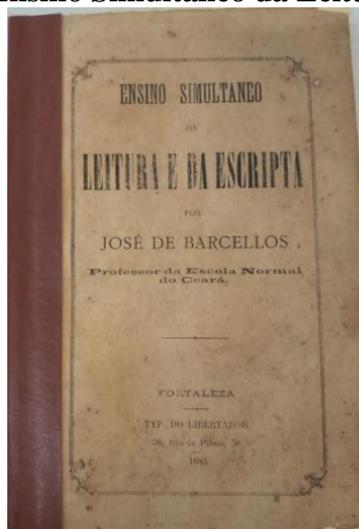
²⁶ No conjunto documental da caixa 07 há documentos da Escola Normal, de 1881 a 1920.

Relação de alunas do 2º ano aprovadas nos exames finais da Escola Normal	1887	1	Arquivo Público do Ceará (APC) Fundo: Instrução Pública
Relação de Examinadores por matérias de 1º e 2º anos – Exames da Escola Normal	1888	1	Arquivo Público do Ceará (APC) Fundo: Instrução Pública
Inventário dos livros, móveis e utensílios existentes na Escola Normal	1896	1	Arquivo Público do Ceará (APC) Fundo: Instrução Pública Instituto do Ceará (IC)
TOTAL		46	

Fonte: Inventário analítico de fontes documentais das expressões-chave: “Escola Normal” e “José de Barcellos” – 2023. Elaboração própria.

Dentre os escritos de autoria de José de Barcellos, encontramos o livro **Ensino Simultâneo da Leitura e da Escrita** (1883) no acervo da Biblioteca Estadual do Ceará (BECE). Nele há instruções para os professores primários e futuros docentes para o ensino de leitura e escrita.

Fotografia 3 – Livro **Ensino Simultâneo da Leitura e da Escrita** – 1883



Fonte: BECE/Setor de Obras Raras.

O texto da obra escrita por José de Barcellos é curto, com características de cartilha, contudo, a brochura consiste em instruções para esse ensino, transferindo as ideias dele sobre como devem ser procedidas a Didática e a Pedagogia da alfabetização no período.

Dos escritos de José de Barcellos, suas crônicas sobre a instrução pública redigidas enquanto realizava os estudos sobre modelos escolares europeus e aprendia sobre Pedagogia e Metodologia na Escola Normal da cidade de Bruxelas, ampliaram-se e abriram-se mais possibilidades para a reescrita sobre o passado da escola primária e da formação dos professores. Por esse achado, foi possível, por intermédio das anotações do Professor de

Pedagogia da Escola Normal, reconstituir o contexto socioeducacional europeu dos anos de 1881 e 1882; anotações essas escritas em 23 crônicas publicadas de janeiro a novembro de 1882, no Jornal **Gazeta do Norte**. Mediante os seus registros, examinamos alguns acontecimentos, práticas e políticas educacionais que se configuravam na Europa, quando, lá, eram constituídas as normas para o ensino obrigatório e laico, os modelos de financiamento escolar e os estatutos para a profissão docente.

Outro achado importante está conformado nos artigos redigidos por José de Barcellos no **A Quinzena**, jornal de cunho literário, e publicados em fins do século XIX, no Ceará.

Fotografia 4 – **A Quinzena** (1887)

A QUINZENA
PROPRIEDADE DO CLUB LITTERARIO

ANNO I | REDACÇÃO: JOÃO LOPES, A. MARTINS, ABEL GARCIA, J. DE BARCELLOS E J. OLYMPIO. | N.º 11

FORTALEZA, 15 DE JUNHO DE 1887.

SUMMARIO

Expediente: J. DE BARCELLOS;
A nota e a canção.—IBENO JACY;
A jornada.—DR. GILBERTO E SP. BARR;
Nota de alma.—J. GALENO;
Estadística.—A. MARTINS;
Quinze dias.—L. O. VIGARIO.—J. MARTINS;
Letras e Artes;
Gostoso.—RODRIGUES THOMPSON;
O Ceará.—PAULINO NOGUEIRA;
ANOS;
Associação.

EXPEDIENTE
Assignaturas
CAPITAL
Trimestre. 20000
Semestre. 40000
Anno. 80000
INTERIOR E PROVINCIAS
Semestre. 10000
Anno. 20000
ADMINISTRAÇÃO
Rua do Major Facundo 56

PESTALOZZI

No meio da morte,—em cavinho para a paz eterna—reluzindo o ultimo adeus, disse Pestalozzi: «Enterrem-me sob o beiral do tecto de minha escola; gravei apenas meu nome na pedra que me cobrir os restos. Quando a escovarem as góttas que caem do céu, os homens não dá ser mais justos para comigo.»

E o foram. Entre os povos cultos, poucos nomes merecem hoje tanta veneração, como o de João Henrique Pestalozzi, o pai da pedagogia contemporânea.

Sob seu nome, por toda a parte, se acham sociedades, se publicam jornais, se abrem estabelecimentos

de ensino. Livros, a constituem bibliothecas inteiras, e se escrevem e se escrevem sobre sua vida, sobre seu methodo, sobre suas obras.

E, em mais de uma pobre escola de aldeia, na Suissa, na Alemanha, lá vemos surpresas a parde, como unien ornato, a grosseira imagem de suas feições, a perpetuar-lhe a vida, o nome e a imitação (1).

A posteridade não foi injusta para aquelle que, durante oitenta annos de sua vida laboriosa, repassada de amarguras, devotou-se pela ideia mais frouda dos tempos modernos (2): a regeneração dos povos pela educação elemental para aquelle que, dessa ideia fez sua unica paixão, a que parecia abafar-lhe no coração todas as paixões ordinarias do homem, todas as paixões egoistas.

Pestalozzi não se deixou, não egualou seus grandes predecessores e contemporaneos, nem pela cultura geral, nem pelo alcance de visões pedagogicas, nem por um ensino methodico, nem por um talento de organização e direcção, nem por creações permanentes.

Pelo contrario, em todos os aspectos de vista, levou-no a melhor muitos pedagogos (3).

O que o fez grande, o que o tornou o mais celebre de todos, o que o elevou a uma gloria immorttal, foi seu amor, inexcedivel, inexhausto por a pobreza, fecho e agnoscencia por a caração por a, sua alma ardente, seus infatigáveis esforços, seu sublime sacrificio pelo bem estar moral e intellectual da humanidade.

«Pestalozzi—diz Ch. Dollfus—teve o genio do amor e este, concentrado em tudo quanto na terra ha mais digno de escitalo: as crianças e os pobres. Essas duas amoras, uniu os Pestalozzi em um só; e, até a mais completa abnegação, amou a criança pobre, o orphão da sociedade, consagrando-lhe todos os momentos de sua vida.

«Si encontra época—diz em de seus

biographos—si, por outro a não viveira, Pestalozzi foi um santo, e procuram e se escrevem sobre sua vida, sobre seu methodo, sobre suas obras. Si maiores e mais puros.

João Henrique Pestalozzi nasceu, em Zurich, na Suissa, a 12 de Janeiro de 1746. Mal o estava seis annos de idade, quando lhe correu o pass cirurgião de origem italiana.

«Minha mãe—diz Pestalozzi no Canto do genio—sacrificou-se pela educação dos filhos com uma completa abnegação, passando-se de tudo o que lhe podia ser agradável. Auxiliou-a uma pessoa cujo nome jamais se apagará de minha memoria. Pouco tempo depois de ter ella entrado para nossa casa, como criada, grangeou-nos a estima por sua fidelidade e rara energia.

A fidelity com as suas quaesdas de sua proxima morte para uma familia que la deixara quasi sem recursos, meu pai chorou e disse-lhe: «Babeli, pelo amor de Deus e de todas as suas compoções, não abandonee minha mulher! Que será della depois de minha morte? Q' será dos meus filhos entregues a mãos estranhas? Semos a sillo, ella não poderá educal-os.» Tocada na nobreza e singular innocencia de seu coração, ella foi magnanima, si e sacrificio.

«Si o senhor morrer, disse Babeli, não abandonarei sua mulher, enquanto eu viver, ficarei com ella, se precisar de mim.» Estas palavras tranquillizaram a meu pai moribundo; a satisfação trilhou-lhe nos olhos; expirou com a oração concluida.

A creada cumpria a promessa.

A infancia de Pestalozzi passou-se entre essas duas mulheres: sua mãe e a Bel creada.

Por expediente que fosse sua primeira educação, sobretudo quanto ao desenvolvimento do coração, ficou e necessariamente devia ficar incompleta.

Quasi sempre encerrado na estreita habitação da familia, faltaram-lhe inteiramente, como ella mesmo confessou, todos os meios e atractivos essenciaes ao desenvolvimento da força da experiencia, da maneira de pensar e dos exercicios viris, quando mais precisos lhe foram.

Sua natureza era sentimental, viva, impressionavel. «Pestalozzi, di-

Fonte: Site da Academia Cearense de Letras.

O folhetim circulou de janeiro de 1887 a junho de 1888, no total de trinta números. Eram seus redatores João Lopes, Antônio Martins, José de Barcellos, José Olímpia (substituído por José Carlos Júnior), Oliveira Paiva, Antônio Bezerra, Justiniano de Serpa, Paulino Nogueira e Martinho Rodrigues. Colaboraram, ainda, nesse periódico Farias Brito, Papi Júnior, Ana Nogueira, Francisca Clotilde, Álvaro Martins, Juvenal Galeno. José de Barcellos foi autor da

publicação sobre João Henrique Pestalozzi nas edições 11 e 12 dessa *Gazeta*, editadas nas datas de 15 junho e 5 de julho do ano de 1887. Mencionado escrito contém uma biografia desse pedagogo helvético, que ressalta a importância da Ciência Pedagógica para a civilidade.

Na sua totalidade, os achados da produção do escritor José de Barcellos circularam, principalmente, na imprensa cearense. Seus temas versavam sobre o ramo educacional, e são evidenciados no quadro a seguir.

Quadro 9 – Escritas de José de Barcellos encontradas em jornais e livros (1864 a 1891)

TIPO	ANO	ACERVO
Crônicas sobre a Instrução Pública – Jornal O Cearense sobre a Instrução Pública	1864	Biblioteca Nacional - BN Hemeroteca Digital Jornal O Cearense Edições: 01677; 01679; 01681; 01683
Publicações de sua autoria: Ensino simultâneo da leitura e da escrita	1883	BECE Setor Obras Raras
Crônicas sobre a Instrução Pública no jornal Gazeta do Norte enviadas durante a viagem que fez para a Europa	1882	Biblioteca Nacional - BN Hemeroteca Digital Jornal: Gazeta do Norte Edições: 00052; 00053; 00055; 00060 00061; 00062; 00063; 00098; 00105; 00106; 00114; 00115; 00116; 00117; 00118; 00119; 00120; 00131; 00248; 00249; 00251; 00253; 00264
Texto: Os castigos corporaes no ensino	1882	Biblioteca Nacional - BN Hemeroteca Digital Jornal: Gazeta do Norte Edição: 00207
A Quinzena	1883	Academia Cearense de Letras Disponível em: http://www.academiacearensedeletas.org.br/revista/Periodicos/A_Quinzena/ACL_A_Quinzena_part05.pdf Disponível em http://www.academiacearensedeletas.org.br/revista/Periodicos/A_Quinzena/ACL_A_Quinzena_part06.pdf Acesso em: 16/05/2024

Fonte: Inventário analítico de fontes documentais das expressões-chave: “Escola Normal” e “José de Barcellos” – 2023. Elaboração própria.

Encontramos duas imagens de José de Barcellos: uma no acervo digital da Academia Cearense de Letras, pois é ele um dos fundadores desse Sodalício, de 1894, e outra foto exposta no salão de entrada na galeria dos diretores do Colégio Justiniano de Serpa, que fora até o ano de 1957 local de funcionamento do Curso Normal.

Quadro 10 – Fotos de José de Barcellos e da Escola Normal

FOTO	ACERVO
José de Barcellos	<i>Site:</i> Academia Cearense de Letras – Galeria dos Fundadores Disponível em https://academiacearensedelettras.org.br/membros/jose-de-barcellos/ Acesso em 16/05/2024 Escola Estadual Justiniano de Serpa, situado na Praça Figueira, na Avenida Santos Dumont, 56, Centro - Fortaleza - Ceará
Prédio da Escola Normal Pedro II - 1902	<i>Site:</i> Fortaleza em Fotos, 2004 Acesso em 16/05/2024 Disponível em http://www.fortalezaemfotos.com.br/2014/04/colegios-de-fortaleza-no-seculo-xix.html
Prédio da Escola Normal Pedro II, de Fortaleza (1º prédio da escola Normal)	<i>Site:</i> Fortaleza Nobre, 2009 Acesso em 16/05/2024 Disponível em: http://www.fortalezanobre.com.br/2009/11/escola-normal-de-fortaleza.html
Prédio da Escola Normal - Sede do IPHAN em Fortaleza	<i>Site:</i> Iphan Acesso em 16/05/2024 Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/galeria/detalhes/252?eFototeca=1
Prédio do Colégio Justiniano de Serpa - Escola Normal (2º prédio da Escola Normal)	<i>Site:</i> Fortaleza Nobre, 2009 Acesso em 16/05/2024 Disponível em: http://www.fortalezanobre.com.br/2009/11/escola-normal-de-fortaleza.html?m=0
2º Prédio da Escola Normal – Sede atual do Colégio Justiniano de Serpa Escola Normal - 2021	Arquivo de fotos nosso
3º Prédio da Escola Normal – Sede do Instituto de Educação do Ceará - 2021	<i>Imagens Google Maps</i>

Fonte: Inventário analítico de fontes documentais das expressões-chave: “Escola Normal” e “José de Barcellos” – 2023. Elaboração própria.

Outras escritas das memórias de ex-alunos do Liceu – os autores cearenses Gustavo Barroso, na obra literária **Memórias: Liceu do Ceará** (1940), e Joaquim Pimenta, em autobiografia intitulada **Retalhos do Passado – Tauá – Fortaleza** (1945) – revelaram as práticas educativas de José de Barcellos, em particular, como lente do Liceu no início do século XX.

A pesquisa recorreu à literatura cearense da época, em especial, dos autores cearenses Adolfo Caminha²⁷ e Rodolfo Teófilo²⁸, com o propósito de reconhecer o contexto sociocultural das mudanças identificadas entre o Estado Imperial e o início da República. Entendemos que a Literatura não representa os fatos vividos, pois, como sabemos, também a

²⁷ Nasceu em Aracati – Ce, em 1867. Alcançou o posto de segundo tenente oficial de Marinha. Foi funcionário público e jornalista na capital Federal. Foi um dos fundadores da Padaria Espiritual. Obras principais: *Vãos incertos* (poesia) (1886); *Normalista* (1893); *Bom Crioulo* (1895); *Caras Literária* (1895) e *Tentação* (1896).

²⁸ Farmacêutico e escritor que nasceu em 1853 em Salvador, província baiana. Rodolfo Teófilo teve um papel fundamental no controle da varíola no Ceará, vacinando com recursos próprios a população cearense. Graças a Rodolfo Teófilo, em 1905, a varíola foi extinta em Fortaleza. Na obra **Fome; Violação** (1979) narra, por meio do protagonista Manuel de Freitas, vários episódios da vida da família do personagem relacionados à seca de 1877 a 1879.

História não reaviva o passado. Recorremos à Literatura como uma das expressões e sentidos da memória coletiva que revelam o microcosmo da vida social, do tempo e do espaço de determinada época (Ribeiro, 2016). Para esta análise, destacamos os livros escritos por esses dois escritores, a **Normalista**, de Adolfo Caminha, de 1893, e **A Fome**, 1890, e **Cenas e Typos**, de 1919, de Rodolfo Teófilo. Também sobre o Ceará desse período, vamos até a escrita de Alcantara Nogueira, que analisa o pensamento cearense na segunda metade do século XIX, cujo objeto de estudo trata do pensamento filosófico de Rocha Lima.

Os vários acervos pesquisados e documentos observados foram relacionados aos espaços geográficos e tempos vividos por José de Barcellos. Examinamos, intensivamente, os trajetos e suas conexões com a reforma da instrução primária que se concretizou com a instalação da Escola Normal. Foram divisados os sinais, as marcas deixadas de sua participação na configuração dessa mudança, no âmbito da qual sucedeu em novo modelo de formação para o professorado primário. Verificamos, pois, o que foi bem-sucedido e as permanências desse projeto acerca de José de Barcellos e do seu tempo, e que agora é nosso, encontrando-se, desse modo, em nossa memória e na de várias gerações de professores primários.

Figura 1– Modelo de Análise – Trajetórias de Vida: José de Barcellos



Fonte: Elaboração própria com base nos estudos sobre a profissão docente, de António Nóvoa (1995a), e das proposições de escalas de variações, de Paul Ricouer (2007).

Essa figura sintetiza um modelo de análise das trajetórias de vida deste estudo em torno de quatro fases (que foram examinadas não rígida ou sequenciadamente, mas em variadas aproximações de escalas de espaço e tempo). Os entrelaçamentos dos dados achados das fontes

sobre José de Barcellos e a Escola Normal nos ensejaram a olhá-los de fora e por dentro, vendo-os no mundo da sua existência, período da segunda metade do século XIX e início do século XX, no Ceará. Foi mais um homem do seu tempo? Foi mais uma instituição desse tempo? Quais são suas características? Tiveram êxito, ou foram malsucedidos em suas existências? Quais foram as suas quedas e em que momentos representaram mudanças? O objeto de estudo é interpretado na permanente expectativa do não realizado, pois há sempre restantes de José de Barcellos e da Escola Normal no mundo que eles deixaram, do que construíram e compartilharam para a Pedagogia, a formação de professor e a escola primária cearense.

Finalizamos o texto sobre as fontes denunciando a situação em que se encontram os documentos oficiais do APC, pois, para quem estuda a História e a Memória da educação desses tempos passados, a situação atual desse órgão estadual revela a iminência do esquecimento. Inquietou-nos essa circunstância, pois não há esforços governamentais e sociais para reverter as precárias condições dessa Instituição. Destacamos a noção de que, mesmo reformado recentemente o APC, poucas adaptações foram realizadas para adequação aos padrões de um espaço cujo propósito é a preservação de documentos dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo do Estado do Ceará²⁹.

Falta aos nossos arquivos quase tudo – catálogos, restauração dos documentos, pessoal qualificado, em especial, o Arquivo Público, que funciona no prédio situado à Rua Senador Alencar, em Fortaleza, recém reformado. Em adição aos esforços dos servidores, muitos sem a formação adequada para atuação de arquivista, as condições precárias da infraestrutura e técnicas à preservação dos documentos são evidentes. Muitos dos documentos da época do Império precisam ser reparados e limpados, pois estão danificados, sem nenhuma condição para leitura, manipulação e registro fotográfico.

2.3 Os encontros com José de Barcellos e a Escola Normal em memórias individuais e coletivas

Tinha-se a intenção de compreender o estabelecimento de um novo modelo formativo realizado na Escola Normal provincial do Ceará, por meio dos seus primeiros professores, contudo, ao passo que pesquisávamos os diversos documentos à época desse espaço formativo, encontrávamos muitas indicações sobre José de Barcellos, que, no nosso

²⁹ A reforma do Arquivo Público do Estado do Ceará que funciona em prédio à rua Senador Alencar, Nº 348 – Centro, teve início em 2016 e finalizou-se em 2020. Em razão das condições sanitárias decorrentes da pandemia de covid-19, o Arquivo – somente em 2022 – começou a receber pesquisadores com agendamento que eram autorizados pela Diretoria. Destacamos o fato de que, até o hoje, o prédio que pertence à Secretaria da Cultura do Estado não foi inaugurado.

sentir, foi se constituindo como um dos personagens principais da história dessa secular instituição de formação do professor primário cearense.

Nos documentos examinados, está o jovem José de Barcellos, que, em 1856, aos 13 anos³⁰, atuou como professor adjunto, modelo de preparação, quando o aspirante aprendia a prática de ensino com o professor primário experiente em escola primária de segundo grau. Depois da finalização das práticas de ensino no período de três anos, o professor José de Barcellos completou os estudos por três meses na Escola Normal da Bahia, por designação do diretor da Província, com o propósito de assumir a cátedra Metodologia de Ensino e a Diretoria da Escola Normal, que estava sendo construída no ano de 1866. Esse intento não se concretizou no momento, em virtude da substituição do Presidente provincial e em razão da falta de condições financeiras na Província (Feitosa, 2008).

Nos estudos desse período, voltamos a encontrar José de Barcellos no momento de instalação da Escola Normal em 22 de março de 1884, quando assumiu o cargo de professor e primeiro diretor da Escola Normal, ficando na direção até o ano de 1889. Em companhia de outros professores que atuaram nesse início de funcionamento – Francisca Clotilde, Rodolfo Teófilo, Tomás Pompeu de Sousa Brasil, João Lopes Ferreira Filho, Padre João Augusto da Frota, Justino Domingues –, desenvolveu um novo modelo de habilitar os professores primários cearenses.

Para início de explanação, dirigimo-nos aos estudos de Paul Ricoeur (2007) sobre as memórias, individual e coletiva, e a História. Assim, a história de vida do educador José de Barcellos e o passado da formação de professores primários, em especial, da Escola Normal, são montados e remontados à procura de interpretar sua vida e trajetória educativa, quando houve mudanças na habilitação do professorado, reconhecendo o seu protagonismo e as ideias à época que o fizeram o primeiro pedagogo cearense. Ricoeur (ibidem, p. 105) evidencia o fato de que, na trajetória de estudo, importa-nos, como pesquisadora em História, “[...] saber qual é o seu contraponto, a memória dos protagonistas da ação tomadas um a um, ou das coletividades tomadas em conjunto”. Pretendemos, segundo esse ponto de vista, sempre perseguir a consonância e a complementação entre a memória de ordem singular e a de teor coletivo, como contrapostas à interpretação do passado do Biografado na qualidade de pessoa, mas, também,

³⁰ Na edição 01564 do Jornal Pedro II, do dia 26 de abril de 1856, p. 2, na seção “Expediente do dia 26 de abril de 1856”, encontramos ofício ao inspetor da tesouraria da fazenda comunicando a entrada “em exercício no dia 25 do corrente o professor adjunto José de Barcellos Silva provisionado em 22 do mesmo, o qual se acha praticando na 1ª cadeira primária desta cidade”.

o reconhecendo nos outros e nos grupos com os quais conviveu na sociedade provincial cearense.

Outro ponto de questionamento refere-se ao tempo remoto deste estudo e ao que nos aproximou dos fenômenos que interpretamos, pois, ao mesmo tempo em que notamos o passado da história de vida de José de Barcellos como estranho, também o percebemos como próximo, pois o encontrávamos nas nossas lembranças – de ordem individual – e nas memórias coletivas em distintos tempos e lugares do passado da Escola Normal. As memórias desses períodos encontram-se, deste modo, nas recordações encontradas nos documentos, nas narrativas dos outros e nas memórias coletivas que temos sobre a Pedagogia e suas práticas. São reminiscências dos diversos tempos que aproximaram e distanciaram a elaboração do objeto de estudo. Assim, por via das rememorações, reconhecemos os fatos e os acontecimentos, confrontando as fontes com os registros.

Para entender esse paradoxo – do que é próximo e ao mesmo tempo distante – demandamos, nos estudos da História da Filosofia, a relação entre tempo e memória nos primórdios do pensamento ocidental, da Escola Grega, dos aristotélicos, que já entendiam a memória se remetendo ao passado, ao anterior. A epistemologia da memória, também dissertada na Filosofia fenomenológica de Edmund Husserl, foi reexaminada por Paul Ricoeur, com vistas a compreendê-la na sua interioridade, na relação com os outros e os próximos.

Paul Ricoeur, com o propósito de estudar a relação entre a Memória e a História, identifica três sujeitos da lembrança – eu, os coletivos e os próximos – e declara que, “[...] portanto, não é apenas com a hipótese da polaridade entre memória individual e memória coletiva que se deve entrar no campo da história, mas com a de uma triplica atribuição da memória: a si, aos próximos, aos outros” (2007, p. 142). Pelo ocorrido no presente, procuramos as reminiscências do eu, ou dos outros, e das memórias coletivas, associando variadas experiências, imagens surgentes, aproximando desiguais tempos e pessoas.

O que nos aproximou de José de Barcellos? O que encontramos nele na nossa consciência individual e coletiva? Dos nossos diversos encontros com o Biografado, o primeiro ocorreu nos estudos desenvolvidos no Curso de Mestrado, na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, tendo por objeto a escola primária cearense da segunda metade do século XIX, que, sobretudo, demandaram compreender os vínculos e significados entre a organização do ensino e a formação docente (Feitosa, 2008). Nos achados desta pesquisa, no Relatório Provincial, redigido pelo diretor da Instrução Pública, Hyppolito Gomes

Brasil³¹(1865-1866), encontram-se o jovem professor José de Barcellos e sua ligação com a Escola Normal, criada em 1864.

Ainda há muito o que recordar do passado daqueles ou daquelas que constituíram o ensino e a escola públicos no Ceará. Outra memória importante sobre a relação do passado de José de Barcellos e o da Escola Normal encontramos no artigo **Uma grande figura da história educacional cearense (1843-1919)**, da escritora Alba Valdez, que biografou José de Barcellos. No prefalado escrito, há trechos que narram fatos da vida desse pedagogo cearense, do seu nascimento, juventude, bem como acerca do especial momento em que dirigiu a Escola Normal no início de sua criação e instalação. Mesmo que o texto retrate José de Barcellos na lógica cronológica linear e dos grandes homens, e com características da história ortodoxa, o olhar da ex-aluna e autora há pouco mencionada e as experiências que, provavelmente, teve com o Biografado são susceptíveis de indicar e suscitar aspectos importantes para o estudo.

Remetemo-nos a Alda Valdez ([1948?], p. 167) quando se reporta a José de Barcellos e professores: “[...] entre nós, nos ambientes escolares inclusive, não é praticado, como fora de esperar, o culto dos obreiros do nosso bem-estar material e moral, mormente daqueles que, à maneira do professor José de Barcellos, trabalharam silenciosamente, sem espalhafato [...]”. Seus feitos foram reconhecidos no bairro do Parque do Araxá, onde nomeia, segundo o jornal **Parque Araxá** (JPA), uma das principais ruas dessa localização em Fortaleza. Dito periódico evidencia que José de Barcellos foi um notável humanista, competente, sobretudo, em Geografia, História e Grego. Exerceu os cargos de diretor da Escola Normal, onde lecionou Português, Pedagogia e Metodologia, tendo sido docente do Liceu do Ceará e diretor da Biblioteca Pública. Descobrimos, também, uma escola no bairro da Messejana (EEEP José de Barcellos) pertencente à rede estadual de ensino, criada no final dos anos de 1960³².

Ao recordar a Escola Normal do período de criação e instalação, a aluna Alba Valdez desvela alguns ambientes e materiais de ensino dessa instituição, em 1885. Em suas lembranças, ela expressa o seguinte sobre a Escola, que já funcionava em prédio próprio, em frente à Praça Marquês do Herval, bem aparelhado, constando de “[...] um museu de História Natural, de um gabinete de Física e Química, de colecções minerais, mapas parietais geográficos falados, mudos e em relevo, modelos de figuras geométricas e de desenho, não em

³¹ Segundo os documentos selecionados, padre Hyppólito Gomes Brasil foi diretor da Instrução Pública da Província Cearense nos anos de 1865-1867. Sua carreira clerical, até assumir o governo do bispado cearense, ocorre concomitante às atividades como diretor da instrução primária e professor da cadeira de Latim do Liceu.

³² Destacamos o fato de que, na ata da escola, há um registro no dia da inauguração do edifício, testemunhando que o nome foi dado para o engenheiro civil Fidelis José Alves de Barcellos. Esse registro será objeto de investigação, uma vez que a diretora atual da escola [2023] reconhece que é preciso saber qual José de Barcellos a escola homenageia, se o Professor ou o Engenheiro.

profusão, mas bastante aproveitáveis e úteis para elidir uma boa dose de “teorismos” e das afeições mais prática às prelecções” ([1948?], p. 176).

Na cena, encontramos o prédio da Escola Normal, que demorou 20 anos para ser edificado, conforme a autora. É o prédio que abriga, atualmente, a sede, em Fortaleza, do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Primeiro prédio construído pelo governo provincial do Ceará para funcionar a Escola Normal Pedro II. Inaugurado em março de 1884, o curso normal cearense foi símbolo do progresso da educação daqueles tempos da passagem do modelo formativo do mestre-escola para o da normalista. No prédio, funcionou museu escolar de ciências naturais e biblioteca. Seus espaços também tinham as duas escolas anexas, a feminina e masculina, onde era praticado como aprendizado o método de ensino.

Fotografia 5 – 1º Prédio da Escola Normal Pedro II, em Fortaleza



Fonte: Site Fortaleza em Fotos

Fonte: Galeria de Fotos do IPHAN

As atividades escolares do Curso Normal, no prédio situado na Praça Marquês de Herval (atual José de Alencar), permaneceram até 1923, quando o curso foi transferido para outro prédio, situado na Praça Figueira de Melo, onde hoje funciona a Escola Justiniano de Serpa.

Fotografia 6 – 2º Prédio da Escola Normal (Colégio Justiniano de Serpa)



Fonte: Site Fortaleza Nobre

Fonte: Arquivo Pessoal

Fotografia do segundo prédio da Escola Normal, construído para estabelecimento da Reforma de 1923, coordenada pelo professor Lourenço Filho³³. Há dois registros fotográficos do Colégio Justiniano de Serpa: o primeiro é a fotografia preto e branco mostrando os detalhes da frente do edifício com a escadaria de entrada. O segundo, mais atual, feito no ano de 2021, também mostra sua fachada, semicoberta pela folhagem das árvores.

Reconhecemos que o tempo distante, final do século XIX, é havido como um empecilho para quem estuda esse passado, uma vez que muitas fontes documentais já não existem e não encontramos testemunhos vivos desse período. Para o pesquisador da senda da História, em particular, do tempo mais distante, as experiências do presente são passíveis, também, de descaracterizar a realidade da época, pois é possível que se veja o passado com o olhar do presente. Isso os historiadores chamam de anacronismo. Por isso, a pesquisa histórica requer análises do trajeto da memória, tanto individual como coletivo, para que reflitamos acerca da relação entre Memória e História (Ricoeur, 2007).

Enquanto fomos alunas do ensino de 2º grau do curso pedagógico, as primeiras lembranças da Escola Normal, que já se denominava **Instituto de Educação**, eram do prédio situado no Bairro de Fátima, uma vez que, em 1858, o Curso Normal mudou-se da Praça Figueira de Melo (Escola Justiniano de Serpa) para a rua Graciliano Ramos nº 52, com propósito de solucionar o problema de superlotação do Curso Normal gerado pela reforma do Ensino Normal (Araújo, 2014)³⁴.

Desses tempos de estudante do curso pedagógico, recordamos a chegada das futuras professoras primárias no portão de entrada para as aulas que se iniciavam às 19h, muitas das quais saíam diretamente dos empregos do comércio no Centro ou no Bairro de Fátima. Algumas trabalhavam como empregadas domésticas ou cuidadoras de crianças, enquanto outras eram donas de casa que almejavam com aquele curso ter uma profissão.

Da Escola Normal do nosso período de **normalista**, evocamos os corredores, sempre com cadeiras de madeira fora das salas. A estrutura construída nos anos de 1960 estava malcuidada, cheia de infiltrações e, como estudávamos no curso noturno, a falta de iluminação nos seus corredores era para os estudantes objeto de reivindicação constante. A escola já não era nova e precisava de reformas.

³³ Regulamento da Instrução Pública do Ceará, de 02 de janeiro de 1923, estabelecido no governo de Justiniano de Serpa, que determinou o cadastro escolar, construção de grupos escolares em Fortaleza e, no interior, de um prédio para a Escola Normal. A reforma foi coordenada pelo educador Lourenço Filho que era professor de Pedagogia na Escola Normal e que foi convidado pelo Governador para direção da Instrução Pública cearense (Pereira e Silva, 2009).

³⁴ A Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946 – Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946, que estabeleceu diretrizes para o funcionamento desse ensino e para a Escola Normal (Araújo, 2014).

Fotografia 7 – Instituto de Educação do Ceará – 2021



Fonte: Imagens Google Maps (2021).

A fotografia retrata o ambiente externo da Escola Normal, com as árvores e, no fundo, o corredor, local por onde transitavam alunos e professores nos intervalos das aulas. O prédio foi construído no final dos anos cinquenta do século XX para expansão da oferta de matrícula, em consequência das mudanças instituídas da Reforma de 1946, Lei Orgânica do Ensino Normal. A ampliação da oferta foi decorrente da concepção de formação a ser realizada nos Institutos de Educação que “não mais se restringia à habilitação do docente do ensino primário, mas à promoção de habilitação administradores escolares das escolas primárias e o desenvolvimento e propagação de conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância” (Araújo, 2014).

As salas não eram cheias no turno noturno, pois as turmas não passavam de 15 a 20 alunas de várias idades, nada diferente da realidade do ensino noturno atual. Os professores ensinam os conhecimentos básicos dos conteúdos do ensino primário até a antiga oitava série, da Matemática e da Língua Portuguesa, Ciências e Estudos Sociais; na área pedagógica, as Metodologias do Ensino e Didática, tudo isso realizado por meio da exposição de conteúdo, com exceção do estágio feito em escola pública noturna, sem orientação do professor da sala, tampouco dos professores da disciplina Estágio do curso. Uso da lousa verde e giz branco não era exceção, e poucos eram os momentos de aplicação da prática, experienciados somente no estágio final do curso. Havia uma biblioteca e laboratórios pouco usados no turno noturno pelos professores e alunas. O curso pedagógico que realizamos no Instituto de Educação do Ceará não gozava do prestígio social da Escola Normal, diferentemente das escolas normais criadas

em 1884 e da Escola de 1922, que, por muitos anos, representou o local privilegiado e prestigiado pelas famílias para a formação das mulheres cearenses.

As lembranças desses tempos no Instituto de Educação, onde por quatro anos estudamos para ser professora primária, e as recordações por parte de Alba Valdez de José de Barcellos e da Escola Normal, quando estudou para se habilitar, também, como professora de crianças, evocam imagens muito próximas das nossas vivências e das experiências de trinta anos como professora e pedagoga, que foram dando sentido às demandas para essa nova interpretação do passado da Escola Normal e de seus professores.

Esse enlaçamento de práticas e de saberes, mesmo em tempos diferentes e longínquos das memórias, individuais e coletivas, do agir como alunas e futuras professoras, pois não havia alunos, da atuação dos professores e gestores, as aulas e práticas de ensino e de metodologia e o propósito da instituição que existe socialmente para formação dos professores primários – tudo isso nos aproximou, seguidamente, do objeto e da temática, bem como das escolhas que fizemos durante a caminhada da pesquisa.

O que de José de Barcellos encontramos como profissional da Pedagogia? As lembranças do agora, da leitura de Alba Valdez – quando normalista –, nos trazem o passado distante da Escola Normal dos anos de 1800 e nossas recordações do tempo em que estudamos no pedagógico para ser professora primária. São conjunturas distantes que se encontram no nosso presente. Procuramos recordações, reminiscências de uma geração que instituiu o modelo acadêmico de habilitar o professor primário, as quais foram identificadas, principalmente, em três jornais que circulavam à época, conforme expresso em partes anteriores desta Tese.

A narração da feitura historiográfica do pedagogo José de Barcellos e da Escola Normal, do final do século XIX, foi composta, assim, à medida que se desvelam os ideários e destinos educativos desse pedagogo cearense. Também, essa interpretação do passado institucional ocorre ao passo que são localizados os detalhamentos dos seus programas curriculares no formato de organização de espaços e seus tempos de ensino, os conhecimentos desenvolvidos nas aulas, como foi distribuída na rotina escolar a lotação dos seus quadros de professores e de que modo se constituiu o fluxo dos seus estudantes, representados nos diários dos professores, na época da sua instalação.

Esperamos, por meio dessas escolhas teórico-metodológicas, compreender o passado da trajetória educativa de José de Barcellos, relacionando essa realidade educativa da Escola Normal da Província às estruturas, condições materiais e objetivas de produção institucional dessa importante instituição de ensino, com vistas a interpretar essa história com

base no princípio construtivo “[...] cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de agora” (Benjamim, 1987, p. 229).

Na próxima seção, cuidamos de identificar os contextos sociais, econômicos, políticos e socioeducacionais nos quais circulou o professor e pedagogo Barcellos com seu universo socioeducacional, examinando os cenários da cidade de Fortaleza, capital provincial, na segunda metade do século XIX e início do século XX. Analisamos as mudanças da cidade, que, a pouco e pouco, se configurava como centro principal de circulação comercial, administrativa e cultural e local onde José de Barcellos viveu e conviveu com parentes, amigos e concidadãos na segunda metade do século XIX e nos primeiros anos do século XX.

3 JOSÉ DE BARCELLOS: ENTRE LUGARES, RELAÇÕES, TRAJETÓRIAS E CONTEXTOS

[...] tenho agora uma idéa fixa, quero ir ao Ceará... Sempre, sempre, esse pensamento, esse desejo, de ver minha terra, essa saudade profunda, imensa, Ainda honte... Sonhava, imaginava descortinar a ponta do Mucuripe... alvejam as jangadas e mais apressado me bate o coração... Desdobra-se diante de mim a cidade faceira e donairoza. Sou chegado; atraca ao vapor uma jangada, eis me nela... Emfim abica á praia, molho me todo, mas salto em terra. Que prazer! Atravesso as ruas! Um abraço amigável mais longe e eis em casa. Porque não é isto já, meu Deus! (**Folha do Povo**, 5 dez. 1931, BECE).

As memórias de Barcellos acerca de Fortaleza escritas quando migrou para o Rio de Janeiro, na citação acima, evocam a cidade onde viveu desde a infância como faceira e elegante; uma cidade dos amigos, dos seus familiares, que o acolhe. Em sonho, rememora o tempo e o lugar que percorreu, a praia, o banho do mar, as ruas, enfim, sua terra (Santo Agostinho, 2011).

Nesta seção, reconstituímos os contextos de José de Barcellos, abordando a situação do Ceará, na segunda metade do século XIX e nos primeiros anos do século XX. Nosso objetivo é identificar os espaços de interação e circulação social, política e educacional nos quais viveu e conviveu, em especial, da sua capital, Fortaleza. A condição de província periférica na estrutura agrária do Estado Imperial se agrega à geográfica, sobretudo, àquela do período de estiagem, que configurou, sobremaneira, a ocupação de espaços e as condições sociais e políticas da população cearense.

Por via da história de vida, recompomos os trajetos formativos e profissionais do professor e pedagogo Barcellos do período de sua escolarização primária e professor adjunto de primeiras letras e dos colégios secundários, até habitar-se como pedagogo e assumir os cargos de professor e diretor da Escola Normal. Esses itinerários são apreendidos na multiplicidade de espaços e tempos sociais que constituíram Barcellos, quando se deram início as transformações para configuração de modelo formativo de habilitação dos futuros docentes. Deste modo, analisamos as condições estruturais que afetaram o estilo próprio da época em que viveu José de Barcellos e as experiências comuns dos grupos com os quais se relacionava.

Residente de Fortaleza desde os dois anos de idade, José de Barcellos da Silva Sobrinho nasceu em Baturité, em 7 de julho de 1843. Cedo, migrou com seus pais, João Tomás de Barcelos e Francisca Alexandrina de Carvalho, para a Capital da Província, em 1845. Valdez ([1948?], p. 168) pondera sobre a decisão que “[...] devia ter influído grandemente nessa

resolução dos seus progenitores a seca que naquele ano, devastava a Província”³⁵. A salvação seria migrar para a Capital da Província, o refúgio dos sertanejos que, de tempos em tempos, ocupavam seus espaços para escapar da fome.

Afora a seca, que causou prejuízos e efeitos duradouros na economia agrária e afetou a vida do povo sertanejo no Ceará, nesse ano, foi criado o Liceu cearense³⁶, com o propósito do ensino e da administração da instrução provincial em Fortaleza. Vieira (2002, p. 111) ressalta que a criação e o funcionamento dessa instituição de ensino “[...] acrescentam cores diversas ao até então incipiente cenário educacional do Ceará província”.

Um ano após sua fundação, deu-se a abertura das aulas de Geografia e História, Filosofia, Retórica e Poesia, Latim, Geometria, Francês e Inglês. Nesses tempos inaugurais, à frente dessa instituição estava o diretor Tomaz Pompeu (Senador Pompeu), que acumulava o cargo de diretor da instrução pública. Anos depois, José de Barcellos frequentou as aulas desse estabelecimento com outros de seus contemporâneos, como João Lopes Filho, Antônio Bezerra de Menezes, José Martiniano d’ Alencar e João Eduardo Torres Câmara, e que, durante sua trajetória de vida, conviveram em vários projetos educacionais e, também, políticos à época.

Eram os tempos do Reinado de Pedro II, coroado, em 1840, imperador do Brasil, aos 14 anos. O governo do jovem Imperador abriu a era das civilidades e afastou-se, paulatinamente, de revoltas civis, que marcou o período da Regência (Schawarcz; Starling, 2018). O Estado brasileiro começava a ser concebido pelo jovem Imperador, que, em companhia de ministros, presidentes provinciais, ou seja, de uma elite política, tratou de unificar o Estado em torno de estruturas fundamentais: agrária, de incentivo à imigração e questão do tráfico de escravos (Carvalho, 2006).

A organização político-jurídica até o final da Monarquia estava sob a égide da Constituição de 1824, que implantou o formato de governo monárquico-hereditário, constitucional e representativo, bem como estabeleceu os poderes tradicionais: Legislativo (dividido em Senado e Câmara), Judiciário e Executivo, sendo que o Imperador era o chefe dos poderes executivos e do quarto poder, o Moderador, cuja principal atribuição era a livre nomeação de ministros de Estado e presidentes provinciais (Carvalho, 2018).

³⁵ Também encontramos registro dessa seca na obra **Datas e Fatos para a história do Ceará**, de Barão de Studart (2001, p. 129).

³⁶ Criado em 1884 pelo Presidente José Maria da Silva Bittencourt – Lei nº 304, de 14 de julho de 1844. Até 1863, ano de instalação do Ateneu Cearense, foi o único espaço de formação dos jovens no Ceará.

Nesse modelo político, a modalidade de eleição era indireta³⁷, realizada em dois turnos, com direito a votar e ser votado, para homens de 25 anos ou mais, com renda mínima de 100 mil réis. Havia obrigatoriedade do voto para os cidadãos que cumpriam esses requisitos, que, no caso, eram homens livres, pois nem escravos, tampouco as mulheres, estavam legalmente habilitados a participar, uma vez que não eram considerados cidadãos nesse período. Os deputados eram eleitos para o mandato de quatro anos, enquanto os senadores eram escolhidos pelo Imperador, levando em conta a lista tríplice dos candidatos votados no pleito, sendo o seu cargo vitalício. Esse sistema político permaneceu até 1881, quando foram incorporadas novas exigências: do aumento da renda de 200 mil réis e da proibição do voto de analfabetos (Carvalho, 2018).

Dentro dessa estrutura, os presidentes provinciais eram centrais no ordenamento político das 19 províncias. Os nomeados pelo Governo central controlavam as indicações dos cargos de promotores, delegados e subdelegados de polícia, diretor da instrução pública e outros cargos, como os dos professores primários. Seu mandato não era fixo, substituível a qualquer hora pelo Governo central, que exigia para sua nomeação ter sido deputado ou ter exercido o cargo ministerial (Carvalho, 2006; Schawarcz; Starling, 2018).

As ações políticas e administrativas de governos do regime monárquico foram também asseguradas pela Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834 – Ato Adicional –, que fez alterações e adições à Constituição do Império, de 1824, ampliando as dimensões liberais do Estado Imperial. O mecanismo político-jurídico do Ato Adicional regulamentou a criação das assembleias legislativas provinciais, que deram autonomia às províncias e acréscimo ao poder do presidente provincial no local. Deste modo, o Ato descentralizou para as províncias a responsabilidade de organização legal da economia, política e dos setores públicos, como da instrução primária e secundária. Estabeleceu, inclusive, o Município Neutro na Corte, separado da Província do Rio de Janeiro (Schawarcz; Starling, 2018).

O dado é coerente com o que regulamentou o Ato Adicional de 1834, quando concedeu amplos poderes às assembleias legislativas provinciais em pontos os mais diversos, inclusive na Educação, determinando o modelo de política em que os recursos devem ser captados localmente sem a responsabilidade do Estado Imperial. Conforme o Art. 10 § 2º desse Ato, as assembleias provinciais tinham entre suas competências legislar sobre instrução pública

³⁷ A legislação eleitoral foi configurada levando em conta os modelos português e espanhol e permaneceu sem alteração até 1881, quando exigiu o aumento da renda para 200 mil réis e proibia o voto de analfabetos. Esse modelo se estendeu até a Primeira República.

e estabelecimentos próprios a promovê-los, não compreendendo as faculdades de Medicina, os cursos jurídicos, academias atualmente existentes.

Os efeitos dessa regulamentação da realidade educacional brasileira promoveram realidades desiguais, uma vez que as províncias mais abastadas efetivavam o modelo do Município da Corte, enquanto províncias de porte intermediário ou desprovidas financeiramente não conseguiam realizar as reformas. Sem aportes financeiros do Governo central, províncias, como a do Ceará, tentavam realizar as reformas da instrução pública do Governo central, contudo, ficavam somente em intenções e bem distantes do que já existia no Brasil e na Europa. É assim que o editorial do jornal **O Cearense** denota a realidade do Ensino Primário no dia 23 de janeiro de 1863 (p. 1):

Uma das coisas mais diffices de aclimatar-se em nosso paiz tem sido por certo a educação primaria, tal como há tempo se prática na Europa. A princípio os poderes sociaes apenas se lembraram, em obediência ao preceito constitucional, de crear algumas escolas.

Com o acto adicional este ramo de serviço público foi incumbido nas províncias à sua assembleia, e estes continuaram a rotina anterior.

De 1850 para cá despertou-se no governo imperial, e à imitação nas províncias certa solicitude pelo ensino primário, e diversas reformas se emprehenderam n'este sentido (**O CEARENSE**, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional, 1863).

O relato do editorial revela dificuldades na efetivação da reforma da instrução primária, pois o dispositivo legal de 1834, ao descentralizar a educação, secundarizou mais uma vez a instrução primária, porquanto o Governo central retirou a responsabilidade financeira para esse ramo de ensino, deixando-o totalmente a cargo dos governos e das assembleias provinciais. *In alia manu*, assumia o papel de indutor, com o propósito de uniformizar as medidas políticas e as experiências da Capital da Corte e de outros países. Deste modo, no Segundo Império, foi instituído o “[...] efeito-demonstração e do caráter de modelo que durante todo o Império, a legislação do município da corte teve para as provinciais” (Saviani, 2007, p. 131).

Se não há elementos jurídicos e financeiros que possibilitavam a organização do sistema único, esperava-se que os administradores assumissem o papel de disseminar, pelo menos no nível técnico, os princípios comuns do ensino. Destacavam-se, na difusão dos princípios e valores da escola imperial, principalmente, os presidentes das províncias.³⁸ Barroso

³⁸ Para ser nomeado no cargo de Presidente Provincial era necessário ter sido eleito deputado da Câmara ou ter exercido cargo ministerial. Esse cargo dependia da vitória do governo nas eleições. Suas atribuições consistiam em controlar as nomeações de promotores, delegados e subdelegados de política e de oficiais inferiores da Guarda Nacional e do diretor da Instrução Pública (Carvalho, 2006).

(1867, p. 5) refere-se à função estratégica de controle desses gestores ao afirmar: “[...] é por intermédio dos presidentes das províncias que o governo pode conseguir muito; e o que convém”. O fato é que, sem dar apoio financeiro às províncias, o Império não deixou de pautar suas intenções sobre a organização da instrução pública e do professorado, induzindo, por meio dos regulamentos da Corte que eram executados pelos presidentes das províncias, condutas e pautas técnico-políticas que seguiam um certo padrão nacional para as 19 províncias.

A essas alturas, a família de José Barcellos³⁹ chegou a Fortaleza e presenciou a efetivação dessa organização política procedente das mudanças iniciadas na Administração Provincial do Padre José Martiniano de Alencar⁴⁰, primeiro presidente provincial, que exerceu o cargo nos anos de 1834 a 1837. Nesse período, o Presidente cearense empreendeu um conjunto de obras de infraestrutura, recorrendo a atos administrativos, decorrentes da descentralização do Ato Constitucional de 1834. Esses investimentos representaram, para Costa (2017), o início da configuração de Fortaleza como grande centro urbano, que se completou no final do século XIX.

Precedente às modificações realizadas pela administração de Martiniano de Alencar, Fortaleza era uma aldeia, sendo deste modo descrita pelo autor Rodolfo Teófilo:

[...] era uma aldeia, as casas mal-acabadas, baixas, as ruas tortas, como as que ainda hoje existem na Travessa do Rosário, que vai sahir na praça dos Voluntários. O cunho de bellezza que tem hoje a cidade deu-lho o boticário Ferreira, quando o presidente da Câmara Municipal.

Fortaleza era edificada em um areal sáfaro, como se vê ainda hoje nos subúrbios, o que muito dificulta o trânsito (2009, p. 3).

Os feitos do governo de José Martiniano de Alencar consistiram na instalação da iluminação a azeite e construção do reservatório do Pajeú, edificações de chafarizes e uma aguada para lavanderia de roupa e cacimbas, ambas públicas. O Presidente também ordenou a construção de estradas que ligariam Fortaleza a Messejana, Aracati, Baturité e Sobral. Esses serviços facilitariam a vida dos residentes de Fortaleza e, dentre eles, os familiares de José de Barcellos, migrantes de Baturité.

³⁹ Nome de família identificado pela primeira vez em 1400 por Isabel de Barcelos, que levou esse nome por ter nascido na cidade de Barcelos, em Portugal – cidade baixa com rio que passa dentro do local. Isabel de Barcelos era filha de Afonso I, duque de Bragança e era conhecida como Isabel de Bragança e Pereira ou simplesmente Isabel de Bragança. Pesquisa informada pelo Sr. Vicente Coelho Barcelos Filho.

⁴⁰ Tomou parte ativa na revolução de Pernambuco, de 1817. Foi chefe do partido liberal do Império e deputado e senador pela Província cearense. Governou o Ceará por duas vezes: a primeira, de 1834 a 1837, e de 1840 a 1841. Pai do escritor e deputado José Martiniano de Alencar. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/o-instituto/>. Acesso em: 16/05/2024.

A realidade de Fortaleza modificava-se em maior grau com as intervenções urbanas feitas pelo Boticário Ferreira⁴¹, que promoveu uma série de adaptações no espaço urbano, seguindo as diretrizes do plano de expansão de Silva Paulet⁴², inspirado no traçado em xadrez para guiar a urbanização de ruas paralelas em Fortaleza. Em 1860, após dez anos de intervenções em seus espaços que seguiram as diretrizes administrativas de Silva Paulet para correção dos traçados defeituosos de ruas e de casas que eram instaladas seguindo o curso do rio Pajeú, Fortaleza foi apresentada pelo viajante francês Alexandre de Belmar⁴³, no estudo de Costa (2017) sobre a **Geografia Histórica de Fortaleza**, como

uma cidade nova, de aspecto europeu, cujas ruas, alinhadas a cordão, são embelecidas com alguns edifícios de notável elegância, no número dos quais convém colocar o palácio do governo, um belo quartel e, sobretudo a igreja catedral. Sua população é de cerca de 25 mil almas. Encontra-se aí um Liceu, uma *Junta de Comércio*, hospital e, nos arrabaldes, cerca de 1500 casas de palha, que servem de abrigo à classe pobre (Belmar, 1898, *apud* Costa, 2017, p. 71).

Fortaleza desses tempos também é revelada no desenho de José de Reis Carvalho, membro da Comissão Científica de Exploração (1859)⁴⁴, que, a bordo do vapor Tocantins, ao chegar a Fortaleza em 4 de fevereiro, esboçou a paisagem litorânea com dunas, coqueirais, prédios edificadas avistados pelos passageiros de navios até chegarem ao porto de Fortaleza.

Pintura 1 – Fortaleza. Desenho de José dos Reis Carvalho – 1859



Fonte: Coleção do Museu Dom João VI. Reprodução: Paulo Scheuenstul⁴⁵.

⁴¹ Antônio Rodrigues Ferreira, Boticário Ferreira, de 1843 a 1859 foi presidente da Câmara Municipal de Fortaleza.

⁴² Silva Paulet, engenheiro militar português, elaborou o primeiro plano de expansão da Vila, em 1813, que se tornou a matriz básica da forma urbana da cidade de Fortaleza (Costa, 2017, p. 67).

⁴³ Alexandre de Belmar, em sua **Voyage aux Provinces Brésiliennes du Pará et des Amazonnes**, em 1860, *precedé d'un rapide coup d'oeil sur le littoral du Brésil*, publicado em Londres em 1861.

⁴⁴ Primeira Comissão Científica de Exploração (1859) patrocinada por D. Pedro II.

⁴⁵ Imagem disponível em: [https://minio.scielo.br/documentstore/1982-](https://minio.scielo.br/documentstore/1982-0267/HfqRzSszHTSsX4ctDNkJVnL/aa51310740ba2ca3f473a7cdcdcd830447957c61.png)

0267/HfqRzSszHTSsX4ctDNkJVnL/aa51310740ba2ca3f473a7cdcdcd830447957c61.png. Acesso em: 16/05/2025.

A Cidade, a pouco e pouco, se transformou e se estruturou como “[...] centro urbano de coleta da produção agrária favorecida pela implantação de um sistema viário que fazia convergir para a Capital praticamente toda produção interiorana” (Borzacchiello da Silva, 1994, p. 88).

Desse ponto de vista do litoral para o interior, no final do século XIX, Adolfo Caminha narra o episódio da partida do personagem Zuza, ex-namorado da normalista Maria do Carmo, na obra **A Normalista**, que, a bordo do vapor **Espírito Santo**, via “[...] passar diante de seus olhos o litoral da Fortaleza, desde o Farol de Mucuripe até a Ponta dos Arpoadores...” (Caminha, 1982, p. 109).

E continua descrevendo a Capital à medida que observa a paisagem litorânea e os seus prédios:

Primeiro o farol, lá muito longe, embranquecido, cor de areia, ereto, batido pelos ventos; depois a extensa faixa de areia que se desdobra em zigzague até à cidade; a praia alvacentas e rendilhadas de espumas. Em seguida o novo edifício da alfandega. Em forma de gaiola, acaçapado, sem arquitetura, tão feio que o mar parece recuar com medo à sua catadura.

Noutro plano, coqueiros maltratados pelo rigor do sol, erguendo-se da areia movediça, que os ameaçava soterrar, uns já enterrados até a fronde, outros inclinados, prestes a desabar; o torreão dos judeus Boris, imitando a torre de um castelo medieval, cinzento e esguio; o seminário, por trás, no alto da Prainha, com as suas torres triangulares; as torres vetustas e enegrecidas da Sé; o Passei público, com os seus três planos em escadarias; a S. C de Misericórdia, branca, no lato; o Gasômetro; a Cadeia; e por ali fora o arraial Moura Brasil, invadido pelo mar, reduzido a um montão de casebres trepados uns sobre os outros... (ibidem, 1982, p. 109).

O jovem Barcellos presenciou as transformações dessa cidade, que ocorreram de 1843 até 1859 e continuaram durante toda a segunda metade do século XIX, em especial, de 1845 a 1877, período das chuvas regulares, que possibilitou expandir a produção do algodão e a agricultura de subsistência, alavancando a economia da Província do Ceará, em especial, a do comércio da Capital.

3.1 O início da trajetória

Barcellos desses tempos, possivelmente, realizou seus primeiros estudos primários em casa com um familiar que ensinava a escrever as letras e iniciar a contagem. Depois de desasnado nas primeiras letras, seus pais devem tê-lo matriculado em uma escola mantida pelo Governo Provincial para aulas de instrução primária talvez aos seis anos, idade regulamentar para o ingresso das crianças cearenses na instrução primária.

Frequentou as aulas de primeiras letras nos tempos em que instrução primária e particular achavam-se sob égide da Lei de 27 de dezembro de 1849⁴⁶, que inovou ao estabelecer que as escolas cearenses seguissem o método simultâneo de escrita e leitura e de organização do ensino (Feitosa, 2008). As crianças aprendiam com os mestres-escolas os conteúdos elementares de leitura, escrita, aritmética e doutrina cristã, em classes por categoria, considerando o nível de conhecimento. A cada final de ano, após a avaliação da prontidão do mestre-escola, os alunos realizavam os exames gerais de matérias primárias, que, em Fortaleza, ocorriam no final de novembro ou início de dezembro. Esses exames eram obrigatórios a fim do prosseguimento de seus estudos em outra classe (Feitosa, 2008).

No começo dos estudos, mostrou-se um aluno inteligente e esforçado e, como Alba Valdez narra, “deduz-se facilmente que a sua viva inteligência e apego aos livros se tenham manifestado logo no começo aprender” ([1948?], p. 168). Essas qualidades, certamente, favoreceram seu sucesso para a conclusão dessas aulas primeiras, uma vez que muitas crianças cearenses do seu tempo não tiveram acesso a qualquer modalidade de instrução particular ou popular⁴⁷.

Quanto às estatísticas da instrução primária, o pouco acesso evidencia-se na relação dos dados populacionais e alunos matriculados na Província cearense. Em 1856⁴⁸, havia 61 escolas de primeiras letras mantidas com recursos provinciais, com 3.318 alunos matriculados, sendo 2.625 do sexo masculino e 693 do feminino. Dados do Relatório da Diretoria Geral da Instrução Pública, publicados pelo jornal **O Cearense** de 13 de junho de 1855 (p. 1), redigido por Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, dimensionam o escasso ingresso das crianças cearenses às aulas públicas e particulares quando o diretor relaciona as informações de matrícula da época e os dados populacionais. Refletindo sobre a situação discrepante em relação às aulas femininas e masculinas na Província, o diretor geral da instrução assevera que

[...] É um pouco animador o número crescente d'alunos que annualmente frequentão as escolas; mas certamente estar elle bem longe de ser satisfactorio em comparação com a população da província não he de propósito calcular sua população livre em 300 mil almas, o que deve dar seguido as leis estatísticas 100 mil meninos de um a quatorze annos, porque em toda parte os individuos desta idade formão um terço da população [...] (Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

⁴⁶ A Lei nº 507, de 27 de dezembro de 1849, adotou o método simultâneo e as classes das aulas da instrução primária por categoria na instrução primária, 5 anos antes da Reforma da Província do Rio de Janeiro, elaborada pelo Ministro Couto Ferraz, no Ceará (Feitosa, 2008).

⁴⁷ Termo usado pelos governantes para nomear a escola mantida pelos cofres públicos provinciais e município da Corte.

⁴⁸ Dados obtidos do texto de Sousa Pinto: Instrução pública primária e secundária no Ceará. **Rev. do Instituto do Ceará**, ano de 1939.

Destacamos o fato de que, nesses tempos de Barcellos não era permitida a presença de escravos, portadores de moléstia, jovens acima de 14 anos e crianças menores de seis nas aulas primárias. A quantidade de mulheres nas aulas primárias⁴⁹, no início da metade do século XIX, era baixa, considerando os dados retirados do relatório do ano de 1855, pois, dos 3.318 estudantes matriculados, 693, cerca de 30% da matrícula do ano de 1854, eram de aulas femininas. Deste modo, o acesso, a permanência e a conclusão do ensino de primeiras letras era oportunidade para poucos, sendo que para as mulheres cearenses o cenário educacional representava, em maior grau, desigualdade.

Os poucos esforços dos governos para efetivar a educação de massa no Ceará advinham dos discursos dos presidentes provinciais, deputados e senadores que creditavam à escola e à formação do professorado a responsabilidade social para o encurtamento da distância do mundo desenvolvido para o não civilizado. Alardeavam nas tribunas das assembleias provinciais e da Corte discursos entusiasmados em prol da escola e nos documentos legais que exigiam que os pais matriculassem e zelassem pelos estudos dos seus filhos em aulas primárias mantidas pelos cofres provinciais.

A família de José de Barcellos, certamente, vivenciou o empenho e a persistência do filho em concluir os estudos primários. Em 1855, foi aprovado plenamente aos 12 anos nos exames anuais da instrução primária de 1º grau⁵⁰ da aula do mestre/padre Francisco Martins Castro,⁵¹ professor interino na 1ª aula masculina de Fortaleza. Seu professor substituiu nesse ano o mestre-escola Manoel Caetano Spínola,⁵² que se encontrava sob licença de saúde. Sem dúvida, fora convidado a exercer as atividades do magistério por ser sacerdote, uma vez que naquele tempo pertencer ao clérigo era predicado importante para assumir o cargo de professor primário.

Havia no recém criado Regulamento da Instrução Pública, no ano de 1855,⁵³ uma

⁴⁹ O Regulamento nº 19 de 04 de junho de 1845, no Art. 6, estabelecia a criação de escolas de ambos os sexos (APC, 2006, p. 159).

⁵⁰ A divisão do ensino primário em dois graus: no primeiro, se dava a instrução primária elementar; no segundo, a instrução média, conforme o art. 13 da Lei nº. 743, de 22 de outubro de 1855, sancionada pelo presidente provincial Francisco Xavier Paes Barreto.

⁵¹ O padre Francisco Martins de Castro foi professor interino da 1ª cadeira masculina de Fortaleza no final dos anos cinquenta do século XIX. Encontramos uma notícia do jornal **O Cearense**, de 10 de junho de 1862, que revela seu paradeiro como vigário da freguesia de Carapina, da província do Espírito Santo, e sua condição demente, assim descrita na nota: “chegou a essa capital de condição de louco, tendo ultimamente, em um dos acessos, inutilizado todos os livros e documentos pertencentes a matriz” (1862, p. 2).

⁵² O professor que até o ano de 1853 aplicou o Método do Ensino Mútuo ou Lancasteriano na Capital cearense na 1ª aula da capital masculina (Feitosa, 2008).

⁵³ A classe dos professores adjuntos foi estabelecida nos artigos 52 a 62, Capítulo IV – *Dos professores adjuntos, e substituição das escolas*, procedimentos, critérios seletivos, a lotação e substituição dessa categoria de professores – Lei nº 743 de 22 de outubro de 1855, sancionada pelo presidente Francisco Xavier Paes Barreto.

oportunidade para continuidade de estudos que o jovem Barcellos, recém aprovado dos exames gerais da 1ª cadeira da Capital, aproveitou ao requerer sua candidatura à vaga de adjunto, subclasse de professores. Os alunos-mestres deveriam atuar em escolas de 2º grau ou aulas primárias públicas contendo mais de cem alunos matriculados. A nomeação dos adjuntos seria de responsabilidade do presidente provincial após atestado de aprovação do professor da escola onde o aluno/candidato frequentou os estudos primários e do diretor geral da instrução pública.

Seguindo as orientações regulamentais, José de Barcellos requisitou, em 14 abril de 1856, ao professor da 1ª cadeira masculina de Fortaleza o teor do exame que realizou em 7 de dezembro de 1855, conforme transcrição abaixo:

Diz José de Barcellos Silva, que abem de seu direito precisa que V. S^a declare o teor do exame que o Sr. p p.^e fez no dia 7 de dezembro do anno ps. ps para occasião do encerramento d'aula: assim como qual a conducta e aptidão que aferistes o Sr. p p.^e deram-te ao tempo que frequentei a escola de V. Pa.^e para tanto (APC, Fundo: Instrução Pública, 1856).

Na própria requisição dirigida ao mestre/padre Francisco Martins Castro, atestou que “no exame de encerramento d’aula no dia 7 de dezembro do anno PS foi Ilmo. José de Barcellos e Silva examinado, aprovado plenamente. Quanto da aptidão e conducta, é boa, e nada há que desabone” (APC, Fundo: Instrução Pública, 1856).

Assente nas orientações, o jovem candidato elaborou outra petição com o propósito de comprovar a aprovação no concurso geral das escolas realizado no encerramento do ano letivo de 1855 para o diretor geral da instrução pública. Essa constatação era obrigatória para os alunos/candidatos à seleção de admissão de professor adjunto. Deste modo, o moço solicitou participação no exame para a classe de adjuntos, em 14 de abril de 1856, para o Padre Thomaz Pompeu (Senador Pompeu) nestes termos:

“Achando-se habilitando e querendo apor-se ao concurso dos professores adjuntos, marcado para o dia 15 do corrente deseja que V. S.^a o queira admitir à exame, pelo que lhe peço V. S.^a lhe defina como requer [...]” Mediante o recurso, o diretor deferiu a requisição afirmando “comprovo que foi aprovado plenamente” (APC, Fundo: Instrução Pública, 1856).

A entrada da nova classe de professor adjunto deveria seguir três critérios indicados em Regulamento: o primeiro era de comprovantes da aprovação nos exames gerais anuais; o segundo de aptidão ao magistério primário e o último a prova de condição de aluno pobre. Barcellos, de fato, confirmou esses requisitos e, logo, foi julgado apto e nomeado professor adjunto, em 25 de abril de 1856. O acontecimento foi noticiado na Parte Oficial do

jornal **Pedro II**, de 7 maio de 1856, destacando sua entrada em exercício de adjunto na 1ª cadeira primária de Fortaleza, no expediente do dia 28 de abril de 1856, conforme nota transcrita:

Officio – Ao inspector da thezouraria da fazenda – Que “tendo entrado em exercício ao dia 25 do corrente o professor adjunto Jose de Barcellos Silva provisionado em 22 do mesmo, o qual se acha praticando na 1ª cadeira primária desta cidade” (**PEDRO II**, 1856, p. 2, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

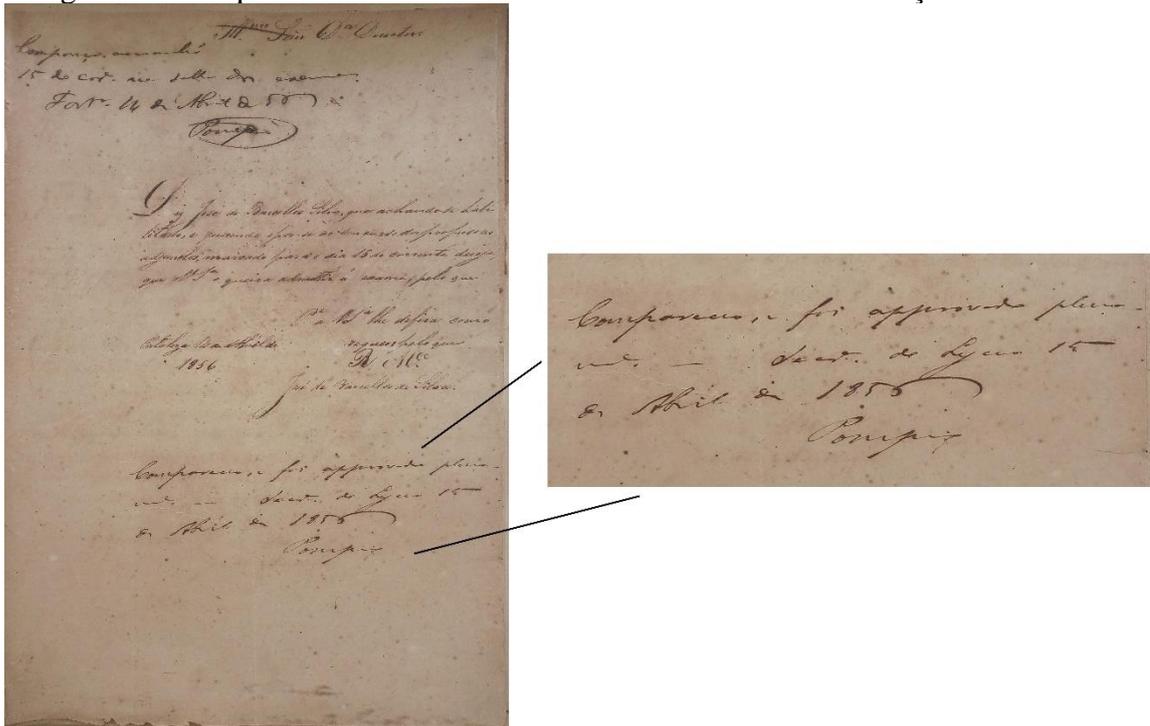
Na Fortaleza que passava por profundas mudanças em sua infraestrutura e, paulatinamente, tornava-se centro urbano de convergência administrativa e comercial, Barcellos iniciou sua trajetória formativa na subclasse de adjunto, em 1856. Os deveres dos adjuntos consistiam em frequentar e apoiar o professor primário na organização da aula no decurso de três anos, sendo que a cada ano do exercício passava por exames de Caligrafia, Aritmética e Língua Materna, Escrita e Leitura perante o diretor e dois examinadores, conforme determinava o Regulamento da Instrução Pública.

Em 1856, primeiro ano de aluno-mestre, iniciou as práticas de ensino primário na 1ª cadeira da Capital, momento em que auxiliou o preceptor Francisco Martins Castro, que, no ano anterior, fora seu professor primário. A partir de 1857, seu mentor foi Joaquim Alves de Carvalho,⁵⁴ um exemplo de mestre-escola na segunda metade do século XIX que, conseqüentemente, inspirou o José de Barcellos nos começos da profissão.

A aproximação a esses tempos formativos é passível de ser feita quando examinamos o requerimento feito por José de Barcellos endereçado ao diretor geral da Instrução Pública, Padre Tomaz Pompeu (Senador Pompeu), seu reformador em 1855 no Ceará. No documento há sinais da autorização do Diretor ao jovem estudante do exame da classe de adjunto. É possível observar isso na fotografia a seguir:

⁵⁴ Seu segundo preceptor foi empregado público que faleceu em 1889, aos 70 anos de idade, e dedicou-se na maior parte da sua vida à causa da instrução primária. A notícia da sua morte foi publicada no jornal **O Cearense** nestes termos: “O finado era solteiro e contava com cerca de 70 annos de idade a maior parte dos quaes dedicou à causa da instrucção popular. Militou sempre nas fileiras do partido conservador e em política jamais lhe transigiu” (23 de maio de 1889, p. 1).

Fotografia 8 – Requerimento de José de Barcellos à Diretoria da Instrução Pública – 1856



Fonte: APC – Fundo Instrução Pública.

Ilmo. Sen^{or} D.^{or} Diretor
 Comprovação avaliação
 15 do cor^e na data do exame
 Fortaleza 2 de abril de 1856
 Pompeu

Diz José de Barcellos Silva, que achando-se habilitado, e querendo opor-se ao concurso dos professores adjunctos, marcado para o dia 15 do corrente deseja que V. S^a. o queira admittir á exame, pelo que
 P P.^E V. S^a lhe defira como
 Fortaleza 14 de abril de 1856
 Requer: pelo que

R M.^{ce}
 José de Barcellos de Silva

Comprovado: foi aprovado plenamente
 deste do Liceu 15 de abril de 1856

Pompeu

REQUERIMENTO TRANSCRITO
 por Adriana Madja dos Santos Feitosa

Joaquim Alves de Carvalho foi nomeado professor da 3^a Cadeira do Ensino Público Primário do Sexo Masculino, em 1853, e anos depois assumiu a escola de 2^o grau da Capital provincial habilitada pela Diretoria Geral da Instrução Pública para aceitar os candidatos indicados para prática de ensino. Os professores das aulas primárias seriam responsáveis por introduzirem os conteúdos e modos de ensinar primários, sendo o tirocínio componente do

programa curricular e parte obrigatória tanto aos adjuntos quanto para qualquer candidato que aspirava entrar no cargo de professor público ou privado. O propósito dessa prática era aperfeiçoar os futuros docentes nas matérias mais avançadas de instrução primária e nas práticas de ensino primário.

Na realidade, os adjuntos eram ajudantes dos mestres-escolas na realização da tarefa de organização de turmas numerosas. Faziam a frequência, organizavam os alunos, dividindo-os em classes por conhecimento ou idades. Decerto, alunos-mestres eram os responsáveis pelos alunos das classes menores, enquanto os professores ministravam as aulas dos mais adiantados, preparando-os para os exames finais que ocorreriam sempre no final de cada ano letivo.

Preocupado com o andamento da sua aula, o professor Joaquim Alves de Carvalho, em ofício de 28 de abril de 1870, esclareceu a necessidade de sua escola ter professor adjunto e os trabalhos desempenhados por essa classe:

[...] Ditos há na escola certos trabalhos que são da competência dos adjuntos, bem como abrir a aula, assistir a reunião dos alumnos, fazer chamada e escripturação da casa, no que, parece-me, no deve empregar ditos aspirantes, e nem é de suas atribuições [...] (Feitosa, 2008, p. 127).

Sob o pretexto de auxiliá-lo, completa a solicitação reiterando: “julgo por tanto de necessidade a nomeação de um adjunto p.^a minha escola, que hoje conta matriculados 157 alumnos” (CEARÁ, APC, Fundo da Instrução Pública, CX 20). Deste modo, os adidos eram importantes para o funcionamento das escolas primárias, uma vez que assumiam o papel de ajudantes, contudo, o valoroso trabalho exercido pelos jovens não condizia com os salários estabelecidos no Regulamento.

Os adjuntos aprendiam a arte de ensinar na perspectiva prática do enfoque tradicional que compreende o ensino como atividade artesanal, e o professor como um artesão. Nessa perspectiva formativa do professorado, o contato direto e prolongado na escola e o convívio na rotina da sala de aula com professores experientes eram garantias para a indução e socialização profissional dos aprendizes (Pérez Gómez, 1998). Na ausência da Escola Normal provincial, foram os ambientes das escolas – somente eles – para preparação dos professores cearenses.

Nos dois anos de adido, José de Barcellos aprendia por intuição, observando e realizando algumas atividades de ensino que os mentores lhe atribuíam na rotina escolar. Enquanto isso, o mestre-escola orientava, *in loco*, boas atitudes e os conhecimentos necessários

à prática docente. Embora a experiência dos mestres-escolas fosse atributo importante, os dois mentores que iniciaram José de Barcellos na carreira de professor primário não eram tão experientes e especialistas na arte de ensinar. Ademais, os poucos anos de magistério do professor efetivo Joaquim Alves de Carvalho, nomeado no ano de 1853, provavelmente, não foi parâmetro para a seleção das escolas que receberiam os candidatos adjuntos.

O fato é que o critério para aprovação nas escolas cearenses atendia somente ao quantitativo de alunos por escola, segundo o Regulamento de 1855. Inclusive para ser professor no Ceará era exigida a presença dos candidatos no período de um a três meses em escolas indicadas pelo diretor da Instrução Pública. Essa comprovação da presença era obrigatória para aqueles que intencionavam pleitear o cargo em exames de capacitação do magistério. Após o cumprimento do tempo do tirocínio, os candidatos poderiam requerer a realização dos Exames de *Verificação de Capacidade para o Magistério e Provimentos das Cadeiras Públicas*,⁵⁵ que, no Ceará, por quase 30 anos, foi a única política de habilitação dos professores primários (Feitosa, 2008, 2021, 2022).

Dados relacionados com a maneira de avaliar os professores-adjuntos achamos nos exames do triênio de habilitação da matéria de escrita dos anos de 1856, 1857 e 1858 de José de Barcellos e Silva presentes no acervo do Arquivo Público, Fundo da Instrução Pública, Série Correspondência.

Os exames do jovem professor são evidências de algumas práticas intencionadas no Regulamento de 1855 para essa subclasse do magistério. Neles encontramos os conteúdos das matérias da instrução primária julgadas, quando foi examinado perante o diretor-geral da instrução pública e de dois examinadores nomeados pelo presidente provincial. Por sinal, o exame do primeiro ano abordou matérias da escrita de letras maiúsculas no modelo Bastardo⁵⁶ e Bastardinho e a escrita de frases ditadas para análise dos elementos da gramática portuguesa. O conteúdo do trecho do texto copiado por Barcellos abordou a conduta moral na ocasião de negócios. Destacamos que a ausência do título desfavoreceu a identificação da autoria que transcrevemos a seguir:

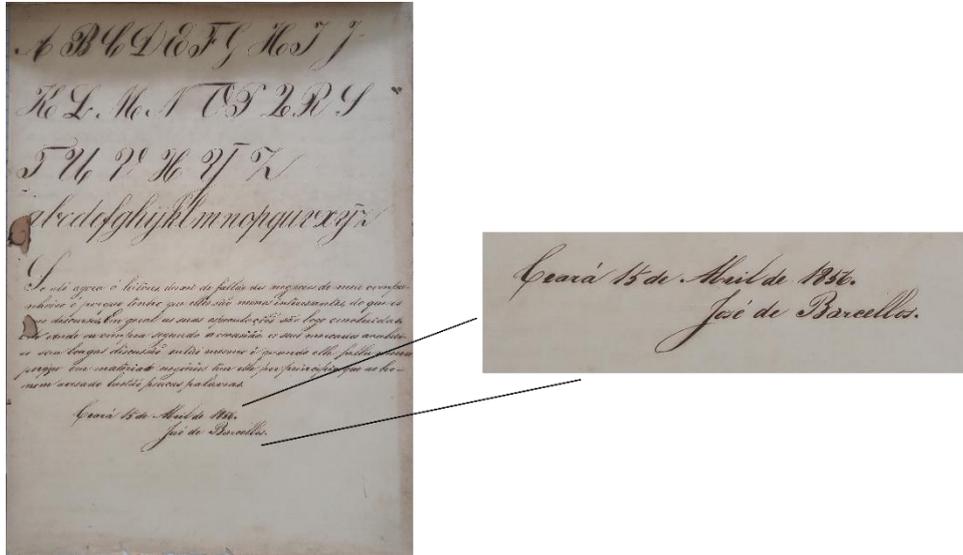
Se até agora à leitores, deixei de falar dos negócios de meu companheiro é porque tenho que eles são menos interessantes, do que os discursos. Em geral as suas especulações são logo concluídas (rasurado) vende ou compra segundo ocasião os

⁵⁵ Os exames de capacidade profissional representaram a confirmação legal-administrativa para o exercício da atividade docente, definindo competências, conhecimentos e saberes, para desempenho e recrutamento de professores até a inauguração da Escola Normal em 1884. Segundo Nóvoa, os exames funcionavam “como uma espécie de aval do Estado ao grupo docente, que adquire, por esta via, uma legitimação oficial de sua atividade” (1995a, p. 17).

⁵⁶ Bastarda é uma fonte de letra característica manuscrita e Bastardinha é a forma minúscula da fonte Bastarda.

seus mercados acabão sem longas discussão então mesmo é quando ele falta menos porque em material de negócios tem elle por princípio, que ao homem avisado bastão poucas palavras (CEARÁ, APC, Fundo da Instrução Pública, Série Correspondência).

Fotografia 9 – Exame de José de Barcellos – Professor Adjunto – Ano de 1856



Fonte: APC – Fundo Instrução Pública.

Na escola primária frequentada por José de Barcellos, quando iniciou suas atividades de adjunto, havia na rotina escolar tempo para o ensino da escrita das letras do alfabeto maiúsculas e minúsculas em traslados e da escrita por meio ditado de letras e trechos-textos. Por meio da memorização, as crianças faziam a leitura das letras e dos textos, decorados para análise gramatical. Observamos que os professores eram orientados a escrever as letras do alfabeto por cima de translado, além de memorizar trechos dos clássicos da língua nacional para escrita de ditados e o estudo e análise gramatical de trechos de frases.

E há ainda outro ponto a ressaltar sobre esses primeiros exames de Barcellos: os conteúdos dos exames eram similares aos teores praticados pelos alunos primários em aulas da instrução, conforme detalha o Quadro 11.

Quadro 11 – Matéria e Programa dos Exames de Capacidade para professores primários – 1856

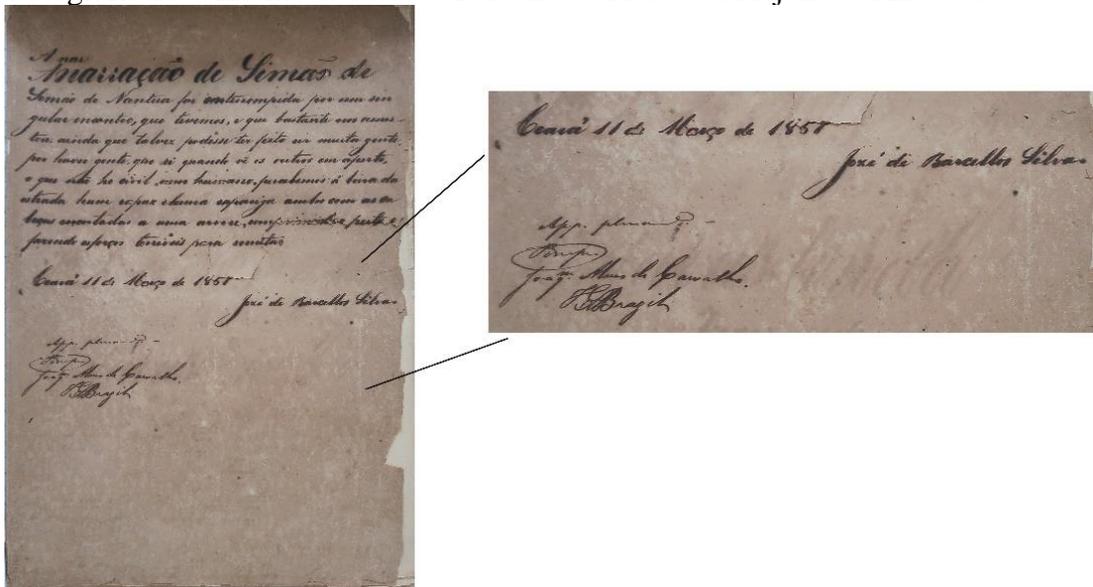
MATÉRIA	PROGRAMA		
LEITURA	IMPRESSOS MANUSCRITO		
ESCRITA	Bastardo Bastardinho Cursivo	Em Letras	Ordinais Maiúsculas

<p>ELEMENTOS DA GRAMÁTICA PORTUGUESA</p>	<p>Gramática Ortografia</p>	<p>Análise gramática de Frases ditadas Teoria Prática</p>
---	---------------------------------	---

Fonte: Feitosa (2008).

Oposto do primeiro exame de 1856, em cujo conteúdo do trecho transcrito não identificamos a obra e a autoria, o segundo exame de escrita de março de 1857 foi porta para o reconhecimento da autoria da obra **História de Simão de Nantua ou Mercador de Feiras de Mr. De Jussieu**,⁵⁷ clássico francês utilizado na instrução primária no Brasil a partir do século XIX.

Fotografia 10 – Exame de José de Barcellos – Professor Adjunto – Ano de 1857



Fonte: APC – Fundo Instrução Pública

Na ocasião do exame, é provável que o trecho destacado haja sido ditado por um dos membros da banca ou escrito de memória por Barcellos para posterior análise gramatical oral:

A Narração de Simão de Nantua foi interrompida por um singular encontro, que tivemos, e que bastante nos assustou, ainda que talvez pudesse ter feito rir muita gente, por haver gente, que riem quando vê os outros e, e que não he civil, nem polidez, percebemos à beira da estrada hum rapaz e huma rapariga, ambos com cabeças encostadas a uma árvore, fazendo esforços terríveis para vomitarem (CEARÁ, APC, Fundo da Instrução Pública, Série Correspondência).

⁵⁷ **A História de Simão de Nantua ou Mercador de Feiras** é uma obra francesa do autor Mr. de Jussieu utilizada na Instrução Elementar no Ensino da Moral e Civil das crianças no século XIX. Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=90532> Acesso em 16/05/2024

Notamos que, na 1ª Aula pública da Capital cearense, o uso dos ensinamentos morais era fundamentado nessa obra francesa. A leitura e a escrita de obras sobre os bons exemplos da conduta moral foram recursos utilizados pelos mestres-escolas para instruir os hábitos sociais necessários à convivência do homem, pois, quanto mais regrada à sociedade, mais harmonia existirá entre os membros. Seus ensinamentos regulavam os padrões morais e cívicos adequados e distinguiam os que gerariam vícios ao homem virtuoso e ordeiro almejado pelos estados-nações que à época se constituíam.

A instrução moral também auxiliava o homem civilizado a escolher a virtude e o caminho do bem, distinguindo as condutas que causariam vícios e enfermidades. Os modelos narrados pelo francês Mr. De Jussieu influenciariam, igualmente, os jovens europeus e cearenses que frequentavam a escola à época, orientando o estilo dos homens em manter-se o cabelo e a barba feitos. Enquanto isso, as mulheres deveriam zelar por cabelos penteados ou cabeças cobertas e vestir-se adequadamente. Também instruíam as crianças por meio das narrativas e exemplos sobre o modo adequado de tossir, escarrar, espirrar, bocejar, assoar-se, arrotar e cuspir. Ademais, pessoas idôneas e civilizadas eram aquelas que se expressavam com clareza, de acordo com as regras do Português culto e não usavam vocábulos vulgares.

Desses achados só foram identificados os do programa de escrita e leitura, contudo, além dessas matérias, constavam no programa dos exames para certificação de professor adjunto os conhecimentos teóricos e práticos sobre elementos da aritmética e os conhecimentos dos deveres do docente ou da legislação que regiam a instrução pública na Província.

Os exames realizados em março de 1858 foram os últimos para validação do seu título de professor adjunto. Os últimos certames foram julgados pelo Padre Carlos Augusto Peixoto de Alencar,⁵⁸ que ocupava o cargo de diretor da Instrução Pública e do professor Joaquim Alves de Carvalho. Não muito perceptível, reconhecemos o nome do professor da matéria Inglês, Dr. Gonçalo d'Almeida Souto,⁵⁹ que foi professor de José de Barcellos no Liceu do Ceará, de acordo com a fotografia do exame.

Nesse exame, Barcellos teve que comprovar as matérias da escrita do alfabeto em letra minúscula, maiúscula e os números cardeais com uso de traslado e, na mesma folha,

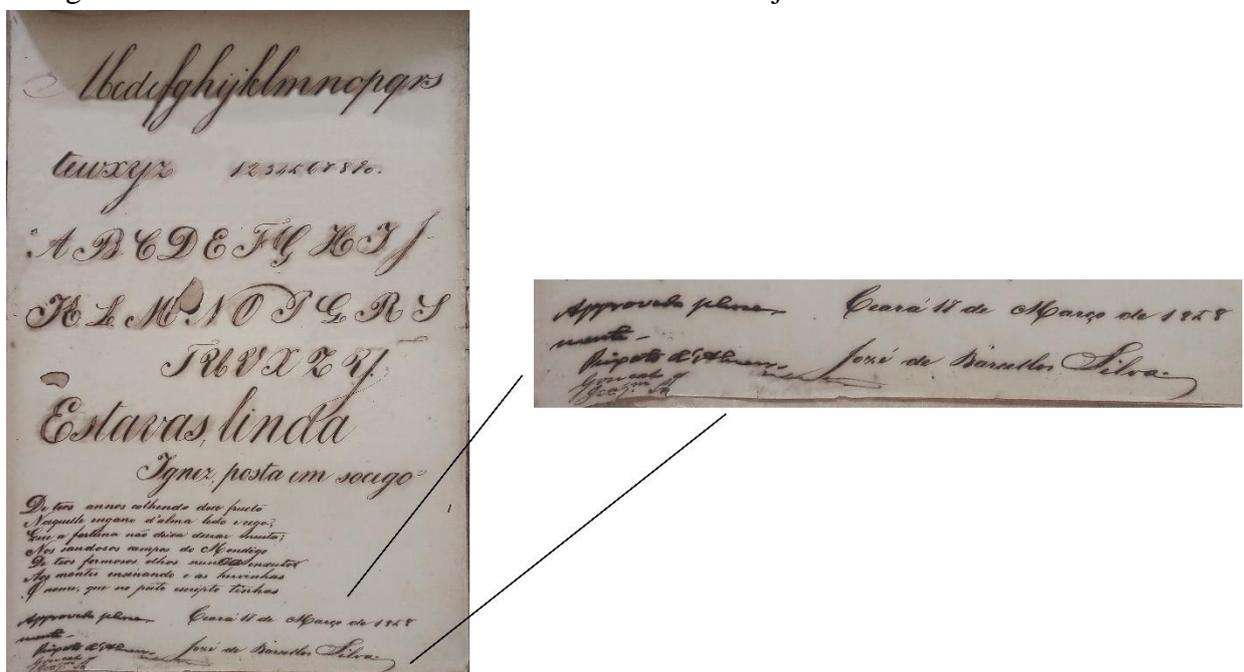
⁵⁸ Natural do Crato, Padre Carlos Augusto Peixoto de Alencar, político liberal, foi nomeado membro do Conselho Diretor da Instrução Pública em 1855. Fundou o **Jornal Comercial** e foi deputado provincial – 1835/1837 – e Deputado Geral: 1838/1841 – 1845/1847 – 1848 (CEARÁ, 2015).

⁵⁹ O bacharel Gonçalo de Almeida Souto foi professor das cadeiras Latim, Francês e Inglês no Liceu cearense. Fundou em 1866 o jornal **Tribuna Católica**. Participou da Associação Perseverança e Porvir – constituída com o propósito de libertação dos escravos no Ceará. Foi senador estadual constituinte (1891-1892), deputado estadual no Ceará (1898 e 1899) e deputado federal pelo Ceará (1900) e Rio de Janeiro (até 1911) na recém-República Brasileira.

escreveu uma estrofe com versos do poema *Os Lusíadas*, Canto III, de Camões, que copiamos abaixo:

Estavas linda Ignez, posta em socego
 De teos anos colhendo doce fructo
 Naquelle engano d'alma ledo e cego,
 Que a fortuna não deixa durar muito;
 Nos saudosos campos de Mendigo
 De três fermosos olhos nunca enxutos,
 Aos montes ensinando e às hervinhas
 O nome, que no peito escripto tinhas
 (CEARÁ, APC, Fundo da Instrução Pública, Série Correspondência).

Fotografia 11 – Exame de José de Barcellos – Professor Adjunto – Ano de 1858



Fonte: APC – Fundo Instrução Pública.

Os exames de Barcellos são testemunhas das habilidades e conhecimentos exigidos para a habilitação do professor à época. As respostas do aluno-mestre José de Barcellos às questões da prova revelam que a escola desse tempo exigia que os alunos aprendessem a copiar letras e textos de clássicos, além do modo de aprender por meio da memorização dos conteúdos. Anos depois, José de Barcellos denunciou no jornal **O Cearense** de 21 de junho de 1864 quão é inútil o uso do método da memorização para o ensino da gramática através do artigo: *Collaboração: Instrucção Pública do Ceará*, pois

[...] Depois de 3 annos, às vezes 4, o menino abre a grammatica. Decora-a um anno inteiro. Não aproveita nada que quando chegar a última página ainda não distingue um verbo de um adjectivo! Decorou muito, mas não fez nenhum exercicio! Depois de sobrecarregar a memoria de definições sobre definições, muitas das quaes inúteis, ociosas, ei-lo analysando [...] (p. 01, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Segundo o ponto de vista de Barcellos, o pouco aproveitamento dos alunos no ensino da gramática resulta, em especial, de práticas de ensino que priorizam os estudos orais e a memorização e desconsideram outras atividades. Na fala do jovem professor, o estudo de gramática consistia, à época, tão só, em memorizar definições sem a análise das classes gramaticais e tampouco eram realizados exercícios para os seus estudos.

Finalizou os estudos com 16 anos, em 1858, quando foi aprovado plenamente no exame de capacidade para o cargo de professor adjunto. Nesse período de três anos recebia o ordenado por ano, respectivamente, de 5\$000 mensais, depois 7\$000 e finalmente 10\$000, valores aviltantes que não estimulavam os jovens cearenses a ingressarem na profissão. Manteve-se, ainda, seis anos nesse cargo, e na busca de novas perspectivas e a seu pedido foi exonerado no dia 17 de fevereiro de 1862 (Valdez, [1948?]; Studart, 1910).

Recordando a realidade socioeconômica vivida pelos professores adjuntos e, em especial, pelo jovem Barcellos no Ceará provincial, Alba Valdez ([1948?], p. 168) comenta assim:

[...] Cinco, sete dez mil reis davam para alguma cousa?
Sempre davam, tanto que Barcellos se manteve naquele cargo até 17 de fevereiro de 1862, - ou sejam seis anos de exercício – quando foi exonerado a pedido.
Naquela época o custo da vida era suave e se o minguido ordenado não lhe garantia a subsistência, contudo auxiliava as despesas extraordinárias do menino-professor que, concomitantemente, estudava os preparatórios no Liceu [...].

A baixa gratificação para a atuação no cargo de adjunto, decerto, não era motivadora à finalização do treino de habilitação e à obtenção de capacidade profissional que ocorria com a maioridade legal.⁶⁰ Provavelmente por isso poucos professores adjuntos conseguiam progredir e efetivar-se na profissão seguindo modelo prático em vigor na Reforma da Instrução Pública de 1855.⁶¹

Estabelecida pelo Ministério do Império Couto Ferraz,⁶² esse projeto reformista atuou para padronizar a Instrução Primária. Nas províncias, no corpo do Decreto, no art. 3º,

⁶⁰ Maioridade legal com certidão de idade de 21 anos para os homens; e, para as mulheres, era exigida a certidão de idade de 25 anos. Exigem-se para as mulheres as certidões de casamento e/ou certidões públicas na forma de sentença de divórcio, caso separadas do marido (Feitosa, 2008, p. 69).

⁶¹ A reforma da Instrução Pública de 1855 foi regulada pelos seguintes dispositivos: Regulamento da Instrução Pública de 02 de janeiro de 1855; Instruções para verificação de capacidade para o magistério de 21 de maio de 1855; Regimento interno provisório de 20 de março de 1856 e Instruções para professores de 08 de abril de 1856; Regulamento Geral das escolas primárias de 11 de abril de 185 e Resolução de 23 de dezembro de 1870 (Feitosa, 2021).

⁶² Luís Pedreira do Couto Ferraz, Visconde do Bom Retiro, foi importante administrador do Segundo Reinado. Foi presidente de duas províncias, deputado, ministro no Gabinete da Conciliação, senador e membro do Conselho de Estado. Foi amigo e confidente de Pedro II (Bediaga, 2017).

estão detalhadas as ações da inspeção em 16 parágrafos, com incumbências que vão desde a inspeção das escolas, colégios, casas de educação dos estabelecimentos públicos e particulares da instrução primária e secundária, organização de regimentos internos e de outros estabelecimentos e coordenação de mapas de informações para serem remetidos aos presidentes provinciais anualmente; a mostrar o orçamento da receita e despesas do Setor da Instrução. A Reforma procurou assegurar, além das ações de inspeção, um conjunto de intenções que detalhamos em sequência.

- Obrigatoriedade da educação primária para alunos de sete a 14 anos, restrita aos habitantes livres, excluindo os escravos.

- Organização do ensino, dividindo os Estudos primários em duas classes: o elementar, ofertado em aulas de primeiras letras, e o avançado, ministrado em escolas primárias de segundo grau; e Estudos secundários no Colégio Pedro II com duração de sete anos.

- Substituição do método do Ensino Mútuo ou Lancasteriano,⁶³ de orientação da Lei de 1827, pelo uso do método simultâneo do ensino, no qual os alunos eram agrupados após o nivelamento em classes por conhecimentos das crianças e jovens.

- Troca da modalidade de habilitação dos professores primários em escolas normais estabelecidas pela Lei de 1827⁶⁴ para o modelo prático de professores adjuntos para os quais futuros docentes eram preparados em aulas primárias, preferencialmente, as primárias do segundo grau.

O caráter-modelo, na Província cearense, é notório na Lei nº 743, sancionada pelo presidente provincial Francisco Xavier Paes Barreto, em 22 de outubro de 1855, que foi a maior prova da influência da Reforma Couto Ferraz de 1855-56, proveniente do Regulamento do Município da Corte, pois representava seus principais preceitos: da obrigatoriedade da instrução dos sete aos 14 anos e da organização do ensino (programas do ensino primário e secundário) e dos modelos para a carreira profissional e formação docente associada à perspectiva prática.

Acomodando as circunstâncias, foi regulamentada a Reforma de 1855-56 no Ceará. Seus métodos, a distribuição de horas e a modalidade de habilitação no modelo prático holandês, tudo era como prescrevia o regulamento da Corte de 1854. Seguindo esse modelo, o projeto educativo, o presidente cearense, conselheiro Pires da Mota,⁶⁵ acomodou e modificou

⁶³ O Método de ensino Lancasteriano proveniente da experiência inglesa de Jose Joseph Lancaster e Andrew Bell organizava turmas homogêneas, instruídas por discípulos mais adiantados, nomeados monitores. Esse método teve como principal objetivo oferecer expandir as ofertas da instrução primária, sem oneração do Estado (Feitosa, 2008).

⁶⁴ Primeiro instrumento legal da educação brasileira que regulamentou a criação de escolas de primeiras letras, a adoção do Ensino Mútuo, o programa de ensino e a criação de escolas normais.

⁶⁵ Vicente Pires da Mota foi presidente da Província do Ceará de 20 de fevereiro de 1854 a 11 de outubro de 1855.

[...] o regulamento da corte as nossas circunstâncias. Em virtude, dessa lei organiza a directoria confeccionou diversos regulamentos, e instrução, em que se prescrevia tudo quanto era dever dos professores, desde o methodo do ensino, distribuição de horas, divisão de classes, e mar preceitos escolares até o processo, e penalidade dos mestres pelas infracções de seus deveres. Tudo isso era bem pensado, e o transumpto do que em paizes civilizado se pratica; falta, porém uma cousa essencial: o mestre, e o inspector, de que na opinião sensata de Mr. Cousin depende a escola. Com o tempo, e disciplina se poderia obter o professor, e o systema adoptado havendo rejeitado a ideia da escola normal por motivos, que não cabem aqui discutir, tinha adotado o systema hollandez de alunos mestres (**O Cearense**, 23 jan. 1863, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

As ideias do modelo holandês de preparar professores, elogiado por Mr. Cousin, consistem em “classes normais formadas de rapazes pobres dotados de habilidade e moralidade, que mostrando vocação para o magistério, ficam adjunctos em escolas primárias bem-organizadas. Por essa prática eles contraem hábito, paciência e gosto pela profissão, qualidade” (**O Cearense**, 15 de nov. 1859, p. 1, BN-Hemeroteca Digital).

A exemplo de todas as províncias, o regulamento do Conselheiro Pedreira definiu novas exigências de ingresso no cargo de professor primário por meio de exames de capacidade profissional, e substituiu o modelo da Escola Normal vigente desde 1827 e adotou “o systema hollandez das classes normaes com o intuito de formar viveiro de professores (**O Cearense**, 15 de novembro de 1859, p. 1).

Nem todos, todavia, ficavam agradados com esse modelo. Preocupado com essa padronização, o cronista do jornal ensaia uma crítica à Reforma. Tudo foi organizado e pensado, considerando as experiências dos países civilizados, faltando o essencial: “o mestre, e o inspector, de que na opinião sensata de Mr. Cousin depende a escola”, e, evitando falar sobre a preferência do sistema holandês de alunos mestres à Escola Normal, comenta: “por motivos, que não cabem aqui discutir” (**O Cearense**, 23 jan. 1863, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Datando de 15 de novembro de 1859, encontramos no jornal **O Cearense** discussão sobre as formas de preparação do professorado à época: do adjunto e da escola normal, em crônica intitulada: **A Instrução Primária**. No texto, o modelo dos professores adjunctos possibilita aos futuros professores contrariarem “hábito, paciência e gosto pela profissão, qualidades que a melhor teoria jamais suprirá” (**O Cearense**, 15 nov. 1859, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

A crônica evidencia os critérios de seleção dos futuros professores formados no modelo do adjunto na Inglaterra, que são para “os meninos pobres, que se distinguem os quais são obrigados a ficarem nas escolas por algum tempo como ajudantes do professor, mediante uma pequena retribuição.” Assim, seguindo os modelos da Holanda e Inglaterra, o Regulamento

da Corte do Ministro Couto Ferreira foi indutor da adoção das classes normais (dos adjuntos) com o intuito de formar os professores primários nas províncias do Estado Imperial.

A despeito de todas essas experiências, o modelo inaugurado no Regulamento de 1855 não conseguiu habilitar nem formar uma massa de professores como intencionou, e ainda recebeu críticas reveladas nos jornais da época:

[...] Parece que a tentativa de escolas normaes no Rio, Bahia, S. Paulo não provou bem; e na verdade, se tomarmos por norma as d' Allemanha, ou da Hollanda, será bem difficil estabelecer semelhantes em nosso paiz. Todavia, se não podemos, ou não devemos crear uma escola normal, é indispensável fazer alguma cousa para prepararm os professores. A Classe de adjuntos creada pelo regulamento à exemplo do da corte, não é sufficiente para suprir o crescido número de nossas escolas. [...] (**O Cearense**, 15 de nov. 1859, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Na Província cearense, além da maioria legal, eram exigências para nomeação do professor primário: ser cidadão brasileiro e comprovar inicialmente a maioria legal, apresentar folha corrida dos lugares em que residia, pelo menos, no intervalo de três anos, atestado de conduta moral do pároco e certificado dos estudos práticos, por três meses, em escolas da Capital da Província, do ensino primário de primeiro grau (instrução elementar) e/ou de segundo grau (instrução média) pelo professor titular (Feitosa, 2008).

Por não haver uma escola normal na Capital da Província em funcionamento, e por causa dos baixos salários pagos, quaisquer cidadãos brasileiros que comprovassem maioria legal e, também, moralidade eram capazes de requerer o exame de capacidade para receber o título de professor primário. Com a reforma da educação de 1855, era obrigatória a realização do tirocínio em escolas primárias da Capital para os aspirantes ao cargo de professor, contudo, os bacharéis, os graduandos em quaisquer ramos de instrução superior e os clérigos tinham preferência para o provimento das escolas públicas (ibidem, 2008).

Cumprindo esse regramento, o professor primário no Ceará da segunda metade do século XIX conseguia habilitar-se para o exercício profissional no setor público e particular. Assim, os professores adjuntos percorriam um difícil caminho até a efetivação no cargo de professor primário que à época era tão pouco atraente socialmente.

Preocupado igualmente com a preparação de professores na Capital cearense orientada pelo Regulamento de 1855, José de Barcellos escreveu, no jornal **O Cearense** publicado em 28 de junho de 1864, através do artigo *Collaboração - Instrucção pública no Ceará*, algumas circunstâncias que presenciou na preparação de professores aos moldes do método prático e dos exames de capacidade praticados em escolas da Capital, chegando a

denunciar o descumprimento do que era recomendado no Art. 29 dessa normativa⁶⁶ pelos candidatos, uma vez que

[...] não fazem o tirocínio na escola, que lhes é designada para esse fim, estudam grammática e arithmética. Nada observam do que ahi se passa, pois ordinariamente chegam acabados os trabalhos. depois que resolver alguns problemas de arithmética, que analysam uma estância dos Lusíadas, ei-los com um atestado de tirocínio, requerendo o exame! A directoria elludida é culpada da continuação de semelhante abuso. Ordena que os candidatos frequentem durante certo tempo uma escola para se habilitarem praticamente, e qual a razão por que nos exames não são eles interrogados acerca do methodo práctico de ensino? [...] (O Cearense, 28 jun. 1864, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Decerto o jovem professor observava, enquanto adido da 1ª cadeira pública do professor Joaquim Alves de Carvalho, os comportamentos de candidatos que frequentavam essa aula pública para praticar o modo práctico do ensino. Assim, assenhoreando-se dessa vivência, ousou fazer críticas e propor que as comissões de exames “[...] reconheçam que os examinados conheçam bem as matérias, que se propõem a ensinar. Não é tudo: ler, escrever e contar, pois não constituem as únicas habilitações para o professorado. As famílias precisam de outras garantias [...]” (O Cearense, 28 jun. 1864, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Acontecimento observado com vistas a melhorar a formação no modelo práctico cearense foi a realização de curso de aperfeiçoamento oferecido pela direção geral da instrução provincial, para professores primários efetivos e adjuntos das aulas de Fortaleza. O diretor Carlos Augusto Peixoto d’Alencar contratou os serviços do professor de caligrafia, Guilherme Scully, que ministrou as práticas introdutórias do novo método para o ensino do sistema caligráfico, em agosto de 1860.

A realização desse Curso de Caligrafia foi documentada em ofício N° 139 – Directoria Geral da Instrução Pública do Ceará, de 25 de agosto de 1860, para o professor/ministrante, publicado no jornal **Pedro II** de 2 de setembro de 1860, p. 4. Na carta do diretor da Instrução Pública, Carlos Augusto Peixoto, há trecho que reconhece o talento e a inteligência do professor de caligrafia que contratou e a informação de que o professor Luiz Vieira da Costa Delgado Perdigão, lente substituto do Liceu cearense, e o Professor primário da Capital, Joaquim Alves de Carvalho, tiveram bom comportamento nos trabalhos realizados e aproveitamento nas práticas de ensino. Portanto, achavam-se suficientemente habilitados no curso (**Pedro II**, 2 set. 1860, p. 4, Hemeroteca Nacional, Biblioteca Nacional).

⁶⁶ O Artigo 29 do Regulamento de 2 de janeiro de 1855 recomenda que nenhum candidato poderá ser admitido a exame sem ter estudado, pelo espaço de um mês, o modo práctico do ensino em algumas das escolas da capital que o diretor da instrução pública designar.

Além das presenças do lente do Liceu e do professor da 1ª aula da Capital, o Curso que introduziu novos modos para o sistema caligráfico contou com a participação dos professores primários, tanto da Capital quanto de localidades e povoações indicados pela Diretoria da Instrução, conforme a lista abaixo, que assinaram a carta de agradecimento:

- Francisco Clemente Barbosa de Moraes, professor da cadeira primária da Catinga do Goes;

- Tristão Pacheco Spinosa, o professor primário da Capital;

- Pedro Jaime d'Alencar Araripe Junior, professor público da vila de Maria Pereira;

- Pedro da Costa e Silva, professor da povoação de Arronches;

- Francisco Ferreira Calassa, professor da vila de Aquiraz;

- Laurintino Alves Ferreira Cavalcante, professor primário;

- Luiz Carlos da Silva Peixoto, professor primário de aula particular da Capital;

- José Freire de Bizerril, professor primário da cadeira de Messejana;

E os professores adjuntos:

- José de Barcellos Silva Sobrinho;

- José Domingues Saboia; e

- Francisco d'Oliveira Conde.

Depois de quatro anos, José de Barcellos escreveu sobre essa experiência formativa, quando realizou o curso de caligrafia na condição de professor adjunto, no jornal **O Cearense** do dia 21 de junho de 1864, no editorial intitulado: *Collaboração - Instrucção Pública no Ceará*, fazendo o seguinte comentário:

[...] Tem se dito que, principalmente na capital, são bem sensíveis os professores a respeito de escripta, depois das lições professoradas a alguns mestres pelo Calligraphos Schully. Teceram-se elogios aos presidentes, que teve essa lembrança, disseram que a despesa fora a mui proveitosa. Nossa opinião é que ella foi inteiramente inútil. Os princípios de calligraphia, que ensinou o sr. Schully achavam-se em algumas obras de Ventura, que jaziam cobertos de pó, despresadas nas escolas. Talvez a directoria também ignorasse isso. O Sr. Schully não ensinou nada de novo [...] (**O Cearense**, 21 de jun. 1864, p. 1, Hemeroteca Nacional, Biblioteca Digital).

Segundo a visão do jovem professor, o curso que seria para ensinar novos métodos do sistema caligráfico não promoveu nada de novo para as aulas primárias. Tudo o que foi praticado com os cursistas poderia ser encontrado em livros sobre o assunto. Mesmo assim, a Diretoria geral alardeava o bom aproveitamento do curso e os resultados para a formação de professores.

Os resultados do aperfeiçoamento realizado foram explanados em carta de agradecimento para o professor/ministrante em 28 de agosto de 1860 no jornal **Pedro II**, publicada no dia 2 de setembro de 1860, p. 4, e assinada pelos professores participantes do curso. Nessa epístola, expressam gratidão ao professor Guilherme Scully, que os tratou com consideração e atenção durante o tirocínio caligráfico, reconhecendo esse curso como

[...] útil, eficaz e salutar systema de calligraphia, que em nós operou uma completa mudança, devida em grande parte ao incansável zelo, esmero, e extrema solitudine empregados por V. S^a. para desarraigar os hábitos do antigo systema contrahidos desde a nossa infância [...] (**Pedro II**, 2 set. 1860, p. 4, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Na ocasião, pelo fato de a Província cearense não ter escola normal, diretores da Instrução Pública, como o Dr. Pompeu (Senador Pompeu), recomendavam aos titulados no modelo dos adjuntos ou aspirantes que praticavam o ensino prático nas escolas da Capital a continuarem seus estudos literários cursando as matérias de Língua Nacional, como parte da formação do magistério, conforme o editorial: *A Instrução Pública*, do jornal **O Cearense**, de 15 de novembro de 1859:

[...] na impossibilidade de termos escolas normaes, à vista da insuficiência de classe de adjuntos, o que parece de melhor a seguir é o que o Dr. Pompeo em um de seus relatórios anteriores aconselhar-se: obrigar os professores actuais a cursar por algum tempo certas aulas do lycêo, notadamente, hoje língua nacional, a prestar exames dessas matérias, obrigá-los a praticar por algum tempo em uma das escolas da capital. E para os pretendentes ao magistério, fazê-los passar por igual estudo nas mesmas aulas do lycêo, a menos que não provem ter esses conhecimentos, e a um tirocínio por maior espaço de tempo em uma das aulas primárias da capital e depois sujeitá-los à um aprova de capacidade externa e severa (p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Embora de valor insignificante, as gratificações para os adjuntos se configuraram como uma das poucas ações governamentais nesse período, que, de certo modo, favoreceram a classe popular para prosseguir os estudos. As críticas decorrentes dos baixos valores foram pertinentes, contudo, essa ação constituiu-se uma oportunidade de ascensão social para meninos e meninas pobres, uma vez que, no Estado Imperial, “os direitos civis beneficiavam a poucos, os direitos políticos a pouquíssimos, dos direitos sociais ainda não se falava, pois, a assistência social estava a cargo da Igreja e de particulares” (ibidem, 2018, p. 29).

De certa maneira, esse modelo se encaixaria nas ambições do estudante-professor Barcellos, que, tão logo terminou os exames do último ano para habilitação como adjunto, candidatou-se à vaga de aluno no Liceu cearense.

No Brasil, os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade foram discursos que constaram nas atas das Assembleias Provinciais e da Corte. Esses direitos garantiriam “relações civilizadas entre as pessoas e a própria existência da sociedade civil surgida com o desenvolvimento do capitalismo” (Carvalho, 2018, p. 15). A ausência do Estado por muito tempo como uma garantia desses direitos, tanto no Império quanto na República, excluiu, em particular, a população negra de ingressar e permanecer na escola primária e secundária.

A entrada como aluno do Liceu não era simples. Instituído no governo do Padre Martiniano de Alencar,⁶⁷ em 1845, foi por muito tempo o único colégio mantido pelo Governo Provincial. A seleção por meio de exames preparatórios para academias da Corte persistiu inalterada até a Primeira República Brasileira e durante muitos anos se constituiu no principal centro de formação secundária cearense, cuja aprovação assentia na entrada no ensino superior, em especial, nas faculdades das capitais Recife, Rio de Janeiro e Salvador, que formavam os advogados, médicos e engenheiros.

José Murilo de Carvalho (2006), em seus estudos sobre a formação da elite brasileira, mencionou os liceus como primeiros espaços de treinamento para a unificação do pensamento político e intelectual. A formação humanística e literária dos cursos ofertados nos liceus provinciais e, em especial, no Colégio Pedro II favorecia a entrada dos filhos de famílias com recurso no ensino superior para as carreiras liberais e a Administração Pública, diferentemente das escolas militares, que ofertavam estudos para formação profissional mais técnica.

Para ser aluno do Liceu, era necessário participar dos estudos de admissão com os lentes do Colégio; depois, considerando a avaliação dos professores, os estudantes candidatavam-se às aulas diante de uma banca composta pelo presidente provincial, diretor da instrução pública e o lente da aula que o candidato pleiteava cursar. Poucos jovens cearenses conseguiam o acesso aos cursos oferecidos no Liceu, não mais aqueles de famílias com recursos que podiam manter seus filhos em Fortaleza para estudos que duravam até seis anos. No final dos cursos, eram certificados nos estudos preparatórios ou recebiam o diploma de bacharel em Letras.

⁶⁷ Andrade (2006) afirma que no final da primeira metade do século XIX, no governo do presidente José Martiniano de Alencar, foi notória a intenção política de reformar o ensino de primeiras letras cearense, por meio de um conjunto de leis providenciais que “representavam o avanço da nossa província diante de seu tempo” (p. 24).

Os alunos pagavam pelo material individual. Além disso, o rigor da seleção, os custos de despesa em Fortaleza e os apadrinhamentos políticos comuns nesses tempos inviabilizavam a permanência nas aulas, principalmente, para os estudantes cearenses que habitavam fora da Capital.

Por sua vez, os jovens oriundos das vilas e localidades que não podiam frequentar os cursos, presencialmente, eram orientados a estudar nos seus *locis*, quase sempre com padres que, após o tempo de preparação, eram recomendados pelos chefes locais aos lentes do Liceu ou políticos de Fortaleza. Assim, depois de uma prévia avaliação feita por um dos professores do Colégio, requeriam a inscrição na rigorosa seleção das matérias. Exemplo dessa trajetória foi a do jovem Joaquim Pimenta (1945),⁶⁸ que revelou, no livro **Retalhos do Passado – Tauá – Fortaleza**, o modelo das provas escrita e oral que foi inspecionado em 1904:

[...] na prova escrita – um trecho do *Gênio do Cristianismo*: na oral, tradução, versão no quadro negro e sintaxe dos participios, em que me sai às mil maravilhas. Se eu havia decorado a gramática de Halbout quatro vezes!
Resultado: eu, plenamente, outro, simplesmente, seis reprovados [...] (Pimenta, 1945, p. 109).

O Liceu do jurista Joaquim Pimenta situava-se à Praça dos Voluntários da Pátria. Esse prédio foi inaugurado em 1894 e foi a primeira sede desse estabelecimento de ensino, que funcionou por quase 50 anos, de maneira improvisada, ocupando partes de outros órgãos públicos ou em casas alugadas.

Os cursos no Liceu eram preparatórios para que os concludentes seguissem seus estudos em faculdades no Brasil e no Exterior. Os de família com recursos procuravam cursos no Recife, Bahia e Rio de Janeiro. Somente em 1903, no Ceará, foi instalada a Faculdade de Direito, no governo Dr. Nogueira Acioly. Foi uma conveniência para a juventude cearense que, no início do século, podia diplomar-se no curso de bacharelado em Direito na recém inaugurada Faculdade.

Por sinal, os exames de admissão foram a base formativa da instrução primária e secundária que persistiu até a República. Os exames, por certo, afunilaram o ingresso dos jovens cearenses em estudos mais avançados. Poucos moços cearenses no século XIX, aliás, conseguiam alcançar a aprovação e, conseqüentemente, o prestígio em matricular-se no Velho

⁶⁸ O cearense Joaquim Pimenta foi uma importante liderança sindicalista e do Partido Socialista de base operária no período do governo de Getúlio Vargas, em Pernambuco. Em Fortaleza, no ano de 1906, ingressou na Faculdade de Direito, curso que só finalizou no Recife, em 1910. Foi professor primário, promotor público e secretário da Inspetoria Geral e professor da Escola Normal e Faculdade de Direito do Recife.

Liceu. No início da República, os estudos de seis anos no Colégio diplomavam os estudantes como bacharéis em Letras.

Fotografia 12 – Prédio do Liceu cearense, inaugurado em 1894



Fonte: Site Fortaleza Antiga.

Fotografia do velho prédio do Liceu inaugurado em 1894. O prédio possuía pátio interno, onde os estudantes aguardavam o início das aulas ou o chamamento do bedel para os exames das matérias. Havia as salas de aula e a Secretaria. As grandes janelas indicavam uma tendência pós-pandemia de varíola, seguindo deste modo as orientações das autoridades sanitárias. Também na fachada do prédio destacava-se o brasão da recém-República instalada. O prédio onde Joaquim Pimenta estudou já não existe, pois fora demolido e atualmente no seu lugar funciona uma das sedes da Polícia Civil do Ceará, localizada à Rua do Rosário.

Em 1858, o programa do Liceu cearense consistia em oito aulas ocupadas pelos seus respectivos lentes: a de Língua Nacional, ministrada pelo Sr. Leandro de Chaves e Mello Ratisbona; o lente Dr. Esmerino Gomes Parente ocupava a aula de Retórica; o curso de Filosofia tinha como lente o Revd. Luiz Vieira da Costa Delgado Perdigão. As línguas estrangeiras, as de Latim tinham dois lentes, um de 1º grau ocupado pelo Redv. Hypolito Gomes Brazil e outro de 2º grau, do Revd. Antonino Pereira de Alencar; a aula de Francês era exercida por Dr. José Lourenço de Castro Silva e o lente Dr. Gonçalo d' Almeida Souto ministrava o Inglês. Havia também no curso aulas de conhecimento de Geometria, ministradas pelo lente Dr. Pedro Pereira da Silva Guimarães, ao passo que a aula de Geografia era ocupada pelo Padre Tomaz Pompeu (Senador Pompeu).

Quiçá José de Barcellos tenha estudado no Liceu,⁶⁹ que funcionou nos primeiros anos da segunda metade do século XIX em uma das frentes do prédio da Tesouraria Provincial, na Praça da Sé, centro de Fortaleza. Os jovens eram chamados à realização de matrícula no início do ano, e requisitavam a participação dos exames à Secretaria do Liceu. A convocação para matrícula ocorria no mês de janeiro por editais divulgados em jornais provinciais.

No *Mappa de Matriculados* da Diretoria Geral da Instrução Pública do Ceará, encontramos o nome de José de Barcellos nas frequências dos alunos das aulas de Latim - 2º grau do lente Rev. Antonino Pereira de Alencar⁷⁰ e das aulas de Inglês ocupadas pelo Dr. Gonçalo d' Almeida Souto; e as do idioma Francês do lente Dr. José Lourenço de Castro Silva, informadas ao presidente da Província Dr. João Silveira de Souza,⁷¹ em 30 de junho de 1858, em ofício assinado pelo Padre Augusto Peixoto de Alencar:

⁶⁹ Conforme descreve Mozart Soriano Aderaldo (1959), [...] foi no antigo sobrado pertencente a Odorico Segismundo de Arnaut, em 1845, que funcionou o Liceu cearense recém inaugurado. Em 1848, o colégio mudou-se para uma das frentes do prédio da Tesouraria Provincial (depois Secretaria da Fazenda, Arquivo Público e Museu Histórico e, por último, Instituto do Ceará, sendo demolido, em 1957, para no local se levantar o Fórum Clóvis Beviláqua), aí ficando até junho de 1851, quando voltou ao pavimento superior do sobrado da Rua Major Facundo, retornando, porém, ao prédio da Tesouraria Provincial, em dezembro do mesmo ano [...].

⁷⁰ O sacerdote Antonino Pereira de Alencar exerceu o magistério como lente da cadeira de Latim no Liceu do Ceará. Foi juiz de paz e membro da Comissão de Socorros na grande seca de 1877. Político do Partido Liberal, exerceu os cargos de vereador de Fortaleza e deputado provincial, nos mandatos de 1864-1869, 1880-1881 e 1888-1889.

⁷¹ Bacharel em Direito e lente da Faculdade de Direito em Recife, João Silveira de Souza foi presidente provincial no Ceará, de 27 de julho de 1857 a 1858. Foi deputado à Assembleia Geral do Império pela Província de Santa Catarina e Ministro de Relações Exteriores, de 1866 a 1868.

Fotografia 13 – Ofício e Mapa dos alunos matriculados da aula de Latim – 1858

N.º	Nomes	Frequência
14	João Paschoa de Alencar	
15	Meton de Franca Alencar	
16	Antônio Joaquim Torres de Sousa	
17	Antônio Paschoa de Alencar	Sim
18	Antônio José Torres Lima	
19	Antônio José Torres Lima	
20	Antônio José Torres Lima	
21	Antônio José Torres Lima	
22	Antônio José Torres Lima	Sim
23	Antônio José Torres Lima	Sim
24	Antônio José Torres Lima	Sim
25	Antônio José Torres Lima	Sim
26	Antônio José Torres Lima	Sim
27	Antônio José Torres Lima	Sim
28	Antônio José Torres Lima	
29	Antônio José Torres Lima	
30	Antônio José Torres Lima	
31	Antônio José Torres Lima	
32	Antônio José Torres Lima	
33	Antônio José Torres Lima	
34	Antônio José Torres Lima	
35	Antônio José Torres Lima	
36	Antônio José Torres Lima	
37	Antônio José Torres Lima	
38	Antônio José Torres Lima	
39	Antônio José Torres Lima	
40	Antônio José Torres Lima	
41	Antônio José Torres Lima	
42	Antônio José Torres Lima	
43	Antônio José Torres Lima	
44	Antônio José Torres Lima	
45	Antônio José Torres Lima	
46	Antônio José Torres Lima	
47	Antônio José Torres Lima	
48	Antônio José Torres Lima	
49	Antônio José Torres Lima	
50	Antônio José Torres Lima	
51	Antônio José Torres Lima	
52	Antônio José Torres Lima	
53	Antônio José Torres Lima	
54	Antônio José Torres Lima	
55	Antônio José Torres Lima	
56	Antônio José Torres Lima	
57	Antônio José Torres Lima	
58	Antônio José Torres Lima	
59	Antônio José Torres Lima	
60	Antônio José Torres Lima	
61	Antônio José Torres Lima	
62	Antônio José Torres Lima	
63	Antônio José Torres Lima	
64	Antônio José Torres Lima	
65	Antônio José Torres Lima	
66	Antônio José Torres Lima	
67	Antônio José Torres Lima	
68	Antônio José Torres Lima	
69	Antônio José Torres Lima	
70	Antônio José Torres Lima	
71	Antônio José Torres Lima	
72	Antônio José Torres Lima	
73	Antônio José Torres Lima	
74	Antônio José Torres Lima	
75	Antônio José Torres Lima	
76	Antônio José Torres Lima	
77	Antônio José Torres Lima	
78	Antônio José Torres Lima	
79	Antônio José Torres Lima	
80	Antônio José Torres Lima	
81	Antônio José Torres Lima	
82	Antônio José Torres Lima	
83	Antônio José Torres Lima	
84	Antônio José Torres Lima	
85	Antônio José Torres Lima	
86	Antônio José Torres Lima	
87	Antônio José Torres Lima	
88	Antônio José Torres Lima	
89	Antônio José Torres Lima	
90	Antônio José Torres Lima	
91	Antônio José Torres Lima	
92	Antônio José Torres Lima	
93	Antônio José Torres Lima	
94	Antônio José Torres Lima	
95	Antônio José Torres Lima	
96	Antônio José Torres Lima	
97	Antônio José Torres Lima	
98	Antônio José Torres Lima	
99	Antônio José Torres Lima	
100	Antônio José Torres Lima	

Fonte: Fundo da Instrução Pública – APC.

Dos estudantes matriculados nas turmas que José de Barcellos frequentou no ano de 1858, afora o nome dele, identificamos intelectuais e políticos reconhecidos no Ceará nos tempos de início da República, como Meton da Franca Alencar,⁷² João Eduardo Torres Câmara,⁷³ Paulino Nogueira Borges da Fonseca⁷⁴ e Antônio Bezerra de Menezes.⁷⁵ Em especial

⁷² Meton de Alencar estudou Medicina no Rio de Janeiro. Participou da Guerra do Paraguai, quando no final recebeu o título de primeiro cirurgião do exército. Terminando o seu curso de Medicina, voltou para o Ceará, sendo nomeado médico da Santa Casa. Disponível em METON DE ALENCAR - Atom (inpi.gov.br). Acesso em: 16/05/2024

⁷³ Jornalista João Câmara foi fundador do **Almanaque do Ceará** em 1895 na cidade de Fortaleza. O Almanaque administrativo, estatístico, mercantil e industrial do Estado teve a participação ilustre dos padeiros (membros do movimento literário cearense denominado Padaria Espiritual), dentre os quais Juvenal Galeno, Sabino Batista, Antônio de Castro, Lopes Filho, José Carvalho e Álvaro Martins (Disponível em https://www.academiacearensedeletas.org.br/revista/Colecao_Antonio_Sales/Antonio_Sales_e_Sua_Epoca/ACL_Antonio_Sales_Sua_Epoca_098_Almanaque_do_ceara.pdf). Acesso em 15/01/2024)

⁷⁴ O advogado e fortalezense Paulino Nogueira foi professor e diretor do Liceu do Ceará, na cadeira de Latim, e jornalista. Era um estudioso da língua tupi. Foi deputado geral do mandato de 1872 a 1879 e provincial pelo Partido Conservador. Foi um dos fundadores e presidentes do Instituto do Ceará e patrono da cadeira 29 da Academia Cearense de Letras (Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/socio/paulino-nogueira-borges-da-fonseca/>). Acesso em 15/01/2024).

⁷⁵ Segundo o *site* da Academia Cearense de Letras, o advogado cearense Antônio Bezerra de Menezes foi poeta, cronista, jornalista, historiador e abolicionista. Fundou com Teles Marrocos e Antônio Martins o jornal **O Libertador**. Também no Ceará, foi um dos fundadores do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras, patrono da cadeira de número 4 (Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/socio/antonio-bezerra-de-menezes/>). Acesso em: 15/01/2024).

com os três últimos colegas do Liceu, José de Barcellos conviveu em outros tempos e projetos de vida.

Nesses tempos do Liceu, com o colega e abolicionista Antônio Bezerra, fundou o jornal **A Estrela** (1859-1860). Aliás, foi a imprensa o principal veículo que revelou o jovem trabalhador Barcellos na seara literária e outros intelectuais cearenses, que, no decurso dos tempos, foram se assenhoreando desse ofício, o que configurou imprescindível ganha-pão em suas trajetórias de vida. De certo modo, como afirma Raquel Campos (2012), “no caso brasileiro, pelo menos desde o século XIX, publicar em jornais transformou-se num imperativo social e simbólico, igualmente, importante fonte de renda para letrados de todos os quilates” (p, 53).

Fotografia 14 – Mapa dos alunos matriculados da aula de Inglês e Francês – 1858

Nº	Alunos	Frequencia	Nº	Alunos	Frequencia
10	Benedito Joaquim da Silva Guimarães		17	Francisco Joaquim Soares Pinheiro	
13	José Domingos de Sá		18	José Francisco de Sá	
14	José Maria de Sá		19	José Antônio de Sá	Atendidos
15	José Gonçalves de Sá	Atendidos	20	José Antônio de Sá	
16	José Antônio de Sá	Atendidos	21	Francisco de Sá	
1	José Antônio de Sá		22	Francisco de Sá	
2	José Antônio de Sá		23	José de Sá	
3	José de Sá		24	Francisco de Sá	Atendidos
4	José de Sá		25	José de Sá	Atendidos
5	José de Sá	Atendidos	26	José de Sá	
6	José de Sá		27	José de Sá	
7	José de Sá		28	José de Sá	
8	José de Sá		29	José de Sá	Atendidos
9	José de Sá		30	José de Sá	
10	José de Sá		31	José de Sá	
11	José de Sá		32	José de Sá	
12	José de Sá	Atendidos	33	José de Sá	
1	José de Sá		34	José de Sá	Atendidos
2	José de Sá		35	José de Sá	
3	José de Sá		36	José de Sá	
4	José de Sá		37	José de Sá	
5	José de Sá		38	José de Sá	
6	José de Sá	Atendidos	39	José de Sá	
7	José de Sá	Atendidos	40	José de Sá	
8	José de Sá		41	José de Sá	
9	José de Sá	Atendidos	1	José de Sá	
10	José de Sá	Atendidos	2	José de Sá	
11	José de Sá		3	José de Sá	
12	José de Sá	Atendidos	4	José de Sá	
13	José de Sá	Atendidos	5	José de Sá	
14	José de Sá	Atendidos	6	José de Sá	
15	José de Sá		7	José de Sá	
16	José de Sá		8	José de Sá	

Fonte: Fundo da Instrução Pública – APC.

Assim não foi diferente para José de Barcellos, que, desde cedo, recorreu ao jornalismo como ofício para auxiliá-lo em seu sustento, promovendo-se, assim, ao *status* de escritor. Escreveu, em várias folhas cearenses, notícias e crônicas e traduziu obras da Língua

Francesa para o Português. Suas crônicas sobre instrução primária e secundária abriram os caminhos para a entrada na Academia Cearense de Letras, sendo um dos seus fundadores. Alba Valdez, sobre a escrita jornalística como trabalho, manifesta que “a imprensa já possuía no estudante Barcellos um trabalhador em que se revelavam ideias num dizer correto e asseado” ([1948?], p. 169).

Por outro lado, os movimentos de vanguarda, tais como os da campanha abolicionista e da escola popular, “souberam usar as revistas como instrumento de luta e as elegeram como veículo privilegiado para divulgar seus manifestos” (Luca, 2008), em especial, na segunda metade do século XIX. Antônio Bezerra utilizou-se desse recurso a fim de mobilizar fundos e arregimentar colaboradores para a causa da libertação dos escravos cearenses. Os intelectuais de vários ramos organizaram e promoveram uma série de ações a fim de mobilizar a sociedade a favor da causa abolicionista, exemplo dos editoriais do jornal **O Libertador**, os quais “usaram a palavra escrita com a veemência que as circunstâncias exigiam, contribuindo para o amolecimento dos espíritos e instalando-os a participarem da tarefa redencionista dos 30 mil e poucos escravos que ainda restavam no Ceará” (Nascimento, 1994, p. 179).

Outro colega do Liceu, Paulino Nogueira conviveu lado a lado com Barcellos no ambiente da instrução pública na qualidade de lente do Liceu da aula de Latim. Por certo, conversavam acerca de estudos sobre a velha Língua Latina e suas influências para entendimento da Língua Portuguesa. Segundo Valdez, “desde que entrou em contacto com o estudo, José de Barcellos manifestou amor e zelo entranhados pela língua-máter, vestal sagrada, que devia preservar de toques profanos a fim de se lhe conservar a louçania e a pureza” ([1948?], p. 169).

Foi redator das folhas **Eco Juvenil** e **A Beata**, produção jornalística que realizou com João Câmara. Os conhecimentos sobre a Língua Materna foram demonstrados por Barcellos em uma crítica ao compêndio **Novo Método de Gramática Portuguesa** composto em verso rimado, do escritor português Joaquim Frederico Kiappe da Costa Rubim.⁷⁶ A obra foi aprovada e adotada para as aulas da Província pelo Conselho Diretor no ano de 1861, contudo o atrevido aluno escreveu e publicou no jornal **A Beata** comentários que desaprovavam

⁷⁶ O escritor português Joaquim Frederico Kiappe da Costa Rubim nasceu na cidade do Porto no ano de 1831 e faleceu no ano de 1866 na Argentina. Foi professor primário e secundário e diretor do Colégio dos Educandos. Dentre suas obras, destacamos os seguintes títulos que poderiam ser adotados no ensino público e particular: **Compendio de moral e de religião; Lições históricas e geográficas do Brasil extraídas dos melhores autores e Novo método da gramática portuguesa**. Morreu jovem, aos 35 anos de idade, e deixou sua esposa Joana Ferreira Lima com três filhos, um deles, Almirante Rubim, que se destacou como herói na Guerra do Paraguai. Acesso em: 16/05/2024 Disponível em: <https://www.geni.com/people/Joaquim-Frederico-Kiappe-da-Costa-Rubim/6000000078740157769>.

o método utilizado na obra elaborada pelo professor particular e o diretor do Colégio dos Educandos (ibidem, p. 169).

Anos mais tarde, o crítico da Gramática do Professor Rubim foi um dos mais reconhecidos estudiosos da Língua Nacional no Ceará. A ousadia naqueles tempos de estudante dos preparatórios do Liceu permitiu, decerto, visibilidade em seus escritos neófitos, contudo já profícuos sobre a Língua Materna, como assinala Alba Valdez ([1948?], p. 169), pois “mostrava-se aos 18 anos! detentor de apreciáveis noções de Filologia, ciência quase desconhecida no meio ambiente, provocando admiração geral.”

Ainda assim, sua aprovação como escritor não era unânime entre seus concidadãos, uma vez que nesse ambiente letrado havia muitas disputas, nas quais os jornais eram utilizados claramente “como instrumento político, como arma de combate no espaço público” (Campos, 2012, p. 60). Episódios de desaprovação ao seu talento literário foram encontrados no jornal **Pedro II** de 10 de agosto de 1867. Havia críticas negativas feitas ao nosso jovem jornalista quando se aventurou a dirigir e escrever o folhetim intitulado **Jornal do Domingo**, no ano de 1867. Fundado com propósito de oferecer à cidade de Fortaleza uma leitura variada e mais atrativa para romances, contos, história, contudo, seu projeto jornalístico foi rechaçado em dois editoriais assinados sob pseudônimo do poeta português Felinto Elysió,⁷⁷ que assevera:

[...] Quiseramos mesmo que o Sr. José de Barcellos apresentasse a autoridade de algum dos nossos escriptores modernos da corte: exemplo de alguma folha, que sem ser diária, se publique com o título de Jornal e cujo redactor seja escriptor de nota.
 [...] Não basta que digais: que – em francez jornal é empregado, como empregamos gazeta, folha, periódico, sem se ter em vista a rigorosa significação da palavra.
 Grande novidade! É justamente ao francesismo que o Sr. José de Barcellos se socorre para confirmar, oi defender um gallicismo!
 [...] No Brazil todos os *jornaes* q’ temos visto, e de que temos notícia, publicação-se diariamente; e se algum houve com tal nome sem ser diario (que não sabemos), acompanha sem dúvida alguma o contrasenso além de gallicismi que está em moda.
 [...] (**Pedro II**, 10 ago. 1867, p. 2, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Em uma sociedade marcada pelo culto à cultura eurocêntrica, esse tipo de discussão, certamente, gerou muitos comentários entre os da elite letrada. À primeira vista, a crítica sobre uso correto do termo **jornal** era uma trivialidade jornalística, contudo, o atroz crítico, ao explicar o motivo dos erros de Barcellos, aproveita o espaço do Jornal conservador para demonstrar conhecimentos e fundamentos de seus estudos das Línguas Francesa e Portuguesa, dando uma verdadeira aula sobre origens desse léxico. No final da explanação, assevera que o

⁷⁷ Foi um poeta e tradutor português do neoclassicismo do século XVIII. Nasceu em 21 de dezembro de 1734 em Lisboa e morreu em 25 de fevereiro de 1819.

termo usado por Barcellos para o título do folhetim é inapropriado para o tipo de postagem que ocorre somente no domingo. Também o autor do editorial chama atenção do nosso mestre sobre a necessidade de não afrancesar a língua nacional, conforme o texto que transcrevemos abaixo:

De mais como vai a tradução? Santo Deos! Eivada de quantos gelecismos ha! “Commentario mais luminoso de todas uma grande revolução ... Mario menos grande etc. Podemos dizer: Nessa tradução, não só neste ou naquelle ponto, nella toda não se reconhece a bella lingua de Camões. Nem tão pouco a lingua de Lamartine, a sua poezia, e a sua clareza. Paremos! [...] (**PEDRO II**, 10 ago. 1867, p. 3, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

O segundo artigo, de maneira clara, discorre sobre a necessidade de José de Barcellos no Jornal do qual é redator e criador ter alguma autoria na edição, uma vez que nem na introdução o autor falou sobre os objetivos da produção jornalística. A crítica é sobre os romances escolhidos, que, segundo o crítico, são imorais e mal escritos. Em um dos trechos do texto, o crítico fala que José de Barcellos, não podendo ser o mestre dos mestres, se atreve a redigir e publicar um jornal. E finaliza, afirmando:

[...] Mas que decepção! Quando se suppunha, que o Sr. Barcellos criava um jornal para nelle desafogar, espriar sua alma, quando se suppunha que vinha dar-nos um pouco dos seus conhecimentos, ao menos mostrar-nos o seu genio, nem uma introdução! Atirou-nos o Jornal do Domingo sem dizer para que, nem porque! Nada tem nada da labra propria [...] (**Pedro II**, 10 ago. 1867, p. 3, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Por que tantas críticas com a publicação do Jornal? Talvez grupos políticos conservadores não se conformassem com a audácia do professor primário e pobre dirigir um jornal com divulgação de romances e da filosofia francesa. Um professor primário deveria se comportar como tal e não se aventurar a traduzir livros não adequados (imorais) para aquela sociedade. Um jovem pobre e atrevido metendo-se a fundar e escrever um jornal literário para ser lido no domingo em Fortaleza, inoportuno para uma época em que poucos de classe menos favorecida conseguiam ascensão social.

Em distintos contextos e relações, o talento de José de Barcellos como conhecedor de Letras foi se estabelecendo, em especial por seus professores e diretores da instrução pública, que justificavam e reconheciam seu talento erudito. Inclusive ratificam sua habilidade, em especial, alguns dos concidadãos do Partido Liberal que abriram as portas em órgãos da imprensa e, em particular, no ambiente da instrução pública.

Anos mais tarde, a competência literária do nosso professor adjunto foi reconhecida, em 1894, quando o achamos como um dos membros fundadores da Academia de Letras Cearenses – acontecimento que simbolizou a validação dos estudos de Letras iniciados

como estudante do Liceu. Em torno dele, reencontramos companheiros de outras jornadas, como Antônio Bezerra e os colegas Tomás Pompeu⁷⁸ e Henrique Théberge,⁷⁹ que conviveram com Barcellos na qualidade de professores do Liceu do Ceará e na instalação da Escola Normal.

Seus feitos como conhecedor de Letras foram biografados por seus conterrâneos que contaram suas histórias de vida em diversas épocas. Barão de Studart (1910) o caracteriza como “apaixonado cultor da língua e literatura helênica” – característica também ressaltada pelo historiador Raimundo Girão (1975) que, igualmente, reiterou os seus conhecimentos em línguas e literatura helênica e o posicionou como um notável e competente humanista, sobretudo em Geografia, História e Grego. Para a escritora Alba Valdez, o seu ex-professor foi possuidor de vários títulos, tais como “mestre do vernáculo e conhecedor de vários idiomas estrangeiros, inclusive o grego, pedagogo a par dos últimos processos e métodos de ensino da sua época, literato, jornalista, geógrafo e historiador” ([1948?], p. 166).

Até alcançar o reconhecimento de ser um dos maiores talentos cearenses dos ramos literário e educacional, obrigou-se muitas vezes, pelas circunstâncias de vida, a abdicar do ramo da instrução primária. Não é, pois, de estranhar que a realidade vivenciada por Barcellos talvez o tenha desmotivado a seguir a carreira de professor primário em aulas públicas na Capital.

Os baixos salários pagos aos professores primários cearenses e a carência de infraestrutura nas escolas foram algumas razões que obstaculizaram a decisão no ingresso à profissão docente. E, por certo, Barcellos, por essas condições, tenha procurado outras oportunidades de trabalho oferecidas, como as de bibliotecário, trabalhador em órgãos da imprensa cearense, de substituto de lentes do Liceu cearense e secretário da Assembleia Provincial. Possivelmente, foram muitos os momentos de sua trajetória em que negou seguir os passos do seu professor-mestre Joaquim Alves de Carvalho.

Barcellos e outros jovens-professores que assumiram o cargo talvez permanecessem por precisão, contudo a nomeação de professor adjunto e os estudos preparatórios do Liceu significavam uma oportunidade de firmar-se entre os administradores e

⁷⁸ Segundo o portal da Academia Cearense de Letras, Tomaz Pompeu de Sousa Brasil, filho de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil (Senador Pompeu), foi político, jornalista, advogado e jurista, economista e professor do Liceu, Escola Normal e Colégio Militar, bem como da faculdade de Direito do Ceará. Como político cearense, foi deputado provincial e vice-presidente da Província. Foi um dos fundadores da Academia Cearense de Letras, patrono da cadeira 35, e da Faculdade de Direito do Ceará. Colaborou nos jornais e revistas **O Cearense**, **Fraternidade**, **Gazeta do Norte**, **Galeria Cearense**, **Revista da Academia Cearense** e **Revista do Instituto do Ceará**.

⁷⁹ O engenheiro Henrique Théberge exerceu as funções de engenheiro-ajudante das obras públicas, engenheiro-chefe das obras públicas, engenheiro da Província, engenheiro da Estrada de Ferro de Baturité, gerente da companhia Ferro-Carril. Foi bibliotecário público e professor interino de Geometria do Liceu do Ceará. Foi um dos fundadores da Academia Cearense de Letras (Portal da ACL).

os mestres que os acompanhavam, por isso Barcellos permaneceu até fevereiro de 1862 como professor adjunto-estudante do Liceu, quando exonerado do cargo, a pedido.

É perceptível que a Capital cearense, à época, foi o local onde os rapazes, como Barcellos, após finalizarem as aulas de primeiras letras, davam continuidade aos estudos secundários no Liceu, que “[...] não absorvia o crescente número de rapazes que o procuravam, da capital e do interior [...]” (Castelo, 1970, p. 238). Um limite para o acesso dos jovens a esse estabelecimento era a forma de organização de externato, que dificultava aos não residentes de Fortaleza permanecerem em seus estudos.

Esse formato de ensino insuficiente e o progressivo aumento da demanda ensejaram a criação de estabelecimentos de ensino particulares, tais como o Colégio de Educandos (1856) e, particularmente, o Ateneu Cearense, instituído em 8 de janeiro de 1863, destinado à educação e preparação da mocidade para os cursos das academias e seminários. Sua organização de ensino compreendia o ensino primário, secundário e a forma de pensionato, semipensionato e externato.

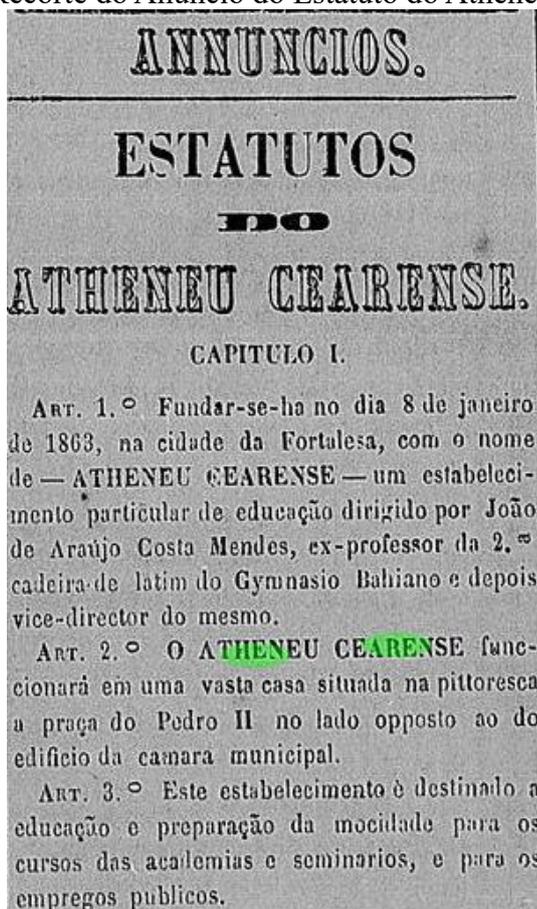
João de Araújo Costa Mendes, diretor do Ateneu Cearense, organizou o ensino do seu estabelecimento inspirado no modelo do Ginásio Bahiano, do Barão de Machauba,⁸⁰ onde foi aluno e depois vice-diretor (Castelo, 1970; Girão, 1985). Essa organização educacional englobava duas seções: uma da instrução primária, com a duração de quatro anos, e outra secundária, de sete anos. Assim, o jovem que entrava aos seis anos no regime de internato, a depender dos exames que ocorriam no final de cada ano, poderia finalizar o ensino secundário aos 16 anos.

O Atheneu foi o local onde estudaram Rodolfo Teófilo, Capistrano de Abreu, Domingos Olímpio, Paula Ney e Rocha Lima. Nestes primórdios, Barcellos foi professor de Francês e compartilhava o projeto de ensino desse Instituto com Joaquim Catunda (Português), Guilherme Studart (Inglês), Almino Alfares Afonso (Latim e Retórica), Adolfo Herbster (Geometria e Desenho), João Lopes Ferreira Filho (História), Pedro Borges (Geografia) e Cap. Vasconcelos (Filosofia e Matemática) (Girão, 1985).

O jornal **O Cearense** anunciou, em 2 de janeiro de 1863, p. 4, a divulgação de estatutos do Atheneu Cearense, contendo o dia da sua fundação, seu propósito e detalhes sobre a organização do ensino:

⁸⁰ Abílio Cesar Borges foi um importante educador do período e exerceu influências pedagógicas no reinado de Pedro II. Fundou o Ginásio Baiano, em Salvador, em 1858, com o propósito de pôr em prática suas ideias pedagógicas sobre a leitura e os métodos para o estudo das línguas. Também inaugurou, em 1872, o Colégio Abílio no Rio de Janeiro (Savianni, 2007, p. 142).

Fotografia 15 – Recorte do Anúncio do Estatuto do Atheneu Cearense – 1863



Fonte: Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional – BN.

Nesse ínterim, foi a riqueza da exportação do algodão que gerou progresso no Ceará. O algodão não era o produto central na estrutura socioeconômica agroexportadora do Estado Imperial, contudo, teve relevância comercial, representando o terceiro produto de exportação brasileira. No topo da lista, encontrava-se o café brasileiro, cuja produção exportada para a Europa e os Estados Unidos representava 57,3% dos itens comercializados de 1876 a 1877.⁸¹ Sua produção estava centralizada, em especial, no Rio de Janeiro, em São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. O Ceará posicionava-se nesse cenário como província de relevância intermediária, uma vez que suas condições geográficas, excetuando-se as da região da Serra de Baturité, não favoreciam esse cultivo.

As influências socioeconômicas do café, de fato, não foram tão determinantes na realidade do Ceará, sendo a produção do algodão arbóreo a impulsionadora do progresso na Capital e nas regiões produtoras de Baturité, Maranguape, Aratanha (Pacatuba), Uruburetama,

⁸¹ De 1876 a 1877, os principais produtos de exportação e os seus respectivos percentuais: Café (57,3); Açúcar (15,3); Algodão (6,2); Borracha (5,6); Couros (4,2); Fumo (3,5); Outros (7,9) (Mello; Kreter, 2022, p. 20).

Meruoca (próxima a Sobral) e Pereiro (na divisa com o Rio Grande do Norte). Cunha (2020, p. 235), em sua análise sobre a importância do algodão no Ceará do século XIX, assinala que

[...] o algodão, também chamado de ouro branco, proporcionou um fluxo de riqueza para a região alterando a economia e o meio ambiente local, atraindo correntes migratórias em direção ao interior da capitania.

A produção algodoeira cearense era exportada para a indústria da Inglaterra, que detinha o monopólio do comércio brasileiro. Foi, contudo, durante a Guerra de Secessão (1861-1864) que ocorreu o auge das comercializações para o mercado inglês no Brasil, uma vez que os Estados Unidos eram o seu maior concorrente comercial. Também favoreceram essa expansão da economia algodoeira os anos com chuvas regulares no Ceará, 1846 a 1877, que, com o café produzido na Serra do Baturité, inseriram o Ceará na rota de exportação no Estado Imperial.

No final do século XIX, a produção do algodão impulsionou a instalação de fábricas de beneficiamento financiadas por empresários ingleses, como *SANBRA*, *CLAYTON E MACHINE COTTON*, que controlavam o valor do produto no mercado local. Essas indústrias de transformação de produtos agrícolas e o porto promoveram a Capital da Província como “centro coletor de produtos agrários do interior, determinando mudanças significativas no modelo econômico e na estrutura social cearense” (Feitosa, 2008, p. 58).

3.2 O aprendiz viajante

Aliás, o panorama econômico brasileiro marcado pelo predomínio da agricultura, provavelmente, despertou interesse dos administradores e políticos locais e nacionais que estimulavam a presença e a formação de profissionais para atuação nesse setor essencial à geração de riquezas e à expansão de outros setores da economia. O lugar da agricultura nesse sistema econômico, entretanto, precisava ser justificado, nesses tempos de consolidação do sistema econômico industrial, que gerou acúmulo de capital para os países civilizados.

Desse modo, os jornais assumiram o papel de sugerir a importância da agricultura para o progresso econômico das nações mais desenvolvidas, bem como para aquelas que, tidas como periféricas, utilizavam a agricultura como papel estratégico. Talvez por isso há editoriais em jornais sobre o valor da agricultura, tal qual o localizado no **Pedro II**, intitulado *Dois palavras sobre a nossa agricultura*, que discute a necessidade de promover o conhecimento científico e tecnológico nas sociedades agrícolas, asseverando que onde a

agricultura é considerada como sciencia, onde a sinceridade e a iniciativa do governo coadjuvam os esforços particulares, onde a instrução profissional e as boas machinas economizam capital e trabalho, ahi, em dúvida, existe a riqueza, o crédito, o verdadeiro progresso (**Pedro II**, 12 de out. de 1860, p. 3, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Em vista disso, suggestionado por essa realidade em defesa de uma agricultura moderna e científica, e contrariando sua vocação para o magistério, José de Barcellos, quando concluiu os estudos preparatórios, em 1860, solicitou à Assembleia Provincial subvenção anual de 700\$rs por três anos para estudar engenharia na Escola Agrícola Grignon, uma das mais importantes escolas de Agronomia da França, local pretendido por muitos profissionais no século XIX e no início do século XX no Brasil.

Depois de dois anos, o Governo Provincial deferiu a solicitação que achamos publicada no jornal **Pedro II** (1862, p. 2). Assim, amparado nessa autorização, imediatamente pediu a exoneração do cargo de professor adjunto, nomeado no ano de 1856, sendo no expediente de 24 de fevereiro de 1862, por fim afastado pela inspetoria da tesouraria provincial, em despacho de 17 do corrente, que concedeu “a demissão que pediu de professor adjunto da instrução primária José de Barcellos Silva Sobrinho do que a V. S. dou conhecimento para os devidos fins” (**Pedro II**, 6 de março de 1862, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Esse tipo de auxílio já era determinado na reforma de José Martiniano de Alencar por meio da Lei nº 237, de 16 de janeiro de 1841, que favoreceu Barcellos e outros estudantes pobres, tais como Rodolfo Teófilo e Rocha Lima, que procuraram a Administração Pública a fim de que os auxiliasse, financeiramente, nos estudos superiores. A Província garantia os auxílios financeiros por ano, sendo que “o pensionista era obrigado apresentar por anos de estudos à Assembleia provincial os atestados de comportamento, frequência d’aula, e aprovação de seus exames,” para assim acompanhar e cobrar a pensão que foi concedida pelo Governo (Documentos, 2006, p. 155).

O valor solicitado à Comissão de Justiça da Assembleia Provincial pelo requerente ao benefício poderia ser via empréstimo para o pagamento posterior ou facultado o pagamento aos cofres públicos. No caso do nosso estudante de Agronomia, não localizamos nenhum registro de reembolso ao Governo Provincial. Por intermédio de Rodolfo Teófilo, foi possível entender como funcionava o reembolso do incentivo financeiro para estudantes pobres que eram beneficiados com bolsas de estudo pagas pelos cofres públicos provinciais.

Rememorando o seu tempo como estudante na cidade, na Faculdade de Medicina, conforme escrito por Lira Neto, é perceptível que, a depender do Governo e/ou de qual grupo partidário estava no poder, o auxílio concedido era suspenso ou a dívida era cobrada. Por esse

motivo, desistiu do curso de Medicina que realizava na Academia de Medicina na Bahia, optando por participar de um concurso para alunos do curso de Farmácia que lhe garantiria uma bolsa de pensionista no Hospital Militar da Bahia (Lira Neto, 1999).

A diplomação no ensino superior constitui-se um sonho que atravessa gerações de brasileiros, contudo, na segunda metade do século XIX, os cearenses que chegavam às academias do Império eram os filhos de famílias da aristocracia agrária e comercial que também eram os políticos e os altos servidores públicos (Carvalho, 2006; Holanda, 1995). Essas famílias podiam com seus recursos mantê-los por quase seis anos morando no Recife, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro. Era uma regalia para bem poucos, que concluíam os estudos e regressavam diplomados como bacharéis em Direito, Medicina, engenheiros, farmacêuticos.

Barcellos, por ser estudante pobre, não pertencia a esse grupo, mas atreveu-se a estudar para ser um engenheiro, embora, agrícola, patrocinado pelo Governo. Seguiu para estudar na França, porém, “ao cabo de um ano regressou por lho haver exigido o precário estado de saúde (Valdez, ([1948?], p. 170). Beneficiou-se por sua condição de jovem pobre, talentoso e inteligente e aspirando a melhores condições sociais e igualdade de direitos civis, sociais e políticos em uma sociedade de escravos e analfabetos.

Tantos conservadores e liberais que alardeavam a harmonia social e justificavam a desigualdade na sociedade em jornais e doutrinavam quais princípios da igualdade política social pretendiam para o Brasil. Exemplo é o artigo intitulado *Soliloquio* que achamos em **Pedro II**, do dia 18 de agosto de 1863:

[...] não vos elludaes com sonhos da igualdade política: isto é um laço em que se apanhão os nascios insofridos com a sua sorte. Na humanidade só há a igualdade de nascimento e de morte, e na sociedade a da lei que castigue quer premie. Fôra disto tudo é desigualdade na humanidade e na sociedade, assim que a desigualdade é a regra geral, e a igualdade a excepção (p. 3, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Para justificar a desigualdade política e social, o autor, que assina como pseudônimo *velho do povo*, utiliza o argumento da existência das desigualdades moral e física nestes termos:

Refleti um pouco comigo e vêde a desigualdade physica entre o homem alto e o baixo, entre o gordo e o magro, entre o branco e o negro, entre o bonito e o feio, entre o forte e o fraco, entre o trabalhador e o preguiçoso e a **desigualdade moral** entre o inteligente e o estúpido, entre o moderado e o violento, entre sincero e o fraudulento, entre o morigerado e o corrompido, e entre o probo e o perverso. E arremata por fim dizendo,” sendo a sociedade composta de homens tão physica e moralmente desiguaes, pôde nella operar-se o impossível de ser igual pela lei o que é desigual pela natureza? (**Pedro II**, 18 de ago. 1863, p. 3, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Por fim, o autor do artigo fala sobre os impedimentos da lei da natureza para a igualdade política perante a lei humana, argumentando aos leitores do jornal que, por meio dos seus méritos e talentos no ramo educacional, os jovens talentosos poderiam reduzir desigualdades com apoio da Assembleia Provincial cearense.

Vêde como os que dentre vós estudaram já se distingue e elevam? Isto vos vede advertir que se quereis melhorar não o vosso estado, mas o futuro de vossos filhos, fazei-os estudar com todo o sacrifício”. A sociedade não nega recursos que talentos; vede, o que fez a assembleia provincial a José de Barcelos e a outros (**Pedro II**, 18 de agosto de 1863, p. 3, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Inclusive, cita José de Barcellos, que, aos 18 anos, recebeu benefício desse auxílio financeiro de 700\$rs por três anos para estudar Engenharia Agrícola em uma das melhores academias da França. Seria uma oportunidade de José de Barcellos sair do ramo da instrução primária. De toda maneira, o cargo de professor primário público não promoveria melhoria em sua vida e, tampouco, de seus familiares, pois a profissão era desprestigiada e baixos salários não motivavam a entrada na carreira.

Por outro lado, o Governo, quando autorizou apoiar nosso jovem na área agrícola, aproveitaria o talento dele para estudar e disseminar nossas técnicas e conhecimentos sobre as culturas desenvolvidas na Província. Era assim um contrato perfeito, pois ambos, Barcellos e o Governo provincial cearense, ganhariam com esse projeto formativo. O curso, certamente, traria ganhos para a economia agroexportadora cearense e, assim, poderia a Província ganhar um cidadão capacitado nessa área tão carente de técnicas para uma geografia tão específica como a do sertão cearense.

Ponderando sobre esse novo trajeto formativo, Alba Valdez ([1948?], p. 170) destaca que talvez essa decisão tenha advindo do interesse por Barcellos “pela solução dos problemas ligados ao progresso do Ceará, resolveu ir cursar a Escola Agrícola de Grignon, seguindo para a Europa [...]” Barcellos, contudo, não conquistou o diploma de engenheiro e com a saúde debilitada regressou pela primeira vez à sua terra, sem o título de doutor e pobre como partira.

De fato, o Ceará estava inserido em um sistema globalizado do comércio do algodão, que permitia integração com estados posicionados no cerne do desenvolvimento capitalista, dominantes e ricos, o caso da Inglaterra, que estabeleciam as regras do controle econômico mundial. É certo que a Europa nesses tempos, “[...] além de ser o centro original do desenvolvimento capitalista que dominava e transformava o mundo, era de longe, a peça mais importante da economia mundial e da sociedade burguesa (Hobsbawm, 1988, p. 36). O domínio

européu foi não apenas econômico, mas, também, tecnológico (industrialização) e cultural perante o mundo em desenvolvimento. Esse triunfo era admirado por estados/nações como o Brasil que tencionavam trilhar o progresso do mundo desenvolvido restrito a poucos países da Europa, tais como França, Bélgica, Espanha, Inglaterra, Alemanha e Suíça, e seres humanos de pele branca (ibidem, 1988). O Brasil em desenvolvimento era tido nesse mundo como dependente e pobre, ocupando o lugar na periferia do centro econômico e da sociedade burguesa.

As mudanças que aconteciam na Europa favoreciam igualmente as transformações no ambiente da Capital cearense, embora em proporções mais modestas. Assim eram instaladas estruturas públicas que marcaram seu processo de urbanização, tais como Junta Comercial, Tesouraria Central, Tesouraria Provincial, Palácio do Governo, o Hospital de Caridade, o Quartel, Mercado Público e várias praças. Esses espaços centralizavam as atividades comerciais e administrativas da Província, e promoveram conexões em diferentes níveis, maior circulação da população que vinha de outras cidades para a Capital por causa do seu porto.

O porto de Fortaleza merecia atenção especial dos governos cearenses por se tratar de uma estrutura fundamental ao escoamento dos seus produtos de exportação. Essa situação foi se configurando desde a emancipação da Província cearense com Pernambuco, em 1799, e após 1860, quando o porto de Aracati se tornou inviável para atracar navios a vapor (Borzacchiello da Silva, 1994). Os vapores transportavam os passageiros e cargas aos seus destinos e, com as linhas de trem, agilizaram e reduziram os custos de deslocamento, tanto dos produtos para exportação como dos importados da Europa.⁸² Em Fortaleza, havia em 1860 três linhas de navios a vapor que atracavam em portos cearenses: “[...] a Companhia Maranhense de Navegação, que aportava nas cidades de Amarração (hoje, Luís Correia-PI), Granja, Acaraú e Fortaleza; a Companhia Pernambucana, nos portos de Aracati, Fortaleza, Acaraú e Granja; e a Companhia Brasileira, que ancorava no porto da capital” (Costa, 2017, p. 88).

Recorremos às memórias de Barcellos na citação deste início de seção, que revelam a maneira como faziam os recém chegados dos vapores: “[...] atraca ao vapor uma jangada, eis nela... Emfim abica à praia, molho me todo, mas salto em terra.” Para o desembarque no porto de Fortaleza “[...] eram utilizadas as jangadas, manobradas por pescadores, pois, na praia, “o rolo do mar” não permitia o uso de botes ou escaleres” (Costa, 2017, p. 88). Deste modo, sem

⁸² A navegação a vapor e as ferrovias encurtavam os dias de viagens intercontinentais ou transcontinentais que duravam meses; ocorriam então em semanas ou dias (Hosbsawm, 1988).

ancoradouro, atracavam os navios vindos do Norte e do Sul do país, ligando o Ceará às outras províncias, à Europa e à América do Norte.⁸³

Adolfo Caminha (1982), narrando o embarque do Conselheiro Castro e Silva para o Rio de Janeiro, dá suas impressões sobre os aspectos físico-geográficos e movimento das pessoas e dos seus trabalhadores da alfândega, marinheiros e jangadeiros que ali atuavam.

No porto havia grande lufa-lufa de gente que embarcava e desembarcava simultaneamente, bracejando, falando alto. A maré d'enchente, crispada pela ventania de sudoeste, num contínuo vaivém, alagava o areal secco e faiscante. Muita gente ao embarque do Conselheiro. Curiosos de todas as classes, trabalhadores aduaneiros de jaqueta azul, guardas d' Alfândega e oficiais de descarga com o ar autoritário, de fardeta e boné, marinheiros da Capitania, confundiam-se numa promiscuidade interessante. Jangadeiros arregaçados até aos joelhos, chapéu de palha de carnaúba, mostrando o peito robusto e cabeludo, ima armando a vela às jangadas. A cada fluxo o mar havia gritos e assobios. Um alvoroço! Jangadas iam e vinham em direção do *nacional* que tombava como um ébrio, aprofado ao vento. Apenas quatro navios mercantes fundeados e uma canhoneira argentina. Reluzia em caracteres garrafais, pintadinhos de fresco na popa d'uma barca italiana – *Civita Vecchia* (p. 31).

A instalação da malha ferroviária mudou o jeito de deslocamento do cearense. Até o surgimento da primeira linha, inaugurada em 1870, o transporte usado para o comércio da produção interna era precário. Os produtos comercializados no porto de Fortaleza eram transportados no lombo dos jumentos ou em carros de boi, ou seja, com o uso da tração animal. Esse modo dificultava o escoamento das mercadorias até o porto. Igualmente era o movimento das pessoas entre as localidades e as cidades, que passavam muitos dias para chegar aos destinos mais distantes e, às vezes, muitas horas nas localidades mais próximas de Fortaleza.

Em Fortaleza, caso alguém pretendesse viajar para a localidade fronteira, passaria por situações como a narrada por Lira Neto⁸⁴ (1999, p. 69) na história da vida de Rodolfo Teófilo, quando foi visitar a noiva, Raimundinha, em Pacatuba.

O ônibus, puxado por quatro burros, era pequeno, com lotação de apenas doze pessoas. (...). Partiu de Fortaleza às três horas da tarde, com destino a Pacatuba. Deveriam chegar perto do pôr-do-sol [...]. A viagem correu tranquila. Pelo menos até terminar a estrada de chão batido, antes da metade do caminho, arredores de Maraponga. Tão logo entrou em trecho arenoso, o veículo atolou, sem que ninguém conseguisse movê-lo único centímetro para frente ou para trás. Para piorar as coisas, os burros empacaram. Também não houve bordoadas que os convencesse a mexer mais as pernas.

⁸³ “Localizado em uma enseada aberta, sem proteção contra os ventos e as marés, exceto um pequeno conjunto de arrecifes em grés calcário na faixa litorânea, situação, situação físico-geográfica que se encontrava aquém dos requerimentos de uma construção portuária” (Simonini, 2022, p. 117).

⁸⁴ LIRA NETO. **Poder e a Peste**: a vida de Rodolfo Teófilo. Fortaleza: Edições Fundação Demócrito Rocha, 1999.

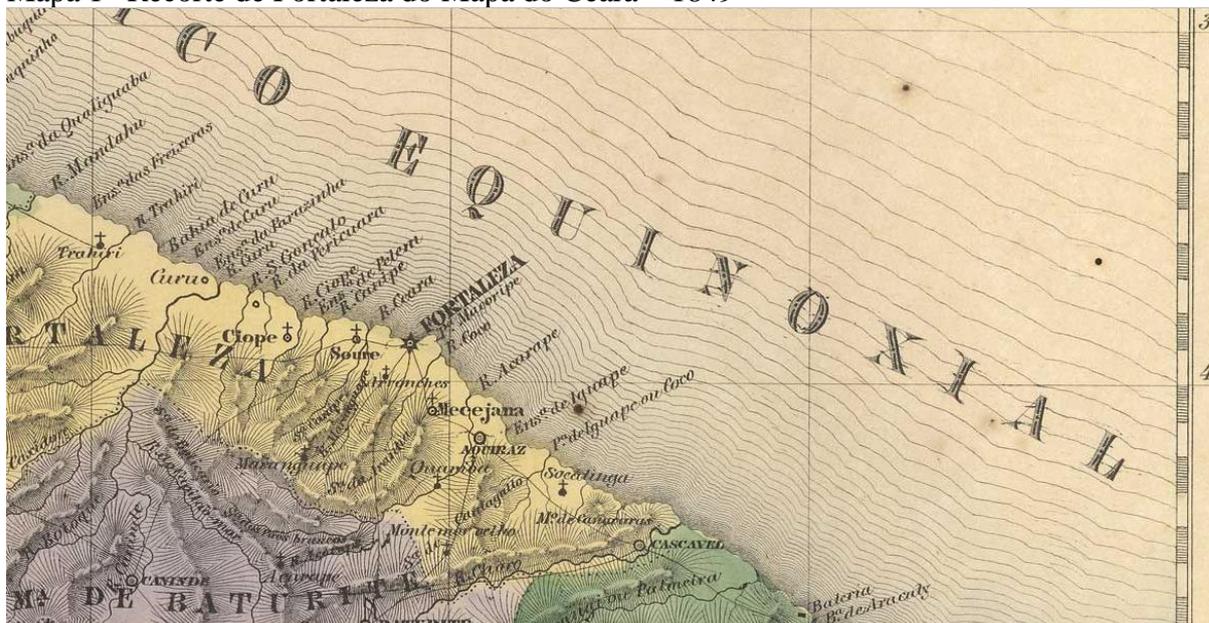
O episódio revela o tipo de transporte público e as condições oferecidas desse serviço aos usuários à época. A precariedade do transporte associada às curtas distâncias para as quais os fortalezenses se deslocavam entre as residências e o centro administrativo ou comercial favoreceu por muito tempo o deslocamento entre os lugares feito no modo a pé. “Os de maior posse transportavam-se em cavalos ou charretes” (Costa, 2017, p. 87). Esse meio de mover-se em Fortaleza é evocado por Barcellos na citação do início deste texto: “[...] salto em terra. Que prazer! Atravesso as ruas! Um abraço amigável mais longe e eis em casa.”

Apesar de a população cearense residir em sua maioria em cidades e localidades interioranas e sua economia ser agrária, Fortaleza foi se configurando como centro urbano principal para o modelo socioeconômico provincial, centralizando, paulatinamente, os setores administrativos e o comercial. Hobsbawm (1988, p. 38), refletindo sobre esse contexto que não é somente local, afirma que, “[...] embora as cidades fossem mais numerosas e tivessem um papel significativo nas economias do primeiro mundo, com poucas exceções especiais, o mundo desenvolvido permaneceu surpreendentemente agrícola.” Eram os produtos agropecuários comercializados que movimentavam a economia, em especial, dos países periféricos, tais como o Brasil. Assim, como província que se insere no mundo em desenvolvimento, o Ceará nos anos de 1880, fora do mundo desenvolvido, não podia ser descrito como um lugar industrializado ou em vias de industrialização (Hobsbawm, 1988).

Em Fortaleza, a expansão urbana advinda do crescimento de população⁸⁵ em razão da seca (1877-1879) afastou progressivamente o fortalezense do entorno das áreas do litoral e centro da cidade na passagem para o século XX. Nas primeiras décadas do século, as zonas sul e oeste e no sentido oposto ao litoral da Capital começaram a ser habitadas, o que impulsionou a abertura de serviços de transporte urbano. “Fortaleza cresceu acompanhando as antigas estradas de Jacarecanga, Soure, Arronches e de Aquiraz” (Costa, 2017, p. 107). Segue tal e qual a representação das antigas estradas do mapa do Ceará – 1849 do *Cartas topographicas e administrativas das províncias do Brasil de Visconde J. de Villiers de L'Ile-Adam*.

⁸⁵ No Brasil, 10,41% da população residia nas cidades em 1872, 48% concentrados em três capitais: Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes> Acesso em 16/05/2024.

Mapa 1– Recorte de Fortaleza do Mapa do Ceará – 1849



Fonte: Biblioteca Nacional do Brasil.⁸⁶

Nos anos setenta do século XIX, a população de Fortaleza somava 21.372 do total de 721.686, entre livres e escravos, conforme os dados do Censo de 1872, evidenciando que o expansionismo da Capital nesses tempos ocorreu inicialmente como centro de circulação administrativo e comercial. Somente no final século XX, a Capital cearense se consolidou como grande centro urbano populacional. Assim, a população rural frequentava a cidade para resolver as transações comerciais e aproveitava para recorrer a políticos ou grupos partidários em troca da concessão de privilégios.

Para Carvalho (2006, p. 142), esse tipo de relação se refere aos aspectos patrimoniais, “[...] isto é, à indistinção entre a administração e a política, entre particular e o público.” Essa confusão entre setores é marca do patrimonialismo, em que “[...] o Estado aspira e absorve pelo imposto e pelo empréstimo todo o capital disponível e distribui-lo, entre os seus clientes, pelo emprego público, sugando as economias do pobre pelo curso forçado, e tornando precária a fortuna do rico [...]” (Faoro, 1989, p. 393).

Na segunda metade do século XIX, os direitos sociais, à educação, saúde e ao emprego, não estendidos à totalidade da população, estavam aos cuidados dos deputados provinciais “[...] que cuidam das nomeações, das promessas, dos favores, dos arranjos, árbitro das disputas de campanário” (ibidem, p. 385). De tal modo, os chefes locais afiançavam futuros votantes e mantinham os vínculos do deputado com aquela localidade.

⁸⁶ *Cartas topographicas e administrativas das provincias do Brasil de Visconde J. de Villiers de L'Ile-Adam* - Disponível em cart67925_4.jpg (3764x2972) (bn.br). Acesso em: 16/05/2024.

Essas práticas são motivos de denúncias no jornal **O Cearense** em editorial de 4 de fevereiro de 1885, p. 1, que revela a falta de pagamento de professores primários que não votaram com o governo do Sr. Carlos Ottoni⁸⁷ por espaço de um a dois anos. Também denuncia nomeações feitas de forma irregular que favoreceram cargos para apoiadores desse governo. A velha prática de favorecimento é assim analisada pelo editorialista:

[...] a instrução publica definhou sob o governo cabalista por dois motivos: 1º por ser estancada a fonte de uma nobre emulação, o qual o acesso estabelecido no reg. Orgânico dos professores de categoria inferior para superior, mediante concurso entre os mesmos professores, e essa nobre emulação foi destruída pela nomeações de eleitores venaes, sem outra prova profissional, que não terem votado com o governo; 2º o funcionário que não recebe os seus vencimentos por espaços de 1, 2 annos, sendo pobre, como em geral sam os nossos professores primários, veem-se necessariamente coagidos a distrahir-se das occupações do cargo para ganharem a vida por qualquer outro meio, uma vez que não contam como tesouro (**O Cearense**, 4 fev. 1885, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Há acusação de ocorrências de casos de nomeações irregulares sem aprovação em concurso de capacidade profissional por troca de favores, uma vez que votou-se com o governo.⁸⁸ Nessas circunstâncias, o direito político de votar e ser votado não foi plenamente exercido, pois tornou-se moeda de troca. Essa situação típica é avaliada por José Murilo de Carvalho (2018) ao expressar que o eleitor no Estado Imperial “[...] não agia como parte de uma sociedade política, de um partido, mas como dependente de um chefe local, o qual obedecia com maior ou menor fidelidade” (p. 40).

Os cearenses votaram naqueles tempos em dois partidos: o Conservador, denominado de “caranguejos”, que defendia o modelo centralizador da Carta Constitucional de 1824, e o Liberal, os chamados “chimangos”, que resguardava o modelo jurídico e político do Ato Adicional de 1834. Na análise de Girão (1953), no Ceará, os conflitos partidários entre os dois grupos eram acirradoss, provenientes dos ranços da Confederação do Equador. Sinais desses conflitos foram identificados em Sobral, onde ocorreram conflitos armados entre conservadores e liberais na administração do presidente Martiniano de Alencar.

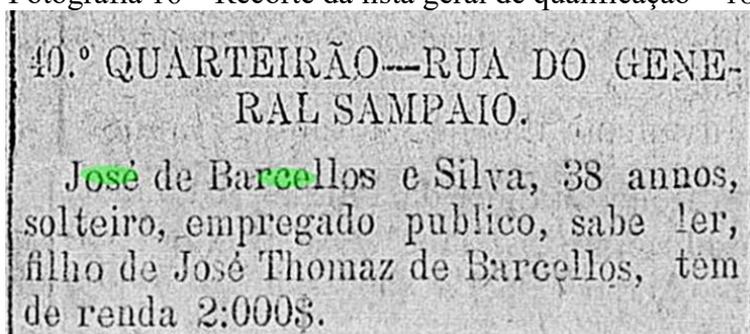
⁸⁷ Carlos Honorário Benedito Ottoni foi presidente provincial (1884-1885). Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/2016/2016-6-governantesdoceara-colonia-imperio-republica.pdf>. Acesso em: 16/05/2024.

⁸⁸ Esse tipo de contratação baseada no favoritismo foi refreada na Constituição Federal de 1988, Art. 37, inciso II que determinou a investidura em cargo ou emprego público nas esferas federal, estadual e municipal, dependendo “[...] de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego.” Acesso em: 16/05/2024. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/constituicao1988>

Os dois partidos, embora com raízes socioeconômicas distintas, durante a segunda metade do século XIX, asseguraram a consolidação da estrutura política e administrativa do Estado Imperial. No Ceará, conservadores e liberais revezavam-se no poder e recorriam às lideranças locais para eleger deputados e senadores partidários em troca de empregos para parentes e afilhados. Essa política provincial apequenada e sem patriotismo foi apreciada assim por Barcellos: “[...] dispense-me de falar-lhe sobre política - De política a mesma bobagem - As discussões na Câmara não são coisas que ocupem a eleição de gente séria - Nada de novo na política provincial, pequenina, ruim” (Folha do Povo, 5 dez. 1931, p. 1, BECE).

Com o voto obrigatório para os cidadãos qualificados, deparamo-nos com José de Barcellos constante na lista geral de qualificação da Junta Municipal de Fortaleza, de 30 de julho de 1880, na seção de EDITAES, indicado como morador do 40º quarteirão da rua General Sampaio, com 38 anos, solteiro e empregado público. Filho de José Thomas de Barcellos, com ganho anual de 2:000\$. Imagem do jornal **O Cearense** de 30 de julho de 1880, p. 6:

Fotografia 16 – Recorte da lista geral de qualificação – 1880



Fonte: Biblioteca Nacional (BN) – Hemeroteca Digital.

A expansão urbana de Fortaleza foi constituída também dos movimentos migratórios em períodos da seca (Costa, 2017). As secas traziam infortúnios, mortes e fugas que influenciaram o meio de vida do povo cearense. A seca de 1845 talvez tenha sido o motivo da fuga dos pais de Barcellos para Fortaleza, e de muitos sertanejos para outros centros urbanos à procura de melhores condições de vida. Foi, entretanto, a grande seca de 1877-1879 a causa do flagelo, êxodo, doenças e a morte do povo sertanejo. “Em três anos, 1/3 da sua população⁸⁹ foi reduzida pela fuga ou morte. A agricultura e a sua riqueza pastoril desapareceram completamente [...]” (Costa, 2017, p. 160).

Rodolfo Téofilo (2009, p. 91), que viveu o período, comenta que “[...] secca typo, a secca tremenda, a verdadeira secca fora a de 1877, que durou três longos anos, qual a sua

⁸⁹ Em 1872, o Censo Geral apontou que a população do Ceará era de 721.686, dados obtidos dos estudos de Nascimento (1994, p. 175).

voragem tudo arrastou, grandes e pequenos, ricos e pobres. Naquelle cataclysmo ninguém ficou de pé.” Continuando as reflexões sobre a calamidade que presenciou, assevera “[...] os abastados, os ricos não se acabavam de fome, porém se acabavam de moléstias (ibidem, p. 91).

O Poder Público tentava controlar aquele estado de coisas com a criação de alojamentos nos arredores do Centro da Cidade. Esse procedimento tornou mais grave a situação de miséria dos cearenses que fugiam da fome. A população das cidades, vilas e localidades convivia com o flagelo da seca, sofria com os problemas de abastecimento d’água e epidemias, como a varíola, que causou milhares de mortes. No livro **A Fome**, de Rodolfo Teófilo (1979), o protagonista Manuel de Freitas descreveu a miséria da população cearense e dos residentes dos abarracamentos da Capital, gerenciados pelo governo provincial: “Quase cem mil infelizes de todas as idades viviam miseravelmente nos abarracamentos do governo, nas praças públicas e nos passeios das casas.” Os retirantes trabalhavam em pedreiras e recebiam a distribuição de socorros públicos ou aguardavam a caridade de amigos abastados que moravam na Capital. Os poucos bens gerados eram propriedades de um seletto grupo que administrava a política e controlava financeiramente a Província cearense.

Outros fugiam para a região do Amazonas ou para o Sul aglomerados em barcos pelo porto de Fortaleza. “[...] quatrocentos retirantes de todas as idades marchavam em préstito para o porto da cidade [...]. Todos os magros, macilentos e esfarrapados, davam ao cortejo a cor sombria da tristeza. Forçados a abandonar a terra natal, caminhavam desalentados” (Teófilo, 1979, p. 124). A concentração de retirantes e a ausência de infraestrutura e de condições sanitárias para acolher tanta gente proporcionaram a disseminação de doenças, em especial, a varíola. Rodolfo Teófilo (*ibidem*, p. 155) narra desse modo a chegada dessa doença no Ceará: “Viera do Sul pela estrada que liga Aracati à Fortaleza. Deu-se o ataque. Caíram feridos ao primeiro encontro, às dezenas, depois, às centenas, depois aos milhares; enfim, onde estava um organismo não preservado pela vacina, chegava à peste.” Segundo Girão (1953), a varíola chegou a infectar 80 mil pessoas em um dia no ano de 1878, levando a óbito mil e nove vítimas diárias somente em Fortaleza.

Os emigrantes padeciam da fome e da terrível doença que afeta o sistema imunológico e causa a deformação na pele, e, em casos mais graves, a morte. A vacinação era realizada, mas poucos tinham acesso e era quase sempre rejeitada pela população mais pobre. Os vulneráveis, à própria sorte, morriam ou ficavam deformados.

A seca e a varíola cessaram no ano de 1880. Muitos dos sertanejos que estavam alojados em Fortaleza retornaram para o sertão, enquanto outros preferiram residir na cidade, tal qual os pais de José de Barcellos em 1844. No Ceará, o êxodo dos períodos de estiagem e o

ressurgimento do modelo produtivo do cultivo do algodão aproximaram a cultura do sertanejo com a urbana dos centros de exploração comercial e das primeiras atividades industriais.

No início da segunda metade do século XIX, as capitais baiana e pernambucana ainda se configuravam como importantes centros de formação da elite intelectual e da política brasileira, uma vez que essas capitais, com São Paulo e Rio de Janeiro, ofertavam a formação em cursos de Direito, Medicina, Farmácia e Engenharias. Nesses locais, os filhos de famílias abastadas, após a formação secundária em liceus provinciais, cursavam o ensino superior e eram diplomados advogados, médicos e engenheiros, e poderiam pleitear empregos públicos ou ascender na vida política (Carvalho, 2006). Também nessas capitais encontramos escolas normais para a habilitação de mestres de primeiras letras. A Escola Normal da Bahia foi uma das primeiras a ser inaugurada no Brasil, em 1842, enquanto a do Recife data de 1864. Dessa maneira, essas cidades do eixo norte foram importantes centros de circulação da cultura letrada na região.

Em 1866, José de Barcellos foi designado pelo governo presidencial de Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello⁹⁰ para estudar na Escola Normal da Província baiana. Viajou com a incumbência de concluir seus estudos práticos realizados à época de adjunto na aula do Professor Joaquim Alves de Carvalho. Chegou à Capital da Bahia quatro anos depois da reforma da instrução pública realizada em 1860,⁹¹ que modificou o formato de habilitação dos professores baianos antes realizado em externatos para o modelo de internato. Na ocasião também ocorreu a reorganização de espaços e programas distintos para homens e mulheres.

Sua viagem e o curso foram subvencionados pelo Governo cearense, responsável por realizar o pagamento da pensão para os cofres da Província baiana. O valor pago seria para a manutenção do estudante-mestre enquanto cursava os estudos práticos do ensino primário no período de três meses. A admissão ao Internato da Escola Normal era requerida pelo aspirante junto à diretoria geral baiana, que deveria, obrigatoriamente, informar no momento da candidatura a possibilidade ou não de pagamento da pensão de três meses. No caso de Barcellos, como era de origem pobre, o valor de manutenção de regime de pensionato foi pago pelos cofres

⁹⁰ Barão Homem de Melo foi advogado, historiador, geógrafo, administrador e professor. Presidiu a Província de São Paulo (1864), a do Ceará (1865-1866), a do Rio Grande do Sul (1867-1868) e da Bahia (1878). Foi deputado provincial de São Paulo e exerceu a direção do Banco do Brasil. Assumiu a inspetoria da instrução pública primária e secundária do Rio de Janeiro no período de 1873 e 1878, em seguida, foi nomeado ministro do Império no ano de 1880. Na República, exerceu o cargo de professor de História Universal e de Geografia no Colégio Militar. Acesso em: 16/05/2024.

Disponível em <https://www.academia.org.br/academicos/barao-homem-de-mello/biografia>.

⁹¹ Em 1860, João José Barbosa de Oliveira reformou a Instrução Pública na Bahia, por ato de 22 de abril de 1862, denominado Regulamento Orgânico da Instrução Pública. Nessa reforma, foram criados internatos nas duas escolas normais, um para cada sexo, com um curso de 3 anos (D'Aguiar Nunes, 2007, p. 8).

da tesouraria provincial cearense, integralmente.

A viagem à Bahia no vapor Tocantins foi notícia do jornal **O Cearense**, em 18 de março de 1866, p. 2, que destaca a escolha do presidente provincial que confiou a José de Barcellos (23 anos) o benefício de estudar na Escola Normal os métodos de ensino para aplicação na instrução primária cearense, expressando categoricamente: “e de certo, ninguém melhor que O Sr. Barcellos corresponderia às vistas do governo.”

Fotografia 17 – Noticiário da Partida de José de Barcellos para a Bahia – 1866

Partida.—Seguin hontem no «Tocantins» para a Bahia o Sr. José de Barcellos.

Este talentoso môço vai em commissão do governo estudar na escola normal d'aquella provincia, o melhor methodo de ensino para ser applicado entre nós. S. Exc. o Sr. presidente da provincia fez uma bôa escolha; e de certo, ninguem melhor que o Sr. Barcellos corresponderia as vistas do governo.

Bonanzosos ventos o conduzam ao seu destino.

Fonte: Biblioteca Nacional (BN) – Hemeroteca Digital.

Já em terras baianas, o estudante-mestre estudou no Internato da Escola Normal que funcionava no prédio situado à Ladeira dos Coqueiros da Piedade, nº 7, onde, em 1912, funcionou o Colégio Antônio Vieira, uma das mais tradicionais escolas de Salvador (D’Aguiar Nunes, 2007). Anos depois, Barcellos revelou suas impressões da cidade, as quais achamos em trechos de cartas trocadas com o amigo e jornalista João Brígido⁹² no artigo publicado na **Folha do Povo** escrito por José de Castro Medeiros. No trecho da carta destacado no artigo jornalístico ele diz: “Feia terra!” Afora atesta que há “Negro por toda parte. Igrejas a cada canto.” E por

⁹² Foi lente do Liceu da matéria Português e patrono da cadeira 14 da Academia Cearense de Letras (ACL). Estudou em Jucás e Quixeramobim e, mais tarde, lecionou em Jardim, Barbalha e Crato, cidade onde começou a exercer a advocacia, como rábula. Iniciaria sua explosiva carreira jornalística como redator-chefe do Jornal O Araripe, que circulou a partir de 1855, no Cariri, mas foi mesmo nas páginas do Unitário, jornal fundado por ele em 1903 – que João Brígido iria se revelar um polemista nato. A partir dali, deflagraria uma série de histórias e inflamadas campanhas jornalísticas. Dono de um texto ferino, angariou para si ódios pessoais e grandes desafetos. Foi deputado federal, senador do Estado e deputado estadual. Publicou, entre outros livros, *Miscelânea Histórica* (1889); *O Ceará – lado cômico* (1899) e *Ceará – homens e fatos* (1919). Morreu em 14 de outubro de 1921 (Brígido, 2001, p. 559).

fim assevera que em Salvador “a superstição tem aqui a sua côrte”⁹³ (Folha do Povo, 5 dez. 1931, p. 1, BECE).

Por certo, esses indícios foram rememorados dos tempos em que viveu no internato masculino da Escola Normal, os quais configuraram um ponto de vista de desprezo pela terra soteropolitana e seu povo. Havia, nesses tempos, a ideia crescente de tratamento dos não europeus e suas sociedades “como inferiores, indesejáveis, fracos e atrasados, ou mesmos infantis” (Hobsbawm, 1988, p. 118). Suas impressões, de fato, não se distanciam dessa cosmovisão do mundo imperialista que potencialmente se ocidentalizou indiscriminadamente nos terrenos da religião, da moral, da ideologia, inclusive, revela de certo modo repúdio aos costumes e aos estilos de vida de uma organização mais doméstica, afro-brasileira, que se constituía naquela terra.

Nos ambientes educativos da escola baiana, onde nosso normalista morou e estudou no período, além dos reservados para as aulas teórico-práticas, havia refeitório e os dormitórios com camas, separados de acordo com o sexo para professores, funcionários e alunos (Anjos, 2018). O ensino normal acontecia em dois prédios, um dos homens e outro para senhoras, realizado distintamente com professores para os estudantes do sexo masculino e professoras para o ensino de moças e senhoras.

A Escola Normal baiana foi inspirada no modelo francês e organizada em consonância com as ideias pedagógicas do professor baiano Abílio Cesar Borges (Barão de Macahubas), que defendeu a melhoria dos vencimentos para o magistério e condições de trabalho adequadas nas escolas primárias e modelos de ensino mais modernos na organização das escolas primárias públicas e particulares na segunda metade do século XIX, enquanto foi diretor geral da instrução da Província Baiana (Saviani, 2007; Anjos, 2018).

Além do modelo de internatos que propôs para o Ensino Normal, o Barão de Macahubas influenciou sobremaneira a instrução brasileira da segunda metade do século XIX com suas ideias sobre a co-educação dos sexos e a organização dos programas de ensino por séries sistematizadas, tanto para a instrução primária quanto para o ensino secundário, aplicadas em seus colégios particulares.⁹⁴ Seu programa do ensino priorizava a língua materna e as línguas estrangeiras por meio de estudos de conversação. Compreendia o ensino da moral por

⁹³ Por certo José de Barcellos foi adepto da eugenia, movimento que justificava a inferioridade racial negra e mestiça apontando que a miscigenação era um mal a ser combatido. Essas ideias foram difundidas no Brasil, em especial, no século XIX e XX pelo conde francês Artur de Gobineau, que creditou a modernidade e a civilidade à pureza racial.

⁹⁴ Segundo Saviani (2007, p. 144-145), Abílio César Borges fundou, em 1858, o Ginásio Baiano em Salvador, onde estudaram Castro Alves e Rui Barbosa. No Rio de Janeiro, inaugurou o Colégio Abílio, que funcionou até 1880. No ano de 1881, Abílio Borges mudou-se para Barbacena, em Minas Gerais, instalando o Colégio Abílio.

meio da religião católica, inclusive com recomendações acerca do ensino de regras morais por via de exemplos vividos. Sua proposta pedagógica, assim, afastava-se do método de memorização, no âmbito do qual os alunos aprendiam as lições aos moldes do velho mestre-escola (Saviani, 2007).

As ideias do Barão de Macahubas para a preparação dos futuros professores aconteceram, primeiramente, após seleção prévia feita por mestre-escola entre os alunos, ponderando os critérios de inteligência e vocação para o magistério. Em seguida, os aspirantes indicados eram avaliados em exames pelos administradores provinciais e, enfim, matriculados em cursos oferecidos em escolas normais, ambientes ideais à preparação dos mestres, em particular – no modelo de internatos (*ibidem*, 2007). No Congresso Pedagógico Internacional de Buenos Aires, do qual participou como delegado do Brasil, o Barão de Macahubas (1882, p. 150) afirma que os Internatos Normais “[...] receberiam gratuitamente jovens pobres do interior, os quais, terminado o curso, regressariam para as suas respectivas cidades, vila ou aldeias para reger as escolas tendo uma vida simples, mas feliz”.

No Ceará, a chegada do pensamento pedagógico do Barão de Macahubas aproximava-se das recomendações do presidente provincial Lafayette Rodrigues Pereira,⁹⁵ que, em relatório de transferência de cargo de presidente provincial, em 10 de junho de 1865, para Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, advertiu que era necessária uma reforma radical na instrução com os propósitos de “[...] expurgar o professorado de seus membros inábeis, fundar uma escola normal, crear inspecção activa, sincera e vigente, edificar casas para as escolas e dotá-las dos utensílios necessários” (**O Cearense**, 17 de junho de 1865, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Para o ex-Presidente, essas ações administrativas eram necessárias para modificar a realidade precária da instrução primária pública no Ceará, onde o ensino ocorria em “[...] aulas, despidas dos mais indispensáveis utensílios, funcionam em casas particulares habitadas pelos próprios professores, verdadeiros pardieiros sem acomodações necessárias [...]” Os registros do citado relatório apontavam mais denúncias sobre a atuação do professorado cearense, que, “[...] poucas exceções feitas, acha-se confiado a um pessoal destituído de habilitações literárias, frouxo e remisso no cumprimento de seus deveres [...]” (*ibidem*, 17 de

⁹⁵ Advogado, jurista, jornalista político, o mineiro Lafayette estudou Direito na Faculdade de Direito em São Paulo. Exerceu a presidência da Província do Ceará (1864-1865) e a do Maranhão (1865-1866). Foi Presidente do Conselho e Ministro da Fazenda e Ministro especial no Chile no Estado Imperial. Assumiu a cadeira de Machado de Assis no ano de 1909 na Academia de Letras. Disponível em <https://www.academia.org.br/academicos/lafayette-rodrigues-pereira/biografia>. Acesso em: 16/05/2024.

junho de 1865, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Assim, recomenda o Conselheiro Lafayette para os próximos governos províncias, e afirma que não era possível haver melhoramentos na instrução pública cearense “[...] sem a valorização da carreira dos professores primários e ganhos significativos em seus pecuniários [...]”, apontando a necessidade urgente de aumento de ordenado dos professores, pois que, “[...] sem fazer do professorado uma carreira segura, é impossível obter bons mestres: o talento e aptidão não irão buscar emprego nas profissões que melhor retribuição ofereçam” (*ibidem*, 17 de junho de 1865, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Os ideais aproximados dos gestores cearenses e dos ideários do Barão de Macahubas indicavam que a melhoria do ensino transcorreria pelo estabelecimento de escolas normais, espaços indicados à unificação dos “hábitos de ordem, de trabalho, de obediência ao dever, de concentração e desprendimento do viver agitado do mundo, hábitos estes sem os quais não concebo um bom mestre ou uma boa mestra de escola” (Macaúbas, 1882, p. 150).

Por parte das autoridades provinciais cearenses, havia a intenção de instalação de uma Escola-Modelo de Pedagogia,⁹⁶ onde os aspirantes praticariam por no mínimo seis meses o ensino primário e estudariam as matérias de Pedagogia. Essa Escola foi construída na presidência provincial do Conselheiro Lafayette e achava-se quase finalizada quando José de Barcellos foi em comissão governamental estudar na Bahia. Em relatório de 2 de junho de 1866, do diretor da instrução pública, Pe. Hyppolito Gomes Brasil, para o presidente Homem de Melo, há indicações que justificam as circunstâncias que atrapalharam a inauguração do prédio para a escola que foi criada conforme o Art. 6 da lei Nº 1138, de 5 de dezembro de 1864.

[...] Nem Edeficio, onde elle deve funcionar está concluído, nem ainda nomeado o professor que deverá reger. Acha-a, porém, em boa via de execução e desfeitos as coisas para poder se ella inaugurada ainda este anno”.

“O Edifício que he uma casa com accomdação appropriados á seo fim, a um exterior elegante, murada, tendo na frente em gradil de ferro; o edificio, digo, está muito adiantado, e segundo promette o engenheiro encarregado desta obra, deve estar prompto por todo o mês de julho (Feitosa, 2008, p. 74).

A intenção seria de que José de Barcellos, logo que finalizasse seus estudos na Escola Normal Baiana, retornaria, devidamente habilitado, para assumir as aulas práticas de ensino na Escola-Modelo cearense que seria inaugurada. De fato, esse propósito é sinalizado

⁹⁶ Criada pela Lei Nº 1138 de 5 de dezembro de 1864 durante a presidência de Lafayette Rodrigues Pereira, que administrou a província cearense no período de 04 de abril de 1864 a 10 de junho de 1865. A Escola Modelo foi mais uma tentativa dos administradores provinciais de estabelecer um espaço para a prática de ensino dos professores primários cearenses.

pelo diretor da instrução pública, Pe. Hyppolito Gomes Brasil, ao relatar:

O indivíduo que diz ser nomeado professor d'esta escola o Senr' José Barcellos, moço inteligente, talentoso, acha-se na Bahia, onde por ordem d'essa presidência, foi alli praticar três meses na escola normal, a fim de completar todas as habilitações que são exigidas, reunidos as literárias que já tem, as pedagogicas, de que se não pode prescindir.

Já tendo, segundo communicou-me, dado começo ao seo tirocinio no princípio do mês de abril, deu terminado até o fim do mês de junho corrente, podendo achar-a aqui de volta por todo o mês de julho próximo futuro [...] (idem, ibidem).

Nesses tempos, eram frequentes nas assembleias provinciais e geral discursos discordantes sobre a importância do projeto da Escola Normal e seus resultados para a melhoria da escola pública. Além disso, os escassos recursos da Província Cearense foram determinantes para suspender a intenção, de 1864, de instalação dessa Escola do Ceará (Feitosa, 2008; 2021). O Projeto foi adiado até março de 1884, quando os cearenses presenciaram os inícios dos trabalhos da Escola Normal cearense, sob a direção do professor José de Barcellos, depois de 20 anos da viagem que fez à Província Baiana.

Apesar da crença e da valorização em discursos proferidos pela elite política de que, com a instalação da Escola, haveria melhorias no atrasado ramo da educação cearense, pouquíssimas ações governamentais até o início da segunda metade do século XIX concretizaram essa convicção, não foi exceção, portanto, esse projeto da Escola-Modelo de 1864 no Ceará. Razões de ordem financeira impediram a realização administrativa dessa intenção e o prédio construído foi destinado a abrigar a primeira biblioteca cearense. Em relatório do diretor geral da Instrução Pública, José Lourenço de Castro e Silva, de 30 de julho de 1869, achamos uma deliberação que informa: “Baldação-se todas as esperanças de sua criação depois de imensos gastos. Se magestoso edifício depois de concluído, foi destinado para a Biblioteca, mallogrando-se a tão esperançosa escola normal!” (Feitosa, 2008, p. 75).

Os preparativos para a organização da biblioteca ocorreram um ano antes da criação dessa instituição. Registros encontrados em relatório de 1º de julho de 1866, do presidente provincial Homem de Mello, indicam a encomenda de várias obras clássicas, escolhidas por parecer do diretor da instrução que chegaria da Europa. Para esse presidente, essas coleções selecionadas deveriam constituir “[...] o fundamento de uma bibliotheca escolhida e que acompanhe o movimento das letras e das sciencias” (Ceará, 1866, p. 27).

Na Província Cearense, a primeira biblioteca foi inaugurada, em 1867, quase 60 anos depois da instalação da Biblioteca da Corte. Seu prédio foi readaptado da estrutura construída para ser a Escola-Modelo que prepararia professores primários em Fortaleza, sendo

confiada a José de Barcellos a direção que atuaria na organização desse novo equipamento, e “por provisão de 3 de janeiro de 1867 foi nomeado bibliothecario, assumindo o respectivo exercício a 16 do mesmo mez” (Studart, 1910, v. II, p. 98).

Graças aos acontecimentos, José de Barcellos, que assumiria a função de professor das aulas pedagógicas, foi aproveitado no cargo de bibliotecário. Essa situação, vamos dizer, embaraçosa, foi relatada com ironia no jornal conservador **Pedro II**, no ano de 1867:

[...] foram em algum tempo indigitado e escolhido para, como mestre, estabelecer aqui uma escolla modelo, onde o professorado de primeiras letras viesse beber os conhecimentos necessários. Fora, a custa da provincias, viajar além disso, para maior firmeza da maestria, por diversas provincia, mas adiantadas. Estudara mais, encherase muito de conhecimentos.

Os poderes da provincia julgarão por melhor deixal-a para outra epocha, e trnsformarão o edificio que construirão em biblioheca. Quem deveria ser o bibliothecario? Estava [rasurado] aproveitando o Sr. Jose de Barcellos? [...] (**Pedro II**, 18 de agosto de 1863, p. 3, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

A rápida decisão de remodelagem do projeto do Escola Normal por uma biblioteca pública justificava-se, uma vez que esse equipamento cultural assumiria a função de trazer a luz para a modesta Província Cearense. De certa maneira, os administradores não deixariam de lado o projeto de formação do povo cearense, cujo protagonismo a escola elementar foi, paulatinamente, assumindo em meados do século XIX. A biblioteca ocuparia, portanto, a missão de preparar o meio letrado para estabelecer a cultura nacional por via da Língua Materna e dos conhecimentos científicos divulgados em obras, jornais e revistas nacionais e estrangeiros.

Eric Hobsbawm (1988) menciona, na obra **A Era dos Império**, que os antigos Estados-Nação utilizaram o nacionalismo linguístico para a assimilação da cultura nativa e a homogeneização cultural por meio da educação de massa. O autor da obra reflete que “aqueles cuja língua materna não era oficial continuariam, quase certamente, a ser excluídos dos mais altos círculos da cultura e dos negócios públicos e privados” (p. 223). Em meados do século XIX, ser um estudioso e conhecedor da língua materna e das estrangeiras era uma maneira de auferir prestígio e, portanto, ascensão social.

Em particular, nas aulas de leitura de obras para Ensino da Moral e Civil eram inculcados os hábitos morais por meio de exemplos narrados. Eram lições manifestadas em obras literárias, como a francesa **A História de Simão de Nantua ou Mercador de Feiras**, de Mr. de Jussieu, bastante utilizada na instrução elementar das crianças no século XIX no Brasil. Por sinal, o ensino da Língua Materna ocupava duradouro tempo nas rotinas diárias da instrução primária e secundária, à época.

O ensino da leitura era parte da rotina das classes, sendo que os alunos deveriam

fazê-la de maneira corrente, começando pelo alfabeto, seguindo sílabas, depois palavras, frases. As turmas maiores deveriam ler fábulas e pequenos contos. Também era exigida a leitura da História do Brasil e da Gramática, suas regras de sintaxe, prosódia e análise gramatical e lógica deviam ser decoradas. O Quadro 12, *Parte II do Regulamento interno provisório sobre a divisão dos alunos em classes, e distribuição dos trabalhos* de 1856, apresenta os conteúdos de matérias de escrita e leitura distribuídas em classes das aulas primárias de primeiro grau da Província Cearense.

Quadro 12 – Matérias de escrita e leitura, por classes da instrução primária – 1856

CLASSES	MATÉRIA DE ESCRITA	MATÉRIA DE LEITURA
1ª	Formação de linhas rectas e curvas.	Leitura do alfabeto seguido e salteado em diversos caracteres.
2ª	Esriptas em papel do alfabeto ligado em letra minúscula por cima de traslado.	Leitura syllabica anunciada a syllaba em uma só prolação de voz.
3ª	Escripta do alfabeto ligado em letra minúscula e a maiúscula.	Leitura de palavras de duas, três e mais sillabas, e exercicio na decomposição dellas.
4ª	Escripta do alfabeto desligado em letras maiúscula.	Leitura de fabulas, ou pequenos contos.
5ª	Bastardo copiado do respectivo traslado.	Leitura mais corrente de fabulas ou pequenos contos.
6ª	Bastardinho copiado do traslado.	Leitura corrente de lição decorada de grammatica (princípios da etymologia até a conjugação dos verbos).
7ª	Cursivo largo, dictado nas quartas e sábados, e copiado nos mais dias.	Leitura da história do Brasil por Lição decorada de gramática (continuação da etymologia e regras de ortografia).
8ª	Themas dictados nas segundas, quartas e sextas feiras, devendo os alumnos nos mais dias corrigir os erros orthographicos uns dos outros.	Leitura poética. Grammatica decorada, syntaxe, prosodia e analyse grammatical, e lógica de períodos dictados alternadamente pelos alumnos.

Fonte: IC – Leis da Província do Ceará.

Além disso, a norma culta era exigência nas negociações públicas e privadas e no ingresso profissional das carreiras governamentais e liberais. O ensino da Língua Portuguesa como vernáculo oficial foi, portanto, estratégico à comunicação dos preceitos de uma nação destinada por muito tempo às pessoas brancas, cujo propósito primeiro era a homogeneização do pensamento nacional no recém Estado brasileiro.

A ideia difundida de que a Língua Materna era um meio importante à formação da cidadania nacional impulsionou a criação de bibliotecas, consideradas parâmetros de reconhecimento da instrução de um povo e, portanto, de progresso das nações. Tratou, assim, o Governo Português recém-chegado da Europa de estabelecer, em 1814, a Real Biblioteca,⁹⁷ sinalizando esforço em preservar e trazer para a Colônia obras dos clássicos da Língua

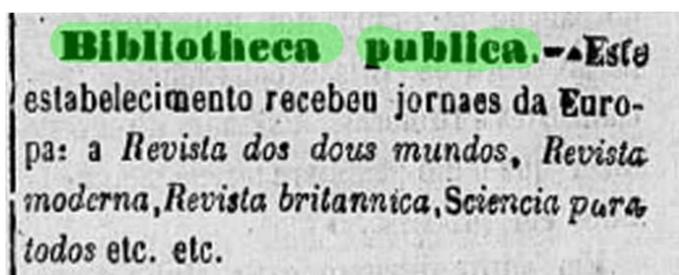
⁹⁷ Em 1910, no dia 29 de outubro, no governo de Nilo Peçanha, foi inaugurada, cem anos depois da instalação da Real Biblioteca, a Biblioteca Nacional, na capital do Brasil, Rio de Janeiro.

Portuguesa e da Ciência. A Real Biblioteca foi aberta em meio ao conjunto de medidas culturais e científicas que inaugurou o Horto Botânico, Museu Real, Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, aproximando a Colônia Brasileira, então nova sede do Governo Português, ao mundo civilizado ocidental (Schwarcz; Starling, 2018).

Fosse qual fosse o formato, possuir bibliotecas representava progresso e avanço cultural para as nações. Nelas, por certo, a pequena parcela da população letrada disporia gratuitamente de publicações de jornais, revistas e livros trazidos nos vapores da Europa e dos Estados Unidos. Por acaso, nesses espaços de instrução foi que a classe média brasileira formada por funcionários públicos, dentre eles militares, foi se aproximando de ideologias que inspiraram a constituição dos Estados-Nações, a exemplo da doutrina positivista de Auguste Comte, que revestiu anos depois o ideário do Governo republicano brasileiro (Hobsbawm, 1988).

Nesses tempos, o acesso às obras impressas nacionais e estrangeiras era, tão só, para a elite possuidora de gabinetes literários montados em residências. Logo, o Governo cuidou de realizar assinaturas de jornais vindos da Europa, em especial, os volumes franceses, preferidos do diretor da instrução, conforme publicação encontrada no jornal **O Cearense**, de 21 de agosto de 1867, p. 1.

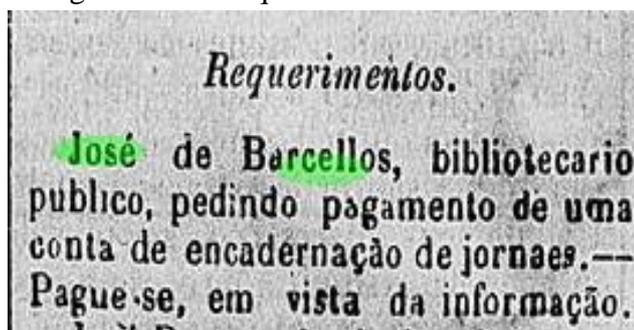
Fotografia 18 – Jornais da Europa recebidos para a Biblioteca Pública – 1867



Fonte: Biblioteca Nacional (BN) – Hemeroteca Digital.

Encontramos a atuação do primeiro bibliotecário cearense, José de Barcellos, no ano de 1868, quando exercia, provavelmente, a função de direção e inclusive realizava serviços de encadernação dos jornais revelados em requerimentos de pagamento aos cofres provinciais, conforme destacamos do jornal **Pedro II** de 4 de agosto de 1868.

Fotografia 19 – Requerimento – 1868



Fonte: Biblioteca Nacional (BN) – Hemeroteca Digital.

No começo da Biblioteca provincial cearense, eram realizados os serviços de empréstimos de livros nos horários de 9h às 16h. Os bibliotecários registravam para controle os livros entregues aos leitores para depois recebê-los, bem como atuavam em zelar pela conservação dos livros e móveis (**O Cearense**, 1875, p. 2).

A passagem de Barcellos na primeira Biblioteca pública cearense findou no ano de 1869, quando pediu para sair a fim de demandar melhores condições de vida no Rio de Janeiro. Afastou-se do cargo, porém deixou registrada, em duas páginas, sua atuação quando instituidor desse equipamento cultural no período de 1867 a 1869 em relatório ao presidente provincial Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.⁹⁸ Nas informações do ex-bibliotecário, descobrimos que na biblioteca havia 4.058 volumes provenientes de doações pessoais ou de governos provinciais, devidamente catalogados e arquivados.

Inclusive, informou no registro as obras recém-recebidas para a divisão da História da Pátria e as assinaturas da **Revista do Instituto Histórico e Geographico** e do **Brazil Histórico** e dos jornais cearenses, nacionais e estrangeiros vigentes no período em que dirigiu a Biblioteca. Talvez por desvelo à instrução, ressaltou no registro que “além desses volumes recebe actualmente a *Revue des Crurs litteraires*, publicação semanária de 16 páginas in 4°. É um brilhante repertório do que o ensino público francez offerece de melhor e de mais durável” (Ceará, 1869, p. 1-2).

De cinco dias depois da saída do primeiro bibliotecário, em 1874, encontramos uma publicação que expõe o estado de abandono da biblioteca pelo Governo Provincial, assim comentado no jornal liberal **O Cearense**, no dia 15 de novembro, p. 1:

⁹⁸ O paraibano Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque formou-se em Direito. Foi senador pelo Rio Grande do Norte e deputado pela Paraíba. Assumiu também os cargos de presidente das Províncias do Piauí (1859), Ceará (1860) e Pernambuco (1868-1869).

[...] em despeito da maior solicitude do executivo em derramar luzes por todos dos pontos do império, em levantar-se a instrução primária, e auxiliar a criação de biblioteca para o povo, os agentes do poder entre nós, tem abandonado, senão desperdiçado o que a este respeito já existia na província (**O Cearense**, 15 nov. 1874, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Embora a denúncia revele abandono, a biblioteca dos tempos provinciais, por certo, representou o ideário da instrução como símbolo do esclarecimento e progresso das nações nos tempos imperiais. Nesse espaço público, também, o meio letrado cearense aproximava-se do mundo desenvolvido e das inovações tecnológicas e científicas produzidas. Tal fato permitiu a presença de 1.252 cearenses que consultavam e liam 754 obras na Biblioteca, no período de 1867 a 1869 (Ceará, 1869, p. 1-2). Por certo, por meio da leitura, tornavam-se conhecedores do mundo que, a pouco e pouco, se constituía global.

Fortaleza não estava fora dessa realidade, pois, mesmo distante do mundo desenvolvido, ocidentalizava-se. Embora bem poucos dos seus residentes tivessem acesso aos bens culturais desse mundo, a elite letrada responsabilizava-se por divulgar por meio da imprensa os ideários do progresso, em particular, os das nações inglesa e francesa, e, também, das províncias mais ricas do Estado imperial brasileiro.

Em meados desse século, centros urbanos como o Rio de Janeiro e São Paulo começaram a despontar para o mercado internacional e interno com a exportação do café e a crescente produção industrial. Foi o início da mudança do eixo da economia brasileira do Nordeste para o Sudeste. As cidades de Salvador e Recife, que foram centrais durante o ciclo da cana-de-açúcar, foram realocadas no panorama nacional, à medida que o Rio de Janeiro foi se configurando desde a instalação da Família Real, em 1808, como um grande centro urbano que influenciou a vida política, econômica e cultural do Brasil.

3.3 O Mestre-Escola na Corte

Era no Rio de Janeiro que se vivenciavam mais de perto o progresso e a urbanização. A cidade, urbanizada a partir de 1820, passou, em meados do século XIX, por uma revolução na sua realidade local, com ruas calçadas com paralelepípedo e iluminadas a gás, nas quais transitavam bondes elétricos. “De um dia para o outro, nos locais de maior acesso foram sendo edificados palácios, jardins públicos e amplas avenidas” (Schwarcz; Starling, 2018, p. 277). Pessoas de muitos lugares do Brasil aspiravam a conhecer as novidades desse “polo centralizador e difusor de hábitos e linguagens, na medida em que lá se enraizava a boa sociedade” (*ibidem*, p. 277). Os teatros da cidade apresentavam espetáculos musicais e

dramaturgias nacionais e internacionais, e sem falar nos bailes e serões que movimentavam as noites da Corte.

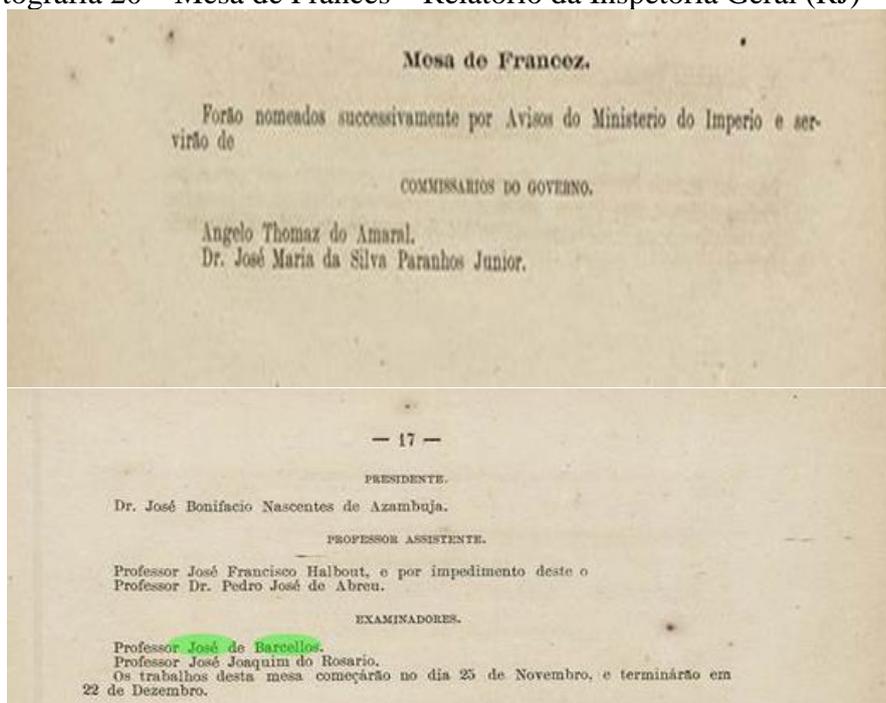
Aluízio de Azevedo, na obra **Casa de Pensão**, narra o desejo de Amâncio, filho de família da aristocracia maranhense que, após os exames do Liceu dessa Província, se matriculou na Academia de Medicina do Município da Corte. O autor escreve o enorme desejo do moço recém-chegado de conhecer: “Por isto estimou deveras ter de seguir para o Rio de Janeiro. A Corte era ‘um Paris’, diziam na Província, e ele, por conseguinte, havia de lá encontrar boas aventuras, cenas imprevistas, impressões novas, e amores [...]” (Azevedo, 1989, p. 17). A Cidade fluminense, portanto, configurava-se um lugar de circulação de ideias e cultura onde “homens letrados e representantes dos movimentos do Norte e do Nordeste encontraram oportunidades de emprego no ensino, na política ou no jornalismo (Pereira, 2010, p. 2).

Como muitos do seu tempo, José de Barcellos, por certo, procurou encontrar no município fluminense as novidades de um centro urbano, contudo, foi o interesse por melhores condições de vida que o retiraria do Ceará. Muito pobre, migrou para o Rio, em 1869, no desejo de encontrar trabalho em algum colégio particular ou jornal fluminense. Certamente, seu caminho se diferenciava dos percorridos por filhos de família de elite que se mudavam das províncias para a Corte por divertimento, a fim de esbanjarem a fortuna de seus pais, provavelmente, advinda do mercado do tráfico dos escravos ou da venda do café.

Por ter uma condição financeira desfavorável, precisaria, decerto, de apoio para iniciar sua vida na grande cidade. À vista disso, foi recomendado por político cearense, provavelmente Tomaz Pompeu (Senador Pompeu), para atuar na vice-direção de colégio particular (Folha do Povo, 5 dez. 1931, p. 1, BECE).

Embora o artigo de José de Castro Medeiros do Folha do Povo exprima que Barcellos foi para a Corte assumir vice-direção de um Colégio, achados jornalísticos apontam indícios de sua presença na cidade em Relatórios da Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária como membro examinador de exames de Línguas, Francesa e Portuguesa, realizados pela Secretaria do Império nos anos de 1869 e 1870 (Relatórios do Estado da Instrução Primária e Secundária (RJ) – 1855 a 1884, 1870, p. 16 e 17, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional). Além desses registros, identificamos sua candidatura, em 1871, em concurso para a vaga de amanuense para a Secretária de Estado dos Negócios da Marinha (Diário do Rio de Janeiro, 29 de abril de 1871, p. 3).

Fotografia 20 – Mesa de Francês – Relatório da Inspeção Geral (RJ) – 1870

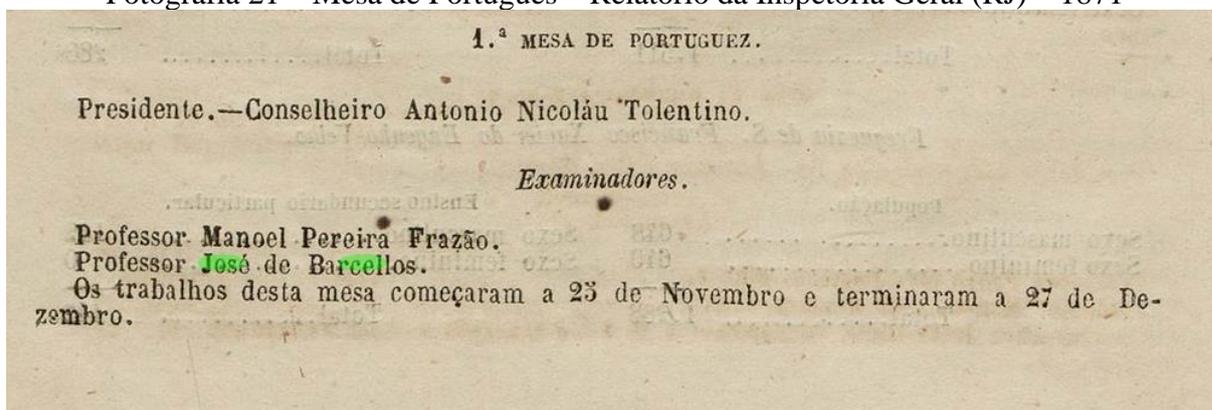


Fonte: BN – Hemeroteca Digital (1870).

A Mesa de Francês, realizada em 25 de novembro de 1869, testemunha que as primeiras atuações do professor José de Barcellos na cidade do Rio de Janeiro foram avaliando os candidatos nos exames obrigatórios para a admissão aos cursos de estudos superiores para as Academias do Império. Os exames secundários no Município da Corte, em 1869, eram organizados em dois blocos, o das Línguas e das Ciências, que totalizaram 1.475 inscritos para o bloco das Línguas, sendo aprovados 729 candidatos nesses exames.

No ano seguinte, a presença de Barcellos nos exames da Inspeção Geral foi percebida na ocasião da mesa de Língua Portuguesa, cujos trabalhos ocorreram do dia 23 de novembro ao dia 27 de dezembro do ano de 1870.

Fotografia 21 – Mesa de Português – Relatório da Inspeção Geral (RJ) – 1871



Fonte: BN – Hemeroteca Digital (1870).

Isso expressa que a tarefa de examinador na 1ª Mesa de Português foi compartilhada com o professor primário Manoel Pereira Frazão, que publicou várias obras didático-pedagógicas no final do século XIX. Professor Frazão realizou várias publicações de artigos e relatórios de viagens elaborados após visitas e estudos que realizou na Europa e foi considerado um dos maiores estudiosos do método intuitivo e de conteúdos geométricos para o ensino primário (Conceição, 2019).

Aliás, sua participação nas bancas talvez tenha proporcionado a apresentação dos seus serviços educacionais no começo de vida na Corte. Sua participação em dois anos consecutivos em mesas de exames da Inspeção Geral da Instrução Pública, decerto, o aproximou de especialistas e professores renomeados na cidade, e, certamente, era chancela necessária para estabelecer Barcellos no ramo educacional, no lugar onde recentemente chegara.

Quem sabe essa experiência terá sido a responsável por novas matrículas particulares para as matérias obrigatórias dos exames de admissão das academias imperiais...! Ministras aulas particulares em casa foi, possivelmente, a única renda nos primeiros anos de morador da Corte. Interessante é se notar que, dois anos depois, em 27 de novembro de 1873, o nome do professor baturiteense foi encontrado na listagem do resultado geral dos exames da Inspeção Geral do Rio de Janeiro. Na ocasião, o nome dele encontrava-se relacionado com a inscrição de dez alunos que participaram dos exames das respectivas matérias: seis (Francês), quatro (Geografia) e um (História). Naquele ano, Barcellos conseguiu aprovação de cinco alunos, enquanto cinco foram reprovados e um deles deixou de comparecer ao certame (Relatórios do Estado da Instrução Primária e Secundária (RJ) – 1855 a 1884, p. 45 e 46, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Fotografia 22 – N.3 Resultado Geral dos Exames de Francês – 1872-1873

NOMES DOS COLLEGIOS E PROFESSORES	INSCRIPTOS	APPROVADOS COM DISTINÇÃO	APPROVADOS PLENAMENTE	APPROVADOS	REPROVADOS	DEIXARAM DE COMPARECER	TOTAL DOS EXAMINADOS
PROFESSORES							
Augusto Rochet	11	1	5	3	2	9
Bacharel João Diogo Esteves da Silva	10	1	2	5	1	1	9
Fortuné Desiré Mourin	9	2	3	4	9
Jacinto Cardoso da Silva	8	4	3	1	7
Antonio de Araujo Lobato	8	1	3	2	2	6
Julio José Augusto Burgain	6	3	2	1	5
José de Barcellos	6	1	1	3	1	5

Fonte: BN – Hemeroteca Digital (1873).

Destacamos, na fotografia do Relatório do ano de 1873, o resultado geral dos exames de Francês. O relatório revela a atuação de Barcellos no período de 1872 a 1873 como professor particular da matéria Francês. Dos seis alunos inscritos, duas aprovações, uma

avaliada plenamente, três dos seus discípulos foram reprovados e um não compareceu, totalizando cinco examinados.

Até o ano de 1874, localizamos o nome de José de Barcellos como preceptor de apenas dois alunos inscritos, respectivamente, nas matérias Filosofia e Língua Francesa nos relatórios da instrução pública da Corte. Os registros apontam que ambos foram reprovados. Observa-se que, no período de 1872 a 1874, o Professor cearense passaria de dez alunos inscritos para dois (Relatórios do Estado da Instrução Primária e Secundária (RJ) – 1855 a 1884, p. 41-45, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional). Os sinais dessa trajetória na cidade fluminense, todavia, revelam que o desempenho dos alunos e, conseqüentemente, do seu preceptor, possivelmente, não promoveram reconhecimento imediato no ramo educacional para o professor cearense.

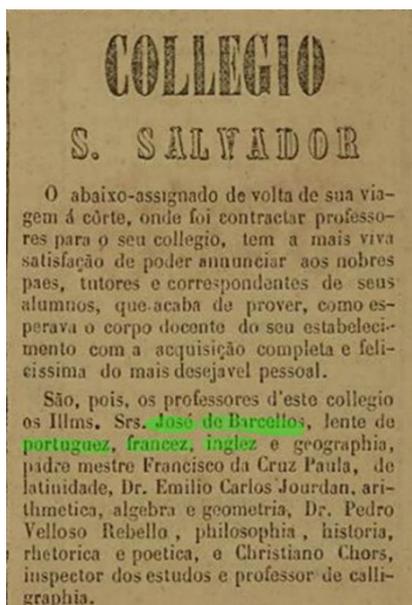
Inclusive, o contexto educacional da Corte, a cada ano, transformava-se, em particular, da organização da aula individual para o modelo de classes – ocasião em que os colégios primários e secundários particulares se consolidavam socialmente em detrimento dos serviços educacionais dos mestres-escolas. Aliás, sinais desses novos tempos são passíveis de serem ilustrados no recorte do ano 1871, quando havia 66 colégios particulares no Rio de Janeiro frequentados por 2.851 estudantes. De qualquer maneira, tanto as aulas particulares dos preceptores quanto colégios se limitavam, em geral, às matérias exigidas como preparatórios para a matrícula nos cursos de estudos superiores do Império (Relatórios do Estado da Instrução Primária e Secundária (RJ) – 1855 a 1884, p. 22, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Inclusive nessa época foi que o Barão de Macahuba instalou o Colégio Abílio na Corte. Os colégios masculinos e femininos, paulatinamente, foram se instituindo como espaço de instrução primária e secundária, quase exclusivamente frequentados por crianças e jovens abastados, dispondo de espaços adequados à realização dos cursos divididos por anos de estudos (Faria Filho, 2003). E, mesmo antes da República, foi durante o Império que nesses estabelecimentos “[...] vai-se estruturando uma representação de que a construção de espaços específicos para a escola era imprescindível para uma ação eficaz junto às crianças [...]” (ibidem, p. 145). Por outro lado, o ensino realizado por preceptores, que ocorria em casa, em espaços improvisados, foi perdendo a razão e, gradativamente, substituído por estabelecimentos particulares, principalmente, nos centros urbanos.

Andava, pois, difícil concorrer com a estrutura dos colégios, provavelmente por esse motivo José de Barcellos, em 1873, aceitou cargo de professor de colégio particular na

cidade de Campo dos Goytacazes.⁹⁹ Assim, como muitos outros professores, nosso mestre-escola cearense tornava-se professor do colégio particular São Salvador da cidade de Campos/Rio de Janeiro, que funcionava no modelo de internato, semi-internato e externato, conforme destaque de anúncio do jornal **Gazeta de Campos** (Província do Rio de Janeiro), de 11 de maio de 1873, p. 4.

Fotografia 23 – Anúncio do corpo docente do Colégio S. Salvador – 1873



Fonte: BN – Hemeroteca Digital (1873).

Quando na instalação do colégio São Salvador à rua Direita, nº 184, a cidade campense passou a ter equipamentos modernos de infraestrutura e novos serviços. Havia 15 estabelecimentos de ensino privado e público, uma biblioteca, dois hospitais, cinco hotéis, um estúdio fotográfico e três jornais (Faria, 2008). O Colégio era mais uma marca do progresso que se instalava e representou espaço importante para formação dos jovens campenses.

Na lista do corpo docente publicada pelo diretor do colégio particular Epifânio José dos Reis o nome de José de Barcellos estava relacionado às aulas de Português, Francês, Inglês e Geografia, e em companhia do padre-mestre Francisco de Cruz Paula,¹⁰⁰ do lente de Latim, o

⁹⁹ Cidade de Campos pertencia à unidade administrativa do Estado Imperial, denominada Município Neutro do Rio de Janeiro. A Região era conhecida como “os campos dos índios Goytacazes (termo que pode significar trazido para o português “corredores da mata” para uns ou “índios nadadores” para outros), sendo parte da capitania de Pero de Góis da Silveira, conforme consta na Carta de Doação de 28 de agosto de 1536. Atualmente, Campos dos Goytacazes é Município do Estado do Rio de Janeiro (IBGE, 2014).

Acesso em 16/05/2024. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/historico>

¹⁰⁰ O padre-mestre ensinava latim e era conhecido como Padre Chiquinho. Seu nome destaca-se na história da pedagogia campista como quem muito cooperou para elevar o nível da intelectualidade do povo de Campos/RJ (Sousa, 2014).

engenheiro belga Emilio Carlos Jourdan,¹⁰¹ ex-militar da guerra do Paraguai que lecionava Aritmética, Álgebra e Geometria, e do lente das matérias de Filosofia, História e Retórica e Poética do colégio em Campos de Goytacazes, Dr. Pedro Velloso Rebolla, responsável por instrumentar os alunos para os exames preparatórios anuais da Corte. Na organização do colégio campense havia um profissional contratado, Christiano Chors, que atuava nos serviços de inspetoria de estudos, acumulando também a função de professor de Caligrafia (**Gazeta de Campos** – Província do Rio de Janeiro –, de 14 de maio de 1873, p. 4).

Campos dos Goytacazes, nos tempos em que foi professor do Colégio S. Salvador, modernizava-se com o impulso financeiro advindo da indústria açucareira que empreendeu progresso e obras de infraestrutura de grande porte na cidade, a maioria utilizando a tecnologia com participação do capital inglês. Campos, em 1873, somava 88.852 habitantes, sendo que 19.520 viviam na cidade, enquanto a maior parte, 69.305, residia e trabalhava no campo na cultura da cana-de-açúcar e do café (Faria, 2008). A cidade já possuía ferrovia e canal fluvial no Rio Paraíba do Sul que ligavam Campos a outras cidades da região, encurtando distâncias entre os trajetos dos produtos da cana-de-açúcar para a comercialização e traslado das viagens dos seus moradores. Tempos depois, os vapores das companhias marítimas abreviaram 286 quilômetros que distanciavam Campos e Rio de Janeiro (ibidem, 2008).

Por sinal, identificamos o nome de José de Barcellos e do diretor Epifânio José dos Reis na listagem de passageiros do Porto do Rio de Janeiro para a cidade de Campos, divulgada em 23 de outubro de 1873, p. 3, no **Diário do Rio de Janeiro**. São indícios confirmadores do trânsito do professor cearense no Porto do Rio de Janeiro, utilizando o serviço de barcos a vapor para deslocar-se até a cidade campense, local de trabalho dele nesse período.

¹⁰¹ Emilio Carlos Jourdan nasceu na cidade de Namur, Bélgica. Depois de formar-se em engenharia veio para o Brasil com 25 anos e se estabeleceu na cidade do Rio de Janeiro. Jourdan participou da Guerra do Paraguai, foi fundador da cidade de Jaraguá do Sul. Foi autor do livro *Guerra do Paraguay* (FERTIG; A.; VINCENSI, I, 2015).

Fotografia 24 – Movimento do Porto - Rio de Janeiro - Campos – 1873

MOVIMENTO DO PORTO	
SABIDAS NO DIA 23 DE OUTUBRO	ENTRADAS NO DIA 23.
Campos—15 hs., vap. «Presidente», 228 tons., m. Francisco Casavaccchia, equip. 28 : c. varios generos a Companhia Espirito Santo & Campos ; passags. Epifanio José dos Reis, Dr. José de Barcellos, Martinho Corrêa de Sá, Fernando de Souza Back, Carlos Joaquim de Faria e Antonio Bernardino Dias Furtado, Benedicto Ribeiro de Azevedo, Pedro Augusto Tavares-Filho, José Pinheiro de Andrade, Bernardo de Mattos Trindade Netto, Gregorio Francisco de Miranda Pinto, Alberto Pereira do Lima Leal,	

Fonte: BN – Hemeroteca Digital (1873).

Vestígios da rotina das aulas do colégio S. Salvador dos tempos em que Barcellos trabalhou localizamos na publicação dos horários diários da escola. As aulas funcionavam regularmente das 8h às 16h e eram distribuídas considerando matérias oferecidas para os alunos matriculados no ano de 1873 (**Gazeta de Campos** – Província do Rio de Janeiro – de 14 de maio de 1873, p. 4, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

A jornada de trabalho na escola era prolongada e, certamente, árdua, contudo, necessária para aqueles que se valem da docência como profissão. O expediente do Professor cearense no turno da manhã começava às 8h com as 1^{as} aulas do idioma Francês. Logo em seguida, ministrava a 2^a aula de Geografia. Das 11h às 12h, lecionava para os alunos das 1^{as} aulas de Português e, concomitante, preparava os estudantes das 4^{as} aulas de Língua Francesa e de Português.

Fotografia 25 – Horário das aulas do Colégio de S. Salvador – 1873

COLLEGIO DE S. SALVADOR							
182 RUA DIBEITA 184							
Estão funcionando regularmente as aulas d'este estabelecimento, conforme o seguinte							
HORARIO							
7 ds 8	8 ds 9	10 ds 11	11 ds 12	12 ds 1	1 ds 2	2 ds 3	3 ds 4
Algebra	Geometria	2 ^a de Geograp.	2 ^a de Latin	1 ^a d'Arithmet.	3 ^a de Portug.	Historia	Inglez
	1 ^a de Francez	1 ^a de Latin	1 ^a de Portug.	3 ^a de Latin	1 ^a de Geograp.	2 ^a d'Arithmet.	
	2 ^a de Francez	2 ^a de Leitura	4 ^a de Francez	1 ^a de Calligrap.	2 ^a de Francez	3 ^a d'Arithmet.	
	3 ^a de Leitura	3 ^a de Calligrap.	1 ^a de Portug.	4 ^a de Leitura	3 ^a de Francez	2 ^a de Calligrap.	
	2 ^a de Calligrap.			« Taboada Philosophia	4 ^a de Calligrap.	4 ^a d'Arithmet.	

Fonte: BN – Hemeroteca Digital (1873).

Já adentrando ao turno vespertino, das 12h às 13h, lecionava a 2ª aula de Português. Avançando o expediente de trabalho, das 13h às 14h, preparava os alunos de Francês da 3ª aula. Das 14h às 15h, possivelmente, era o momento que tinha para o descanso, pois, nesse intervalo, não havia aulas das matérias que lecionava. Por certo, nessa breve pausa, tomava água e comia algo e, sem demora, retornava para a última aula do dia, a do idioma Inglês, que começava às 15h.

Em correspondências para João Brígido, José de Barcellos descreveu sua exaustiva rotina dos tempos em que lecionava nos colégios do Rio de Janeiro: “às 5 horas estou de pé e só descanso às 10 da noite” (Folha do Povo, 5 de dezembro de 1931, p. 1, BECE). O colégio S. Salvador, no início de funcionamento, teve por volta de 70 alunos que mereciam de seus mestres cuidados e organização diária das matérias necessárias com o propósito de êxito nos resultados dos exames. Ele precisava estudar os conteúdos e preparar as aulas das quatro matérias de ensino para instrução dos discípulos, pois, quanto mais aprovações, mais reconhecimento o Colégio teria na cidade da Corte.

À vista da então recente instalação do Colégio ocorriam demandas da direção para os professores contratados, as quais possivelmente exigiam empenho profissional nesses inícios, em especial, dedicação para que os discípulos matriculados na escola obtivessem aprovações nos exames gerais das aulas realizadas, anualmente, pela Secretaria da Instrução da Corte. Para ratificar esse propósito, identificamos noticiário que assevera: “é a prova mais cabal que se póde dar do esmero com q’o Sr Reis e os ilustres professores q’ a coadjuvam, se dedicam a sua nobre missão, está nos exames brilhantíssimos que fizeram ultimamente do Rio de Janeiro dos discípulos do Collegio S. Salvador” (**Gazeta de Campos**, 29 de março de 1874, p. 3, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Era necessário ser um profissional aplicado, pois foi a oportunidade encontrada para aprender as atividades exigidas dos preceptores que ensinavam as matérias dos preparatórios para os cursos das Academias do Império. Dessa jornada intensa, João Brígido, em cartas, nos revela preocupação quando assevera: “obrigado a trabalhar muito demasiado mesmo, por um ordenado de 60 mil rs, mostra-se ainda assim satisfeito” (**Folha do Povo**, 5 de dezembro de 1931, p. 1, BECE).

Em 1873, além da função de professor, José de Barcellos atuou substituindo o diretor do colégio S. Salvador, Epifânio José dos Reis, que, em abaixo-assinado, declarou “que lhe cumpre fazer, do quanto se acha penhorado pelo zelo e pontualidade com que o muito distinto professor o senhor José de Barcellos geriu este colégio durante os breves dias da sua ausência” (**Jornal Gazeta de Campos**, 1873, p. 4). Sua atuação na direção como interino

corroborar a citada da publicação da Folha do Povo (1931). Essa declaração, inclusive, coaduna-se com os escritos da escritora Alba Valdez ([1948?]), quando relata que José de Barcellos “colocou-se num colégio como vice-diretor [...]” (p. 171). Provavelmente essa informação a escritora coletou no artigo da Folha do Povo (1931, p. 1) citado no texto que produziu para a revista do Instituto do Ceará na ocasião em que o redator do jornal declara: “[...] entrou logo para um colégio como vice-diretor.”

Embora reconheçamos a declaração do diretor Epifânio ao expressar que José de Barcellos geriu o Colégio alguns dias por motivo da ausência da direção escolar, não há como afirmar que, nesse período em que morou no Rio de Janeiro, assumiu o cargo de vice-diretor, considerando os documentos nesse exame coletados. Aceitamos, contudo, que essa experiência foi relevante para a profissionalização dele, em especial, como professor secundário e aprendiz do ofício de direção escolar.

Antes de atuar na função de diretor escolar no Rio de Janeiro, o Professor cearense atreveu-se a fundar, em 1868, uma escola particular, *Gymnasio Cearense*. Achemos a notícia desse Colégio no jornal *O Cearense* de 12 de maio de 1868, p. 1, ora transcrita:

Collegio – Lê no Liberal

O Sr. José de Barcellos, moço de reconhecidas habilitações e já com o nome feito na província pelos seus trabalhos literários, e pelos estudos em matéria de ensino, acaba de fundar n’esta capital um colégio para o estudo de humanidade.

Auguramos um sucesso completo para essa empresa, à cuja frente se acha uma das capacidades da província, um moço recomendável pelo seu talento, moralidade e vocação para o magistério e pedimos para ele o auxílio dos bons cearenses.

Pessoas mui distintas se tem associado ao Sr. Barcellos, sendo igualmente um ótimo garante do futuro d’esse estabelecimento (**O CEARENSE**, 12 de maio de 1868, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Aventurou-se a fundar uma escola particular para o ensino primário e estudos preparatórios dos jovens para o Liceu cearense depois da realização de estudos práticos na Escola Normal baiana. O Ginásio fundado em maio de 1868 concorreria com o prestigiado *Atheneu Cearense*, fundado em 1863, do diretor João de Araújo Costa Mendes. O talento, a moralidade e a vocação para o magistério de Barcellos seriam suficientes para o estabelecimento do Ginásio? Essas qualidades de educador favoreceriam a adesão dos “bons cearenses” a fim de matricular seus filhos e, assim, pagarem o valor de 3\$000 por mês para uma matéria e 5\$000 para duas matérias para manter e garantir financeiramente o futuro desse estabelecimento?

As intenções do programa do futuro Ginásio tiveram que ser apresentadas formalmente à Direção Geral da Instrução Pública do Governo Provincial, que também pediu

que o professor Barcellos entregasse à Diretoria o plano de uma aula elaborado para a instrução primária. Na organização pedagógica do Colégio, o professor normalista ficaria responsável pelas aulas primárias, além de lecionar as matérias dos preparatórios do Liceu. Localizamos na publicação de 8 de maio de 1868 do jornal *O Cearense* o programa do *Gymnasio Cearense* que foi exigido pela administração provincial, conforme copiado na sequência.

História geral e História do Brasil; Desenho; Noções gerais de química, physica e história natural; história da literatura portugueza e nacional. As aulas de desenho, de sciências physicas e história natural, de que é professor o Sr. Catão Paes de Cunha Mamede serão grátis para todos os alunos do curso. No ensino de francez e do inglez, tem o diretor como auxiliares secundário os Srs. V. Saillard e J. W. Studart, nomes que por si são uma recomendação para o estabelecimento (**O CEARENSE** de 8 de maio de 1868, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Para ministrar as aulas no colégio particular, foram convidados os professores Catão Paes de Cunha Mamede,¹⁰² para as matérias Ciências Físicas e História Natural, V. Saillard¹⁰³ e J. W. Studart,¹⁰⁴ respectivamente para Francês e Inglês. Pelo visto, as famílias cearenses dotadas de condição financeira não creditaram a Barcellos a educação de seus filhos. Talvez os custos de manutenção e a insuficiente clientela por causa do famoso Colégio Ateneu impossibilitaram o êxito da proposta de mais uma escola particular na modesta Capital cearense.

O fato é que, autorizado o funcionamento do novo estabelecimento pela Diretoria da Instrução Pública, na rua Amélia nº 86, o colégio fundado por José de Barcellos subsistiu pouquíssimo tempo. Talvez por esse motivo Raimundo Girão (1985) não haja mencionado o Ginásio Cearense no estudo sobre os colégios particulares que funcionaram em Fortaleza na segunda metade do século XIX até os anos de 1920. O insucesso da iniciativa afastou o nosso Pedagogo, novamente, da sua terra natal, momento que migrou para o Rio de Janeiro no período de 1869 a 1879. Por certo, compreendia que o trabalho era uma oportunidade de praticar a arte de ensinar nesse lugar onde afluía o progresso e circulavam as novidades pedagógicas. Seria

¹⁰² Farmacêutico formado no Rio de Janeiro, filho do português Antônio Paes da Cunha Mamede, que também era farmacêutico formado em Portugal. A família era proprietária de farmácia situada na rua Formosa (atual Major Facundo nº 226) cujo nome era Mamede (IC, 1928). Acesso em: 16/05/2024. Disponível em <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1928/1928-PresidentesdoCeara.pdf>

¹⁰³ O francês Victor Luiz Saillard era farmacêutico e residiu por anos em Fortaleza. Achemos uma notícia do falecimento de Saillard no jornal **O Cearense**, que ocorreu no dia 21 de dezembro, na povoação de Pendência, hoje Pacoti (**O Cearense**, 25 de dezembro de 1888, p. 2). Acesso em 16/05/2024. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&Pesq=Victor%20Luiz%20Saillard&pagfis=20978>.

¹⁰⁴ O inglês John William Studart foi Cônsul do Reino Unido no Ceará e um importante comerciante na Província Cearense no século XIX. Pai de Guilherme Chambly Studart (Barão de Studart), cearense tema de estudos no Ceará e no Brasil relacionados à história e à geografia regional, a maior parte de sua obra foi publicada nas revistas do Instituto do Ceará e na Academia de Letras (Machado; Vasconcelos Júnior; Vasconcelos, 2011, p. 25).

um *locus* oportuno, inclusive, para ganhar dinheiro, pois precisava pagar os custos de morar sozinho no Município da Corte.

Barcellos, ao amigo João Brígido, ponderou dessa forma sobre a árdua jornada de trabalho que praticava em colégios particulares exercendo a função de diretor-substituto, além da de revisor de um grande jornal político, quando residiu na Corte (Valdez, [1948?]). “Esse regime me regenera. Precisava disso. Sinto-me outro. Melhor na alma, melhor no corpo. Não me falta coragem nem confiança no futuro, amor ao trabalho tenho o bastante.” Em Fortaleza, diz ele, “o tédio matava-o” (**Folha do Povo**, 5 de dezembro de 1931, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Na fala dele, há contenção de sentimentos, talvez por não sentir acolhimento dos concidadãos da cidade amada que não o auxiliaram no projeto de instituir um colégio particular. Certamente poderiam ter acreditado no potencial dele como preceptor de seus filhos, não precisaria, dessa forma, procurar guarida na Capital do Império. Seria capaz de edificar no Ceará um templo de formação para os jovens com suas experiências e visitas adquiridas na Europa, quando cursou Engenharia Agrícola e quando aperfeiçoou-se na Escola Baiana nas práticas de ensino primário inspiradas no modelo de organização escolar do Barão de Macaúbas.

Residente há quase oito anos no Município da Corte, há evidência da participação dele na eleição em 1877, conforme Edital da Junta Municipal da Corte que listou os nomes dos votantes.

Fotografia 26 – Edital - Junta Municipal da Corte - 1877



Fonte: BN – Hemeroteca Digital (1877).

Na lista de qualificação da votação em 9 de janeiro de 1877, localizamos José de Barcellos na condição de elegível por ter renda e saber ler, com 33 anos e o nome de seu pai, José Thomaz de Barcellos. Aliás, a notícia da Junta nos concede pistas do endereço dele, quando residiu na rua General Gurjão,¹⁰⁵ n° 8, no 14° quarteirão da freguesia de São Cristóvão (Diário do Rio de Janeiro de 18 de janeiro de 1877, p. 2-3, Hemeroteca Nacional, Biblioteca Nacional).

Sozinho na Capital fluminense, o que lhe restava era dedicar-se diuturnamente a vencer na vida. Barcellos, já com tantas obrigações, ainda arrumava tempo para trabalhos voluntários. Foi assim que o reencontramos como professor da matéria Geografia, oferecendo seus serviços para ministrar aulas noturnas na primeira escola da Glória, em 1878, conforme publicação do **Jornal do Commercio**:

Cursos nocturno – Ao Sr. A. Cypriano de Carvalho oferecem-no o Sr. Hypolito Canessa para leccionar gratuitamente francez no curso nocturno, que vai ser instituído na primeira escola da Gloria.
Igual offercimento fizeram os Srs. José Barcellos, o bacharel Moreira Pinto, aquele para geographia e este para história e geographia (24 de jan. 1878, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Logo que saiu do Colégio S. Salvador, na cidade de Campos, foi contratado para compor o quadro do magistério do Colégio de S. Pedro de Alcântara, situado na Rua do Ouvidor n° 59 (Jornal do Commercio, 1° de janeiro de 1875, p. 7, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Fotografia 27 – Notícia do Collegio de São Pedro de Alcantara – 1875



Fonte: BN – Hemeroteca Digital (1873).

¹⁰⁵ Essa rua, atualmente, pertence ao bairro do Caju, Zona Portuária do Município do Rio de Janeiro.

Retornou à mesma situação estafante da profissão docente, contudo lecionava só a matéria Português e o estabelecimento localizava-se na sede da Corte e, conseqüentemente, não era mais necessário deslocar-se para outra cidade, uma vez que morava na freguesia de São Cristóvão e o novo colégio era na rua principal que marcou a urbanidade e o progresso da Capital da Corte.

Em seu trajeto cotidiano da residência até o novo trabalho, observava as transformações citadinas da Rua do Ouvidor, símbolo da nova urbanidade e da sociedade de consumo. A cada dia testemunhava o surgimento de lojas de modistas franceses, floristas, joalheiros, cafés, confeitarias, livrarias e gabinetes de leitura que se multiplicavam aos moldes franceses (Schwarcz; Starling, 2018). A Rua era o lugar de encontros da sociedade carioca e socialização dos letrados e representava as transformações e mudanças socioculturais pelas quais passava o Rio de Janeiro ao extenso do século XIX.

Barcellos bem poderia ter encontrado algum dos grandes nomes da literatura brasileira abancado em alguma confeitaria ou conversando com outros fregueses em cafés ou nas livrarias, pois “era comum encontrar grandes nomes da literatura caminhando ou sentados em algum estabelecimento da Rua do Ouvidor” (Pereira, 2010, p. 5).

Fotografia 28 – Rua do Ouvidor Antigo – Centro do Rio de Janeiro – 1890



Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles (1890).

A fotografia, de autoria de Marc Ferrez,¹⁰⁶ de 1890, revela o movimento da Rua do Ouvidor, Centro do Rio de Janeiro, com o vaivém dos caminantes quase sem fim. As lojas abrigadas nas duas laterais formavam um corredor central de variados comércios com suas placas com nomes dos serviços ou das lojas instaladas. Os sobrados de até três andares com janelões evidenciavam o valor do lugar para os modos de vida cultural e social na passagem do Brasil Império para a República, sob inspiração dos jeitos estrangeiros, em especial, o Francês.

A rotina prolongada de trabalho nos colégios envolvia estudos, produção de material para os estudantes que estavam se preparando para os exames de admissão organizados anualmente pela Diretoria de Instrução. Assim, “lecionava e estudava. Sua avidez em dia com mais recentes ensinamentos das ciências a que se dedicava. Na língua vernácula tornou-se autoridade incontestada versando os clássicos com admirável limpidez” (Valdez, [1948?], p. 172). O trabalho árduo de professor particular, contudo, não assegurou para ele o desenvolvimento de suas aptidões de literato, pois era necessário estudar as aulas, atividade que absorvia “grande parte do tempo que, parcimoniosamente, lhe restava do magistério particular, restringindo-lhe sobremaneira a produção literária” (Valdez, [1948?], p. 172).

Certa passagem achamos em editorial *Correspondência* publicado em 23 de dezembro de 1887, um subitem intitulado *Escretores do Norte*, cujo editor transcreve e analisa trechos do artigo da revista **A Semana** que tinha como um dos colaboradores Franklin Távora.¹⁰⁷ Ocupou-se o escritor, nessa Revista, de elogiar a produção literária cearense, dizendo “que o Ceará é das províncias do Norte aquela em que o romance tem sido o mais cultivado.” Destacou as produções literárias de Rocha Lima,¹⁰⁸ que na sua opinião: “[...] tão cedo roubado

¹⁰⁶ Nascido em 1843, no Rio de Janeiro, Marc Ferrez, filho de franceses, registrou meio século de transformações ocorridas no País. Do Império à República, retratou eventos históricos e projetos emblemáticos de reconhecimento do território e da modernização do Brasil (IMS, 1890).

¹⁰⁷ O advogado, jornalista, político, romancista e teatrólogo Franklin Távora nasceu em Baturité, Ceará, 13 de janeiro de 1842, e faleceu no Rio de Janeiro em 18 de agosto de 1888. Fez os primeiros estudos em Fortaleza, enquanto os preparatórios foram realizados em Goiana e Recife, em cuja Faculdade de Direito matriculou-se em 1859, formando-se em 1863. Foi deputado provincial e advogado e funcionário da Secretaria de Governo. Por causa desse cargo, foi transferido da cidade do Recife para o Pará e por fim para o Rio de Janeiro. Morou no Recife até o ano de 1874, quando foi transferido para o Rio de Janeiro, onde viveu como funcionário do Império e jornalista das folhas **A Verdade** (1872-73) e **Revista Brasileira** (2ª fase – 1879-1881). Um dos precursores do Realismo, o cearense Franklin Távora iniciou sua vida literária ainda como estudante e no Rio de Janeiro. Evidencia-se como intérprete do regionalismo literário do Norte em oposição a uma literatura do Sul. Fonte Academia Cearense de Letras - ACL. Acesso em: 8/03/2024. Acesso em: 16/05/2024. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/franklin-tavora/biografia>.

¹⁰⁸ Pioneiro da construção crítico-filosófica e crítico-literária no Brasil, o cearense Raimundo Antônio da Rocha Lima morreu muito jovem, com 23 anos, em 28 de julho de 1878 por complicações motivadas da enfermidade beribéri que contraiu no período da calamidade da seca que atingiu o Ceará. Foi aluno do Ateneu e Liceu cearense onde ocupava o primeiro lugar nas aulas, sendo tido como muito inteligente. Foi para o Recife estudar com auxílio dos cofres provinciais com 16 anos Ciência e Filosofia. Em 1875, viajou para o Rio de Janeiro, aspirando ao aprimoramento de seus estudos filosóficos, sociológicos e crítico-históricos. Retornando ao Ceará, empregou-se

às letras pátrias, mas que mesmo assim, pelo desenvolvimento precoce de seu enorme talento, pôde deixar impresso o seu gênio [...]”; também o poeta Juvenal Galeno,¹⁰⁹ considerado “verdadeiro monumento para a literatura do Norte, sendo, quanto ao crítico, as Canções populares, não somente um livro do norte, mas um livro brasileiro, sem rival no gênero.” Seguindo a leitura do editorial sobre os escritores, há um trecho em que Franklin Távora justifica a saída do nosso professor do mundo literário dizendo “[...]e bem assim do destino do sr. José de Barcellos, que ele pensa haver abandonado as letras para ganhar a vida” (**O Cearense**, 23 de dezembro de 1887, p. 1).

Foi assim, relacionando-o no seletivo grupo de escritores cearenses, que novamente o reencontramos no artigo da **Folha do Povo** (1931), que o qualificou como escritor esquecido pelo cronista José de Castro Medeiros, introduzindo assim o artigo intitulado José de Barcellos: “[...] o escritor de quem a *Folha* na seção dos Esquecidos, deu hontem uma bela página, foi amigo de João Brígido e escreveu-lhe várias cartas que foram publicadas [...].” Enquanto residiu “[...] no Rio ensinou e aprendeu muito, mas produziu pouco. Não tinha confiança em si” (*Folha Do Povo*, 5 de dezembro de 1831, p. 3, BECE). Inclusive, nesse editorial da *Folha*, identificamos o sentimento de inferioridade expresso pelo próprio Barcellos, ao afirmar com tristeza: “eu não tenho estylo, escrevo mal, sem nexo, sem ordem. Já lá vão 11 anos que não escrevo para gazetas e Deus sabe que com acompanhamento escrevo uma ou outra carta mais séria” (*ibidem*, 5 de dezembro de 1831, p. 3, BECE).

Restou-lhe a produção técnico-pedagógica para auxiliar os estudos de seus alunos que se preparavam, anualmente, para realização dos exames das matérias secundárias. Exemplo foi a concepção do compêndio autorizado no ano de 1876 para uso em estabelecimentos públicos e particulares, conforme o **Pontos de Geographia e Cosmographia**, programa da Inspeção da Instrução Pública da Corte (*O Globo*, Rio de Janeiro, 23 de maio de 1876, p. 2, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

na Biblioteca Pública da Província e foi amanuense da Secretaria do Governo. Seu pensamento era exposto no **Gazeta de Notícias**, do Rio de Janeiro, de 22 de junho de 1879, que foi transcrito no trabalho principal do Barão Studart (Nogueira, 1978, p. 37- 42).

¹⁰⁹ Nasceu em 1836, em Fortaleza. Era primo de Capistrano de Abreu (por parte paterna) e Clovis Bevilacqua (pelo lado materno). Para o historiador Raimundo Girão, conhecido como cantor singelo do sertão, dos vaqueiros, dos lavradores, da jangada, do amor, das serras, das árvores, dos pássaros do Ceará. Estudou agricultura no Rio de Janeiro. Nesse período em que esteve em terras fluminenses fez amizade com intelectuais e escreveu poesias que foram publicadas na revista **Marmota Fluminense**. Padeiro-mor honorário da Padaria Espiritual (1895), participou do Clube Literário e foi um dos fundadores do Instituto do Ceará (1887). De 1889 a 1908, foi diretor da Biblioteca Pública do Estado, afastando-se ao ser vitimado por cegueira definitiva. Faleceu em 1931. A Casa de Juvenal Galeno em Fortaleza (Rua General Sampaio, 1128, Centro) é parte do patrimônio cultural, funcionando como centro de cultura e sede da Academia de Letras Juvenal Galeno. Fonte Academia Cearense de Letras - ACL. Acesso em: 8/03/2024. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/franklin-tavora/biografia>

Fotografia 29 – Notícia: Pontos de Geographia e Cosmographia – 1876



Fonte: BN – Hemeroteca Digital (1876).

Para este estudo de doutoramento não foi encontrado em arquivos virtuais ou físicos pesquisados esse Compêndio, concebido quando José de Barcellos se encontrava no Rio de Janeiro a ministrar aulas particulares. A obra e o autor foram assim avaliados em 30 de agosto de 1876, no jornal **O Cearense**:

O Sr. José de Barcellos compilou em uma pequena brochura o que só em livros clássicos de volumoso formato e grande custo se encontram relativo à geografia e cosmographia.

A lucidez de sua linguagem, a facilidade de seu methodo de ensino tornou o livro grande utilidade para mocidade que se prepara para o exame desta matéria nos liceus e mais estabelecimentos de instrução secundária.

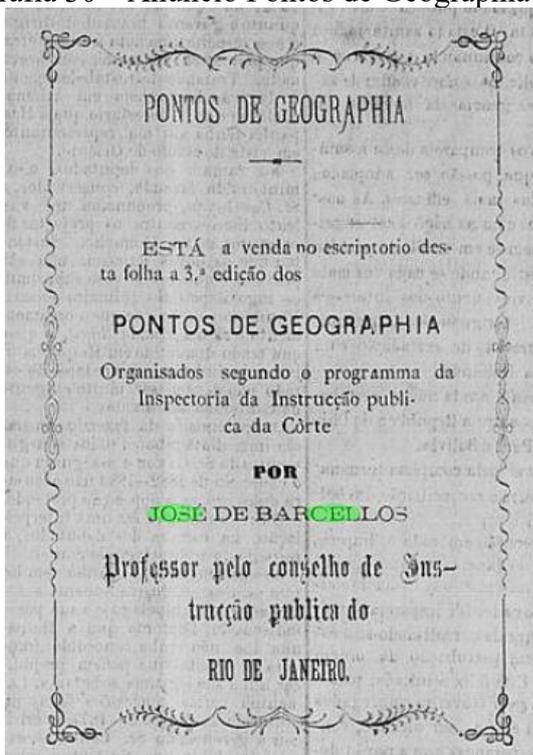
Para os moços, sobretudo, que se destinam aos cursos superiores do Império, os Pontos do professor José de Barcellos servem de mestre e compendio, por isso que estão formulados de acordo com o programa de Instrução Pública (p. 2, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Notamos, no noticiário cearense, recomendações positivas asseverando que a obra é “mestre e compendio”, pois tanto apresentava sinteticamente os conteúdos como demonstrava o método de estudo com clareza. Com efeito, os alunos não teriam dificuldades nos estudos empreendidos e poderiam aprender sozinhos a matéria estudada.

Essa produção técnico-pedagógica gerou ganhos intelectuais e financeiros que favoreceram que o autor José de Barcellos realizasse a doação da venda de 480 exemplares de pontos de Geografia para os seus contemporâneos que viviam a calamidade da grande seca e da pandemia de varíola que devastou a sua terra natal. As evidências da entrega da quantia de 480rs para o tesoureiro da comissão central cearense, produto da venda desses exemplares, foram informadas em nota jornalística que reconhecia a doação realizada “pelo mesmo Sr. oferecidos e vendidos sem comissão pela casa Garnier 1877” (O Reporter, 9 de fevereiro de 1879, p. 2). Igualmente, Alba Valdez rememorou essa ação humanitária, dizendo: “o opúsculo – geografia física pontos de exames, cuja edição foi esgotada, sendo o líquido da venda em benefício dos flagelados da seca de 77” ([1948?], p. 172).

Reencontramos informações sobre o material de ensino produzido por meio de anúncio de venda publicado na folha **Gazeta do Norte**, em 19 de janeiro de 1882. Os pontos de Geografia por José de Barcellos foram anunciados no momento em que o Professor cearense estava em viagem para a Europa.

Fotografia 30 – Anúncio Pontos de Geographia – 1882



Fonte: BN – Hemeroteca Digital (1882).

Vários são, portanto, os pontos de vista que indicam José de Barcellos como um escritor talentoso do seu tempo e que teve de abandonar a arte literária para ganhar seu sustento como professor em colégios. Sua origem pobre direcionou, por certo, seu destino para o exercício de cargos públicos desde a juventude. Certamente, a poesia e a escrita não seriam garantia de uma vida digna, uma vez que não tinha família com posses para sustentá-lo na Capital da Corte ou em Paris.

Em sua passagem pela Capital da Corte, nosso Pedagogo ora atuou empregado em colégios particulares onde compunha o corpo docente das aulas das línguas portuguesa, francesa e inglesa e das aulas de Geografia, ora foi diretor substituto e preceptor de alunos que frequentavam aulas particulares em sua residência. No campo da Literatura, elaborou compêndios técnico-pedagógicos para o ensino de Geografia e trabalhou como revisor em jornais cariocas, bem como escrevia artigos encomendados por jornais das Províncias Fluminense e Cearense.

Nesses tempos, aprendia sua profissão praticando a exemplo dos artesãos, observando os mais experientes na rotina diária da escola. Aprendia intuitivamente “[...] por um processo de tentativa e erro, originando uma sabedoria profissional [...]” (Pérez Gómez, 1998, p. 364). Além da observação, também aprendia, por autodidaxia, os conteúdos que ensinou nas aulas dos cursos de línguas e, desse jeito, tornou-se um especialista de uma ou de várias disciplinas, pois “[...] quanto mais conhecimento possuía, melhor poderá desenvolver sua função de transmissão [...]” (*ibidem*, p. 354). Foi deste modo que se configurou professor da instrução secundária, além de aprender pela prática o ofício de diretor e, do mesmo modo, a arte de revisar textos jornalísticos e traduzir obras dos clássicos.

Nesses quase dez anos de ausência, é fato que se manteve próximo da sua cidade, comunicando-se por cartas e telegramas, serviços oferecidos pelos Correios. Aos parentes e amigos enviava, assim, notícias suas do Rio de Janeiro, fotografias e talvez dinheiro para ajudar os familiares em Fortaleza. Por sinal, topamos com indícios do uso desse benefício em anúncio do **Gazeta de Notícia** de 6 de janeiro de 1878, quando localizamos o seu nome na listagem de destinatários com objetos registrados que não foram entregues pela Diretoria Geral dos Correios, por desconhecimento de endereço das residências (p. 2, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

O serviço postal permitiu que o nosso Professor viajante se relacionasse com seus conterrâneos no período em que migrou para o Rio de Janeiro. Nas postagens, ele enviava notícias, correspondências jornalísticas, encomendas e até fotografias. Aliás, localizamos trecho de uma carta do momento próximo do retorno dele à cidade de Fortaleza. Nessa passagem, evidenciamos que José de Barcellos, com 35 anos, despachou um retrato para João Brígido e, com estilo realista, destacou o semblante envelhecido e cansado, dizendo em tom de graça “[...] Ahi vae o Barcellos fazer-lhe uma visita. Veja como está velho, sulcado de rugas, carcomido [...]” (**Folha do Povo**, 5 de dezembro de 1831, p. 3, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional). E, assim, do jeito que foi possível, nosso Professor se aproximava de parentes e amigos, estabelecendo relações, quando a longa distância era demarcadora de companhia e círculos de amizade.

Datam desse período achados em notícias publicadas em jornais da Terra cearense que revelam, possivelmente, contatos com avizinados dele em Fortaleza. Numa delas, evidenciamos a participação, mesmo distante, no movimento que denunciou a agressão de um morador do 2º quarteirão da General Sampaio, onde era residente, por meio de abaixo-assinado que solicitava a prisão do suposto agressor (**O Cearense**, 2 de julho de 1876, p. 4). A segunda notícia trata-se de convite para o comparecimento em uma convocatória do juiz por devoção

para instituir a irmandade e eleger a imagem do Senhor do Bom Jesus dos Martírios da capela de Nossa Senhora do Patrocínio, em Fortaleza. Na lista dos convocados, pinçamos o nome de José de Barcellos (**O Cearense**, 25 de janeiro de 1871, p. 4).

Aqueloutro rancor que teria motivado sua partida para a Capital da Corte foi cedendo à vontade de voltar e novamente circular entre os amigos e lugares já conhecidos dos quais é velho residente. A saudade da sua terra natal apertava. Talvez as notícias da calamidade da seca e da peste de varíola fossem motivadoras para essa volta. Algum parente ou amigo foi acometido pelo mal que “[...] tudo arrastou, grandes e pequenos, ricos e pobres. Naqueles cataclismos ninguém ficou de pé” (Teófilo, 2009, p. 91).

No início de 1879, retornou à cidade de Fortaleza, presenciando os horrores dessa tragédia, quando, em tom comovido, narrou para João Brígido, que se encontrava nesse período no Rio de Janeiro: “[...] as cenas eram muito comoventes, provocando entusiasmo pela coragem deste povo. Verdadeiro heroísmo como nunca em parte alguma se viram” (**Folha do Povo**, 5 dez. 1931, p. 1, BECE). E já tomado por total sentimento de melancolia e preocupação pelos seus “[...] voltou, depois de 9 anos, para a terra que lhe viu nascer, diz ele que é minha e amo do fundo d’alma [...]” (*ibidem*, p. 3).

Por sinal, queixou-se da incapacidade de ser livre do povo fluminense, igualando-o aos brasileiros em geral, asseverando que “O povo é o mesmo. A opinião pública não existe. O brasileiro é incapaz de ser livre. Povo sem caracter, sem brio, nasceu para a opressão, para o servilismo” (**Folha do Povo**, 5 dez. 1931, p. 1). Acaso a modernidade da vida fluminense, definitivamente, não o atraiu. E, rejeitando a ideia de cidade grande, retornou ao Ceará, pois, como bem observou José de Castro Medeiros, “o matuto do Ceará era muito lido para se embasbacar com aquela grande aldeia” (idem, *ibidem*).

Ao mesmo tempo, a Capital da Corte e as 19 províncias do Império brasileiro passavam por um intenso desenvolvimento capitalista na passagem do século XIX para o XX. Importa mencionar que o desenvolvimento brasileiro foi possível devido ao aporte de capitais, principalmente da Inglaterra, que impulsionou o aperfeiçoamento da técnica na produção industrial. Foi o grande volume desse aporte que possibilitou a construção de estradas de ferro para escoar a produção agrícola, fazendo crescer os centros urbanos (Caldeira, 2017).

Nesse panorama socioeconômico, foi nas cidades onde nasceram os parques industriais que proporcionou-se mudanças de costumes e maneiras de as pessoas se relacionarem e, conseqüentemente, adquirirem novas práticas sociais. Essa transformação repentina do modo de viver do rural para o urbano demandava reorganização de espaços e da

instalação de serviços e infraestrutura, controle sanitário e difusão do jeito de ser cidadão, que naqueles tempos significava agir com polidez e civilidade do mundo europeu.

O progresso era tangível nos avanços tecnológicos da máquina a vapor e do telégrafo, que promoveram rápida e ampla comunicação das ideias, de liberdade individual, da escola obrigatória e laica, da democracia, enfim, da cultura do Velho Mundo. Esse progresso, entretanto, era desigual e não ocorria na mesma velocidade entre estados/nações e povos (Hobsbawm, 1988).

3.4 O Retorno à Europa

No Ceará, recém-saído da grande seca, e ainda se refazendo da tragédia que arruinou a economia provincial, notícias do progresso poderiam ser avistadas com a inauguração da estação de Baturité em 1882, indícios da modernização dos tempos em que o minério de ferro se constituiu o grande propulsor da industrialização e da comunicação, em especial, por ser a matéria-prima utilizada para a fabricação dos veículos, ferroviários e navios a vapor, tidos como símbolos da modernização do período (Hobsbawm, 1988).

A Europa ainda era o espelho para a civilidade, ditando os moldes socioculturais e educacionais em tempos que se supunham o progresso político “[...] sob a forma de governos representativos e o progresso moral, sob a forma de alfabetização e leitura amplamente disseminadas [...]” (Hobsbawm, 1988, p. 55). Nessa sociedade, a dimensão pedagógica foi central para a concretização do modelo educativo ocidental de unificação social, mediante o papel de socialização (Cambi, 1999, p. 382).

A crença difundida de que o progresso chegaria por via da massificação da educação e, portanto, garantiria a transmissão das normas coletivas por meio da escola foi um princípio bastante disseminado em conferências educacionais, assembleias de professores, publicações literárias e artigos jornalísticos. Por sua vez, no Ceará, “o mito da educação”¹¹⁰ como direcionador do progresso era reiterado nos discursos das sessões da Assembleia Provincial e em relatórios provinciais dos diretores da Instrução Pública que circulavam em jornais cearenses, em especial, os que representavam os ideários partidários dos liberais, a exemplo d’**O Cearense** e da **Gazeta do Norte**.

¹¹⁰ Termo criado por Franco Cambi (1999), em seu livro **História da Pedagogia**, quando discute o mito da educação como uma das características da educação contemporânea.

A Educação, nesses tempos, foi anunciada como basilar para o desenvolvimento social, sendo a escola a instituição convocada a assumir o papel de configurar o homem moderno e civilizado. Do ponto de vista ocidental, a educação “[...] colocou-se como substituta da política, como via para operar a construção do homem moderno [...]” (Cambi, 1999, p. 390). Assim, a pouco e pouco, o mito da educação foi ocupando espaço de afirmação na sociedade ocidental, até os dias atuais. Essa centralidade é identificada no relatório de viagem do diretor da Instrução Pública, Amaro Cavalcanti, no jornal **O Cearense**, em 30 de maio de 1881, p. 3.¹¹¹

Pouco nos cumpre dizer sobre este importante assumpto, visto ser ponto este já discutido e assentado por nossas leis de instrução publica. Entretanto, por sua real importância em material de publica educação, não quisemos omittil-o em nossas humildes considerações. A questão se nos apresenta por lado mais simples e positivo, do que à ouro tem parecido. O governo ou o Estado tem dever rigoroso de infundir no espírito publicto e tentar effectivo o maior respeito à propriedade, à liberdade, à honra e à vida de quantos habitão o território da communhão. Cremos que sobre este asserto todos dirão, - d’acordo. – Pois bem; todos também saber e confissão, que não há meio mais seguro, nem tão proficuo para semelhante empenho, - como ensinar à cada um e a todos – que à propriedade, a honra, a liberdade e a vida são direitos sagrados, de cujo respeito e proteção mútua depende essencialmente a permanência do bem commum.

A função de vigia da sociedade do Estado convive com o ideário de liberdade que indica menor participação do Estado na sua economia.¹¹² No setor educacional, os administradores estatais, sem demora, defendem a intervenção, cada vez menor, do Estado no financiamento, enquanto priorizam e estabelecem ações na área técnico-pedagógica para maior controle da escola primária e secundária. Corroborando essa posição, Barroso (1867, p. 10) aponta quatro atribuições do Estado:

1º para affirmar pelo ensino a doutrina moral, que elle affirma pela lei; 2º para manter em todos os grãos de ensino em nível de capacidade e de moralidade, que se não póde esperar com esperança nem dos esforços da indústria, nem mesmo das associações desinteressadas. 3º para crear escholas nas communas pobres, distantes, e pouco habilitadas, que por si não as podem ter; 4ª finalmente, para que o beneficio da instrução gratuita não seja para os que della tem necessidade, uma eventualidade feliz, mas uma certeza.

Por sinal, na segunda metade do século XIX, mesmo sem a legislação central de unificação do ensino, verificamos a posição estratégica da instrução na padronização de costumes e valores sociais, o que se deduz do trecho de Barroso (1867, p. 2): “[...] centralizando a uniformidade o ensino official a instrução popular, o Estado offerece a sociedade um modelo

¹¹¹ Acesso em 16/05/2024. Disponível:

<http://memoria.bn.br/DocReader/709506/14976?pesq=%22Amaro%20Cavalcanti%22>. Acesso em: 17/05/2024.

¹¹² Essa é posição ideológica paradoxal, inerente à natureza do Estado moderno (Petitat, 1994).

de organização, pelo qual se esparsas, e insuficientes para a completa organização social sem esse poderoso elemento de unidade”.

Do mesmo modo que os administradores estatais mais liberais postulavam a liberdade de ensino, igualmente, reivindicavam o controle da organização curricular e dos professores, como indica Barroso (*ibidem*, p. 4) no seguinte trecho destacado:

[...] o ensino primário podia ser, e devia ser descentralizado, mas não na sua parte técnica. A facilidade de crear cadeiras, a sua sustentação, e o direito de inspeção, podia ser concedido com suas vantagens reaes para o progresso moral do paiz às Camara Municipaes.

Não por acaso, a criação das escolas normais também colaborou para a vigilância da juventude, pois os professores eram os disseminadores dos bons hábitos e da civilidade moderna. Corroborando essa posição, Liberato Barroso (*ibidem*, p. 10) analisa, na edição do jornal **O Cearense** de 17 de janeiro de 1872, a Escola Normal como instituição indispensável para o sistema de ensino pedagógico: “[...] o que sem boas escolas normaes não há bons professores, como sem bons professores não há boas escolas primárias.” Seus argumentos, em defesa do modelo formativo da escola normal, apontam que a formação dos professores em escolas normais é basilar, “a instrução do povo é a base das instituições livres: só um povo instruindo pode exercer dignamente a sua soberania” (Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Para não se afastar do progresso e do mundo civilizado, a Província Cearense logo tratou de formular estratégias políticas para o ramo educacional, embora sem condições financeiras suficientes, uma vez que a produção agrícola e o comércio ainda se firmavam, a pouco e pouco, em relação aos infortúnios da grande seca. Essa situação, contudo, não impediu os políticos cearenses de submeterem, em 1880, dois projetos que demandariam aportes financeiros extraordinários em tempos de parcas finanças provinciais. O primeiro retornaria à intenção de instalar a Escola Normal, cuja realização, apesar de criada em 1837 na Reforma de Martiniano de Alencar e reconhecida socialmente em discursos políticos, foi muitas vezes adiada, a exemplo do ano de 1866, quando, inclusive, o prédio foi construído, não iniciando seus trabalhos por falta de recursos.

A outra proposta tratou da criação de uma escola para crianças com idade inferior aos seis anos, considerando as experiências do Estado Alemão. Por sinal, essa última proposta distanciava-se da realidade da instrução pública cearense, uma vez que os meios utilizados pela Administração Central para organizar e unificar a instrução pública não eram, até então,

suficientes à garantia dos direitos à educação e de ações mais integrais em favor da instrução primária. A ausência do Governo Central em apoiar financeiramente a escola primária nas províncias, de maneira mais geral, restringia o acesso da população cearense à instrução que ocorria em aulas particulares ou públicas do sexo masculino e feminino na Capital e no restante do Estado.

Em 1880, no editorial da **Gazeta do Norte** de 14 de junho, localizamos a apresentação dos dois projetos na Assembleia Provincial, quando, na sessão, o deputado cearense Liberato Barroso¹¹³ discursou:

Folgamos de ter hoje ocasião de applaudir o interesse com que a Assembleia Provincial occupa-se dos assumptos relativos a instrução publica. Dois projectos de summa importância foram apresentados na sessão de hontem, e, estamos certo, merecerão o apoio da casa depois de convenientemente estudados e discutidos. O primeiro consagra a fundação de uma escola infantil para creanças cuja idade não é ainda compatível com as disciplinas do ensino primário. O segundo era um externato normal, que, ao nosso ver, é a base de qualquer reforma que se possa iniciar em favor desse importante ramo de administração. A escola infantil é uma instituição devida a Froebel que a ensaiou na Alemanha, e rapidamente conseguiu impor-se com uma necessidade a todos os paizes da Europa (p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Ainda que fosse criada uma aula da infância no Ceará, o projeto demandaria gastos incompatíveis para esses tempos de restauração econômica das ações governamentais pós-seca de 1878-1879. O fato é que a instalação de escolas para crianças era projeto educativo controverso até mesmo em muitas cidades da Europa à época, imagine-se em terras latino-americanas.¹¹⁴ Ainda assim, o Ceará não poderia se distanciar da realidade de mudanças das nações europeias, pelo menos em discursos políticos intencionados em legislações que não chegavam à realidade.

Os contratempos foram muitos para se acomodar os contextos do ensino no Ceará à legislação, em especial, à efetivação do ensino obrigatório, que deveria ser realizado por inspetores, que não ocorreu como regra obrigatória para crianças e jovens de sete a 14 anos. A ausência de fiscalização dos municípios pouco efetivou a aplicação de multas aos pais que não

¹¹³ O cearense Liberato Barroso fez o curso Direito da Faculdade de Recife, sendo por anos professor dessa instituição. Fez carreira política na Província de Pernambuco, sendo deputado provincial e geral. Também ocupou o cargo do Ministério do Império e presidente provincial de Pernambuco. Foi defensor da extinção da escravidão e participou da Sociedade Abolicionista Cearense. Na Academia Cearense de Letras é Patrono da cadeira 20. Disponível em: <https://academiacearensedeletras.org.br/membros/liberato-barroso/>. Acesso em: 16/05/2024.

¹¹⁴No Ceará, os jardins da infância só foram criados após a reforma Lourenço Filho. Destacamos neste trecho a circulação de ideias dos jornais que traziam as novidades educacionais da Europa. Sobre os Jardins da Infância, José de Barcellos analisou a experiência destas instituições em uma série de editoriais (**Crônicas de Ensino**) escritos após a sua volta da Europa, na **Gazeta do Norte**, de 18 de março de 1882, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/103950/2887?pesq=%22Escola%20Normal%22>. Acesso em: 17/05/2024

matriculavam seus filhos nas aulas públicas ou particulares. José de Barcellos, no jornal **O Cearense**, critica essa situação e cobra do inspetor geral da Instrução Pública, no mínimo, as informações do quantitativo de meninos que não frequentavam as escolas na Capital cearense.

A lei de 12 de outubro de 1855, que rege a instrução primária, tornou entre nós o ensino obrigatório. Em virtude do art. 22 o diretor geral na capital, e as inspectores nos municípios são encarregados da imposição de multas aos pais, cujos filhos são estranhos a toda instrução, ou porque não frequentam nenhuma escola, ou porque nada aprendem na sua casa paterna. Ainda está por ser executada essa disposição da lei. Diz-se que, sendo nossa população geralmente disseminada em grupos remotos, não se pode realizar com vantagem a ideia do legislador. Mas nas cidades desaparece esses obstáculos, e, se não se cumpre o que determina a lei, é unicamente por incúria. A directoria devia ao menos informar à presidência em seus relatórios do número de menino que, na capital não recebam instrução; mas nunca o fez (**O Cearense**, 28 jun. 1864, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

No século XIX, houve obstáculos reais à universalização do ensino primário, uma vez que a escola imperial excluiu os escravos, os portadores de moléstia e os jovens acima de 14 anos e as crianças menores de seis. De certa maneira, vale assinalar que ocorreu crescimento no quantitativo de escolas e matrículas para crianças e jovens, como é observável na ilustração abaixo que detalha os dados do período de 1845 a 1889 elaborados por Sousa Pinto (1939), os quais, neste estudo, foram por nós reorganizados em intervalos de cinco anos.

Tabela 3 – Dados, por escola e matrícula no Ceará – 1845 a 1889

ANO	ESCOLAS	MATRÍCULA		TOTAL
		Masculina	Feminina	
1845	30	1.120	212	1.332
1850	38	1.203	455	1.658
1855	53	1.714	586	2.300
1860	112	4.149	1255	5.404
1865	114	4.189	1432	5.621
1870	174	5.336	2808	8.144
1875	233	6.504	4.469	10.975
1880	206	4.565	4094	8.659
1885	266	4.603	4.100	8.703
1889	267	5.780	6,127	11.907

Fonte: Elaboração própria.

Sousa Pinto (1939, p. 78), analisando essa situação da instrução pública na Monarquia e comparando-a ao número de habitantes na Província, acentua que,

[...] computado o número da província, em 1831, num total de 240.000, temos que o número de habitantes por escola era de oito-mil. Calculada a população em 1889, num total de 800.000 indivíduos, temos que o número de habitantes por escola, quando se deu a instalação do regime republicano era de TRÊS-MIL-QUINHENTOS-E - TRINTA E NOVE.

Assim, malgrado o aumento de escolas e matrículas, a instrução primária cearense estava distante de alcançar o direito da obrigatoriedade para crianças e jovens, comparando o número de habitantes de 1831 com 1889. A mencionada ideia da obrigatoriedade da instrução é reiterada por presidentes provinciais em relatórios dos governos provinciais e cronistas jornalísticos à época, contudo, a edificação da escola obrigatória esbarrava na ausência de recursos financeiros e em fatores de ordem política e administrativa, responsáveis diretos pela organização do sistema de ensino e pelo financiamento de despesas que frustravam a materialização de ideias vanguardistas no Ceará, à época.

A obrigatoriedade do ensino estatal, entretanto, não era unânime nos países berços da escola moderna, como na França do final do século XIX. A questão não era simples, e as tensões existiam como entre os movimentos da Igreja Católica Apostólica Romana. Em 1882, José de Barcellos, enquanto estava em comissão na Europa de 1881 a 1882, participou da conferência da Liga *Círculo Parisiense* e transcreveu o discurso do senador francês Henri Martin, defensor do ensino obrigatório e laico, em crônica para a **Gazeta do Norte** publicada em 27 de maio de 1882. O Senador, encerrando a sessão da Liga Parisiense, em um dos seus argumentos em prol do ensino laico, afirma:

Fazei compreender também que não se expulsou Deus da escola para fazer entrar a pátria, que não se atentou contra às prerrogativas do padre lhe as restituindo todas: que não é ultrajar às crenças religiosas dos paes de família, por qualquer creança que frequentar a escola ao abrigo de um ultrage possível às crenças de seu pae (Biblioteca Nacional).

Notamos os conflitos sociais nos anos oitenta do século XIX, quando os franceses construíram seus regulamentos, leis e práticas, com o propósito de instituir a obrigatoriedade e a laicidade do ensino.

Essa disputa entre os poderes da Igreja e do Estado está presente nesses tempos em que se configurava o modelo de Estado/Nação, cujos cidadãos eram alcançados no cotidiano por políticas sociais levadas a efeito pelos professores, policiais, carteiros, empregados dos correios, navios e ferrovias, que disseminavam, por meio desses serviços, a importância do Estado constitucional (Hobsbawm, 1988). E isso gerou muito descontentamento por parte da Igreja francesa, que perdia o papel de controle do rebanho.

Foi nesse ambiente que a base da formação da nacionalidade dos cidadãos-eleitores passou pela escola estatal e laica, que selecionou os conhecimentos adequados ante o perigo das ideias de liberdade e democracia dispostas nos direitos sociais, civis e políticos dos textos constitucionais. E assim o Estado soberano precisava estar atento aos ensinamentos das

obrigações civis e políticas para a população, como expressa o texto, transcrito por Barcellos, do discurso do Senador francês:

[...] meninos chamados um dia a ser eleitores, não podem crescer na ignorância sem por a pátria em perigo, que não se tem mais direito de pregar a greve dos meninos de escola como não se tem mais o de pregar a dos conscritos, agora sobretudo que a educação militar vae começar na escola, transformada finalmente em fábrica de cidadão, como já o teria sido há tantos anos se o mal gênio de Brumário não tivesse vindo soprar na obra do 89 (**Gazeta do Norte**, 27 de maio de 1882, Biblioteca Nacional).

A instrução há de ser democratizada, mas dentro dos limites e do controle do Estado de Direito da República Francesa. São muitas as frentes em prol da escola estatal e laica francesa, reveladas nos registros de Barcellos enquanto esteve na Europa em 1881 e 1882. Em uma dessas anotações publicadas na folha *Gazeta do Norte*, do dia 30 de maio de 1882, p. 2, são apresentados os dados de criação de escola dos anos de 1875 a 1881, publicados pelo Ministério da Instrução Pública daquele País. Os números indicam que, nesse intervalo de sete anos, o número de escolas passou de 233 para 933 estabelecimentos. Além da evolução no quantitativo de estabelecimentos escolares, as ações das autoridades francesas também alcançaram o financiamento da escola realizada à época no modelo de caixas escolares, em que a sociedade assumia também a responsabilidade social pela Educação. Os movimentos a favor da escola são muitos, conforme Barcellos cita, tais como a realização de leilões promovidos pela Sociedade de Ensino Profissional de Moças, festas para celebração da lei do ensino obrigatório etc.

Entrementes, no Brasil, à indiferença dos governos e da sociedade civil permaneceram questões educacionais, uma vez comparadas ao entusiasmo que os europeus e estadunidenses – e até mesmo nossos vizinhos latino-americanos –, no período, investiram na causa da escola primária e da alfabetização, considerada como fator-chave para o desenvolvimento social e o progresso. Hobsbawm (1988, p. 213) evidencia que, “[...] do ponto de vista do Estado, a escola tinha ainda outra vantagem essencial: poderia ensinar todas as crianças a serem bons súditos e cidadãos. Até o triunfo da televisão, não houve meio de propaganda secular que se comparasse-a à sala de aula”.

Envolto nessas ideias para configuração de uma escola cearense para o desenvolvimento social e o progresso, José de Barcellos foi convidado a ocupar a vaga de interino da cadeira Geografia e História do Liceu durante o impedimento do efetivo lente do Lyceu, o deputado provincial Thomaz Pompeu de Sousa, que se achava na ocasião com assento

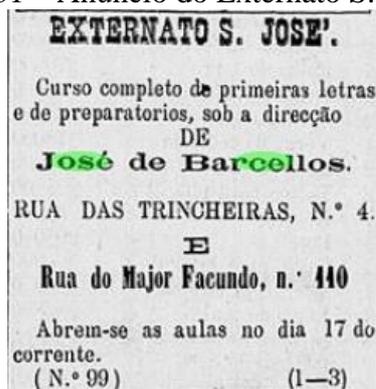
na Câmara temporária (**O Cearense**, 1879, 19 fev., p. 2, Hemeroteca Nacional, Biblioteca Nacional).

Em meados do predito ano, localizamos outra vez o nome de José de Barcellos, postado como avaliador da Língua Nacional na composição da banca examinadora de concursos para preenchimento das vagas de oficial de descarga e praticante, cargo da alfândega provincial. Nessa banca de concurso, divulgada pelo Tesouro Nacional, também foram integrantes o farmacêutico Catão Paes da Cunha Mamede, examinador de Aritmética, e o escriturário Tristão d'Araripe Macedo, responsável por avaliar o conhecimento de escrituração (*ibidem*, 1879, 19 fev., p. 2, Hemeroteca Nacional, Biblioteca Nacional).

Outra maneira de manter-se financeiramente na Capital era ocupar-se em lecionar cursos de primeiras letras e as matérias dos preparatórios de exame do Liceu cearense para alunos cearenses que iriam prestar os exames das academias de ensino superior do Império. Assim, refazia sua vida na Capital Provincial, ocupando-se dos afazeres educativos aprendidos e praticados na Corte naqueles anos de professor dos colégios particulares. Voltou a lecionar em colégios primários e secundários e participar de bancas como examinador de concursos. Desta vez, o convite era dos governantes da Província.

Nessas ocupações, encontramos o nome de José de Barcellos como professor e diretor em anúncio do Externato São José, que abriria aulas em janeiro de 1881, conforme anúncio de 16 de janeiro de 1881, do jornal **O Cearense**.

Fotografia 31 – Anúncio do Externato S. José – 1881



Fonte: Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

Em 1879, lecionou como lente do Liceu, supostamente a convite, pelo fato de reconhecer o feito de elaboração do compêndio de Geografia, organizado conforme o programa da Diretoria da Instrução Pública da Corte. Aliás, nessa instituição, em 1880, candidatou-se ao

concurso da cadeira Língua Nacional,¹¹⁵ em que não alcançou aprovação. José de Barcellos, inclusive, desempenhou atribuições do cargo de direção da Secretaria da Assembleia Provincial, realizando as atividades para regularização do expediente e arquivos dos trabalhos das sessões legislativas. Essa atuação ensejou reconhecimento dos seus empregados, quando reconheceram, em nota divulgada no jornal **O Cearense**, *Honra Merecida*, que elevaram a conduta dele como servidor público e o modelo da gestão praticado com os seus subordinados: “inexcedível devotamento ao serviço público e a mais benevolente lhaneza e amizade para com os seus subordinados” (**O Cearense**, 7 de outubro de 1881, p. 3).

Supomos que nesses inícios recebeu benesses dos amigos liberais da oligarquia Pompeu, que, na ocasião, tinham a influência de cargos públicos e podiam favorecer a contratação dele em repartições públicas. Assim, nesse recomeço em terras fortalezenses, suas provisões tiveram, como fonte principal, prestações de serviços temporários pagos pelos cofres provinciais. Embora o médico José de Castro Medeiros, em biografia que elaborou em 1931, afirme que “[...] Apesar de relacionado com diversos deputados e senadores do Ceará, não pediu empregos públicos” (**Folha do Povo**, 5 de dezembro de 1831, p. 3), os documentos pesquisados neste exame indicam que, provavelmente, o círculo de amigos letrados facilitou acesso de José de Barcellos a postos de trabalho nesse retorno a Fortaleza.

É fato que bem poucos concidadãos cearenses a sua época dominavam a Língua Nacional e os idiomas estrangeiros, qualidade imprescindível para o desempenho das funções as quais era convidado ou indicado. Foram, entretanto, os lugares de convivência com letrados que transitavam na Capital que, certamente, interferiram na indicação de cargos ou empregos particulares e públicos.

Foram, em particular, os ambientes da instrução pública que proporcionaram o convívio com docentes respeitados, como o Professor Joaquim Alves de Carvalho, seu preceptor no exercício do cargo de adjunto, e Tristão Pacheco Spinosa, professor da 2ª escola Pública do 1º grau da cidade de Fortaleza. Nesse lugar socioeducacional, conheceu outros professores primários, diretores da instrução pública e os presidentes provinciais. Talvez, no Liceu cearense, tenham representado o local da camaradagem e do aprendiz da escrita jornalística. Foi nessa instituição que conheceu os colegas Paulino Nogueira, Antônio Bezerra, Meton de Alencar e Torres Câmara, que, em outros momentos, se aproximaram em causas

¹¹⁵ Os documentos da instrução pública revelam que, nos anos de 1881, era o Major João Brígido dos Santos efetivo dessa cadeira de Língua Nacional em relatório da Inspeção Geral de 26 de novembro de 1881 (APC, Fundo Instrução Pública, 1881).

sociais e propósitos literários, a exemplo da campanha abolicionista cearense e da revista **A Quinzena**.

Muitas aproximações ocorreram, certamente, no velho Liceu, quando na qualidade de examinador de bancas ou professor interino dos lentes efetivos que se afastavam em virtude de licenças dos mandatos políticos. José de Barcellos, no exercício de substituto, era convidado para as aulas secundárias de Latim, Língua Nacional e Francês. Aliás, em 1882, na qualidade de provisório do lente Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, lecionou Geografia e História, matéria na qual se especializou e, inclusive, elaborou compêndio para preparatórios dos exames gerais.

Com o tempo, as interseções socioeducacionais foram se configurando no decorrer da trajetória de vida e formativa de José de Barcellos em variegados espaços da instrução primária e no meio de letrados. De certo modo, essas relações o aproximaram do projeto renovador do ensino cuja máxima foi a instalação da Escola Normal. Gozou da companhia de letrados desde a passagem como professor adjunto até as aulas do Liceu cearense. Esse convívio vasto e frequente o tornou conhecido entre os seus concidadãos, o que, provavelmente, determinou a escolha de um professor primário, por mérito e respeito, para instaurar o primeiro curso para habilitação do professorado primário cearense.

Passados 17 anos do adiamento da instalação da Escola Modelo de 1864, José de Barcellos reaproximava-se das discussões políticas e educacionais para instituir outra vez um lugar de preparação de professores primários. Em 1881, em uma nota da **Gazeta do Norte**, divisamos o nosso Professor primário entre os membros nomeados para estabelecer o plano de reforma no Ceará. Na ocasião, o presidente Leão Velloso estabeleceu comissão formada por cinco membros: Padre João Augusto da Frota,¹¹⁶ diretor da instrução pública, Paulino Nogueira Borges da Fonseca e Thomas Pompeu de Sousa Brazil, ambos advogados, e lentes efetivos do Liceu, respectivamente, das matérias Latim e Geografia e História, o jornalista e professor João Brígido, lente de Português, e o professor José de Barcellos. A tarefa principal dos cinco indicados na Comissão foi ocupar-se da elaboração do plano de reforma para efetivação da Lei de nº 1.790, de 28 de dezembro de 1878 (**Gazeta do Norte**, 20 de abril, 1881, p. 2).

A decisão do presidente da Província em indicar José de Barcellos e tratá-lo como professor expressa certo reconhecimento ao valor social desse homem nesse meio de

¹¹⁶ Padre João Augusto da frota nasceu em Santana do Acaraú/Ce, teve sua formação sacerdotal no Colégio Pio Latino-Americano de Roma e doutoramento em Filosofia na Universidade Gregoriana. Foi lente, no Liceu, de Matemática, e diretor da Instrução Pública da Província Cearense. Foi defensor do abolicionismo no Ceará, participando da Sociedade Cearense Libertadora. O fundador do Instituto do Ceará era “teólogo, orador sacro e dotado de grande cultura humanística, cultivava as ciências, como a Astronomia, era considerado excelente matemático.” Disponível em: <https://academiacearensedelettras.org.br/membros/pe-joao-da-frota/> Acesso em: 16/05/2024.

renomeadas figuras letradas. Percebemos, nessa indicação, inclusive, ineditismo na referência do seu título de professor, pois foram tempos em que sacerdotes e bacharéis se apropriavam dos cargos públicos mais atraentes. Sua experiência em diversos ambientes da instrução nacional e internacional, certamente, o habilitou a discutir propostas aplicáveis à realidade brasileira e cearense, tão conhecida pelo nosso culto Professor nesses 23 anos de profissão docente.

Nesse período, também, o Professor associava as atividades da Comissão reformadora com outra de organizar coleções que representariam a Província Cearense “[...] na Exposição de História e Geographia do Brasil como o fim de trazer à luz o grande copo de riquezas históricas que existi no Império esquecida nos arquivos e estabelecimentos públicos ou em poder dos particulares [...]” (O Cearense, 3 de jun. 1881, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional). A organização dos documentos e informações que serviriam de bases para os estudos históricos no Ceará fazia parte de catálogo completo, reunido pela Biblioteca Nacional. Demais disso, José de Barcellos fora encarregado de congregar às coleções cearenses os bacharéis em Direito Virgílio Augusto de Moraes,¹¹⁷ Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, Paulino Nogueira Borges, esses dois últimos, inclusive, pertenciam à Comissão de elaboração da Reforma do ensino (O Cearense, 3 de jun. 1881, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Sua participação na organização de estudos que caracterizam as riquezas geográficas e históricas da Província Cearense ratifica sua notoriedade no ramo da Geografia e História. Certamente, a autoria do livro para o ensino de Geografia e a experiência de bibliotecário foram havidas como requisitos para decisão de indicá-lo a esse valoroso serviço. O trabalho da comissão cearense deve ter cooperado para publicação da Biblioteca Nacional do Catálogo da Exposição de História do Brasil (CEHB):¹¹⁸ “[...] é, de fato, até hoje, um precioso instrumento de trabalho para os historiadores, esmo que seja necessário complementá-lo com inventários mais recentes” (Amadeo, Kury, 19 jun. 2014, Artigos. Biblioteca Nacional).

¹¹⁷ Foi um dos fundadores do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras. O Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Recife foi promotor de Justiça, procurador da Fazenda Provincial, diretor da Instrução Pública, professor de Inglês do Liceu do Ceará e professor de Direito Comercial da Faculdade de Direito do Ceará. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/socio/virgilio-augusto-de-moraes/>

¹¹⁸ Exposição organizada pelo diretor da Biblioteca Nacional, Benjamim Franklin de Ramiz, em comemoração ao aniversário do Imperador Pedro II, em 2 de dezembro de 1881. O objetivo da Exposição era apresentar ao público “tudo o que concerne à história pátria.” O espaço da Biblioteca para esse evento foi ocupado por objetos, livros e obras de coleções privadas e de outras instituições públicas (Amadeo, Kury, 19 jun. 2014, Artigos. Biblioteca Nacional). Disponível em: https://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg583139/drg583139.pdf. Acesso em: 16/05/2024.

Há, portanto, nesses convites de trabalho certo prestígio, talvez decorrente do seu talento erudito conquistado na sua trajetória desde adjunto, passando pela primeira vez que foi à Europa e, em particular, quando se habilitou na famosa Escola Normal baiana, alcançando autoridade, por fim, mediante o trabalho que desenvolveu em colégios particulares na Corte. Sua experiência de viajante e estudioso das letras o favoreceu na inserção desse seleto grupo de letrados. Assim, marcou presença enquanto professor das aulas de primeiras letras, quão sabedor da instrução pública, dando voz a essa classe de professorado tão desvalorizada em seu tempo. Parece evidente o fato de que seus posicionamentos socioeducacionais tiveram aceitação desejável nesse grupo, por ser habilitado e dispor de saberes do ensino para crianças.

As intenções governamentais centravam-se em instituir mudanças na instrução pública primária cearense concatenada com a criação da Escola Normal, diretamente. Esse lugar teria a tarefa de preparação do professorado cearense aos moldes do que já era praticado na Europa e na América do Norte. Os professores primários, em especial aqueles prontificados na Escola Normal, eram socialmente eleitos a transmitir o ideário unificador de valores e ideias nacionais por meio da instrução e da alfabetização de crianças realizadas no ambiente escolar primário.

Em expressas circunstâncias, afluía a ideia inicial dos governantes de fundar a escola cearense oriunda da estrutura administrativa e pedagógica do Liceu cearense, utilizando seu quadro de professores além do pessoal técnico. O motivo dessa dependência decorreu da situação de escassez financeira, já referida neste estudo. Procurava-se, de todo o modo, otimizar os custos, considerando essa situação. O presidente provincial orienta no sentido de que essa reforma do professorado fosse modesta:

[...] da harmonia com os poucos meios da província, no qual se prepararam as vocações para o professorado, encontrando seus aspirantes Instrução a theórica e prática que habilitem a ensinar com proveito, fazendo d'isto uma carreira, e não um recurso na carência de outros meios de vida (Gazeta Do Norte, 20 de abril, 1881, p. 2, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Conquanto essa situação desfavorável, existia no Ceará o intento de promover uma reforma em benefício da organização de um estabelecimento, ainda que modesto, para o professorado. O Governo Provincial, seguindo a iniciativa do Município da Corte, quando, em 1880, criou a Escola Normal, reavivou o projeto da Escola-Modelo cearense, interrompido em 1867. Encorajava-se, teoricamente, orientando-se no ideário dos Estados-Nações, que incumbiu “as escolas normais o valor social de definir os saberes e as formas de fazer dos futuros professores” (Villela, 2003, p. 131).

Possivelmente o envolvimento e participação como integrante da Comissão de Reformulação da Instrução Primária tenham favorecido a decisão do presidente da Província de escolhê-lo para estudar na Europa os modelos de ensino da instrução primária e Pedagogia na Escola Normal da Bélgica no período de 1881-1882. Inclusive, sua preferência é suscetível de estar associada ao projeto adiado de 1864, quando se habilitou na Escola Normal baiana. Assim, sugestionamos que esses conhecimentos práticos o qualificaram para continuar seus estudos de Pedagogia.

Tal sucedeu ao contrário da primeira viagem que realizou, em 1862, quando foi autorizado em missão financiada pelos cofres públicos para estudar Engenharia Agrícola na nominada Escola de Grignon, na França, onde, por causa de sua saúde frágil, não prosseguiu estudos superiores. Na segunda viagem citada, já professor habilitado, passaria um ano estudando os métodos e práticas do ensino primário aplicáveis na Província para a instrução pública.

Indícios da efetuação da viagem foram examinados em despachos e portarias do presidente Leão Velloso, que oficializou e publicou passo a passo das decisões tomadas na sua administração. Em duas edições do jornal **O Cearense**, a do dia 28 de setembro de 1881 e a segunda de 1º de outubro de 1881, achamos os detalhes dessas medidas que materializaram a mencionada missão de estudo.

A primeira decisão desse plano reformista constou da nomeação de José de Barcellos “[...] para o cargo de professor da cadeira de Pedagogia e Methodologia da Escola Normal” (**O Cearense**, 28 de set. 1881, p. 1). Esse ato foi executado por meio de portaria presidencial expedida no dia 26 do corrente. Essa medida administrativa justificava o custeio da viagem de estudos e, inclusive, a designação do referido professor para estudar os métodos e práticas do ensino primário aplicáveis à Província durante um ano na Europa.

Além das marcas administrativas, achamos nos documentos vestígios na Lei do Orçamento Providencial que fundamentavam legalmente a viagem de estudo. Em despacho à Inspeção Geral da Instrução Pública, o presidente comunicou os objetivos da viagem e a obtenção de recursos públicos, destinados no orçamento para mantê-lo na Europa por um ano, conforme Art. 19 §4, da Lei do orçamento vindouro:

[...] votada para o próximo exercício financeiro me autorizou a despender desde já até a quantia de 3;000\$ com ajuda de custo a uma pessoa habilitada que, na Europa vá estudar, durante um anno, praticamente os methodos e práticas do ensino primário applicáveis a provincia.

Em virtude d’essa autorização tenho resolvido designar o professor da escola normal José de Barcellos, e como deve ele partir brevemente, convém que Vmc. organize um

projecto de instrucção, pelos quaes se deverá dirigir o dito professor (**O Cearense**, 1º out. 1881, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Como se nota, o presidente Pedro Veloso Leão demonstrou empenho e agilidade, utilizando-se dos mecanismos oficiais para tornar válidos e também legítimos a urgência da viagem e o pagamento da ajuda de custo no valor mensal de três contos de reis (3000\$00) ao professor encarregado, enquanto estivesse em viagem. Essa quantia foi reservada e autorizada no orçamento provincial para que Barcellos desempenhasse as atividades definidas na mencionada missão de estudo.

A Província confiava a um só professor recém-nomeado, que embarcaria brevemente, a incumbência de dirigir os inícios desse plano reformista. E, igualmente, Pedro Leão Velloso, em 27 de setembro de 1881, comunicou ao professor de Pedagogia e Metodologia da Escola Normal, José de Barcellos:

[...] resolvi comissionar, para, durante um anno, estudar praticamente os processos de ensino primário applicáveis à provincia conforme autorizou o art, 19 §4, da lei do orçamento vindouro.
Assim, pois, deve Vmc. considerai-o no effectivo exercício de sua cadeira desde o dia em que, para o desempenho da comissão, abonar-lhe em prestações mensais e independentes de fiança a quantia de três contos de rs., votados na referida autorização, podendo a provincia n'estas prestações anteceder ao seu embarque.
Deus guarde a Vmc.

No despacho do Presidente Provincial, observam-se as orientações dadas ao Professor para apressar a partida, considerando o seu exercício do cargo recém-nomeado e a designação como encarregado da comissão posto em artigo da Lei Orçamentária provincial. De efeito, tudo precisava estar em concordância, pois não seria conveniente ocorrer impedimentos administrativos e, ainda, legais para referida concessão. Por certo, eram passíveis de haver eventualidades impeditivas da realização da viagem e, portanto, havia urgência nos seus planos. Também, o presidente poderia haver aproveitado o ambiente político favorável para materializar os começos de instauração dessa Reforma, embora as finanças provinciais desses tempos não fossem suficientes para suprir as despesas de instalação da Escola Normal.

Em notícia do jornal **Pedro II**, 2 de outubro de 1881, p. 1, há indicativos da aceitação da prioridade de qualificação de profissional que se dedicaria a estabelecer o curso normal como estratégia relevante, validada tanto por políticos liberais, que formulavam a política, quanto por opositores do Partido Conservador, que, neste caso, aceitaram a proposta, considerando que:

“O ensino pedagógico é o que constitue o programma das matérias dos cursos ou escolas normaes; e tão vantajosos tem sido seos resultado neste século, que as nações mais adiantadas em educação, como sejam a América do Norte, a Bélgica, a Hollanda etc., se empenhão, cada dia, na reforma e aumento de taes institutos, como os verdadeiros promotores do progresso da instrucção popular (**Pedro II**, 2 de out. de 1881, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Consistiam, assim, necessários estudos comparativos em nações desenvolvidas, a exemplo dos Estados Unidos da América do Norte, Bélgica e Holanda, para averiguar o programa do Ensino Pedagógico, considerados estratégicos à melhoria dos resultados no ensino primário. Esses estudos realizados pelos educadores e políticos brasileiros em viagens à Europa e aos Estados Unidos, a partir de 1870, funcionavam como o observatório para a divulgação e a análise das ideias pedagógicas e das reformas de ensino implementadas.

Desde 1870, o Estado Imperial, por meio dos presidentes provinciais e assembleias provinciais, estimulava e patrocinava viagens de educadores, com o intuito de observar e elaborar relatórios orientadores às autoridades executivas e legislativas, tidos como referências para decisões acerca da viabilidade orçamentária e metodológica das reformas em curso. Parte desse mundo que se tornava a cada dia intercontinental, a Província Cearense, também, realizou duas explorações com fins de estudos de modelos educacionais. E, considerando “[...] modelos e experiências dos sistemas nacionais de educação próprios das nações liberais que conjugadas a literatura político-sociológica publicada no Brasil intensifica a busca de fontes exteriores de inspiração [...]” (Monarcha, 2019, p. 106), foram se configurando os planos reformistas desse período no Brasil e no Ceará.

A primeira expedição cearense ocorreu em 1880-1881 para os Estados Unidos da América, sendo o escolhido o professor de Latim da cidade de Baturité, Amaro Cavalcanti, que foi encarregado de estudar o modelo americano da instrução. Logo depois de 1881-1882, o preferido foi o professor José de Barcellos, cuja missão tratou de observar o modelo europeu, em particular, o Francês e, em seguida, na Bélgica, faria o curso de Pedagogia. Para o historiador José Gonçalves Gondra, “as viagens funcionam como técnica de investigação e de conhecimento, como prática de observar, experimentar, comparar e produzir conhecimento sobre o outro” (2010, p. 13).

A segunda expedição cearense à Europa se materializou em poucos dias corridos, contados da data da expedição da portaria de nomeação (26 de setembro de 1881) e embarque, nos primeiros dias de outubro, quando o professor Barcellos partiu do porto de Fortaleza para a Europa, seguindo no vapor inglês **Therezina**. Durante os longos dias de viagem, o professor

planejou as atividades que iria realizar ao chegar à França, primeiro país onde se hospedou nesse itinerário de estudos.

Por sinal, em despacho do expediente da Província do Ceará de 1º de outubro de 1881, achamos n' **O Cearense** a listagem de tarefas endereçadas pelo presidente Leão Velloso ao Professor José de Barcellos, que, de início, foi incumbido de “[...] observar as seguintes instrucções:”

- 1º assistir e ouvir, durante o aludido período, um curso regular de pedagogia em uma das mais acreditadas escolas da França ou Bélgica, tendo em vista o que houver de mais assentado assim em teoria como na prática;
- 2º Empregar o maior esforço para adquirir a maior proficiência no que diz respeito aos methodos e praticassem acordo, quanto possível, com preceitos do ensino intuitivo;
- 3º Examinar, em vista dos vários systemas e modelos adoptados nas escolas da Europa, quaes os moveis e mais aparatos que methodicamente correspondam às necessidades de nossas escolas;
- 4º Apresentar, finalmente, a esta Presidencia, um relatório especial expondo do modo mais completo tudo quanto tiver colhido na marcha de seus estudos e parecer de interesse a instrucção elemental da Provincia (**O Cearense**, 5 de out. 1881, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Destacamos a obrigação dele de realizar um curso de Pedagogia e adquirir conhecimentos teóricos e práticos do ensino pedagógico, base da oferta do programa de curso da Escola Normal. A importância dada aos estudos teóricos e práticos remete à valorização da perspectiva acadêmica, uma vez “que priorizam os conhecimentos teóricos e didáticos no processo de preparação profissional e na organização do ensino primário da segunda metade do século XIX” (Feitosa; Oliveira, 2021, p. 63); cuidando também em particular de aprender as práticas sobre os métodos de ensino, os preceitos do ensino intuitivo, ensino pelas lições de coisas, definidos pelos seus elaboradores: *Intueri*, olhar: *intuitus*, constituindo a experimentação um procedimento aperfeiçoado de observação (Valdemarim, 2006).

Ademais, a terceira tarefa consistiu em examinar os móveis e aparatos escolares utilizados em vários sistemas de ensino europeus, observando os mais adequados aos métodos aplicados no Ceará. A quarta tarefa consistiu em apresentar à Presidência Provincial um relatório expondo “do modo mais completo tudo quanto tiver colhido na marcha de seus estudos e parecer de interesse a instrucção elemental da Provincia” (**O Cearense**, 5 de out. 1881, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

O fato de o professor José de Barcellos embarcar para a Europa com o propósito de estudar Pedagogia e os sistemas de ensino europeu foi repercutido em noticiários jornalísticos

em dois achados que revelam o quão foi respeitada a indicação dele como encarregado da missão. A primeira nota, anunciada n' **O Cearense**, justifica

A escolha feliz do Sr. Barcellos para a cadeira recentemente creada, na regência da qual há de exhibir provas robustas de suas habilitações, acresce a deliberação tomada por S. Exc. Sr. Senador Leão Velloso, devidamente autorizado pela lei, para que o mesmo professor vá a Europa adquirir conhecimento dos melhores methodos de ensino, do que muito proveito terá de colher a instrução pública nesta província. A pedagogia sendo a base do ensino, que vai ser dado na Escola normal requeira um professor da capacidade incontestável do Sr. Barcellos, o qual igualmente justifica a sua designação para o desempenho da commissão, que em boa hora lhe foi confiada (1º de out. 1881, p. 2, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

A segunda notícia, que o qualifica como um “digno professor”, foi destaque na folha **Gazeta do Norte** em informe breve sobre a sessão legislativa da Presidência que votou a Lei orçamentária e “encarregou o professor da Escola Normal, José de Barcellos, de na Europa estudar durante 1 anno os melhores methodos de ensino applicáveis a província. Consta-nos que o **digno** professor embarca no vapor Therezina a desempenhar sua comissão” (28 de set. 1881, p. 2, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional, p. 1. Grifamos).

E assim, depois de longa travessia, **O Cearense** anunciava, em 15 de dezembro de 1881, p. 1, que

O nosso ilustre comprovinciano José de Barcellos chegou da comissão de que se acha encarregado. Apresentado pelo consul brasileiro residente em Paris á Mr. Grèard, vice-reitor da academia, obteve ingresso franco em todos os estabelecimentos necessários sobre o que há de mais importante em matéria de pedagogia. Depois de concluída a sua tarefa em Paris, o nosso amigo seguira para a Belgica (p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Já no Continente Europeu, o Professor cearense foi apresentado formalmente pelo consulado brasileiro em Paris ao vice-reitor da Academia Francesa, Mr. Gréard,¹¹⁹ dando oportunidades para que realizasse as observações e comparasse as diversas ações da instrução pública que eram desenvolvidas na França e em outros países europeus, sendo que, após a realização desses estudos comparativos que realizou em Paris, foi para a Bélgica cursar Pedagogia.

Barcellos chegou na França no momento da Terceira República, quando o Estado-Nação efetivava os grandes princípios da Revolução Francesa, a exemplo da bandeira do ensino obrigatório, gratuito e laico. Em 1882, a maior parte das crianças, jovens e adultos franceses já

¹¹⁹ Vice-reitor da Universidade de Paris, membro da Academia Francesa, Octave Gréard em *Éducation et instruction*, no findar do século XIX (Monarcha, 2019, p. 42).

frequentava a escola primária, contudo, as reformas se expandiam, em especial, o estabelecimento do ensino obrigatório, gratuito e laico e a reforma do ensino feminino.

A essas alturas, segundo a análise sócio-histórica do pesquisador André Petitat (1994), não foi o princípio da gratuidade que gerou polêmicas, mas a verdadeira batalha era pelo controle da instrução primária, sendo a Igreja a maior opositora das máximas republicanas do ensino obrigatório e laico. “A obrigatoriedade escolar suscita uma tempestade de opiniões contrárias, precisamente porque os membros das congregações veem nela um instrumento que permite ao Estado laico estender seu poder” (*ibidem*, 1994, p. 157).

Foi nesse clima da disputa entre a Igreja e os aliados do Estado laico que o nosso Professor, observando essa realidade, escreveu uma série de crônicas para a **Gazeta do Norte** (1882).¹²⁰ Em um desses escritos jornalísticos, por sinal, repercutiu o encerramento do congresso da Liga Francesa de Ensino, que teve como conferencista o senador Henri Martin,¹²¹ em 18 de abril 1882, revelando em trechos transcritos a tensão social de um período em que o Governo francês configurou leis e regulamentos que instituíram a obrigatoriedade e a laicidade do ensino nas escolas primárias.

As discussões e mobilizações sociais eram dominadas por duas ligas: a primeira, **Círculo Parisiense**, que difundia a ideia de uma escola livre e obrigatória sob a tutela do Estado, e a segunda, **Santa-Liga**, contrária ao ensino laico e a favor do ensino confessional da Igreja Romana. Na tentativa de reduzir os ânimos aguerridos dessas discussões, o Senador mobilizou opiniões em defesa das máximas da obrigatoriedade não confessional, apelando com os seus compatriotas nestes termos:

MINHAS SENHORAS, MEUS SENHORES,

“Se a nossa Liga não existisse, agora seria preciso inventá-la. Eis em face de outra liga que se organiza para pregar a insurreição contra a “lei acelerada” da instrução obrigatória. Para essa acharam logo um nome. É a “santa- Liga” a guerra civil, a de S. Bartholomeu que há 300 annos queria fundar em França esse governo dos curas de que estivemos ameaçados não há 6 annos.

¹²⁰ Os itinerários do nosso Professor na Europa foram reconstituídos a partir das publicações (23) que esta pesquisa encontrou na **Gazeta do Norte**, intituladas **INSTRUÇÃO PÚBLICA: Chronica do ensino**, assinadas por José de Barcellos (J. B), enquanto estava na Europa, no ano de 1882. Suas escritas jornalísticas nos forneceram vestígios valiosos sobre seus itinerários, fornecendo assim possibilidades de aproximações proficuas sobre realidade educacional desses tempos durante os quais viveu na Europa. As discussões postas dos seus estudos comparativos era o início para a procura de outras obras já produzidas que confirmavam ou não a realidade francesa no momento da Terceira República que ele presenciou. Deste modo, encaixando os dados produzidos pelo Professor viajante, fomos compondo seus itinerários formativos que embasaram a organização do plano de instalação do primeiro espaço para preparação dos professores primários cearenses.

¹²¹ Historiador, escritor e político francês que morreu em dezembro de 1883, aos 73 anos. Foi presidente da Liga dos Patriotas. Disponível em:

<http://www.academie-francaise.fr/immortels/base/academiciens/fiche.asp?param=443>

Acesso em: 16/05/2024.

Não se falou da Liga do ensino nos debates parlamentares de que sahi a lei do ensino obrigatório; mas quem escrever sua história cercar-se-a de documentos bem incompletos, se não conhecer a vossa petição, o milhão de assignaturas, o inquérito aberto pelo círculo parisiense dos Conselhos geraes e municipaes da França inteira; se do bico de sua penna não cahir o nomes de Emmnaneul Vauchez, o grande soldado da instrucção obrigatório e não confeccional que durante dez anos conduziu-nos ao assalto da praça que emfim acabamos de tomar, surdo aos conselhos da prudência, caçando até os valentes com os appellos reteirados a que consagrava seus dias e suas noites (**Gazeta do Norte**, 27 mai. 1882, p. 2, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Também mediante o uso do discurso nacionalista que naquele momento se revestia de princípios militaristas, deste modo, o senador Henri Martin argumentou acerca do papel da educação cívica militar para conter o perigo das revoltas dos estudantes ocorridas naquele ano no Liceu parisiense, orientando que

[...] Fazei compreender às populações que querem iludir, que a soberania obriga; que meninos chamados um dia a ser eleitores, não podem crescer na ignorância sem pôr a pátria em perigo, que não se tem mais direito de pregar a greve dos meninos de escola como não se tem mais o de pregar a dos conscritos, agora sobretudo que a educação militar vae começar na escola, transformada finalmente me fábrica de cidadão, como já o teria sido há tantos anos se o mão gênio de Brumário não tivesse cindo as soprar na obra do 89 (*Ibidem*, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

E continuando a pregação das ideias reformistas aos congressistas sobre a importância de se estabelecer os princípios do ensino obrigatório e laico para a França edificar suas máximas republicanas, asseverou:

[...] Fazei compreender também que não se expulsou deus da escola para fazer entrar a pátria, que não se atentou contra às prerrogativas do padre lhe as restituindo todas: que não é ultrajar às crenças religiosas dos paes de família, por qualquer creança que frequentar a escola ao abrigo de um ultrage possível às crenças de seu pae. Se é certo que a França é o paiz do bom sendo, tudo isso é tão claro, tão evidente, tão inatacável que sempre teremos razão em toda a parte onde o dissermos. Escolham os simples entre os pregadores das duas ligas, não é preciso mais: o ensino da má fé não se fará ouvir d'elles senão quando não ouvirem outros sons. A recompensa da lucta? Tenho acaso necessidade de a lembrar? Quem possui as escolas da França possui a França. Os outros possuíram nas durante muito tempo, agora a nossa vez! [...] (*Idem*, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

No final dessa crônica, nosso Cronista viajante destacou o clima de euforia dos participantes, que escreveu com estas palavras:

[...] Sinto não poder transcrever todo o discurso de Henri Martin, que várias vezes foi interrompido por longas salva de aplausos. Deste discurso apenas extraio alguns algarismos que darão idea do que tem feito somente pelo círculo Parisiense da Liga-Devem se-lhe 671 bibliotecas populares, 176 bibliothecas regimentaes, 84 bibliotecas pedagógicas sem contar os donativos, em livros e material de ensino, feitos a 207 Escolas.

J. de B
(*Idem*, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Por certo, esse registro do discurso político do Senador francês nos aproximou do ambiente educacional francês nos tempos em que a Nação criava mecanismos sociais e, também, legais em prol da obrigatoriedade da educação primária para crianças e adultos. A luta social por escola gratuita sob égide do Estado não ocorreu de imediato, portanto, a sociedade precisaria criar estratégias de financiamento dos altos custos da decisão de estatização de escolas primárias em comunidades rurais e urbanas.

Essa resolução foi assim relatada por Barcellos, quando analisou o crescente número de escolas que se instalaram de 1875 a 1882 no Estado Francês, em texto publicado na folha **Gazeta do Norte** de 30 de maio de 1882. Os registros detalharam os dados de construção de escolas de 1875 até o ano de 1882, que, nesse intervalo de sete anos, se remansaram, quadruplicados os quantitativos de estabelecimentos, respectivamente, de 233 para 933 escolas. Cuidou-se, inclusive, de instituir políticas para viabilizar esse avanço, a exemplo das caixas escolares, mecanismo que a sociedade civil assumiu, com a responsabilidade de manutenção das escolas nesses períodos de transição. Dentre muitos sinais da organização civil a favor da escola pública, ocorreu leilão de prendas, promovido pela Sociedade de Ensino Profissional de Moças, cuja festa celebrou a Lei do ensino obrigatório.

Ao detalhar os pormenores desses eventos, José de Barcellos motivava-se a mostrar aos leitores cearenses o esforço do povo francês pela conquista social da instrução para todos. Certo trecho dessa crônica ressaltou que o ensino primário na República Francesa, além da obrigatoriedade, se instituía livre de qualquer confissão. E asseverou nestes termos sobre isso: “Se fosse costumes em França ornar as paredes das escolas com máximas, talvez, entre as espingardas e a imagem do crucificado inscrevesse este professor: *Amae vos uns aos outros*” (**Gazeta do Norte**, 30 mai. 1882, p. 2, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Nesse clima da disputa e entusiasmo vividos, aliás, José de Barcellos conseguiu identificar, quando escreveu em um dos trechos da publicação de 31 de maio de 1882 da folha **Gazeta do Norte**, uma das principais divergências para a aplicação da Lei da obrigatoriedade do ensino, dizendo que laica foi a substituição da instrução moral religiosa por outra de bases cívicas ministrada por professores. Desse modo, as autoridades francesas recomendavam que

[...] quanto a neutralidade os professores têm de substituir a instrução moral e religiosa pela “Instrução moral e cívica” (art. 1) – de dar um dia feriado por semana, além do domingo, “a fim de permitir a instrução religiosa, fora dos edifícios escolares (art.2) e não devem reconhecer o direito de inspecção e vigilância que aos padres dava

a Lei de 14 de março de 1850 (art. 3) (*Ibidem*, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Essa discussão destacada pelo Professor cronista corrobora os estudos de Petitat (1994) quando indicam que, nos tempos da Terceira República Francesa, “o principal obstáculo residiu na designação dos professores” (*ibidem*, 1994, p. 157). Havia, portanto, preocupações dos lados em disputa sobre a definição de quem poderia ser professor das escolas do Estado, pois os republicanos intencionavam a substituição, progressivamente, dos professores vinculados às congregações por laicos. Deste modo, as escolas normais configuraram ambientes institucionais privilegiados para transmitir os valores e princípios da moral cívica da República que substituíram a cultura religiosa dos mestres-escolas por docentes habilitados em cursos preparatórios de professores.

Ocorreram outras mudanças relativas à entrada do professorado francês seguindo orientações do ministro da instrução pública, Mr. Jules Ferry. A partir dessas novas orientações, os professores particulares e das associações religiosas foram obrigados a provar que possuem o Diploma de Capacidades expedido pelas prefeituras, concedido em exames públicos, uma vez que, outrora, esses títulos eram fornecidos pelos superiores de congregação. E, atento a todas às mudanças que a Lei da obrigatoriedade do ensino impôs, Barcellos relatou que

[...] Para a justificação do diploma de capacidade (*Brevet de capacité*) alguns professores particulares congreganistas limitava-se a apresentar um simples atestado do superior da congregação.

Mr. Jules Ferry acaba de dirigir uma circular aos prefeitos fazendo-lhes ver que o diploma não é propriedade colectiva de associações, que é a propriedade pessoal do indivíduo obrigado a provar os direitos que exerce. Todos os professores particulares, pertençam ou não às associações religiosas, devem submeter-se a lei que exige prova de capacidade prestada em exame público [...] (**Gazeta do Norte**, 31 de mai. 1882, p. 2, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Barcellos faz uma análise crítica da Lei do ensino obrigatório e suas aplicações, à época, na França, em especial, acerca desse processo de substituição dos professores congressistas por laicos, escrevendo nestes termos: “veremos mui breve como estes três artigos serão aplicados às escolas públicas dirigidas pelos congreganistas; as quais receberam dos bispos a ordem de manter o ensino tal e qual tem sido dado até hoje” (**Gazeta do Norte**, 31 de mai. 1882, p. 2, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Por sua vez, Barcellos, atento às mudanças na sociedade europeia, destacou nesses artigos da reforma da instrução o programa de ensino secundário para as mulheres. Na íntegra, transcreveu as indicações desse novo modelo de ensino mais abrangente e com matérias mais avançadas do ramo literário e das áreas das Ciências Naturais e Matemática. Provavelmente,

essa novidade despertou interesse e discussões na sociedade cearense, uma vez que a totalidade do programa para o ensino feminino, à época, se restringia a poucos anos de estudos em aulas de primeiras letras.

As observações da viagem geraram, certamente, debates entre autoridades e, possivelmente, fundamentaram algumas decisões relativas ao ensino das mulheres e o papel delas na materialização do ideário civilizatório dos Estados-Nações do final do século XIX. O ensino secundário ofertado para mulheres na cidade de Paris foi determinado por decreto ministerial, que dividiu o programa com matérias obrigatórias e facultativas em cinco períodos. As observações de Barcellos foram divulgadas na **Gazeta do Norte**, literalmente:

[...] Art. 1º. As matérias do Ensino secundário do sexo feminino serão divididas do modo que se segue por cinco anos de estudos.

1º PERÍODO

1º ano (12, 13, anos idade mínima)

Língua e literatura franceza	5 horas
Línguas vivas (inglez e allemão)	3 horas
História geral e nacional e Geographia	2 horas
Cálculo e geometria	2 horas
História natural: zoologia e botânica	2 horas
Desenho e escripta	3 horas
Música vocal	2 horas
	20 horas

2º ano (13-14 annos)

Língua e literatura franceza	5 horas
Linguas vivas	3 horas
História geral e nacional e Geographia	4 horas
Arithmetica e Geometria plana	2 horas
História natural; zoologia, botânica e geologia	1 hora
Desenho	3 horas
Música vocal	2 horas
	20 horas

3º ano (14-15 annos)

Moral	1 hora
Línguas e literatura franceza: litteraturas antigas	4 horas
Línguas vivas, litteraturas estrangeiras	3 horas
História summaria da civilização até Carlos Magno	2 horas
Cosmografia	1 hora
Physiologia animal e vegetal	1 hora
	12 horas

2º PERÍODO

4º ano (15-16 annos)

CURSOS OBRIGATÓRIOS

Moral	1 hora
-------	--------

Línguas e literaturas antigas: litteraturas antigas	4 horas
Línguas vivas; literaturas estrangeiras	3 horas
História summaria da civilização até Carlos Magno	2 horas
Cosmographia	1 hora
Physiologia animal e vegetal	1 hora
	12 horas

CURSOS FACULTATIVOS

Litteraturas antigas	3 horas
Elementos da língua latina	1 hora
Mathematicas	3 horas
Physica	1 hora
Música vocal	1 hora
Desenho	3 horas
	12 horas

5º anno (16-17 annos)**CURSOS OBRIGATÓRIOS**

Elementos de psychologia aplicada à educação	1 hora
Língua franceza e literatura franceza, literatura antiga	3 horas
Línguas vivas; literaturas estrangeiras	3 horas
História da civilização desde Carlos Magno até nossos dias	2 horas
Noções de direito usual – Economia doméstica	1 hora
Physica e química	2 horas
	12 horas

CURSOS FACULTATIVOS

Litteraturas antigas	2 horas
Elementos da língua latina	1 horas
Geographia	1 horas
Mathemáticas	2 horas
Physiologia animal e vegetal	1 hora
Música vocal	2 horas
Desenho	3 horas
	12 horas

Art. 2º A duração das aulas será de uma hora; haverá duas aulas de manhã e duas à tarde todos os dias excepto a quinta-feira e o domingo.

Três vezes por semana, depois das aulas de ensino há, trabalhos de agulha e gymnastica (**GAZETA DO NORTE**, 10 mai. 1882, p. 2, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Conforme o programa transcrito, as jovens francesas teriam cursos obrigatórios das matérias Língua Francesa, Estrangeiras, Matemática, Física, Química, Geografia, História, História Natural, Zoologia, Botânica e Geologia, bem como de outros conteúdos que somente os homens podiam aprender no ambiente escolar. O registro da reforma do ensino secundário

feminino, publicado no folhetim cearense enquanto Barcellos estava na Europa, sobre as ideias pedagógicas que circularam no mundo ocidental, deve ter aflorado discussões, à época, no meio letrado cearense.

Por sinal, é capaz de ter inspirado o autor da obra literária **A Normalista**, Adolfo Caminha, a compor aproximações dos avanços para o ensino das mulheres que ocorriam na Europa no final do século XIX. Inclusive, a personagem do livro, João da Mata, discorda da educação feminina dada para sua afilhada, Maria do Carmo, no Colégio da Imaculada Conceição sob os preceitos da moral religiosa. Em trecho, o padrinho da normalista diz que queria a educação no Ceará

[...] como nos colégios da Europa, segundo vira em certo pedagogo, onde as meninas desenvolvem-se física e moralmente como a rapaziada de calças, com a rapidez admirável, tornando-se por fim excelentes mães de família, perfeitas donas de casa, sem a intervenção inquisitorial da Irmã de Caridade (Caminha, 1982, p. 16).

Observando com maior atenção o trecho em proeminência, detectamos “um certo pedagogo” que viu os colégios da Europa. Talvez as crônicas de José de Barcellos publicadas no **Gazeta** de janeiro a novembro de 1882 hajam influenciado Adolfo Caminha, quando consideramos as reflexões que fez sobre o modelo europeu e a educação feminina e seu papel na civilização.

O objetivo de José de Barcellos com essas crônicas publicadas no jornal cearense era subsidiar os estudos que fariam parte do relatório que elaboraria para o presidente provincial. Por isso, coletou o máximo de dados sobre o ensino e os métodos aplicados na Europa, observando e registrando as visitas que realizou nos colégios e os discursos das autoridades em congressos que participou. E, assim, divulgava suas análises comparativas, utilizando dados bibliográficos de estudos já realizados sobre a instrução pública e o intenso movimento em prol da escola obrigatória e laica europeia ou de artigos jornalísticos que circulavam em Paris e Bruxelas.

3.5 O regresso do professor, então pedagogo

Aos poucos a sociedade e os governos cearense se restabeleciam da calamidade pública provocada pela seca e varíola, e demandavam inserir-se no mundo civilizado. Eram tempos em que grupos letrados cearenses alardeavam os ideais abolicionistas que posicionaram o Ceará na história como a primeira província a abolir a escravidão e a centralidade da educação

como condição do desenvolvimento social. Entrementes, a Província esforçava-se em constituir, aos moldes europeus e *yankees*, um sistema de ensino obrigatório laico em formação a favor da padronização do currículo, dos métodos de ensino e de exigências iniciais à preparação dos docentes primários (Saviani, 2006; 2007).

Foi nesse ambiente que José de Barcellos retornou, no dia 12 de setembro de 1882, uma terça-feira, à cidade de Fortaleza, depois de 11 meses ausente, já diplomado pedagogo e com as diversas experiências adquiridas enquanto estudou em Paris e Bruxelas. Tal fato foi noticiado no jornal **O Cearense**, que divulgou a chegada do professor Barcellos na edição do dia 13 de setembro, externando o prazer do reencontro dele com partícipes familiares e amigos, comunicando que

Depois de uma ausência de 11 mezes chegou hontem da Europa, onde se achava em comissão do governo provincial, o nosso estimado amigo José de Barcellos, ilustrado professor de pedagogia da Escola Normal.
Abraçamos com intima efusão o distinto cavalheiro, felicitado o por sua boa viagem e pelo prazer que teve de abraçar sua família e amigos (p. 3).

A distância, contudo, não o afastou totalmente da sua terra natal. As frequentes notícias de seu itinerário publicadas em crônicas periodísticas, no total de 23, aproximaram Barcellos dos seus conterrâneos, projetando-o, mais ainda, no cenário educacional como grande expoente cearense. As crônicas, transpondo divulgar os ideários da escola moderna, ratificaram igualmente o seu nome no mundo dos letrados coestaduanos.

Impende, entretanto, expressar-se o fato de que o seu regresso corporificou as intenções de instituir o curso de preparação de professores primários e habilitados em Pedagogia, vindo a ser o primeiro pedagogo a direcionar os trabalhos pedagógicos e administrativos da Escola Normal cearense. Seu papel na direção da reforma é previsto em uma carta dirigida a ele por Alexis Sluys,¹²² diretor da Escola Normal de Bruxelas e secretário da Liga do Ensino Belga. A epístola publicada integralmente, no dia 5 de janeiro de 1882, destacou, inclusive, o grande prazer do redator em “[...] ter o ensejo de conhecer o modo altamente honroso por que for apreciado na Bélgica o distinto professor cearense [...]” (**Gazeta do Norte**, 5 de jan. 1883, pp. 2 e 3, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Rememorando o bom convívio e as experiências de estudos que tiveram na Escola Normal, A. Sluys escreveu nestes termos, em 6 de novembro de 1883:

¹²² “[...] era considerado um dos mais ardentes promotores do movimento em favor do ensino e redactor dos programmas adoptados da Geographia intuitiva e d’A organização do ensino primário.” (**Gazeta Do Norte**, 5 de jan. 1883, pp. 2 e 3. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Caro Senhor José de Barcellos.

Lembra-se de sua partida de Bruxellas? Éramos quatro como os três mosqueteiros de tão grata memória... Servais falava sosinho fazendo mais barulho do que se fallassemos todos juntos. É que ele parecia querer atordoar-se, a emoção o dominava. Quanto a mim, pensava nas coincidências às vezes tão estranhas na vida. Um dia cahiu-me em casa um habitante do outro hemisfério; conversámos durante algumas semanas sobre pedagogia, ensino, methodos, educação, e, para variar, literatura, poesia, civilisação, política, filosofia... Couza singular! em quase todos os pontos estávamos de acordo; havia entre V. e mim communhão d'ideias em tudo o que se referia às questões as mais importantes, objetos de nossas discussões.

Confesso-lhe de coração, caro Sr. De Barcellos, que d'entre as numerosas pessoas de todas as nacionalidades, com as quaes me tenho achado em relação desde 1875, data da fundação da Escola Modelo, V. é aquela pela qual tenho experimentado a mais viva sympathia; todas as suas ideas, todos os seus sentimentos, todas as suas opiniões eram conforme às minhas próprias impressões [...] (*ibidem*, 5 de jan. 1883, pp. 2 e 3, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

E assim destacou, na carta, que Barcellos levou materiais para o Brasil das suas visitas que fez a escolas, porém é certo que

[...] não encontrou nada verdadeiramente novo para V. nem na França, e nem na Bélgica, pois V. trazia noções mui claras sobre os princípios e condições de um ensino racional.

Mas o estudo todo especial que V. teve ocasião de fazer nas diversas escolas que visitou com tanta dedicação, deve-lhe ter sugerido muitas observações interessantes e uteis [...] (*ibidem*, 5 de jan. 1883, pp. 2 e 3, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Sluys chega a comentar o quanto teria prazer em saber das opiniões do nosso Pedagogo

[...] sobre a pedagogia franceza e belga; que críticas faz a uma e a outra; aprova as nossas tendencias pedagógicas? Se as desaprova. Por quê? Se V. tivesse de organizar um ensino normal ou primário entre os nossos princípios e nossos methodos, ou antes nossos processos, quaes os que applicaria? Os que havia de evitar?

Peço-lhe tudo isso para me esclarecer. Depois de sua longa viagem, acha se em novas condições, atenta sua intelligência e a rectidão do seu espírito para emitir um juízo fundado [...] (*ibidem*, 5 de jan. 1883, pp. 2 e 3, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Esse registro nos aproximou de alguns momentos na Escola Normal de Bruxelas quando cursou Pedagogia, revelando as discussões sobre o ensino do período e o quão Barcellos, nesses tempos de estudante, se aprofundou no ramo da Pedagogia com outros colegas belgas e o diretor da Escola Normal. Em aditamento, a comunicação nos conduz a entender a maneira como as ideias circulavam, ainda que entre moradores de continentes distantes, que, apesar da comprida distância, havia entre Barcellos e Sluys trocas de ideias pedagógicas, materiais de estudo e ensino, que percebemos na carta enviada:

Depois de sua partida, deram-se aqui algumas mudanças:

Mr. Tmmerman deixou-nos: Foi nomeado diretor da escola normal de Lierne. Fiquei eu com cadeira de pedagogia, de pschylogogia, e de methodologia. Vê V. que com a dupla direção da escola normal e da escola primária superior, não me faltará trabalho. Neste momento estou corrigindo as provas de uma obra de cosmografia, e de uma methodologia dessa matéria. Mandar-lhe hei um exemplar.

Mr. Tempels (1) acaba de publicar um volume mui interessante, A geometria da escola primaria. Vou mandar lhe um exemplar. O prefacio é um trabalho notável, sobre nosso movimento pedagógico. Chamo para elle toda sua atenção.

Seu dedicado etc

A Sluys

(*ibidem*, 5 de jan. 1883, pp. 2 e 3, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

As ideias vivenciadas e aprendidas por Barcellos foram suficientes para organização da reforma da instrução pública cearense? O contexto político e econômico lhe possibilitaria desenvolver os seus planos de reformar o ensino cearense? E, como indagou o amigo Sluys, diretor da escola normal: “Diga-me também o que se faz e o que se vae fazer em seu paiz, pela instrucção do povo, V. que me parece destinado a representar um grande papel na reforma do ensino... Quaes são as suas esperanças?” (*ibidem*, 5 de jan. 1883, p. 2 e 3, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

É fato que os planos de instauração da Escola Normal cearense perpassaram tempos distintos da trajetória de vida e formativa de José de Barcellos. Paulatinamente, seus estudos patrocinados pelas autoridades cearenses, em especial, as do grupo dos liberais, favoreceram a habilitação dele na classe de professor primário. Profissionalmente, atuou de docente primário, secundário e, na última etapa formativa, em 1882, voltou da Europa devidamente habilitado em Pedagogia para realizar as atividades do professor de Pedagogia e Metodologia e instituir o modelo de escola normal, fundamentando-se nos estudos comparativos do ensino europeu.

E, fossem quais fossem as bases ideológicas do progresso, eram da cultura vencedora da civilização europeia, da subordinação entre nações, fundamentadas na superioridade da cultura ocidental e eugenista, principalmente, da língua falada e escrita, sobre aquelas que estavam à margem desse progresso civilizatório (Hobsbawm, 1988). Do mesmo modo, as novidades do mundo desenvolvido, no Brasil, destoavam do modo de vida da população, dividida entre livres e escravos, cuja maioria era pobre, analfabeta e, portanto, excluída dos bens e das tecnologias produzidas.

A ausência de direitos civis dos escravos no Brasil, contudo, ofuscava a marcha progressista de civilidade e de liberdade individual propagada. A condição dos escravizados, oriundos da África Centro-Occidental, equiparados a mercadorias e animais, contrastava com os argumentos de valores do Cristianismo, das ideias de liberdade individual e do crescimento das classes sociais que surgiam com o desenvolvimento do capitalismo.

Contra-pondo-se a esses argumentos, o historiador José Murilo de Carvalho (2018) acentua o argumento de que, no Brasil, não foram essas alegações as determinantes para o fim da escravidão, mas o paternalismo do governo e dos senhores, que era capaz de “minorar sofrimentos individuais, mas não podia construir uma autêntica comunidade e muito menos uma cidadania ativa” (2018, p. 57). Apesar desse entendimento, as pressões da sociedade civil, principalmente, após a Guerra do Paraguai,¹²³ das elites sociais e intelectuais no Ceará organizadas em sociedades abolicionistas “[...] empolgaram as multidões mudando as regras nas batalhas antiescravistas e provocando significativas antecipações no processo abolicionista” (Nascimento, 1994, p. 180).

Em Fortaleza, o movimento das sociedades libertadoras teve a participação de Antônio Bezerra, Frederico Borges, Justiniano de Serpa, Antônio Martins, José Marrocos, Félix Cândido, José de Barcellos e outros que se inscreveram nessa história como abolicionistas. Os membros das sociedades libertadoras apoiavam a fuga de escravos e organizavam, com ajuda dos jangadeiros, como Francisco José do Nascimento – O Dragão do Mar –, uma greve, que, nos dias 27, 28 e 31 de janeiro de 1881, impediu o comércio negreiro no porto de Fortaleza.

A sociedade libertadora, inclusive, implantou escolas para alfabetizar os escravos no Ceará. Desse momento histórico destaca-se o registro de reunião que revela a preocupação dos membros redentoristas em ofertar para os libertos os conhecimentos escolares. Essa notícia foi comunicada no Instituto de Humanidades, escola particular onde Barcellos trabalhou como professor, em parceria com o padre Bruno de Figueiredo.

A seguir, a imagem presente, em 16 de junho de 1883, p. 2, na **Gazeta do Norte** que localiza os abolicionistas cearenses José de Barcellos, padre Bruno Figueredo, padre Dr. Frota, Dr. Frederico Borges, José Pimentel, Joaquim Fabrício, Antônio Bezerra, Justiniano de Serpa, Antônio Martins, Oliveira Paiva, José Marrocos, Felix Cândido e outros que participaram dessa reunião, cuja causa consistia na fundação de escolas para os libertos.

¹²³ A guerra durou cinco anos – de 1865 a 1870. O Brasil lutou em aliança com a Argentina e o Uruguai com tropa de cerca de 135 mil soldados vindos de todas as províncias. Para Carvalho (2018, p. 83), a guerra contra o Paraguai foi o principal fator de produção de identidade brasileira.

Fotografia 32 – Recortes das sociedades libertadoras de Fortaleza – 1883

Os representantes das sociedades libertadoras desta capital resolveram fundar diversas escolas para os libertos.

A reunião, em que se tratou de tão importante assumpto, foi celebrada no «Instituto de Humanidades» dirigido pelo Sr. Padre Bruno Rodrigues da Silva Figueiredo.

Foi organizada a respectiva Directoria composta dos seguintes membros:

Presidente—José de Barcellos.
 1.º vice-presidente—Padre Bruno de Figueiredo.
 2.º vice-presidente—Padre Dr. Frota.
 3.º vice-presidente—Dr. Frederico Borges.

1.º secretario—José Pimentel.
 2.º secretario—Joaquim Fabricio.

DIRECTORES

1 Antonio Bezerra.
 2 Justiniano de Serpa.
 3 A. Martins.
 4 Oliveira Paiva.
 5 J. J. Telles Marrocos.
 6 R. Theodorico.
 7 Galdino de Castro Silva.
 8 Eduardo Dias Nogueira.
 9 Raimundo Candido.
 10 Antonio Fontenelle.
 11 José A. G. Angelim.
 12 Felix Candido.

E uma commissão de estatutos composta dos Srs.:

José de Barcellos.
 J. de Serpa.
 Oliveira Paiva.
 Antonio Bezerra.
 A. Martins.
 Padre Bruno Figueiredo.
 Dr. Padre Frota.

Applaudimos a generosa idéa e fazemos por seu feliz resultado os mais sinceros votos.

Fonte: Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional – BN.

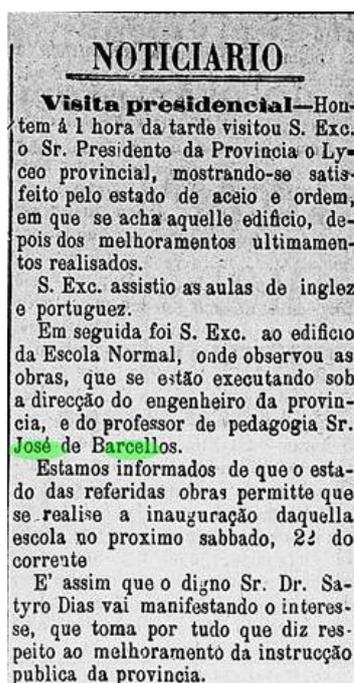
Em tempos de grande ebulição social, política e cultural, vivenciados na Capital, à época do movimento abolicionista cearense, os trajetos de vida de José de Barcellos e Antônio Bezerra, colegas das aulas do Liceu, se aproximam novamente. Antônio Bezerra, organizador e redator do jornal **Libertador** (1881-1884), órgão da imprensa cearense atuante na campanha abolicionista, enquanto Barcellos e sua pedagogia levariam os ensinamentos da função social da escola popular no ambiente da Sociedade Libertadora a fim de alfabetizar os escravos recém-libertos.

No Ceará, a novidade da liberdade juntou-se ao acontecimento da inauguração da Escola Normal,¹²⁴ sucedida no dia 22 de março, três dias antes da extinção da escravatura oficial. Posto isso, março de 1884 marcava o desfecho de dois embaraços no Ceará – a

¹²⁴ Depois de 47 anos da sua primeira criação no governo do padre Martiniano de Alencar pela Lei nº 91, de 5 outubro de 1835, no dia 22 de março de 1884, foi inaugurada a Escola Normal Pedro II.

escravidão e a ausência de um espaço de formação para o professorado primário. Os ventos da liberdade e da igualdade chegavam à Terra da Luz¹²⁵ e com eles o tão propagado progresso. Em noticiário, localizamos informações sobre a inauguração da Escola, no dia 22 de março de 1884, após visita de inspeção da obra, realizada pelo presidente Sátyro Dias.

Fotografia 33 – Noticiário – Visita presidencial – 1884



Fonte: Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional – BN.

José de Barcellos foi partícipe desses dois movimentos – Abolição e instituição da Escola Normal. Sua presença na instauração do primeiro espaço de habilitação ocorreu tanto na elaboração do Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular da Província do Ceará de 1884, como acompanhando os trabalhos de edificação do prédio, com o engenheiro encarregado da construção, Henrique Théberge. Era ele quem fornecia as informações pedagógicas de como deveria ser o espaço que abrigou o primeiro Curso Normal.

O festejo da Abolição dos Escravos reuniu cinco mil pessoas em Fortaleza, que seguiram em passeata para o Passeio Público. Consoante o abolicionista Antônio Bezerra (1906, p. 63), “[...] festa igual àquella nunca os olhos viram e nem virão jamais.” A liberdade representava para a mocidade intelectual os raios de luz da igualdade, que também se ergueria com a nova escola e os ideários de progressos do mundo ocidental.

¹²⁵ O estado do Ceará ficou conhecido como “Terra da Luz” por ser a primeira província brasileira no século XIX a abolir a escravidão.

No seletto grupo dos admiradores da causa abolicionista e da escola popular, encontram-se José de Barcellos e seus colegas das aulas do Liceu, Antônio Bezerra e Paulino Nogueira, e outros conterrâneos que se aproximavam do empreendimento cultural e sociopolítico do Clube Literário, fundado em 15 de novembro de 1886, que publicou **A Quinzena**, no período de janeiro de 1887 a junho de 1888, cujo conteúdo abordava assuntos sobre Letras, Artes e Ciências.

Fotografia 34 – Notícia da 2ª sessão do Clube Literário

Club Literario. — Ante-hontem teve lugar a 2ª sessão d'esta associação litteraria.

A's 6 horas da tarde, achando-se presentes 25 socios, foi aberta a sessão, discutida e approvada a acta da precedente.

Em seguida, após breve discussão, foi eleita a commissão de redacção do periodico da sociedade, que apparecerá no 1.º de Janeiro de 1887.

A commissão ficou assim organizada : J. Lopes, José de Barcellos, Padre Bruno Figueiredo, Dr. Abel Garcia e Antonio Martius, sendo considerados colaboradores os seguintes socios, menos votados que aquelles : José Olympio, A. Bezerra, Oliveira Paiva, F. Leocadio Pessoa e Capitão Duarte Bezerra.

A 3ª sessão devera ter lugar no dia 29 do corrente.

Fonte: Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional – BN.

Além de publicar a **Revista**, o clube realizava sessões noturnas com o propósito de promover discussões em torno de teses de natureza cultural (Martins, 1984). No noticiário de 17 de novembro de 1886, p. 1, localizamos, no diário jornalístico **O Cearense**, o registro da realização da 2ª sessão do clube literário, em que foi aprovada a comissão de redação do periódico, composta por João Lopes, José de Barcellos, Padre Bruno Figueiredo, Dr. Abel Garcia e Antônio Martins, que iniciaria suas publicações em janeiro de 1887.

Ficou decidido, também, na sessão, que os sócios José Olympio, Antônio Bezerra, Oliveira Paiva, F. Leocadio Pessoa e Capitão Duarte seriam colaboradores da **Revista**. Igualmente, participaram desse projeto Farias Brito, José Carlos Jr, Abel Garcia, Juvenal Galeno, Justiniano de Serpa, Rodolfo Teófilo, Francisca Clotilde, Martinho Rodrigues, Ana Nogueira Facó, dentre outros (Valdez, [1948?]; Martins, 1984).

À época, esse tipo de produção jornalística não sugestionava viabilidade econômica e poderia ser um risco para os sócios do Clube, contudo, conscientes do perigo desse tipo de editorial, no lançamento, no dia 15 de janeiro de 1887, João Lopes, um dos redatores do folhetim, considerou que

[...] Si na capital do império, metrópole da civilização sul-americana, o meio não é propício ás letras e as publicações exclusivamente literárias mal podem, a custa de tenaz e mortificante sacrificio, romper a espessa crosta da indiferença pública para arrastar uma vida penosa e ephêmera [...].

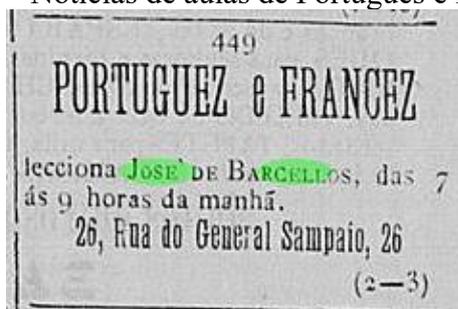
[...] Sabemos d'ante-mão que muito caro nos vae custar cada um desses ephemeros prazeres intellectuaes, deliciosos prazeres que só comprehendel-os e poder aspiral-os é já uma fortuna immensa, um gaudio ineffável [...] (Martins, 1984).

Claudio Martins (1984), refletindo sobre as causas da fundação do Clube Literário (1886), considera que foi o gosto literário de alguns abolicionistas que, de certo modo, impulsionou um movimento do renascimento literário cearense, marcador de acontecimentos importantes, como a publicação da revista **A Quinzena**, a fundação do Instituto do Ceará (Histórico e Geográfico e Antropológico) e a Padaria Espiritual, as três organizações instituídas no ano de 1887.

Os encontros com Barcellos nos davam sinais dos lugares por onde transitou e dos grupos pelos quais circulou enquanto era morador de Fortaleza, dos tempos como estudante de primeiras letras até a chegada à Escola Normal, quando instituiu o projeto de formação do professorado cearense. Também o encontramos quando participou das sociedades libertadoras e presenciou as calamidades da seca e da varíola que assolaram a população cearense.

Decerto, os espaços percorridos pelo nosso Professor de Pedagogia foram diversos, contudo, foram os da instrução primária e, em particular, os da Escola Normal os que mais encontramos. Deparamos José de Barcellos, morador da rua General Sampaio, nesta nota da divulgação das matérias Língua Francesa e Portuguesa, quando o Professor dava aulas particulares em casa. Foi na coluna dos anúncios da **Gazeta do Norte** do dia 22 de maio de 1885, p. 3.

Fotografia 35 – Notícias de aulas de Português e Francês – 1885



Fonte: Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional – BN.

Desse modo, recompusemos, paulatinamente, alguns contextos de Fortaleza, do Ceará, do Brasil e do Mundo, identificados e observados nos diversos documentos selecionados neste exame, que foram, em sua maioria, já escritos e citados na historiografia e na literatura cearense, mas que se reportam sobre o lugar onde José de Barcellos morou, estudou, trabalhou, viveu. As memórias desse tempo foram por nós reconstituídas, cruzando os sinais de atuação desse Professor em seus variados contextos habitados, em especial, o da instrução primária e o da Escola Normal.

O ambiente socioeducacional em que viveu professor Barcellos, do Estado Imperial à recém-República, foi caracterizado com ênfase nas mudanças provenientes do modelo escolar moderno, influenciado pelos pensamentos da racionalidade, firmado no rigor experimental e lógico das Ciências Naturais. Nesse universo sociopolítico e educacional, a trajetória de vida e profissional de José de Barcellos foi examinada.

A seção imediatamente seguinte abriga as interpretações da reforma educacional realizada à época, em particular, os modelos de ensino, da didática e de Pedagogia introduzidos pelo professor de Metodologia e Pedagogia José de Barcellos para os futuros professores habilitados na Escola Normal cearense. Caracterizamos e analisamos, neste segmento, essas mudanças e contribuições para a formação e o desenvolvimento profissional do professor primário cearense. O significado desta seção é compreender a importância do passado desse modelo de formação, aplicado, até hoje, na formação inicial dos professores primários.

4 JOSÉ DE BARCELLOS E A ESCOLA NORMAL: TRAJETOS QUE SE CRUZAM PARA RENOVAÇÃO DO ENSINO

“Entrementes, meus próximos são aqueles que me aprovam por existir e cuja existência aprovo na reciprocidade e na igualdade da estima.” (RICOEUR, 2007, p. 142).

Escrevemos, assim, aproximando os vestígios de vida do professor José de Barcellos, com o intuito de reconhecimentos mútuos que se manifestam na partilha e na pertença da nossa existência de professora e pedagoga. E, seguindo os pensamentos de Paul Ricoeur, fomos, paulatinamente, configurando a análise, aproximando “aqueles que me aprovam por existir e cuja existência aprovo na reciprocidade e na igualdade da estima” (2007, p. 142). Nesse entrelaçamento de existências de José de Barcellos e Escola Normal há outros comparecimentos e representações em igualdade e reciprocidade sobre a pedagogia e o professor primário em nossas memórias.

Dessa maneira, interpretamos, *pari passu*, o histórico da educação, com o propósito de reconhecer as características da Pedagogia e do modelo formativo introduzidas pelo governo à época do final do Estado Imperial à ascensão da recém-República brasileira. Tratamos, inicialmente, de apontar as particularidades dessa reforma educacional realizada nesse período, examinando as intenções e práticas para a organização do ensino primário e da habilitação do professorado em tempos que precedem a instituição do sistema de ensino primário no Brasil.

Exploramos, além disso, os ideários e as práticas do primeiro professor da cátedra de Pedagogia e Metodologia, examinados e observados nas fontes que tratam da viagem que José de Barcellos fez no Velho Mundo e dos começos da Escola Normal, quando era o diretor e protagonizou a reforma dos programas de ensino, dos métodos de ensino que introduziram novas exigências à preparação dos docentes primários decorrentes do pensamento que relacionou o progresso da nossa Nação à escola primária obrigatória e estatal.

Por fecho, caracterizamos e analisamos essas mudanças e contribuições para a formação e o desenvolvimento profissional do professor primário. Aproximamos, por via dos múltiplos achados, as conexões entre José de Barcellos e a escola normal cearense, reconhecendo os significados e a importância desse modelo de formação que se configuraram no passado distante, e dos quais, até hoje, encontramos sinais na profissão docente.

4.1 Entre concepções e projetos

Começamos, três dias antes da Abolição da Escravatura no Ceará, sábado, 22 de março de 1884, quando o professor de Metodologia e Pedagogia, José de Barcellos, à frente da organização da solenidade de inauguração da Escola Normal Pedro II, participava, enfim, da cerimônia de abertura dos trabalhos da primeira instituição de habilitação de professores cearenses.

Os jornais de variadas representações político-partidárias ocuparam-se em divulgar a inauguração dessa Instituição há muito tempo desejada no meio político e dos letrados cearenses que creditavam à formação do professorado essencial a reforma do ensino primário e, conseqüentemente, os avanços civilizatórios fundados no progresso ocidental. Na ocasião, havia o entendimento sociopolítico de que a travessia de uma sociedade atrasada para uma desenvolvida dependeria da existência de escolas primárias, sendo os professores habilitados em escolas normais os responsáveis diretos pela instrução das crianças e jovens nos Estados Nacionais.

Naquele dia, após 47 anos da criação da Escola Normal cearense de primeiras letras na Capital da Província, em 1837,¹²⁶ no governo reformista de José Martiniano de Alencar, finalmente, deixava de ser uma intenção prevista em lei e materializava-se na primeira instituição para a habilitação do professorado, inaugurada pelo presidente provincial Satyro de Oliveira Dias¹²⁷ e celebrada pelos convidados.

O Dr. Satyro sabia da importância social desse feito no Ceará, uma vez que, como político baiano, viu a evolução do ensino primário promovido na Escola Normal da Bahia, que desde 1842 habilitava professores. Seu percurso formativo de estudante do Ginásio Baiano em Salvador, colégio de Abílio Cesar Borges, decerto, influenciou seus propósitos de administrador, uma vez que vivenciou as práticas do ensino primário e secundário nessa famosa escola e presenciou as defesas desse diretor/pedagoga no que concerne à relevância da escola normal para o progresso da instrução e a referência da organização de ensino e métodos escolares primários e secundários na Corte e Províncias.

¹²⁶ Lei Nº 91, de 05 de outubro de 1837, sancionada pelo presidente José Martiniano de Alencar, criou temporariamente uma escola normal de primeiras letras segundo o Método Lancaster na Capital da Província, conforme a Lei de 15 de outubro de 1827. Essa escola instituída em Lei provincial, contudo, não foi instalada na Província cearense.

¹²⁷ Foi presidente da Província cearense de agosto de 1883 a maio de 1884 pelo Partido Liberal. Médico e deputado baiano, nessa passagem no governo provincial, participou dos arranjos políticos e administrativos de elaboração e aprovação da Lei que libertou completamente os escravos cearenses, em 25 de março de 1884, e inaugurou a Escola Normal Pedro II, em 22 de março de 1884.

O entusiasmo das festividades inaugurais desse primeiro estabelecimento formativo foi revelado em notícias de jornais da época, as quais destacavam a solenidade e seus convidados. N' **O Cearense**, a publicação, de 23 de março (domingo) de 1884, nos dá indícios do valor que a sociedade cearense atribuía a esse templo educacional, que notamos na presença de grupos da elite cearense, nomeadamente pelo senador cearense Castro Carreira,¹²⁸ do Partido, e o Exa. Rev.^{ma} D. Joaquim José Vieira. Também presentes às comemorações a chefia da polícia¹²⁹ e o renomeado médico Dr. Rufino Antunes de Alencar,¹³⁰ inspetor geral da instrução pública. A celebração desse dia festivo contou com a guarda de honra do Batalhão II de Infantaria e cidadãos de todas as classes. O noticiário da inauguração da Escola Normal foi assim comentado no referido periódico liberal:

Hontem ao meio-dia realizou-se a inauguração da Escola Normal desta Província. [...] Fez a guarda de honra o Batalhão II de Infantaria, e foi numerosa a concorrência de senhoras e cidadãos de todas as classes e entre os quaes notavam-se os Srs. Senador Castro Carreira, o governador do Bispado, desembargadores, deputados geraes e provinciais, representantes da imprensa, chefes de repartições, oficiais do exército e de polícia [...]. (**O CEARENSE**, 23 de março de 1884, p. 1).

Entre os representantes do alto clero, destacamos Hyppólito Gomes Brasil, que, em 1884, era governador do bispado no Ceará,¹³¹ comparte desse momento festivo. Ele deve se ter lembrado das tentativas realizadas como diretor da instrução pública de criação da Escola-Modelo de Pedagogia, local onde aspirantes ao magistério primário deveriam praticar e aprender os saberes pedagógicos. As intenções para a instalação da escola-modelo dos anos sessenta do século XIX seriam para seu funcionamento na aula primária de segundo grau.

¹²⁸ O aracatiense Liberato Castro Carreira (1820-1903) formou-se em Medicina no Rio de Janeiro. Sua atuação como médico durante as epidemias de febre amarela, cólera e varíola no Ceará o faz ser reconhecido como médico dos pobres. Na carreira política, foi deputado e em 1881 senador pelo Ceará. Faleceu aos 82 anos no Rio de Janeiro. Seu nome foi dado à praça onde está localizada a antiga estação da estrada de ferro, atual Estação das Artes, em Fortaleza, pelo prefeito Raimundo Girão.

¹²⁹ Um dos expoentes da elite provincial, abaixo somente do presidente da Província. O chefe da polícia é responsável pelo controle social e manutenção da segurança individual e de propriedade, inclusive gerenciando o comando das forças públicas, tropas e destacamentos do Corpo Policial e Guarda Nacional. Era indicado pelo presidente provincial cearense (ASSIS, 2021).

¹³⁰ O médico Rufino Antunes de Alencar realizou diversos serviços médicos no governo provincial, atuando no Colégio Educandos dos Artífices, Corpo Policial, Santa Casa de Misericórdia e Junta médica do Exército da Capital. Na seca de 1878-1879, atuou na enfermaria do Distrito de Pacatuba. Estudioso das áreas da Filosofia e Retórica e Poética, o médico também participava das mesas de exames dos preparatórios do Liceu cearense. Foi inspetor da Saúde Pública e da Inspetoria de Instrução Pública (Elaboração própria, com base nas pesquisas feitas com as palavras-chave “Rufino Antunes de Alencar” n' **O Cearense**, na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional).

¹³¹ N' **O Cearense** de 1º de abril de 1884, p. 1, na Parte Oficial do Governo da Província, encontramos o expediente de 18 de março de 1884 da Tesouraria da Fazenda que indica o nome do Monsenhor Hyppolito Gomes Brazil no cargo de governador do bispado. Supomos que o nome do Monsenhor Hyppolito não foi citado, pois seu cargo era hierarquicamente inferior ao do bispo diocesano que se encontrava naquela cerimônia.

A intenção de criação da Escola-Modelo ocorreria da elevação de uma escola primária da Capital para segundo Grau, onde se preparariam novos mestres em práticas de ensino durante pelo menos 6 (seis) meses. A Escola chegou a ser edificada e foi estabelecido programa de ensino com matérias específicas de segundo grau primário, prática do ensino ou de Pedagogia. José de Barcellos foi o escolhido para assumir o cargo de professor dessa escola. E assim, em junho de 1866, com 23 anos de idade, achava-se na Escola Normal baiana, em Salvador, a fim de finalizar seus estudos preparatórios de professor primário. O fato é que impedimentos de ordem financeira e vontade política frustraram o sonho de realização do projeto de implantação da Escola Normal cearense desse tempo, cujo prédio foi destinado para a criação da Biblioteca.

Provavelmente Hyppólito Gomes e José de Barcellos tenham se recordado de alguns desses acontecimentos que frustraram a efetivação da escola normal dos anos 60 do século XIX. O estabelecimento, mesmo tardio, da escola normal cearense reparava, de certa maneira, as frustrações de administradores e intelectuais cearenses conservadores e liberais que por muito tempo idealizavam a concretização de um espaço de preparação para habilitar e certificar os professores primários.

Assim, enlaçados das memórias desse projeto educacional do período de 1866 a 1867 que atravessaram a história de vida desses dois educadores, a Escola Normal tornava-se ativa com a inauguração em 22 de março de 1884. No discurso de inauguração, o presidente Sátyro Dias reconheceu os esforços daqueles que se empenharam em realizar esse feito, situando, em especial, o Senador Leão Velloso, dizendo:

[...] que tinha a maior satisfação de completar a obra iniciada na Província pelo ilustre Sr. Senador Leão Velloso; que confiava que esta instituição, fundada em bases modestas, mas seguras chegaria ao grau de prosperidade, a que trilha direito, animada pela boa vontade do corpo docente, pela coadjuvação de todos os bons cearenses, e pela proteção especial, que esperava, merecia do corpo legislativo da Província (**O CEARENSE**, 23 de mar. 1884, p. 1).

O Senador Leão Velloso foi para seus contemporâneos um dirigente notável, cujos feitos em modernizar a Província despertaram reconhecimento por sua habilidade política e administrativa. Em sua segunda passagem pela Presidência provincial, o Senador iniciou a implantação da reforma da instrução pública de outubro dos anos oitenta do séc. XIX,

princiada pela Lei Nº 1790, de 28 de dezembro de 1878,¹³² promulgada durante a Grande Seca e a epidemia de varíola. Certamente essas calamidades impediram a concretização das intenções desses tempos, que foram retomadas pelo Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular da Província do Ceará de 1881.

Parte dessa restauração educacional tratou da edificação do prédio da Escola Normal, que custou o valor de 50 contos de réis¹³³ aos cofres provinciais, financiado via empréstimo firmado entre o governo provincial e o Banco do Brasil. Não era unanimidade entre os políticos cearenses a decisão político-administrativa do presidente Leão Velloso de construir o prédio da Escola Normal, uma vez que em tempos de pós-seca, até porque a edificação da Escola elevaria certamente os gastos e a dívida pública. Logo, a ala conservadora e a dos liberais, do grupo do Senador Vicente Alves de Paula Pessoa,¹³⁴ coligadas à época, avaliavam como descabida a implementação de tamanho gasto público em província que acabara de passar por infortúnios socioeconômicos.

O acúmulo de mais uma dívida às parcas finanças provinciais gerou inúmeras críticas de políticos, inclusive de outros presidentes que o sucederam no cargo, que relatam as dificuldades financeiras em manter outros serviços provinciais. Encontramos no Relatório presidencial de 1881, da passagem do governo do Presidente Sancho de Barros Pimentel para o Vice-Presidente Torquato Mendes Vianna,¹³⁵ relatos que apontam os sacrifícios da administração provincial para o desenvolvimento desse ramo, em especial, para efetivação da Reforma de 1881. E foi desta maneira que o administrador expôs inicialmente:

[...] Este importante ramo de administração, que tanta solicitude tem merecido dos poderes públicos pela convicção de que nenhuma sociedade será bem organizada e não corresponderá devidamente a seus fins em quanto seus membros não tiverem o processo conhecimento de seus principais direitos e obrigações, tem merecido n'esta Província particular atenção e interesse assim do respectivo corpo legislativo como

¹³² Em tempos da tragédia da seca, legisladores cearenses promulgaram a Lei nº 1790, de 28 de dezembro de 1878, e autorizaram o Presidente provincial José Júlio de Albuquerque Barros a reformar a instrução pública. A referida legislação cria a Escola Normal e detalha as matérias e período do curso e do programa das escolas primárias de primeiro e segundo graus. A Lei também determina mudanças no serviço de inspetoria e de organização do ensino secundário ofertado no Liceu cearense. O texto legislativo foi publicado no **O Cearense** de 2 de fevereiro de 1879, p. 1 (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional). E, inclusive, achamos neste exame o texto transcrito da legislação no livro **História do Ceará – História do Ensino no Ceará** (1970, p. 200), do autor Plácido Aderaldo Castelo.

¹³³ O real (plural **réis**) foi a moeda usada no Brasil por quatro séculos, do início da colonização (1568) até 30 de outubro de 1942. 1 Conto de réis corresponde às cifras de mil-réis: 1:000\$000.

¹³⁴ Militante do Partido Liberal, àquela época bipartido em liberais-Pompeus e liberais-Paulas, candidatou-se por esta última facção a uma das três vagas ao Senado numa lista nômulo, de coligação entre liberais-Paula e conservadores. Foi o segundo mais votado. Escolhido pela Carta Imperial de 2 de maio de 1881, para ocupar a cadeira número três, no período de 1882-1889. Era redator do **O Cearense**, órgão do Partido Liberal, do qual era um dos militantes mais respeitados (Girão, 1992, p. 51).

¹³⁵ Exerceu o cargo de Vice-Presidente da Província cearense de 26 de dezembro de 1881 a 22 de maio de 1882.

da administração, que, de comum acordo não tem poupado sacrifícios para o seu desenvolvimento e proficuidade.

É uma prova d' esse elevado intuito a nova reforma que acaba de ser promulgada com a lei n. 1951 de 12 de setembro de anno passado, em que se procurou melhorar as condições do ensino de harmonia com as do professorado [...] (*O Cearense*, 4 de abril de 1882, p. 1).

Na exposição de motivos do administrador, há uma preocupação com a descontinuidade de ações para a execução das propostas na Reforma da instrução primária, razão por que o administrador esclarece:

[...] Como, porém, sempre succede com todas as reformas ou inovações de regimen, a da instrução publica n' esta Província em seu primeiro período de execução tem caminhado à passo vacilante, atentas as modificações admittidas e os recursos precisos a sua realisação.

A acção do legislador previdente não está adstricta aos recursos de ocasião: deve ir mais longe, estatuinto para o futuro aquellas medidas que então possam prosperar com os meios conjuntamente creados para a sua effectividade [...] (*idem, ibidem*).

E criticando a falta de planejamento orçamentário de quem o presidia, Torquato Mendes Vianna asseverou que:

[...] Tal deve ter sido o pensamento que presidio a esta reforma, creando-se a escola normal, augmentando-se as vantagens pecuniárias do professorado e tornando-se remunerada a inspecção local do ensino, ao mesmo tempo que se decretaram novas verbas de receita especialmente applicáveis a este serviço, quando o máo estado financeiro da Província comprovado por um déficit no próprio orçamento vigente não saberia justificar semelhantes medidas [...] (*Idem, ibidem*).

Para enfrentar as dificuldades financeiras, o administrador recomenda, inclusive: que

[...] A proporção, porém, que forma sendo arrecadados os novos impostos e que com estes se possa enfrentar os melhoramentos innovados, acredito que causa da instrução será elevada aos intuitos que presidiram a sua última reforma.

N' esse entretanto, à administração cabe criterioso procedimento de modo a conseguir-se natural a suave transição de um outro regimen sem detrimento dos outros ramos do serviço público [...] (*Idem, ibidem*).

Assim, ante tais dificuldades, o Vice-Presidente resolveu “adiar o provimento dos seis lugares de inspector de districto, creados pelo novo regulamento” (*idem, ibidem*). Como se vê, o projeto reformista primário, bastante avançado nos anos de 1881-1882, na proposta de construção do prédio e na formação de quadro de dirigentes que implementariam a reforma pedagógica na administração do Senador Pedro Leão Velloso, foi recuado sob intenção de ampliação do alcance da inspetoria distrital, bem como execução das inovações que ocorriam a passos lentos.

Em decorrência do desequilíbrio fiscal nas contas públicas provinciais, o tardamento da inauguração foi justificado pelo Administrador, que apontou, inclusive, a necessidade de estabelecimento de novos impostos, provavelmente, para a aquisição de móveis e utensílios adequados à instalação do projeto pedagógico da instituição, além de recursos para a nomeação de professores para o novo regime que seria ali estabelecido.

É preciso evidenciar que a instalação da Escola Normal no Ceará consistiu em um segmento da Reforma da Instrução Primária, o qual os administradores pensaram em dois atos: o primeiro de formação de intelectuais e outro de construção e instalação do prédio que deveriam se suceder simultaneamente. Assim, quando chegou da Europa, o pedagogo Barcellos foi logo nomeado para compor a comissão de elaboração do Regulamento Orgânico de 1881. É bem provável que, durante a elaboração desse importante amparo legal, estivessem ali os ideários pedagógicos de Barcellos, amalgamados das observações e estudos do professor da aula de Latim da cidade de Baturité, Amaro Cavalcanti.¹³⁶

Voltando da viagem financiada pelo Governo provincial à Nação estadunidense, de 1880 a 1881, o mencionado professor elaborou um longo relatório,¹³⁷ integralmente publicado n' **O Cearense**. Além do mais, realizou uma conferência para apresentação das suas teses sobre o sistema de ensino e a instrução popular, divulgada em nota de 20 de agosto de 1881:

Realisa-se hoje, como já noticiamos, no salão da Escola Camões a conferência do ilustrado Dr. Amaro Cavalcanti sobre a Educação. O conferenciador está n' altura de desenvolver perfeitamente a these a que se propõe que foi assumpto de sérios estudos seus na viagem que empreendeu há pouco à América do Norte (**O Cearense**, 20 de agosto de 1881, p. 2).

Barcellos, possivelmente, estava naquele momento da troca de experiências sobre a instrução popular. Seria uma oportunidade de ouvir as impressões do professor de Latim sobre as observações coletadas dessa viagem que, certamente, endossou a nomeação do recém-bacharel em Direito na Escola de Direito da Union University (Albany), no Estado de New York, para o cargo de Inspector Geral da Instrução Pública.

¹³⁶ Amaro Cavalcanti completou e aperfeiçoou seu curso de Humanidades na cidade de São Luís do Maranhão. Conseguiu em concurso a cadeira de Latim da cidade de Baturité; aí dedicou-se também à advocacia, sendo provisionado pela Relação do Ceará para advogar em toda a Província. Foi designado pelo Ministro do Império para reger uma turma de Latim do 2º ano do externato do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, em 14 de março de 1883. Em 1884 foi eleito Deputado-Geral pela Província do Ceará, não tomando assento por haver sido anulado o respectivo diploma (LAGO, 2001, p. 235-238).

¹³⁷ Relatório do Dr. Amaro Cavalcanti foi entregue ao Presidente, Senador Pedro Leão Velloso, e resultou dos estudos sobre sistema de instrução elementar dos Estados Unidos da América do Norte, de viagem custeada pelo Governo da Província nos anos de 1880 e 1881. Os registros das observações e das impressões dos seus estudos foram publicados na seção **Instrução Pública**, com o título **Relatório Dr. Amaro Cavalcanti**, totalizando 15 edições n' **O Cearense**, nos meses de setembro e outubro de 1881.

O interesse era imenso sobre o professor de Latim e então bacharel em Direito pelos Estados Unidos da América do Norte, a fim de saber suas teses dos estudos sobre a organização da escola primária e secundária. Naquela noite do dia 20 de agosto, às 19 horas, no salão do curso noturno da Escola Camões, o conferencista, Amaro Cavalcanti, discursou por mais de uma hora sobre educação na presença de um numeroso público, debatendo sobre

[...] o que é a educação, e seu objeto – o homem –, demonstrou que ella deve compreender as faculdades physicas, intellectuaes e moraes do indivíduo, subdividindo-se, portanto em physica, moral e intellectual.

Em seguida mostrou, em linguagem clara e persuasiva, o que devia constituir a matéria de cada uma de taes subdivisões, analysando seu valor relativo e a totalidade de seus resultados práticos.

E por último addusio outras e valiosas considerações geraes concernentes ao assumpto, e notadamente sobre os defeitos que vicião profundamente a educação, assim no Brazil como na Província (**O Cearense**, 23 de agosto de 1881, p. 2).

O conferencista inicia sua fala apresentando suas concepções de educação que foram aprofundadas na exposição e também no Relatório que elaborou para o Senador, Pedro Leão Velloso, presidente da Província do Ceará em 1881, logo que voltou da viagem em Comissão. Para o mencionado Professor, os fins da ciência educacional consistem em

[...] elevar ao maior gráo da possível perfeição os dois elementos constitutivos da individualidade humana – o corpo e o espírito – em ordem é que esta possa proporcionar a si, à família e a sociedade os mais valiosos benefícios; deve, repetimos ainda, não somente procurar as vantagens do indivíduo, mas também as da sociedade e da nação; - são exclusivamente os interesses do presente, mas ainda os do futuro; - deve, finalmente, não só abraçar os destinos dos tempos, mas também os da eternidade!

Si o corpo precisa de alimento -são e abundante – para crescer, ter forças, saúde e bem-estar; - o espírito e o coração precisão igualmente de alimento – intelectual e moral, saber e virtude -, para satisfação aos gosos peculiares, que resultam somente com o seu progressivo desenvolvimento (**O Cearense**, 7 de setembro de 1881, p. 3).

A compreensão de Amaro Cavalcanti aproxima-se do pensamento filosófico de Platão, ao conceituar “[...] educação como os meios de dar ao espírito e ao corpo toda perfeição, de que estes são susceptíveis [...]” (*ibidem*, 7 de setembro de 1881, p. 3). Nesse entendimento a educação assumiu o papel de produzir pessoas virtuosas, harmoniosas, equilibradas, justas, onde cada qual deve desempenhar a sua função (Vicente, 2014).

O platonismo disseminou o ideário “[...] de sociedade perfeita, ordenada, na qual cada um faz só uma coisa, regulada pelo conhecimento puro dos filósofos e, na realidade, a de uma sociedade aristocrático – conservadora” [...] (Cambi, 1999, p. 90). Esse pensamento foi

oportuno à constituição da escola moderna, marcando, sobretudo, o campo educativo conservador na contraposição do desejo por democratização na organização do ensino à época.

As concepções de educação contidas no relatório e, por certo, proferidas na Conferência estavam fundamentadas, inclusive, no pensamento filosófico de Edmund Burke, quando Amaro Cavalcanti o referenciou na seguinte frase “[...] a educação é a defesa das nações que menos custa [...]”, indicando o papel da escola na ideologia conservadora de controle e manutenção da ordem social. O autor inglês faz críticas aos conteúdos ideológicos da Revolução Francesa e da Independência dos Estados Unidos, em particular, “[...] as concepções de igualdade, direitos do homem, razão, antropocentrismo, liberdade individual, soberania popular [...]” (Souza, 2016, p. 367) – vistos pelo fundador do conservadorismo como ideias perigosas para as tradições europeias.

Amaro Cavalcanti chegou a expor no referido relatório que no vasto campo da educação há várias interpretações que podem ser consideradas acerca da natureza do seu conteúdo. Complementando, então, as ideias conservadoras de Platão, Burke mencionou Herbert Spencer, outro inglês, de linha positivista e evolucionista, na discussão que levantou sobre a vida e o seu sentido material e central, escrevendo assim: “[...] como viver? – eis toda questão essencial. Não como viver em seu sentido meramente material, porém em sua mais vasta compreensão [...]” (**O Cearense**, 7 de setembro de 1881, p. 3). Os princípios do evolucionismo de Spencer delinearam o afastamento do criacionismo, ou seja, dos seus conceitos e tradições e dogmas cristãos, alinhando-se às teorias evolucionistas de cunho utilitarista que reestruturaram, à época, o esboço da Pedagogia como ciência (Cambi, 1999 e Gatti Junior; Santos, 2022).

Assim, nosso conferencista cruzou uma variedade de ideias fundantes do positivista oitocentista, relacionando variegadas correntes filosóficas que configuram o modo de ser da sociedade que a cada dia se industrializava e urbanizava. Trouxe dos Estados Unidos da América do Norte e das leituras realizadas na Comissão o ideário conservador, contudo, mesclado com a ciência evolucionista de H. Spencer para os estudos reformistas que realizaria na Educação. Naquele momento histórico, o Brasil, no dizer de Alcantara Nogueira,

[...] encontrava-se diante de um conjunto de ideias que entrava na composição de sua estrutura histórica construída à sombra de crenças tradicionais, quase sempre tidas como perfeitas e concluídas, formadas de hábitos que haviam entorpecido a mentalidade coletiva, enfim, regidas por costumes que, muitas vezes, possuíam o poder de leis tirânicas (Nogueira, 1978, p. 18).

De fato, o pensamento de educação que examinamos no Relatório alinhava-se a ideias mais modernas de educação, contudo, enlaçava-se com o viés conservador, para livrar-se das crenças tradicionais “pela instalação de uma gama de ideias nascidas com a corrente do tempo na sua evolução contínua” (*ibidem*, 1978, p. 18). O professor de Latim, assim, explicitou o modelo da Pedagogia científica, que se esboçava nos fundamentos do método científico das ciências físicas e biológicas e, inclusive, da Didática com fins experimentais, exemplo do Método Intuitivo, de Froebel.

Amaro Cavalcanti pensava num ensino científico e utilitário, “mantendo a orientação spenceriana, mas que não descuidasse das dimensões fundamentais do ser humano, com destaque para a fé e a moralização” (Olinda, 2004, p. 79). Achamos, inclusive, em seus discursos um viés religioso, quando deixa transparecer “[...] uma dada concepção de educação, certamente defendida pela sociedade da época, onde se faz um entrelaçamento entre o saber elaborado e a crença na moral religiosa, entendido como único instrumento capaz de levar o homem à virtude [...]” (Pereira e Silva, 2001, p. 78).

Nesse entrelaçamento de ideários científicos e tradicionais, achamos um trecho do Relatório que explanou as vantagens de um país adotar um ensino baseado na ciência e na prática. Para ele, deve haver um tipo de educação com fins utilitários para agricultores, artesãos, pois

[...] Nem todos devem ser sábios, oradores e literatos, nem todos poderão ser accomodados nos escriptorios e repartições públicas, decentemente vestidos, recebendo aliás os mais pingues salários. È de myster adaptar a instrucção às necessidades geraes de cada classe, tendo sempre em vista os vários fins da sociedade. O indivíduo, que se reserva à agricultura e à officina precisa de uma educação, certamente diversa da’quele, que se reserva ao escriptorio e à tribuna. Entre nós, porém, ou primeiro ficará à margem sem nenhuma espécie d’ educação, ou receberá a do segundo; cuja consequência é tornal-o sem gosto pelas árduas occupações do campo, ou mesmo leval-o à olhar com certo desprezo para os que manejão o cabo da enchada ou do martello [...]” (**O CEARENSE**, 15 de outubro de 1881, p. 3).

O professor Amaro chama atenção para o modelo escolar com fins utilitários já estabelecido no sistema estadunidense de ensino, que, oposto ao tradicional, que se preocupava com a provisão, informação e memorização de fatos, procurou adequar-se às ocupações de tradição manual. Para ele, a perspectiva intelectual e enciclopédica realizada no programa escolar em colégios particulares e públicos era bastante exitosa à formação de bacharéis que assumem os cargos públicos que precisam costumeiramente usar seus conhecimentos em oratória e letras em tribunas.

Com o objetivo de valorizar a instrução com características mais utilitárias que considerassem as necessidades de cada classe, defendeu seus pontos de vista favoráveis a programas com características que valorizam as distintas ocupações. E, assim, o modelo escolar adaptável promoveria a instrução tanto para os dirigentes do Estado brasileiro quanto àqueles que precisam da educação prática, a exemplo dos agricultores que manejam a enxada e os artesãos que usam o martelo.

A princípio, o seu discurso é inovador, pois procura dar serventia à educação da população que vivia no campo, contudo, a instrução com base nessa perspectiva do trabalho, certamente, não seria prestigiada socialmente, pois, numa sociedade escravocrata, todo trabalho físico que demandasse esforço era considerado aviltante e relegado para os africanos (Schawarcz; Starling, 2018, p. 95). Por certo, há nos seus argumentos posições favoráveis à igualdade de oportunidades no ensino, ainda que a discussão ampliasse o enorme fosso entre a instrução dos filhos da elite e da classe popular.

Além disso, havia o entendimento de que para os futuros dirigentes a educação deveria ser completa, abrangendo as etapas primárias e secundárias e superior da instrução, enquanto para a instrução popular permanecia essencialmente elementar e, com o advento da industrialização, suas bases também seriam fundadas na utilidade. Por sinal, essa distinção ocorre nos países desenvolvidos que devem assegurar educação de massas “por um ensino primário cada vez mais universalizado, promovido ou supervisionado pelos Estados, contudo deve ser distinguida da educação e da cultura das geralmente pequenas elites” (Hobsbawn, 1988, p. 45).

De todo modo, os estudos comparativos apresentados e discutidos por Amaro Cavalcanti foram se ajustando a ações que instauraram o plano reformista da instrução pública e particular. Suas observações foram propagadas em jornais da Província cearense, como estratégia primaz à implantação do Regulamento Orgânico normatizado pelo Presidente Pedro Leão Velloso. E, então, provavelmente, encontramos no seu discurso educacional preceitos da modernidade que, no dizer de Olinda (2004), “pretende solucionar: como preparar futuros produtores e dirigentes que mantenham e aperfeiçoem o sistema capitalista?” (p. 80 e 81).

Nesses dias, possivelmente, José de Barcellos dispensou a sua atenção ao professor-bacharel recém-chegado, dedicando tempo para escutá-lo e, inclusive, conversar com o conferencista sobre o que foi produzido no plano reformista de 1881, o qual foi colaborador em companhia do diretor da Instrução Pública, João Augusto da Frota, e os professores do Liceu, Thomas Pompeu de Souza Brazil, Paulino Nogueira Borges da Fonseca e o major João Brígido dos Santos.

4.2 Entre normas, preceitos e práticas

A Reforma iniciada em 1878 pela Lei nº 1.790¹³⁸ movia-se com a presença de Amaro Cavalcanti de volta a Fortaleza, que, de pronto, foi o escolhido pelo Presidente provincial para efetivar os objetivos da revolução educacional que progredia no mundo desenvolvido na segunda metade do século XIX. E não há dúvida de que a nomeação dele, em 2 de setembro de 1881, para o cargo de Inspetor Geral da Instrução foi, provavelmente, endossada no meio político e também letrado, em decorrência da experiência que adquiriu estudando o sistema de ensino dos EEUU de 1880 a 1881 e do título de bacharel concedido pela Escola de Direito em Nova York.

E, daí em diante, o Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular (1881) autorizado em 10 de julho de 1881 começaria a difusão das bandeiras reformistas, sendo que uma delas foi a expansão da obrigatoriedade do ensino primário e estatal na Província do Ceará. Inspirados nas realizações do mundo ocidental desenvolvido, que adotava a escola primária gratuita e obrigatória, alguns políticos/intelectuais cearenses, entusiastas do ideário igualmente, pretendiam ampliar a oferta escolar para o ensino primário e alfabetização das crianças.

A normativa de 1881 prescreveu o ensino obrigatório dos sete anos de idade até os 14 anos para os meninos, enquanto a faixa escolar de ingresso das meninas ficou de 6 até 12 anos de idade. Mas as informações reveladas no diário jornalístico **O Cearense** apontam que a obrigatoriedade do ensino primário “[...] só prevalece para os que residem nas cidades e até onde chegar o pagamento da décima urbana,¹³⁹ fóra d’alhi n’um raio de um e meio kilometro a partir da escola de meninos, e de um kilometro da de meninas” (22 de set. 1881, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional). Assim, essa normativa desobrigava os Estados de abrir escolas em áreas fora do âmbito de atuação do tributo na Província, além dos pais e dos responsáveis de matricularem seus filhos.

¹³⁸ Foi a Lei nº 1790, de 28 dezembro de 1878, sancionada por José Júlio de Albuquerque Barros, o Barão de Sobral, que autorizou o retorno da perspectiva acadêmica da Escola Normal no Ceará. Essa regulamentação liberou o funcionamento dessas instituições, fixando seus programas, a nomeação e remuneração dos seus professores e funcionários. Igualmente, um ano depois, a Reforma Leôncio de Carvalho, instituída em abril de 1879, regulamentava a criação de Escolas Normais na Corte. Assim, os reformistas cearenses, impulsionados por esses fundamentos legais, em 1881, estabeleceram o regresso do modelo formativo da escola normal, afastando-se das diretrizes deliberadas pela Reforma Couto Ferraz.

¹³⁹ As juntas de lançamento da décima urbana surgiram a partir do alvará de 27 de junho de 1808, que criou o imposto da décima para os prédios urbanos em condições habitáveis dentro dos limites das cidades e vilas que, segundo as demarcações das devidas câmaras, fossem localizadas à beira-mar, em todo estado do Brasil e nos domínios portugueses. O tributo consistia no pagamento anual para a Real Fazenda, por parte dos proprietários, de 10% dos rendimentos líquidos dos prédios, recaindo ainda sobre os edifícios aforados (Lobo, 2011).

O ensino obrigatório realizava-se nas escolas primárias das cidades, localidades e paróquias e os programas de ensino para meninos e meninas do ensino primário compreendiam as matérias, conforme o Art. 38 do Regulamento de 1881,

- § 1. Instrução moral.
- § 2. Instrução cívica pelo conhecimento dos primeiros direitos e deveres do cidadão brasileiro estabelecidos na Constituição Publica do Império.
- § 3. Leitura.
- § 4. Escripta.
- § 5. Noções essenciaes de grammatica portugueza.
- § 7. Systema legal de pezos e medidas.
- § 8. Noções de geographia do Brazil, especialmente da provincia do Ceará.
- § 9. Noções de história do Brazil e os principaes factos da história do Ceará.
- § 10. Noções usuaes de geometria plena e de desenho linear.
- § 11. Costura simples (para as meninas). (*Ibidem*, 22 de set. 1881, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional)

Desde a Lei de 15 de outubro de 1827, o ensino das mulheres brasileiras era diferenciado e desigual, tanto no tempo escolar como no programa, ao agregar os conhecimentos práticos de agulha e atividades domésticas. Esse posicionamento deve-se à condição de inferior que foi dada à mulher, que, por muito tempo, era considerada inapta a realizar as tarefas que exigiam esforços físicos e intelectuais, cabendo a elas o papel de mãe e organizadoras de tarefas domésticas. Houve, em 1881, avanços quanto ao direito de as mulheres aprenderem teores mais avançados de ensino, contudo, persistia o ensino de costura.

Com pretensões republicanas, o Regulamento suprimiu pela primeira vez no programa de ensino primário a instrução religiosa, substituindo-a pela instrução cívica. Os formuladores da instrução em 1881, por certo, simpatizantes do ideário do Estado laico, ousaram nesses tempos do Império¹⁴⁰ excluir a religião das aulas primárias. Nos últimos anos do Brasil imperial, o ensino religioso e o laico suscitaram discussões e conflitos recorrentes no Parlamento e Executivo entre os que apoiavam o regime republicano e conservadores, defensores da monarquia. Na França, berço da Revolução Republicana, o ensino secular estatal foi um assunto que gerou grandes embates entre as congregações religiosas e os aliados do Estado laico. Existia “[...] uma verdadeira batalha pelo controle da instrução elementar e de seus numerosos agentes” (Petitat, 1994, p. 157).

A essas alturas, essa exclusão da religião gerou muitos incômodos entre os concidadãos cearenses, os quais, então, Amaro Cavalcante tratou de resolver, justificando assim a importância de uma educação amalgamada aos preceitos morais, científicos e religiosos, pois,

¹⁴⁰ Na ocasião, estava em vigor o Ordenamento constitucional de 1824, que regulamentou o Estado Confessional de orientação da Igreja Católica, que somente com a Proclamação da República foi revogado.

quanto mais cedo fossem difundidos seus preceitos de vida, os alunos assimilariam “tudo quanto a religião, a moral e a sciencia recommendão de grande, de nobre e proveitoso” (**O Cearense**, 7 set. 1881, p. 3, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

E assim, inspirado nas notícias do que ocorria na Europa, onde a maioria das crianças já estava alfabetizada e frequentando o ensino primário na segunda metade do século XIX, o Ceará também procurava estar presente, mesmo que em lei, no propósito de alfabetização das crianças e jovens cearenses. Isto posto, a Escola Normal seria o templo principal para a formação dos professores responsáveis pela alfabetização e o ensino primário e, por isso, mais uma vez, endossaram a criação da Escola Normal, estabelecimento que simbolizava “[...] uma verdadeira mutação sociológica do corpo docente: o velho mestre escola é definitivamente substituído pelo novo professor de instrução primária” (Nóvoa, 1995, p. 18).

Em razão disso, a Escola Normal foi destaque no Regulamento Orgânico de 1881, reservando para ela o Capítulo II, titulado *Da Escola Normal*, organizado em 12 seções e 69 artigos, do 119 ao 188. Sua forma de organização do ensino foi explicitada na Seção I do Regulamento – *Do ensino* – no Artigo 119, quando estabeleceu a gratuidade e o modelo do ensino misto, ou seja, para homens e mulheres. A duração do curso seria de um ano, abrangendo as seguintes matérias:

[...] 1 Lingua nacional; grammatica analyse grammatical, logica e etymologica; recitação; redacção e composição.

2 Arithmetica e metrologia; geometria elementar, limitada às noções geraes e problemas simples, estudo das formas geométricas; desenho linear.

3 Geographia elementar; do Brasil e especialmente da Província do Ceará; história do Brasil, factos principaes da História do Ceará.

4 Pedagogia e methodologia theorica e prática. [...]

(**O Cearense**, 25 de set. 1881, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional)

Como se vê, o programa seguia os princípios republicanos do estado laico europeu e dos norte-americanos, por isso a substituição do ensino moral de bases religiosas para o de preceitos cívicos no programa do ensino primário. Também, ausentes da formação dos professores as aulas de Física e os preceitos de higiene, que foram somente recolocados em 1885, pelo primeiro Regulamento da Escola Normal.

Os conteúdos das matérias para a formação do professor eram mais avançados do que os propostos nas escolas primárias. No Ceará, o curso compreendia: a Língua Nacional, sua gramática lógica e etimológica, com o uso dos exercícios da recitação; o modo de dizer em voz alta e clara, lendo ou não os textos. A Escola deveria ensinar a escrita mediante o exercício da redação e composição textual, bem como a Matemática, subdividida nos conteúdos de

Aritmética e Metrologia; Geometria e Desenho linear. Aliás, ao programa das aulas dos elementos da Geografia e História do Brasil, foram acrescentados os estudos relacionados ao Ceará.

O programa da Escola Normal acompanhou o modelo de perspectivas acadêmicas que privilegiava, na base formativa do professor, os aspectos teórico-práticos dos fundamentos da Pedagogia científica e os conteúdos que se relacionam às estruturas do ensino primário. Esses preceitos achados no Regulamento são indícios das teorias educacionais de Herbert Spencer, que estabeleceu a Pedagogia com o valor superior de disciplina científica. Sua teoria educacional assenta-se em quatro pilares: “o da primazia do ensino das ciências; crítica ao ensino tradicional; o da defesa da não intervenção do Estado na educação; o da classificação hierárquica dos conteúdos” (Gatti Junior; Santos, 2022, p. 312).

Spencer preocupava-se não apenas com os conteúdos ensinados nas escolas organizados em programas curriculares, mas com os métodos utilizados no ensino que, distintamente dos tradicionais, deveriam partir das vivências e da experimentação, sendo aplicados à extensão da vida escolar, pois a educação por meio da “lição de coisas conduz o aluno a uma experiência concreta no lugar da abstração” (*ibidem*, p. 314). A educação intelectual para a Pedagogia de inspiração spenceriana é compreendida como “uma atividade que produza satisfação ao aluno e não um encargo a ser suportado” (*ibidem*, p. 315).

Os princípios da educação de Spencer, por certo, foram considerados na concepção do modelo de preparação do professor primário cearense, recebendo as influências das concepções introduzidas pela racionalidade técnica, em programas curriculares modernos, que exigem inovações na prática de ensino e, conseqüentemente, na preparação dos professores. E a Escola Normal foi escolhida como símbolo desse projeto educacional cearense.

As bases preceituais da Escola Normal instituídas em regramentos e introduzidas por intelectuais cearenses cruzaram, afinal, as intenções, em 2 de outubro de 1881, no momento da solenidade do assentamento da primeira pedra do edifício da primeira Escola Normal, localizada à Praça do Marquês de Herval, “ao lado do Lyceu fazendo ângulo com a 24 de maio” (**Gazeta do Norte**, 1º de out. de 1881, p. 2, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Os jornais de Fortaleza trataram, assim, de divulgar em detalhes a solenidade, em consonância com o significado do acontecimento. **O Cearense**, do chefe político Paulo Pessoa, no noticiário de 4 de outubro de 1881, informou que

[...] Às 11 horas do dia, presentes os Exms. Sr. Senador Pedro Veloso, presidente da Província, chefe de polícia, Dr. Torquato Mendes Vianna, desembargadores, commandantes dos corpos militares, chefes de repartições e muitas pessoas gradas,

depois do cerimonial do benzimento da pedra fundamental, o digno engenheiro da Província leu o auto de lançamento o qual abaixo publicamos.

Em seguida, o Sr. Amaro Cavalcante pronunciou um eloquente discurso, no qual fez salientes as vantagens da instituição recentemente creada, e quando se torna digno de louvores o Exm. Sr, Senador Leão Velloso vencendo todas as difficuldades, dos quas não é a menor o estado financiamento da Província, para realizar entre nós uma aspiração de há longo tempo.

A pedra foi collocada a 1^m 20^{cm} de profundidade do solo, em meio justamente do alicerce da frente do edificio.

Uma guarda de honra de 15^o batalhão esteve postada na frente do local destinado ao edificio e as bandas militares de música tocara durante o acto, que foi revestido de toda a solenidade.

A parte religiosa foi celebrada pelo Exm. Revm. Sr. Conego Hyppolito Gomes Brasil, que se acha na regência da diocese [...].

(**O Cearense**, 4 de out. 1881, p. 2, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional)

Os presentes ao Ato ouviram o discurso do Bacharel em Direito e Inspetor Geral da Instrução Pública sobre a importância da criação da Escola e dos esforços que o presidente provincial realizou para a efetivação de tal feito em um momento em que a Província ainda se recuperava dos danos causados pela seca. Na plateia, destacamos o Padre Hyppolito Gomes Brasil, cuja perseverança de estabelecer a Escola Normal marcou suas administrações anteriores como diretor da instrução pública.

Aliás, o documento do auto da pedra fundamental testemunha a presença de autoridades religiosas, militares e políticas cearenses, bem como do diretor e lentes do Liceu e professores públicos e diretores de estabelecimentos de instrução e, inclusive, achamos o nome do professor José de Barcellos (**Gazeta do norte**, 4 de out. 1881, p. 2, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional). Provavelmente, o nosso professor, após a finalização da solenidade, aprontou-se para a longa viagem que faria à Europa para cursar Pedagogia e observar modelos do ensino primário, em especial, o método intuitivo.

E até mesmo o jornal opositorista, **Pedro II**, exato no dia do ritual do Assentamento da Pedra, posicionou-se nestes termos acerca da construção do prédio da Escola Normal:

[...] Está designado o dia de hoje para o assentamento da primeira pedra do edificio destinado à Escola Normal cearense.

Factos desta ordem não poderá passar desapercibidos aos olhos da imprensa, que se confessa devotada à cousa do bem público.

Muito embora, sem os estrondos arruídos das festas populares, a fundação de uma escola normal não é, por isto, nem menos importante ou menos digna de aplausos e concorrência. É pelo contrário, a última espécie envolve ordem tal de idéias, que lhe imprimem um character, verdadeiramente superior.

Com o desenvolvimento progressivo do estado e do ensino, muitos ramos d'este tem atingido ao gráo d'outras tantas sciencias especiaes / e o que só todos indivisível, a sciencia moderna tem demonstrado como sendo muitas partes ou todos distinctos [...]

(**Pedro II**, 2 de out. de 1881, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Continuando a análise desse momento histórico, o editorial argumenta sobre o lugar do ensino e da Pedagogia para o engrandecimento do País que se pretende culto, pois

[...] O ensino pedagógico é o que constitue o programma das matérias dos cursos ou escolas normaes; e tão vantajosos tem sido seos resultados neste século, que as nações mais adiantadas em educação, como sejam a América do Norte, a Bélgica, a Hollanda etc., se empenhão, cada dia, na reforma e aumento de taes institutos, como os verdadeiros promotores do progresso da instrucção popular. É certamente lógico e evidente que os resultados do ensino dependem essencialmente das qualificações do professor, e que este somente poderá ter os requisitos precisos, si fôr sujeitado às provas de um curso normal, em que se instrua profissionalmente na teoria e na prática do magistério [...] (**Pedro II**, 2 de out. de 1881, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Demais disso, o redator da folha conservadora aproveitou o ensejo para tecer críticas sobre o atraso na realização desse projeto educacional, informando que, até então,

[...] em muitas Províncias do império já a força de semelhante verdade havia operado a fundação de escolas normaes, pra fins, que vimos de indicar: entretanto na Província do Ceará, onde o atraso do ensino é realidade patente, nada se havia realizado neste sentido. Todos estão convicto do triste estado d'este ramo de interesse da vida pública; mas nada se tinha ainda empreendido, que ao menos promettesse efeitos prováveis de melhora [...] (*idem, ibidem*).

Destacou, inclusive, a atitude arrojada do presidente provincial, Pedro Leão Velloso, que escolheu reformar a educação primária provincial de tal maneira que não mediu esforços:

[...] Não obstante a pobreza das finanças públicas, S. Exc.^a mostra-se intrépido em obrar a favor da instrucção; e enquanto por um lado manifesta-se justiceiro e imparcial na escolha d'aquelles, à quem tem de confiar este ramo especial de serviço, procura por outro, dotar a Província com a fundação de escolas ou institutos, e com a reforma geral de seu ensino. Entre as medidas tomadas pela administração, nenhuma, porém, é mais digna de geral interesse, do que a obra da escola normal, que ora se erige: nesta vemos nós uma rasão poderoso de bem fundadas esperanças, que envolvem um novo porvir nos destinos da educação cearense [...] (*idem, ibidem*).

O redator argumentou que a Educação e seus objetivos extrapolam o meio político-partidário e, portanto, a festa de início da obra da Escola Normal permitiu novos horizontes para a Província, sendo esse assunto de interesse de todos os cearenses que se diziam patriotas. E conclui o texto afirmando que

[...] resta que idéa tão feliz não vede operar todos seos bons efeitos, a falta de patriotismo de todos aquelles, é quem a educação diretamente interessa.

É de myster, que o espírito público se compenetre sinceramente, de que o valor, o produto real do ensino só póde provir do educador, bem-preparado, e que o preparado d'este, em regra, somente se adquire mediante um curso profissional, - objecto, à que se propõe a Escola Normal.

Nós, pois, possuídos de jubilo e adesão sincera pela ideia, que motiva a festa solemne do dia de hoje, felicitamos a instrucção publica e com esta a Província inteira por esse novo horizonte, que ora se abre a seos grandes destinos [...] (**Pedro II**, 2 de out. de 1881, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

À época, o administrador principal da Província recorreu ao empréstimo bancário para a realização da obra inédita na instrucção pública. Em 1882, o Presidente declarou em relatório ao Presidente da Assembleia Provincial a forma de crédito

[...] para ocorrer não só as despesas com taes obras, mas ainda às que accresceram à verba “instrucção” pela reforma radical do ensino, mandei abrir concorrência no thesouro provincial para um empréstimo, até à importância de 50 contos de reis, por meio de apólices emitidas ao par e juros de 8%, cujo numerário deverá ter aquella aplicação, segundo a autorização legislativa que me foi concedida (**O Cearense**, 4 de jan. 1882, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Desse jeito, o Ceará renascia da tragédia da Grande Seca e os tempos de bonanças podem ser testemunhados na reforma de 1881 e da Escola Normal, que se erigiam para instituir a modernidade no atrasado ensino primário. A essas alturas, o professor Barcellos encontrava-se na Europa e as notícias das observações sobre o sistema de ensino europeu eram divulgadas na Gazeta do Norte. Também os noticiários locais nos davam pistas da tangibilidade da construção do edifício, a exemplo do Edital de *Obras públicas provinciaes* que achamos, supervisionado pelo engenheiro responsável pela obra Henrique Théberge, que anunciou:

O engenheiro encarregado da direção das obras públicas provinciaes, Henrique Théberge, em cumprimento à ordem que lhe foi dada pelo Exm. Sr. Senador presidente da Província, em officio sob n/ 2, 375 de 15 do andante mês, contrata os profissionais reconhecidamente habilitados, e por empreitadas parciais de valor nunca excedente 2:500\$, as obras relativas a construção de um edificio destinado a servir a Escola Normal.

Nenhuma empreitada será definitivamente concedida, sem que proponente tenha apresentado fiador idoneo a contento desta direção.

As propostas deverão conter os preços das seguintes unidades de obra:

Movimento de terras, escavação e aterro, por metro cúbico.

Alvenaria de tijolo e cal, dos alicerces, por

Alvenaria de tijolo e cal de parede, por

Alvenaria de tijolo e cal de tijolo e barro, idem, por

Reboco a cal e caiamento, por-metro quadrado.

Reboco a cal e caiamento, por-metro quadrado.

Coberta – constando de madeiramento e talhamento, por metro quadrado.

Soalho – inclusive travejamento, por

Forros- inclusive barrotamento, por

Pintura geral, por

Escada em 3 lanços – com 2 patins, sentada no respectivo lugar.

Grades de ferro para varandas.

Encanamento com bicas de zinco, metro corrente.
 O projecto pode ser examinado em casa do anunciante.
 As condições serão estipuladas na ocasião da concessão definitiva das empreitadas.
 Henrique Theberge.
 (O Cearense, 22 de set. de 1881, p. 3, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional)

Os leitores dos jornais **O Cearense**, **Pedro II** e **Gazeta do Norte** acompanhavam o andamento dos serviços, tanto em editais como o *Obras públicas provinciaes* como nos requerimentos de pagamentos dos serviços dos prestadores de serviços das empreitadas parciais já concluídos. Assim, em 11 de outubro de 1881, **O Cearense** publicou na Parte Oficial do Governo a Portaria do Tesouro Provincial, que anunciava

[...] Ao inspector do tesouro provincial ordenando-lhe que mande pagar a quantia de 77\$470 réis, proveniente de despesas realizadas pelo engenheiro da província com os trabalhos preliminares da construção do edifício destinado à escola normal e preparativos da solenidade do assentamento da pedra fundamental da mesma escola, e bem assim a feriados operários e serventes que auxiliaram nos mesmos trabalhos; no valor de 49\$500 réis.
 - O mesmo que tome na devida consideração de objetos apresentados pelo inspector da instrução publica para fornecimento dos quaes mandou se abrir concorrência publica [...] (O Cearense, 11 de out. 1881, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Encontramos, ademais, no Relatório do Presidente Sancho de Barros Pimentel, que abriu a sessão legislativa provincial do Ceará no dia 4 de julho de 1882, indícios da fase em que se encontrava a obra do prédio e os respectivos pagamentos efetuados pelo Tesouro Provincial dos serviços efetuados. No mencionado registro, o Presidente relatou: “acham-se concluídos os trabalhos de alvenaria, da coberta, da cornija e todas as obras de carpintaria e marcenaria e o que diz respeito ao reboco e caiação.” As despesas até então pagas pelo Tesouro elevam-se até 27:000\$030 réis. Na ocasião, faltavam a execução dos serviços de pintura de todo o edifício, construção do alpendre e das escadas da frente e da parte superior. Assim, a obra se encaminhava para a conclusão prevista para setembro de 1882, segundo o engenheiro responsável (**O Cearense**, 20 de setembro de 1882, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

No outro lado do mundo, José de Barcellos fazia-se presente na vida dos cearenses em publicações que davam indicações da realidade vivida nos sistemas de ensino europeus, até de situações pitorescas vivenciadas no cotidiano das escolas e da vida dos professores primários, de 1881-1882. Suas observações converteram-se em uma série de crônicas do **Gazeta do Norte** – *INTRUCÇÃO PUBLICA Chronica de Ensino* que aproximava os leitores cearenses dos acontecimentos educacionais ocorrentes na Europa, em especial, promovidos por

associações de professores e alunos, com vistas à ampliação da oferta escolar estatal para o ensino secundário e alfabetização dos adultos (Petitat, 1994).

Esse movimento de expansão do ensino foi observado pelo nosso cronista, *in loco*, que, inevitavelmente, comparou com o contexto no Brasil das questões da educação popular. Sobre essa situação, ele apresenta deste modo aos leitores da **Gazeta do Norte**, em 1882:

[...] Estou certo que os assignantes da Gazeta hão de lê-lo com interesse, felizmente, entre nós, já não se olha indifferente para as questões de educação popular. Prouvera a Deus fossemos um pouco mais longe; nos apaixonássemos, nos enthusiassemos como hoje na velha Europa, como sempre nos Estados Unidos. O enthusiamos há de vir; todo o cearense como todo o brasileiro há de fazer suas as palavras de *Capo d'Istria*:
 “O futuro de minha pátria está na educação de seus filhos”.
 Citando a illustra grego, naturalmente vem me no bico da penna o proverbio:
 “Na Grécia povoação sem escola é rara como valle sem montanha.”
 Não é bonito? Se pudéssemos dizer: No Brazil...
 Vejo que me vou esquecendo do meu papel de chronista.... [...]
 (**Gazeta do Norte**, 18 de mar. de 1882, p. 2, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Barcellos, familiarizado com as escolas primárias públicas e particulares do Ceará e do Rio de Janeiro, revelou sua preocupação com o descaso social dos governos, pois esse nível de ensino não se constituiu, até aquele momento, na sociedade ruralista brasileira do século XIX, uma temática relevante.¹⁴¹ Esse contexto de desprestígio não era diferente no Ceará, cuja escola primária pública estava à margem das principais discussões políticas e sociais do País. O desprestígio político-administrativo e social ante os aspectos educacionais é discutido no jornal **O Brazil Cathólico**:

Porque vemos tanta ignorância, já não diremos no Ceará, mas em todo o Brazil? É porque o nosso governo tem descurado completamente da nobre causa da instrucção, tratando o professorado com a uns *pariás* da sociedade. As nossas escolas vivem desertas, não há uma lei que obrigue aos pais a mandarem seus filhos ás casa de educação e instrucção; falla-se em ensino livre, mas não se cuida do desenvolvimento da instrucção no meio das classes populares, pelo que só vemos – *ignorância, vícios, prejuízos e rotinas miseráveis*, que cada vez mais o corpo social dando-lhe em resultado a morte moral, que é peor das mortes (30 de set. 1881, Instituto do Ceará).

O Brasil, cuja população em sua maioria era de analfabetos, certamente, encontrava-se inserido no grupo das nações atrasadas. Os dados do censo de 1872 indicaram que “meio século após a independência, apenas 16% da população era alfabetizada” (Carvalho,

¹⁴¹ Movimentos sociais a favor da escola popular ocorreram, principalmente, desde os anos 30 do século XX, contudo, a universalização do ensino no Brasil como direito social ocorreu no País a passos lentos, sendo mais evidente na segunda metade do século passado, desde os anos de 1970 e, finalmente, consolidada com a Constituição Cidadã de 1988.

2018, p. 28). Os poucos esforços para efetivar a educação de massa partiam muitas vezes dos discursos dos governos e de políticos que creditavam à escola e à formação do professorado o encurtamento da distância do mundo desenvolvido para o atrasado, não civilizado. Para isso, alardeavam a ideia de que, pela instrução da parcela da população dos homens livres pobres, eles teriam acesso à instrução primária mantida pelos cofres provinciais.

Os escassos movimentos civis em defesa da instrução primária são fatos comentados pelo ministro Paulino de Souza, em cópia do Relatório Geral da Instrução de 1869, transcrito por Primitivo Moacyr (1937, p. 105). Leia-se o trecho do Relatório, onde o Ministro frisa a necessidade de a sociedade e os cidadãos brasileiros despertarem-se para os assuntos públicos:

Não é fechado tudo nas próprias mãos ou nas dos seus agentes imediatos e isolando a ação de cada um que o governo conseguirá despertar o concurso dos cidadãos, sem o qual o seu impulso se vá amortecer ante o indiferentismo. Chamando assim para este importante assunto a atenção publica talvez se conseguisse animar na sociedade as boas intenções que definham no isolamento. Não temos o hábito de associações, não existe no paiz a iniciativa individual para fins de utilidade pública.

O que estava acontecendo era realmente novo, e Barcellos acompanhava de perto os movimentos a favor e contrário à escola gratuita e estatal. As conferências reuniam professores de várias localidades da França que debatiam, sob a vigilância do Estado, propostas para as questões educacionais. É possível que esse ato de aproximação tenha promovido a instituição das associações profissionais, o “que constitui a última etapa do processo de profissionalidade da atividade docente, pois significa uma tomada de consciência dos professores seus próprios interesses” (Villela, 2003, p. 127). Por vezes receosos desses movimentos cada vez ocorrentes, os administradores tratavam de imediato de responder as reivindicações que surgiam dos debates dessas reuniões de professores.

Uma dessas demandas topamos na crônica do dia 18 de março de 1882. Nela há vestígios sobre o debate de nomeação e ordenados dos professores primários franceses. Barcellos analisa, na primeira parte do trecho destacado, duas propostas para o ingresso na carreira. Examinamos o que disse Barcellos de mais perto:

[...] Vejamos, porém que difere das ideias capitães do projecto do governo: nomeação e ordenados de professores.
Quanto a nomeação, P. Bert segue a tradição, confia- a ao Prefeito, entidade da política, Jules Ferry entrega ao reitor, entidade do ensino. E mais logico. Era essa uma theses da opposição liberal. Nesse sentido foi concebido o projecto apresentado em 1872 por J. Simon (**Gazeta do Norte**, 18 de mar. de 1882, p. 2, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Avaliando as duas propostas, José de Barcellos considera ser “mais lógico” a entrega da habilitação pelos reitores das escolas e professorados, sendo que, para ele, o modelo seguia “uma tese mais liberal,” ou seja, permitia maior eficiência na administração da instrução pública à época. Nesse trecho da crônica, há indícios da posição favorável de Barcellos pela entrada no magistério por certificação da escola normal durante a elaboração da Reforma de 1881.

No que se refere aos ordenados, Barcellos comentou:

Quanto aos ordenados, o projecto do ex-ministro é mais generoso. 1ª classe 2.200 frs. 2ª 1.900; 3ª 1600; 4ª 1.300; 5ª 1000 e acaba com a injustiça da desigualdade dos vencimentos de professores e professoras. Ambos estabelecem o accrécimo de vencimentos: e sem mudança de localidades o que muito rasoavel mui justo. [...]
(*idem, ibidem*)

Após análise das propostas, nosso Pedagogo, preocupado com as condições de sustento dos professores, julga que os valores dos ordenados do professorado da proposta do ex-ministro da instrução, Jules Ferry, são os mais adequados e justos para a classe do professorado. Apesar dos avanços dos governos franceses em alfabetizar sua população e melhorar os salários dos professores, ainda havia muito a melhorar, em especial, em relação ao ganho dos professores iniciantes, que estava “muito abaixo do estado social de um país como a França.” E, nestes termos, o nosso Professor viajante revelou uma realidade adversa para os iniciantes:

[...] São por certo mui louváveis, os esforços que aqui se fazem para melhorar a posição do **pobre** educador da mocidade.
Mas, apesar de tudo, ainda fica ela muito abaixo do estado social de um grande paiz, como a França.
Exigem se agora exames mui sérios, três diplomas; alargaran se os programma. O professor, porém, não é remunerado na proporção do que d’elle exigem.
Um moço de 18 annos sae da escola normal onde durante três annos aprendeu:
Moral
Direitos e deveres do cidadão
Pedagogia
Adminstração escolar
História
Geographia
Physica
Chimica
Sciencias naturaes
Agricultura
Horticultura
Calligraphia
Desenho
Canto
Música
Gymnastica

Linguas Vivas (se quiz)

Hygiene

Além disso, nas horas do recreio, manejou a plaina, a enchó, a lima & e faz exercícios militares.

E, depois de examinar mui sérios, para a obtenção de um diploma, ei-lo que vai há para os Altos Alpes ou os Baixos Pyreneos (professor, provisório, porque effectivo só o é depois de dous anos de stage) trabalhar seis horas por dia ganhando 900 francos por anno, que não fazem dez tostões diários em nossa moeda!

E realmente uma perspectiva pouco seductora! [...]

(**Gazeta do Norte**, 18 de mar. de 1882, p. 2, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Em razão disso, a profissão do magistério primário não era atrativa para os jovens professores por causa dos baixos salários. Continuando sua narrativa sobre as condições dos professores franceses daquele tempo, relatou o caso de ex-ministro francês da instrução, que organizou cursos públicos de adultos, contudo, sem considerar que

[...] não tinha dinheiro; appellou para o patriotismo dos professores primários.

Pois bem, em poucos dias estavam funcionando 25.000 cursos de adultos! Milhares e milhares de adultos analfabetos. (Sôa-me tão mal esta palavra na Europa!) ao cair da noite acercavam-se dos pobres mestres, já cansados de seis horas de classes!

(*idem, ibidem*)

José de Barcellos relatava um contexto de desvalorização social vivido pelos professores primários franceses. Identificou diferenças salariais entre os professores e as professoras. Observou que os salários eram pouco atraentes para os jovens que pretendiam ingressar no magistério, considerando o quanto estudavam e trabalhavam. Denunciou, inclusive, a jornada de trabalho extensa, falando que até no momento do recreio os professores desempenham alguma atividade, como o cultivo de plantas e ginástica. Ademais, colocou-se no lugar dos professores que, após uma jornada de 6 horas, teriam que trabalhar sem receber proventos para projetos de alfabetização de adultos. Expressando uma crítica contundente sobre a profissão, comentou: “E realmente uma perspectiva pouco seductora!” (*idem, ibidem*).

Tempos depois, quando diretor da Escola Normal, José de Barcellos reivindicou, junto à Presidência Provincial, o aumento dos respectivos ordenados e a equiparação salarial dos professores das duas escolas anexas, Thomáz Antônio de Carvalho (masculina) e Francisca Clotilde Barbosa Lima (feminina) e do professor Rodolpho Marcos Théophilo, da aula de Ciências Naturais. O Diretor expôs os motivos, fundamentando-se nas disposições expressas do regulamento dessa Escola, “que lhes conferiu direitos e vantagens idênticos aos dos professores do Lycêo, cujos vencimentos acabam de ser acrescidos pelo poder competente” (APC, Fundo da Instrução Pública, CX. 68).

Nosso Professor vai, assim, contando a história da educação francesa desse momento, enquanto estava por lá aprendendo sobre o sistema de ensino primário e a pedagogia que iria implantar na Escola Normal. Em uma dessas crônicas, conversando com os leitores da **Gazeta do Norte**, diz assim: “para certo número de leitores parece-me que não será destituída de interesse a sua transcrição do programma do curso de Pedagogia seguido atualmente nas escolas normaes primarias da França” (**Gazeta do Norte**, 28 de maio de 1882, p. 2, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional). Assim como Barcellos, portanto, tratamos de transcrever e organizá-lo no quadro a seguir:

Quadro 13 – Programa do Curso de Pedagogia das escolas normais primárias da França – 1881

ANNO	MATÉRIAS
Primeiro	(Uma lição por semana) A educação (principios geraes) Educação física – Higiene escolar - Brinquedos e exercícius da creança - Gymnastica Educação dos sentidos: pequenos exercícius de observação. Educação intelectual – Noções sobre as facultades intellectuaes – seu desenvolvimento nas diversas edades – sua cultura e applicação às diversas ordens de conhecimentos – Papel da memória, do juízo, do raciocínio, da imaginação – O methodo, seus diferentes processos; analyse e synthese; inducção e dedução. Educação moral – Liberdade do homem estudada na creança – Consciência moral; responsabilidade; deveres – Relação dos deveres e dos direitos – Cultura da sensibilidade – Modificação dos caracteres e formação dos hábitos: - Diversidad
Segundo	(Uma lição por semana) A escola (educação e instrucção em comum) Escolas: escola maternal (sala de azylo) Escolas primarias, elementares e superiores. Cursos complementares. Curso complementares. Organização material – local e móbilía de ensino; collecção; bibliotecas. Organização pedagógica – classificação dos alunos. Programma; emprego do tempo. Formas do ensino – a intuição; ensino pelo aspecto; exposição; interrogação; exercícius oraes; themas escriptos e correcção; passeios escolares. Estudo dos processos particulares applicáveis ao ensino de cada uma das partes do programma. Exames – Certificado de estudos primários; composição e concursos. Disciplina - Prêmios; castigos, emulação; sentimento da dignidade na creança; acção pessoal do mestre; as condições de sua authoridade; suas relações com os alumnos e as famílias.
Terceiro	(Uma lição por semana) História da Pedagogia – Administração escolar. Revisão theorica e prática das matérias estudadas nos dous primeiros anos. História da Pedagogia - Principaes pedagogos e suas doutrinas. Analyse das obras mais importantes. Legislação administração escolares – Leis, decretos, regulamentos, principaes circulares. Escolas normaes primarias e sua organização. Escolas primarias – Diferentes espécies de escolas públicas; disposições relativas à criação e manutenção das escolas communaes; escolas mixtas quanto ao sexo e mixta quanto ao culto; admissão dos meninos nas escolas. Ensino gratuito. Construcção; hygiene dos locaes escolares. Pensionatos anexos às escolas públicas; Escolas primárias superiores. Contabilidade das escolas públicas; contabilidade comunal e departamental

	<p>que se referem ao serviço da instrução primária; escripturação escolar. Escolas livres fazendo às vezes de escola pública; estabelecimentos livres de instrução primária. Escolas martenaes – Suas relações com a classe elementar; sua história; sua regulamentação especial;</p> <p>Annexas da escola - Bibliothecas populares das escolas, outras bibliotecas populares; cursos de adultos e de aprendizes; museos escolares; caixas das escolas; caixas econômicas escolares; oficinas de trabalho manual; gymnastica.</p> <p>Pessoa – professores e professoras titulares e adjunctos, públicos e livres; nomeação, situação legal; deveres profissionais; compromisso decenal; ordenados; aposentadoria. Autoridades prepostas a inspecção e direção do ensino primário.</p> <p>Bibliothecas pedagógicas.</p> <p>Conferências pedagógicas.</p>
--	---

Fonte: Gazeta do Norte, 28 de maio de 1882, p. 2, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

O nosso Professor viajante sabia que de volta da Europa seria sua tarefa a organização das matérias do curso de Pedagogia e Metodologia, portanto, cuidava de observar e analisar os programas dos cursos de Pedagogia. Embora o cenário do sistema europeu apresentado nas crônicas do **Gazeta do Norte** se distanciasse do contexto da educação primária vivido pelos alunos e professores no Ceará, as observações de Barcellos davam indícios de uma Pedagogia mais científica, que, provavelmente, o nosso Pedagogo realizaria no curso de preparação dos professores primários.

Por certo, encontraria dificuldades para adequá-la ao ensino primário e, dos relatos comparativos publicados, restaria a utopia do projeto de escola e de sociedade. Por outro lado, as séries de crônicas divulgadas naquele período criaram a imagem de José de Barcellos como um homem inteligente e viajado, recolocando-o no grupo dos mais ilustres letrados da época, ainda que pobre e sem título de doutor.

A realidade das escolas primárias, pós-reforma, entretanto, mudou pouca coisa, afora o prédio da Escola Normal quase finalizado na Praça Marquez de Herval, que, certamente, criou ares de tempos melhores na instrução primária cearense. Realmente o edifício de dois andares erguia-se e podia ser avistado pelos fortalezenses entre os poucos prédios da Capital que reparavam; igualmente ao retirante da seca Manoel de Freitas, protagonista da obra naturalista de Rodolfo Teófilo, no meio dos templos erguidos: “alguns prédios públicos isolados, como assembleia provincial, o palácio do governo, o seminário episcopal, o tesouro provincial, a biblioteca pública” (1979, p. 99).

Em 1881 e 1882, enquanto Barcellos estudava Pedagogia na Europa, Amaro Cavalcanti, empossado em 2 de setembro de 1881, cuidava dos preparativos para a instalação do prédio, assim como do estabelecimento das propostas reguladas na Reforma cujos encargos eram de sua responsabilidade na qualidade de inspetor geral da instrução pública. Com o objetivo de marcar a data de um ano da existência desse amparo legal que haveria de mudar a

educação, o inspetor geral foi convocado pela Presidência da Assembleia Provincial, à época, o deputado José da Justa,¹⁴² para esclarecer até o momento as realizações da Inspeção da Instrução Pública.

Assim, Amaro Cavalcanti, cumprindo suas obrigações do cargo, lê um longo relatório que expõe o contexto da instrução e, informando o que foi possível realizar, iniciou a exposição dos feitos, dos quais o primeiro consistiu em

[...] colher informações exactas, opiniões bem fundadas, sobre que pudesse caminhar seguro em prol de resultados favoráveis para os ramos do serviço público, de que me havia incumbido.

N'esse intuito distribui circulares a todas as autoridades escolares, da Província bem como a outros funcionários estranhos, competentes [...] (**Gazeta do Norte**, 16 de jul. de 1882, p. 2 e 3, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Com suporte nessa coleta de informações, o inspetor organizou um diagnóstico inicial de que, segundo ele, “actualmente, pelo que tenho observado e de tudo quanto tem chegado ao meu conhecimento, posso informar à ilustre assembléa, que o estado de instrucção publica, apresenta um só e mesmo aspectos: a pobresa, carência de tudo!” (*Idem, ibidem*).

Realmente, um ano após o funcionamento do Regulamento, foram poucas as intenções colocadas em prática, e, detalhando o que foi observado nesse início de atividades da inspeção, pontuou, em particular, a situação do professorado cearense, que, “em regra, é mal preparado; quanto aos meios de instrução, isto é, os meios materiaes de sua effectividade, estes são por demais deficientes” (**Gazeta do Norte**, 16 de jul. de 1882, p. 2 e 3, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional). E, cuidando de não cometer mais injustiças com a classe do magistério primário, esclareceu que

[...] não suponha a ilustre assembléa, que empregando a expressão mal preparada a respeito da classe docente da Província, miro, siquer uma leve injuria sobre a mesma. Não; ninguém tem, por certo, o dever de saber o que não apreendeu; ninguém deve ser feito responsável pela falta, que não commette [...] (*Idem, ibidem*).

Seguindo o discurso para os deputados provinciais, igualmente, destacou as condições das casas escolares e da falta de material, a princípio, o administrador justificou, deste modo, o não atendimento aos constantes pedidos dos diretores e inspetores locais para aquisição de móveis e utensílios escolares necessários para as aulas primárias:

¹⁴² O cearense José Lino da Justa foi médico e farmacêutico, formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1889. Exerceu a profissão de médico no Rio de Janeiro, Espírito Santo e Fortaleza. Foi diretor da Inspeção de Higiene do Ceará. Político militante, foi chefe de polícia e presidente da Assembleia Legislativa do Ceará. Instituto do Ceará. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/socio/jose-lino-da-justa/>. Acesso em: 29/04/2024.

[...] Quanto as escolas, senhores, releva confessar-vos com toda a franqueza: tenho sido alvo, muitas vezes, de acusações injustas, mesmo das próprias autoridades escolares da Província, porque dizem estas, se dirigindo ao chefe que se deve fornecer á cada escola, como indispensável à sua boa organização e regimem, não tem sido convenientemente atendidos...

É uma triste verdade senhores.

Mas, apesar disto, a culpa não deve em justiça recahir sobre o chefe que não obra, porque não tem os meios de obrar... [...] (*idem, ibidem*).

E após fazer a própria defesa das acusações sofridas por descumprir o Regulamento, o bacharel em Direito, Amaro Cavalcanti, informou que

[...] quase todas as escolas carecem de material: móveis, livros, e outros utensis; o estado geral das escolas provinciais que em 1882 somam 215 cadeiras; 107 do sexo masculino; 88 do sexo feminino; 20 mistas”; notadamente, conforme a uma relação que mandei organizar, existem várias, em número de 78, que estão no todo desprovidas! [...] (*idem, ibidem*).

O relatório da Inspeção proferido na Assembleia provincial em 1882 nos forneceu indícios dos poucos avanços feitos à melhoria das aulas primárias pós-Reforma, e que, no entendimento de Amaro Cavalcanti: “o regulamento, que rege a Instrução no presente, ainda que baseado em teorias modernas, que reconheço boas, acertadas no caso, todavia na prática tem-se mostrado deficientes em mais de um ponto” (**Gazeta do Norte**, 16 de jul. de 1882, p. 2 e 3, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional). Assim, para ele, era preciso considerar então “que vários de seus artigos, não podem continuar sem receber já um complemento, já uma alteração e as vezes, revogação completa em suas disposições (lê por algum tempo)” (*idem, ibidem*).

Muitas eram as razões do andamento insatisfatório da Reforma, sendo que a principal se relacionava à escassez financeira decorrente da descentralização legal e administrativa do Ato Constitucional de 1834. A prescrição resultante de ideários federalistas e liberal conferiu autonomia à instância provincial do ensino primário e secundário, desobrigando financeiramente a instância central. Para comprovação da marca da intencionalidade legal e ausência de condições materiais, consideramos o preceito constitucional de oferecer instrução primária a todos os cidadãos.¹⁴³ A proposta estava, em especial, na dependência de investimentos financeiros significativos que, ao contrário, não aparece como fator essencial na organização legal e administrativa do período (Saviani, 2001).

¹⁴³ Carta Constitucional de 1824, no artigo 2º, o único acerca da Educação, prescreve “[...] a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos.”

Por sua vez, a marca da política educacional do período da segunda metade do século XIX é a valorização dos aspectos legais e administrativos da Gestão Pública, em detrimento do aspecto financeiro.¹⁴⁴ A supremacia legal traz consequências notórias às ações políticas, pois nem sempre o que é declarado em leis se converte em realidade na escola. A respeito da educação, Vieira (2003, p. 48) esclarece o seguinte: “Tempo considerável e precioso é despendido em concebê-la, mas as ideias esbarram no fato da educação não se constituir uma prioridade política e técnica desse momento.”

A promoção da escola primária para todos os cidadãos demandava a previsão de recursos financeiros para a viabilidade de intenções políticas de leis educacionais, o que não se verificava em práticas políticas e administrativas do Governo central, que, *contrario sensu*, não prioriza as ações financeiras. Saviani (2001, p. 5) mostra o seguinte quadro financeiro desse período:

[...] durante os 49 anos correspondentes ao Segundo Império, entre 1840 e 1888, a média anual dos recursos financeiros investidos em educação foi de 1,80% do orçamento do governo imperial, destinando-se, para a instrução primária e secundária, a média de 0,4%.

Nessa época, as despesas do Governo central não passaram de 1% para o ensino primário, durante o Período Imperial, enquanto as províncias aplicavam quase 20% dessas escassas receitas. Sobre a matéria, Sucupira (2005, p. 66) revela o seguinte: “No que dizia respeito à instrução primária e secundária, o governo não dava um centil às Províncias para ajudá-las a cumprir a obrigação constitucional de oferecer educação primária.”

A desvinculação financeira e suas consequências para o desenvolvimento das políticas educacionais no Império são registradas pelos diretores da Instrução Pública, em queixas frequentes relacionadas à ausência de condições materiais e de infraestrutura consequentes dos poucos recursos financeiros de que a escola primária dispunha. Nas escolas primárias não havia utensílios de ensino para os alunos pobres. Os espaços permaneciam inadequados e os professores eram mal preparados e pessimamente retribuídos.

A descentralização conduziu consequências na diferenciação dos sistemas de ensino, pois as províncias de maior relevância, na estrutura da sociedade rural escravista e agrário-exportadora de café, estavam habilitadas a implantar as mudanças previstas em leis,

¹⁴⁴ Essa marca decorreu, principalmente, da formação jurídica da elite política brasileira, que creditava ao aparato legal o meio principal para constituição do Estado brasileiro em formação. Consoante Faria Filho (2003, p. 137), essa necessidade legalista desse período está em se acreditar “[...] que a normatização se constitui numa das principais formas de intervenção do Estado no serviço de instrução.”

enquanto outras de relevância intermediária, como a cearense, tinham dificuldades concretas de efetivação das intenções educacionais. Exemplo, nesse sentido, são as escolas normais, que funcionavam de maneira desigual, enquanto nas Províncias do Rio de Janeiro e Bahia atuaram na preparação dos professores primários durante todo o Estado imperial, no Ceará, todavia, sua efetivação ocorreu somente no final do Império.

Não obstante, achamos neste exame poucos registros que apontam a ausência de recursos financeiros como causa principal do fracasso da escola primária. Mencionamos o Relatório do Inspetor Central da Instrução, em 1864, que sugere a necessidade de financiamento adequado para a viabilização do acesso à escola primária. Eis a cópia do trecho de relatório publicado por Primitivo Moacyr (1937, p. 86):

Visitem-se os estabelecimentos públicos de instrução, e na máxima parte, achar-se-ão entupidos com um punhado de creanças. Concedamos, que compelidos pela obrigação legal acudissem a eles todas as que não o fazem, onde caberiam? Para aumentar-lhes o número, para lhes dar amplidão, é indispensável dinheiro. E falta dinheiro.

Encontramos, igualmente, em alguns registros de políticos e administradores do Ceará provincial, análises que tentam relacionar o financiamento educacional e discutir opções para a superação do caráter descentralizador do Ato Adicional de 1834. Sugeriram que o Governo Central suplementasse verbas para a instrução pública e, em conjunto com as províncias mais desprovidas financeiramente, unisse esforços na melhoria do atendimento.

Um desses registros foi o do Diretor da Instrução Pública, na Província cearense, Hyppolito Gomes Brasil, em relatório do ano de 1865, que aponta a falta de casa e utensílios e destaca, transcrevendo no Relatório, trecho de um texto assinado por um jovem professor com obstáculos à efetivação da obrigatoriedade da instrução primária.

A consignaçon he que todas as mais escolas funcionão em casas particulares, sendo tão acanhadas que nem largos tem para o número de alumnos que as frequentão, a inda mesmo apinha das como teve de ver há pouco por occasião de visita as desta Capital. He em verdade um dos grandes embaraços com que lucha a instrucção primária a falta de casas e utensílus. Casas e utiensilus, há de convir o nobre diretor de Instrução Pública, que custa dinheiro que a nossa pobre Província não tem como dispor, por isso, é mister que os cofres do império nos providenciem a referida precisão. Assinado Jovem Professor Libertário (**O Cearense**, 19 de jun. 1865, p. 2, Arquivo Pessoal).

Outro relatório por nós evidenciado foi o do Presidente da Província cearense, Pedro Veloso, em 1880, a julgar a situação das províncias, responsabilizando também o Governo Central no seu dever constitucional na organização do ensino.

[...] o direito dessas assembleias de legislarem sobre matéria, nem por isso ficou o governo imperial exonerado do dever constitucional; antes entendendo que sem os esforços concomitantes da administração geral, provincial e municipal não conseguiremos uma boa organização do ensino público nos diversos graus da instrução primária (Moacyr, 1939).

As condições dos professores são reveladas no Relatório da Instrução Pública, editado na parte oficial d’**O Cearense**, em 17 de junho de 1865, do Sr. Lafayette Rodrigues Pereira para o Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello.

[...] O aumento de ordenado dos professores é uma necessidade de há muito reconhecida. Sem fazer do professorado uma carreira segura, é impossível obter bons mestres: o talento e aptidão não irão buscar emprego nas profissões que melhor retribuição ofereçam.

[...] Infelizmente, porém a deficiência de meus pecuniários não tem permitido a realização d’este melhoramento. É urgente reforma radical. Cumpre expurgar o professorado de seus membros inábeis, fundar uma escola normal, crear inspecção activa, sincera e vigente, edificar casas para as escolas e dotar-as dos utensílios necessários.

No decurso do Império, os governos, amparados pelo recurso administrativo-político de 1835, “apenas legalizou a omissão do governo central na matéria da garantia do direito social das crianças e jovens brasileiros” à educação popular (Saviani, 2007, p. 17). Assim, fosse qual fosse, o nome escolhido para realização da reforma teria dificuldades para realizar o que fora estabelecido, uma vez que as mudanças eram significativas e ensejaram mais gastos e endividamento, considerando as parcas finanças cearenses.

Por esses e por outros pretextos, as críticas surgiram de todos os lados, inclusive, dos presidentes que substituíram o Senador Pedro Leão Velloso, os quais relatam as dificuldades de efetivação do que foi estabelecido na Reforma de 1881. Em 22 de março de 1882, n’**O Cearense**, topamos, no Relatório presidencial de passagem do Presidente Sancho de Barros Pimentel¹⁴⁵ para o Vice Torquato Mendes Vianna,¹⁴⁶ relatos da atenção por ele conferida à implantação do regulamento de 1881, expondo nestes termos:

[...] Este importante ramo de administração, que tanta solícitude tem merecido dos poderes públicos pela convicção de que nenhuma sociedade será bem organizada e não corresponderá devidamente a seus fins em quanto seus membros não tiverem o processo conhecimento de seus principaes direitos e obrigações, tem merecido n’esta Província particular atenção e interesse assim do respectivo corpo legislativo como da administração, que, de comum acordo não tem poupado sacrificos para o seu desenvolvimento e proficuidade.

¹⁴⁵ O Presidente Sancho de Barros Pimentel nasceu na Bahia e foi deputado provincial por Sergipe e presidente das Províncias do Piauí (1878), Ceará (1882) e Pernambuco (1885).

¹⁴⁶ Exerceu o cargo de Vice-Presidente da Província cearense de 26 de dezembro de 1881 a 22 de maio de 1882.

É uma prova d' esse elevado intuito a nova reforma que acaba de ser promulgada com a lei n. 1951 de 12 de setembro de anno passado, em que se procurou melhorar as condições do ensino de harmonia com as do professorado [...] (**O Cearense**, 4 de abril de 1882, p. 1).

Nessas exposições de motivos do administrador, há uma preocupação relacionada à descontinuidade de ações para a execução das propostas de reorganização da instrução primária, por isso o administrador esclareceu:

[...] Como, porém, sempre succede com todas as reformas ou inovações de regimen, a da instrução publica n'esta Província em seu primeiro período de execução tem caminhado à passo vacilante, atentas as modificações admittidas e os recursos precisos a sua realisação.
A acção do legislador previdente não está adstricta aos recursos de ocasião: deve ir mais longe, estatuinto para o futuro aquellas medidas que então possam prosperar com os meios conjuntamente creados para a sua effectividade [...] (*Idem, ibidem*).

Por sua vez, Torquato Mendes Vianna criticou a falta de planejamento orçamentário de quem o antecedeu na administração, asseverando que

[...] Tal deve ter sido o pensamento que presidio a esta reforma, creando-se a escola normal, augmentando-se as vantagens pecuniárias do professorado e tornando-se remunerada a inspecção local do ensino, ao mesmo tempo que se decretaram novas verbas de receita especialmente applicáveis a este serviço, quando o máo estado financeiro da Província comprovado por um déficit no próprio orçamento vigente não saberia justificar semelhantes medidas [...] (*Idem, ibidem*).

Para enfrentar as dificuldades financeiras, o administrador recomendou, inclusive, no mencionado Relatório, que fossem estabelecidos “os novos impostos e que com estes rendimentos se possa enfrentar os melhoramentos innovados, acredito que causa da instrução será elevada aos intuitos que presidiram a sua última reforma.” Assim, com esse procedimento administrativo-fiscal, a Administração Provincial conseguiria, naturalmente, a suave transição de um outro regime sem prejuízo dos outros ramos do serviço público (*idem, ibidem*).

Assim, ante tais dificuldades, Torquato Vianna resolveu “[...] adiar o provimento dos seis lugares de inspector de districto, creados pelo novo regulamento [...]” (*idem, ibidem*) – ainda que essa decisão inviabilizasse o papel estratégico da Inspeção distrital e local no controle mais efetivo da frequência dos alunos e da supervisão das lições que os professores davam na escola. E, assim, o projeto reformista primário, bastante avançado nos anos de 1881-1882 na proposta de construção do prédio e na formação de quadro de dirigentes que implementariam a reforma pedagógica na administração do Senador Pedro Leão Velloso, recuou na intenção de ampliar o alcance da inspeção distrital, bem como na execução das inovações que ocorriam a passos lentos.

Nesse contexto de revisão da reforma, José de Barcellos regressou da Europa e logo foi dada para ele a tarefa de participar da organização de um novo Regulamento. Isso posto, foi nomeada uma comissão, composta do Inspetor Geral da Instrução Pública – Prof. Amaro Cavalcanti – e dos professores José de Barcellos (recém-chegado de viagem aos países europeus – França e Bélgica) e Joaquim de Oliveira Catunda.¹⁴⁷ Segundo o Presidente Provincial, Sancho de Barros Pimentel, essa comissão tinha a missão de reformar o Regulamento nº 1.951 de 12 de setembro de 1881, assim justificando:

[...] o valor não me permitiu promulgar-a, e que a reforma não podia deixar de trazer aumento de despesa e que, por menor que este fosse, pareceu-me que não podia decretá-lo antes que Assembleia Provincial, convocada extraordinariamente para votar o orçamento, desequilibrado si forem atendidas as razões de inconstitucionalidade porque o devolvi, resolvesse a grande dificuldade que se me antepunha (*ibidem*, 9 de nov. 1882, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Os escassos recursos financeiros e as divergências sobre o papel do Estado como o garante do direito social da instrução pública funcionaram como o estopim para a realização de mais uma reforma no Ceará. E, assim, o novo governo, de Dr. Sancho de Barros Pimentel, autorizou uma nova reforma para o ensino secundário por causa da “decadência do Lyceu e a insuficiência do programma de estudos do curso normal” (**O Cearense**, 9 de nov. 1882, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

No Ceará, a implantação da Escola Normal ocorreu incorporando-a à estrutura do Liceu cearense. Isto posto, as aulas das matérias do programa da Escola Normal, excetuando-se as do ramo pedagógico, seriam ministradas pelos professores dos Liceus. Esse foi o jeito que os administradores provinciais pensaram para resolver a conjunção de problemas conduzida pelo aumento das despesas que a Reforma provocaria. De tal modo, então, o Presidente provincial Leão Velloso solicitou, por meio de ofício, que a comissão organizadora do plano e reforma de 1881, instaurada em abril de 1881, devia atender ao

[...] estado pouco lisonjeiro das finanças da Província que não lhe permite que demandem aumento de despesa, de modo que propondo os melhoramentos de que cogitou o legislador provincial, possam ser logo postos em execução os que não reclamarem novas despesas, caso em que se acha a criação de uma Escola Normal, que, segundo a lei, deve ser instituída no Lyceu, aproveitando se os respectivos professores [...] (**O Cearense**, 20 de abr. 1881, p. 2, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

¹⁴⁷ Joaquim Catunda foi professor do Liceu e o intelectual que representou o pensamento racial e evolucionista no Ceará.

De todo modo, os dois textos reformistas – de 1878 e 1881 – previam a Escola Normal anexa ao Liceu cearense, ocorrendo o partilhamento do corpo docente desse último, que lecionaria as matérias literárias e científicas, sendo que, para esse trabalho extra, a lei previu a elevação do valor dos vencimentos “até duzentos mil reis anuais a gratificação dos lentes, que tiverem acréscimo de trabalho em virtude desta lei” (Castelo, 1970, p. 200). Essa ligação administrativa deu azo a conveniências, em especial, para a contratação de novos professores do estabelecimento que se instituía, os quais poderiam, assim, receber vencimentos equivalentes aos dos prestigiados lentes do Colégio.

Assim, a Escola Normal recém-criada organizava-se no esteio do Liceu cearense em reformulação, contudo, possuidor de um corpo docente com gabarito no ensino secundário e, por essa razão, o Colégio auxiliaria nesses tempos inaugurais o seu funcionamento, pois fazia “parte também do seu professorado, segundo a lei vigente. Dando-se, pois, a junção das duas casas de ensino a melhorada a organização actual do Lyceu só pode resultar vantagem e não prejuízo, assim para o ensino secundário, como para os cofres da Província” (**O Cearense**, 25 jul. 1882, p. 2, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Aliás, por causa do desequilíbrio fiscal nas contas públicas provinciais, o novo governo decidiu pelo tardamento da inauguração, e indicou, inclusive, a necessidade de estabelecimento de novos impostos, provavelmente, para a aquisição de móveis e utensílios adequados à instalação do projeto pedagógico da instituição, além de recursos para a nomeação de professores para o novo regime que seria estabelecido na Instituição.

O certo é que, em 1882, o prédio da Escola Normal concluído e o retorno do pedagogo formado na Europa não foram suficientes para inaugurar os trabalhos de ensino do professorado, conforme informações do Relatório do Presidente Provincial, Pedro Leão Velloso.

[...] Em data de 6 deste mez, o engenheiro das obras provinciaes deu por concluído, o edificio, que na administração do Exm. Sr. Senador Pedro Velloso fora mandado construir para servir de escola normal.

A escola não se acha ainda inaugurada. Apenas existe nomeado professor de pedagogia o cidadão José de Barcellos, há pouco chegado da Europa, para onde fora comissionado pelo Governo Provincial, a fim de estudar os methodos de ensino [...] (**O Cearense**, 19 de dezembro de 1882, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Provavelmente, o afastamento do Senador Pedro Leão Velloso em 26 de dezembro de 1881 da Presidência da Província redirecionou a conjuntura para a efetivação do Projeto da Escola Normal e a situação de mudanças de rumo foi evidenciada mais ainda, dois anos depois,

quando o professor Amaro Cavalcanti deixou o cargo de inspetor geral, em março de 1883, para morar no Rio de Janeiro e assumir o cargo de professor das aulas de Latim do 2º ano do externato do Colégio Pedro II, por designação do Ministro do Império.

Procurava-se de todo modo otimizar os custos e, assim, novas decisões foram tomadas para a Escola Normal e José de Barcellos. Em ato legislativo de 31 de dezembro de 1882, foi estabelecido que, “enquanto não funcionar a escola normal, o que só terá lugar, quando as condições da provincia permitirem ficará adido ao lyceu o professor José de Barcellos” (**O Cearense**, 31 dez. 1882, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Assim, no Liceu cearense, José de Barcellos participava das comissões de bancas de exames gerais preparatórios para as matérias Português e Geografia. E, igualmente, continuava a escrever para a **Gazeta do Norte**. Acharmos até indícios de que traduziu para essa **Gazeta** a obra biográfica **Rouget de L’Isle**, de autoria de Anatole de la Forge. Seus conhecimentos da língua francesa o tornavam apto não apenas para lecionar no ensino secundário no Liceu ou nas aulas particulares, mas para também realizar serviços de tradutor de romances para jornais e folhetins à época (**Gazeta do Norte**, 19 de novembro de 1882, p. 3, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

O projeto reformista da Instrução Primária e da Escola Normal, porém, não poderia recuar e, nesses começos de dificuldades, partiu de José de Barcellos o avivamento do que foi preceituado no documento legal. Assim, cuidando da organização dos espaços pedagógicos e do ensino dos futuros professores primários, doou 194 volumes “de bons livros de ensino” para a futura biblioteca da Escola Normal (**Gazeta do Norte**, 19 de setembro de 1882, p. 3, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Do nosso Pedagogo também partiu uma discussão sobre o uso dos castigos corporais no ensino, que encontramos em um artigo publicado na **Gazeta do Norte**. José de Barcellos evidencia que nas aulas primárias persistiam, ainda que proibidos no Regulamento de 1881, os castigos corporais. De maneira obstinada, o Pedagogo teceu críticas aos professores primários e aos pais que creem no modo de ensinar pelo castigo, e, inclusive, reclamou das autoridades da Inspeção da Instrução de que, omissos, não cumpriam suas atribuições em denunciar aqueles que persistiam no uso do castigo como modelo disciplinador das crianças e jovens.

Em 1882, o Regulamento estabeleceu a proibição dos castigos corporais nas escolas públicas, colégios e escolas particulares, ratificando que o professor que infringisse a determinação dessa normativa poderia ser punido com penas adotadas no Código Penal para tal caso (**O Cearense**, 24 de set. 1881, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

O certo é que a lei é rigorosamente contrária a qualquer castigo físico. Assim intencionou um modelo escolar que abole a cultura da palmatória ou de qualquer outra forma de violência física, ainda que o castigo fosse inerente às práticas do ensino primário do período. Com efeito, atento à necessidade de mudar essa cultura do ensino pelo medo, José de Barcellos, em 1882, publicou na **Gazeta do Norte** o artigo intitulado *Os Castigos corporaes no ensino*, que nos aproximou dos preceitos que possivelmente fundamentaram a elaboração da Lei de 1881. O Pedagogo pronunciou-se assim acerca dessa situação vergonhosa vivida na escola primária cearense em sua época:

[...] Não obstante continua a escola a torturar a infância; em muitas localidades são ainda empregados castigos corporaes como meio disciplinares. E Barcellos indaga: Não se pode ensinar sem bolos! É a phrase que mais de uma vez temos ouvido a membros do pessoal docente; phrase estulta; confissão de completa inépcia senão se sentimentos cruéis. [...] (**Gazeta do Norte**, 20 de set. de 1882, p. 2, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

E continuando sua tese sobre a necessidade de abolir os castigos do cotidiano escolar e das relações entre mestre e aprendiz, argumentou que “Então, sem castigos humilhantes, nem prêmios que lisogem em uns o amor-próprio e o orgulho, em outros excitam a inveja e mais paixões, fazendo amar o dever pelo dever, a escola prepara a creança para vida, formará homens virtuosos, cidadãos uteis” (*idem, ibidem*).

A Pedagogia de Barcellos reclama uma aprendizagem sem o uso dos castigos físicos, mas tomada de afeição, pois a afeição recíproca é a mola do ensino. “Com ella poderá o mestre exigir muito e conseguir muito – tudo, se seu methodo de ensino racional, se aplica os princípios de uma educação psychologica, se torna o ensino útil, interessante, attractivo” (*idem, ibidem*).

Assim, compreende que a educação deve ocorrer em uma relação de estima mútua em situações de confiança entre o mestre e o aprendiz. Dirigindo-se à filosofia de Sócrates, relembra uma história do Mestre filósofo que, “entregando ao que pai um moço cuja instrução empreendera: Não posso conseguir nada: ele não me estima” (*idem, ibidem*). De Herbert Spencer, Barcellos reportou as ideias pedagógicas que defendem “a instrução das crianças não pelo medo, mas pela liberdade, permitindo-lhes aprender a partir das naturais consequências do comportamento errado, sem o envolvimento dos pais” (Gatti Junior; Santos, 2022, p. 312). Para fundamentar ainda mais seus princípios de uma pedagogia da afeição para o ensino-aprendizagem na escola, citou, inclusive, M. Legoivé, famoso escritor, com sua frase notável: “Mestres e discipulos tem um mestre comum: a afeição” (*idem, ibidem*).

Aliás, José de Barcellos, referenciando-se em Herbert Spencer, entende que a cultura do castigo poderia ser justificada para os selvagens e o camponês, pois “bordoadas e palavras pesadas, são castigos de que facilmente se servem o selvagem e o camponio o mais estúpido; nós, os professores, devemos lançar mão de outros meios” (*idem, ibidem*). E nesses tempos não poderia ser diferente, uma vez que nosso Pedagogo foi um dos formadores desse pensamento eurocêntrico no Ceará, transmitindo para seus alunos as teorias que defendiam as diferenças entre povos e raças, cuja ideia da superioridade de homens brancos era dominante.

Nesses tempos dos Impérios,¹⁴⁸ as pseudoteorias de bases biológicas explicavam o progresso das nações europeias segundo o critério da raça. “Apelava-se à biologia para explicar a desigualdade, em particular aqueles que se sentiam destinados à superioridade” (Hobsbawm, 1988, p. 54). O mundo dividido em colônias ou povoados nativos era retratado em artigos científicos ou livros de ficção como estranho e incapaz e, portanto, inferior, enquanto os seres humanos de pele teoricamente branca eram os vencedores, e os que iriam estabelecer o progresso e civilidade. E, dessa maneira, foi se configurando uma cultura branca dominante e essencial para os avanços econômicos e tecnológicos das nações europeias e americanas (Hobsbawm, 1988).

Conforme divisamos, as intenções e preceitos que fundamentavam a Reforma foram bastante ambiciosos e contavam deveras com a implantação do Curso Normal para renovar a realidade lamentável do sistema provincial cearense e que por certo ocorreria nas duas aulas anexas, uma do sexo masculino e outra do feminino, ambientes pedagógicos para realização das novas lições e matérias primárias sob a direção dos professores respectivos e a supervisão do Professor de Pedagogia. As duas escolas serviriam de modelo, portanto deveriam ser devidamente providas com utensílios e mobiliários consoantes aos usados em países de educação mais adiantada, e a matrícula não poderia exceder a cem alunos por aula.

Malgrado a falta de recursos para a instrução primária, achamos indícios de que o Governo Provincial prosseguiria o Projeto de inauguração do curso para normalistas. Por ato administrativo da Secretária do Tesouro Provincial do Ceará, em 18 de setembro de 1882, foi autorizado o Edital N° 36, cujo objetivo foi o recebimento de propostas de fornecimento de móveis e utensílios da Escola Normal. O Edital e, em particular, o anexo: *COPIA – Objectos para Escola Normal* nos permitiram reconhecer os tipos de objetos que seriam adquiridos para organização dos espaços pedagógicos e administrativos nos inícios das atividades escolares.

¹⁴⁸ Termo concebido pelo historiador Eric J. Hobsbawm na obra **A Era dos Impérios – 1875-1914**, que examina o século XIX e o seu lugar na história.

Provavelmente, José de Barcellos participou da elaboração dessa listagem junto ao inspetor geral da instrução e, assim, indicou os móveis essenciais para o início das atividades, listados, em 21 de setembro de 1882, n' **O Cearense**, que divulgou o Edital por solicitação do Governo Provincial nestes termos:

EDITAES
Thesouro provincial
[...]
CÓPIA – Objectos para Escola Normal

- 1 Móvel de vime para gabinete
- 4 Armários, para servir d'archivo, de doze palmos d'altura e seis de largura
- 4 Estantes envidraçadas com as mesmas dimensões
- 4 Mesas de duas gavetas com chaves, envernizadas, pés torneados, de 7 palmos de comprimento, com 4x de largura
- 4 Estrados para as mesas
- 4 Relógios bons mostradores para parede
- 16 Cabides em columna, com 16 tornos cada um
- 1 Lavatório coberto de pedra com jarro, bacia, saboeiro &, de boa louça
- 1 Dito – toucador, com os mesmos objetos
- 6 Bancos de palhinha, com encosto de 12 palmos de comprimento – madeira grossa
- 1 dúzia de boas cadeiras americanas
- 120 Bancos singulares com carteira, conforme o modelo n' esta repartição
- 6 Jogos de escarradeiras de louça
- 4 Escrivatinhas de vidro com pesos, faca de cortar papel &.
- 4 Pastas de 2x palmos de comprimento
- 4 Timpanos
- 1 Prensa com sinete.
- 4 Grandes lousas para exercícios aritméticos, com um metro de altura e dois de comprimento.
- 4 Cestas para depósito de papel rasgado
- 4 Cadeiras de braços sobre rodízio
- 4 Cantareiras de ferro e madeira para quatro jarras grandes
- 12 Capachos pequenos para escarradeiras
- 12 Espanadores de pena

(**O Cearense**, 21 de setembro de 1882, p. 3, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

A relação é formada por objetos diversos para mobiliar as salas de aula e os gabinetes do diretor e professor da Escola Normal. A mobília era simples, por certo, suficiente para iniciar o funcionamento de uma escola, com mesas, cadeiras, bancos singulares com carteira, armários, estantes, escrivatinhas, lousas e pastas, lavatório e relógios com bons mostradores para parede, cestas para o lixo e espanadores de pena. Na relação, contavam outros objetos distantes dos significados que temos hoje acerca do que sejam móveis e materiais

escolares, como estrados para mesas, cantareiras de ferro e madeira para quatro jarras grandes, toucador, tímpanos,¹⁴⁹ prensa com sinete¹⁵⁰ e capachos pequenos para escarradeiras.

Realmente, aos poucos, foi se efetivando a reorganização do ensino primário de 1881. Dentre os muitos intuitos estava o de substituir o modelo de ensino da memorização e palmatória por outro mais moderno, fundamentado no método intuitivo, cuja aquisição do conhecimento “resulta da organização das impressões sensoriais obtidas pela relação homem-natureza” (Zanatta, 2005, p. 169).

Na Escola Normal, antes mesmo da inauguração, foram desenvolvidas as práticas das lições de coisas na 2ª cadeira do ensino primário do sexo feminino da professora Francisca Clotilde Barbosa Lima.¹⁵¹ Essa experiência prévia foi a oportunidade de José de Barcellos aplicar os conhecimentos apreendidos na Escola Normal de Bruxelas sobre o método intuitivo no ambiente de uma escola primária. A professora primária elaborava as lições de coisas das aulas sob a direção dele, aplicando em seguida com as alunas das distintas turmas. O fato é que no curto tempo de aplicação os resultados dessa experiência foram de reconhecimento das autoridades da instrução pública e do meio letrado, bem como dos leitores dos jornais cearenses **Gazeta do Norte** e **Pedro II**.

Foram, aliás, as primeiras referências reguladas para o ensino do método intuitivo ou das lições de coisas, da Reforma de 1878, que exigiram a aplicação, além das matérias já vigentes nas escolas primárias, das “noções elementares [*sic*] das cousas (seus nomes próprios, forma, composição, coloração e propriedades)” (Castelo, 1970, p. 201). Foi prevista, no Regulamento (Leôncio de Carvalho), também, a sinalização da prática do Ensino Intuitivo no programa dos cursos primários e da Escola Normal no município da Corte e províncias (Saviani, 2006; 2007). E, igualmente, o Regulamento Orgânico prevê no programa do ensino primário e da Escola Normal o uso das orientações metodológicas das lições de coisas, inclusive, propõe sua prática, uma vez por semana, pelo professor de Pedagogia da Escola.

¹⁴⁹ Termo da arquitetura que trata de uma superfície da parede decorativa semicircular ou triangular sobre uma entrada. Nele pode conter uma inscrição ou, nos tempos modernos, um mostrador de relógio.

¹⁵⁰ É um pequeno objeto de metal (ouro ou prata) usado como assinatura do proprietário e/ou responsável por uma organização para selar e autenticar documentos e cartas.

¹⁵¹ Em junho de 1882, aos vinte anos de idade, Francisca Clotilde foi aprovada no concurso para professora primária da instrução pública. Nomeada, em 9 de junho de 1882, para a 2ª cadeira do sexo feminino da Capital cearense, pela Portaria assinada pelo presidente da Província do Ceará, Sancho de Barros Pimentel, e endossada pelo inspetor geral da instrução pública Amaro Cavalcanti (Almeida, 2012; Farias, 2019).

José de Barcellos, certamente, se inspirou nos princípios pedagógicos de bases empiristas,¹⁵² sobretudo, da teoria da educação escolar do suíço Johann Heinrich Pestalozzi, e ademais, em duas edições da revista literária **A Quinzena**, de 15 de junho e 5 de julho de 1885, publicou o artigo intitulado *Pestalozzi*. O autor escolheu biografar o Pedagogo suíço, narrando alguns momentos das fases da infância e juventude até os 23 anos, destacando o convívio familiar e as vivências nos colégios e ensino superior em Zurique. Nessa perspectiva, Barcellos se aproximava das origens, das condutas e dos jeitos de ser de Pestalozzi, que nasceu em 12 de janeiro de 1746, em Zurique. Órfão de pai, um cirurgião de origem italiana, sua educação deveu-se a sua mãe e a uma criada que, segundo Barcellos, deixou impressões indeléveis sobre o seu caráter e sua vida, pois tem “tanto de mulher como de homem” (**A Quinzena**, 15 de jun. 1887, p. 1, ACL). Também seu avô, ministro protestante, constituiu-se presença marcante do caráter do Pedagogo, pois foi esta figura que o iniciou nas realidades de vida da população pobre.

Seguindo a escrita biográfica do Pedagogo suíço, José de Barcellos evidenciou que, ainda jovem, Pestalozzi estudou o pensamento revolucionário dos ideários republicanos de Rousseau nas obras **Emílio** e **Contracto Social** e iniciou o curso de Direito em Zurique, o qual não finalizou por causa de ameaças sofridas pelo governo motivadas por uma publicação que foi censurada do periódico patriota **O Memorial**. A circunstância de coação da perda dos direitos civis o fez agricultor, contudo, não prosperou nesse ofício. Aos 23 anos, casou-se com Anna Schulthes, de família rica. Para Barcellos, a grandeza da obra pedagógica de Pestalozzi “foi seu amor, enexhausto pelos pobres, fracos e ignorantes: foi seu coração puro, sua alma ardente, seus infalíveis esforços, seu sublime sacrifício pelo bem-estar moral e intelectual da humanidade” (*ibidem*, p. 81).

Cambi (1999) esclareceu que, depois da experiência fracassada de agricultor do Educador suíço, ele concentrou todos os seus esforços da vida em prol da educação de jovens, estudando e formulando os métodos, intuitivo e mútuo. A maior grandeza da obra do Pedagogo foram a experimentação educativa e a reflexão pedagógica (p. 420), perpassado pelas ideias rousseauanas e, mais tarde, incorporou os ideários da liberdade, racionalidade e de moralidade de Kant. Assim, por meio das ideias pedagógicas de Pestalozzi, o Ensino Intuitivo foi instituído na normativa cearense e na vida de José de Barcellos, pressupondo a educação dos sentidos, ou seja, realizada “pelo aspecto, pela realidade, pela intuição, pelo exercício reflexivo dos sentidos,

¹⁵² A ideiação empirista “concebe a mente humana como tábua rasa e afirma que todos os valores morais e intelectuais provém da experiência sensível” (Valdemarin, 2006, p. 104). Francis Bacon (1561-1621), filósofo inglês que priorizou o conhecimento sobre o mundo físico, e o inglês Jonh Locke (1623-1704), criador do modelo pedagógico, foram havidos como os principais fundadores do movimento empirista (Cambi, 1999).

pelo cultivo complexo das faculdades de observação” (Calkins, 1886, p. VII). Partindo do princípio da intuição como formador do pensamento, “Pestalozzi desenvolve uma educação elementar que parte dos elementos da realidade, tanto no ensino linguístico como na matemática, analisando-os segundo o ‘número’, a ‘forma’ e a ‘linguagem’ (Cambi, 1999, p. 419).

Em meados do século XIX, teve curso a educação dos sentidos de Pestalozzi e de seus discípulos, Fröbel um deles.¹⁵³ A essas alturas, o método começava a ser adaptado para uso na instrução de crianças por meio de manuais que, didaticamente, orientavam o uso do método intuitivo para professores e pais, auxiliando assim a aplicação desse procedimento pedagógico em *lições de coisas*. Essa transposição didática facilitou a compreensão desse modo de ensinar que privilegiava a observação e ação e reivindicava uma escola primária mais concreta, racional e ativa, e bem mais próxima da realidade dos estudantes e das famílias (Faria Filho, 2003; Valdemarin, 2006).

Como sinal desses tempos, José de Barcellos escreveu o livro **Ensino Simultâneo da Leitura e da Escripita**, publicado em 1883 na Tipografia do Libertador. Com 45 páginas e 41 lições, a obra consiste em manual para o ensino da leitura e escrita para professores das aulas primárias, com instruções metodológicas para realização do processo de alfabetização. O compêndio, provavelmente, foi fruto das práticas do ensino de escrita e leitura que aplicou na escola da professora Francisca Clotilde.

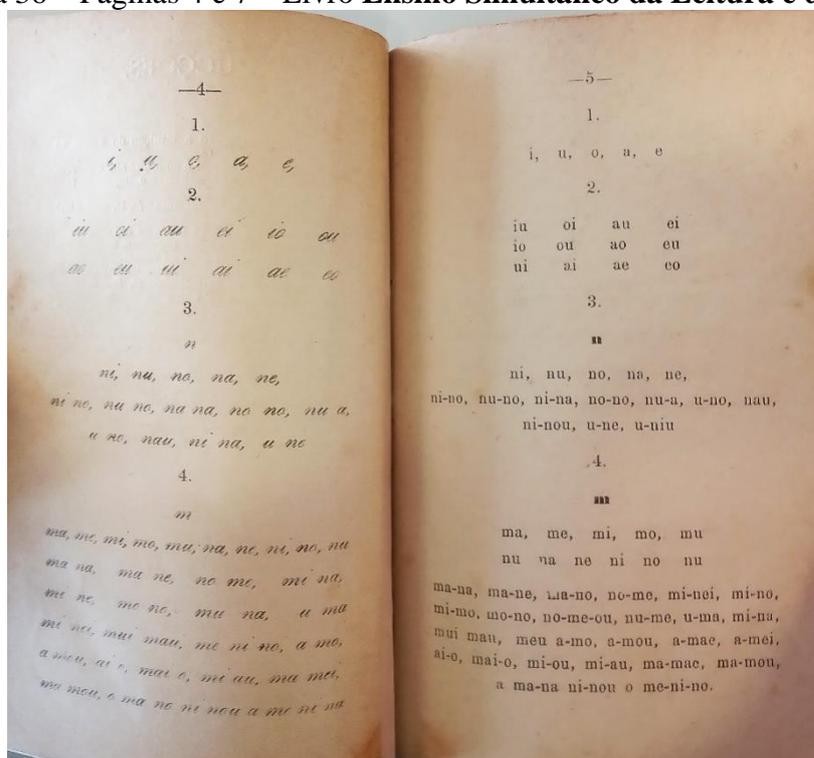
E, assim, com o propósito de auxiliar o professor primário e os aspirantes do magistério, o manual apresenta dez instruções pedagógicas para processos de iniciação à leitura. Começa sua orientação didática deste modo: “dar primeiro a intuição do som e fazer com que os alunos o repitam.” Em seguida, no quadro negro, “traça a letra articulando o som que ella representa, repete esta operação até tornar-se a impressão profunda e duradoura.” Na terceira instrução, o professor “nomêa as letras pelo seu som: fe, le, & e não effe, ele, emme.” A escrita da letra deve ser reproduzida inicialmente na ardósia¹⁵⁴ pelos alunos. Nesse método, “à medida

¹⁵³ O pedagogo alemão Friedrich Fröbel (1782-1852) foi discípulo de Pestalozzi em Yverdon, cidade suíça onde desenvolveu o método dos sentidos para o ensino da primeira infância. Para Cambi (1999, p. 425), “há três aspectos que podemos destacar no pensamento educativo c Fröbel: a concepção da infância; a organização dos jardins-de-infância; a didática para primeira infância.”

¹⁵⁴ Conhecida como “pedra”, “laje” ou “lousa”, a ardósia surgiu para o uso do Ensino Mútuo nas aulas de primeiras letras. Seu uso é uma forma de substituir o emprego de penas e tintas, naquela época, muito caras para o ensino das crianças pobres. Segundo Valdeniza Maria Lopes da Barra (2013, p. 123), “Pestalozzi teria sido o responsável pela introdução do emprego escolar da ardósia nas escolas primárias da Suíça das escolas mútuas teriam preconizado e difundido o emprego escolar da ardósia que eram tarde ao papel e à pena.” Na segunda metade do século XIX, a ardósia era bastante utilizada como “caderno de rascunho”, enquanto o papel era empregado para a “caligrafia” ou para os trabalhos nos quais se desejasse “conservar o traço” (Barra, 2013, p. 134).

que os alumnos aprendem as consoantes, devem ir combinado-as com as vogaes” (Barcellos, 1883, p. 3).

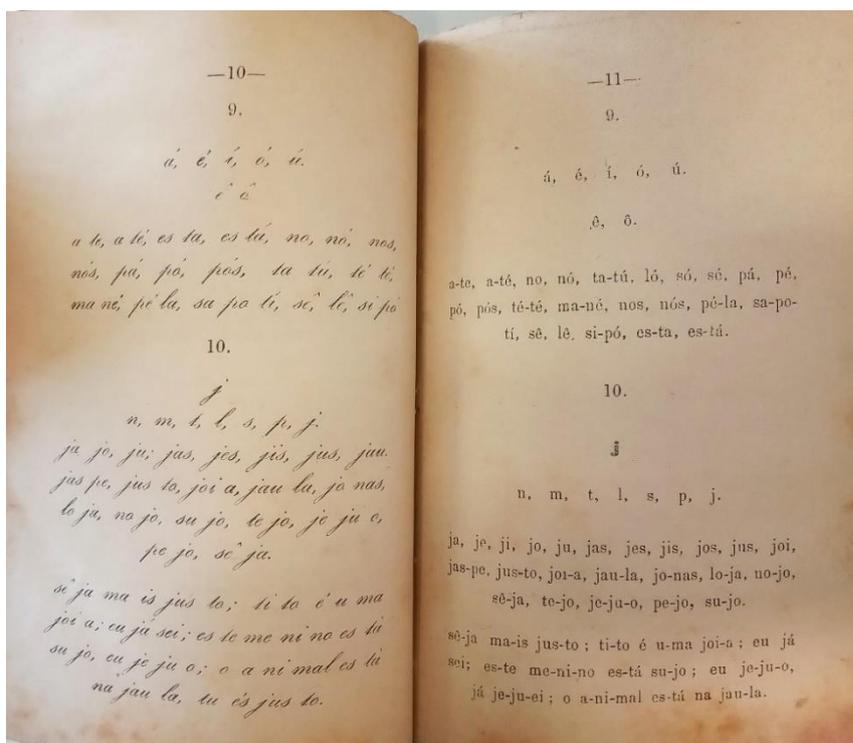
Fotografia 36 – Páginas 4 e 7 – Livro **Ensino Simultâneo da Leitura e da Escripita**



Fonte: Setor de Obras Raras – BECE.

Na defesa do seu processo didático, Barcellos foi categórico: “Não soletrar nunca; syllabar diretamente e fazer distinguir as articulações bl, tr & como se fossem compostas de uma só letra” (*ibidem*, p. 3). Desse modo, propõe o ensino da escrita e da leitura na perspectiva pedagógica do método sintético, quando prioriza as unidades silábicas, ou seja, os elementos mínimos da escrita, as letras, para chegar ao todo, as palavras e as frases (Ferreiro; Teberosky, 1985).

Nessa perspectiva didática, é fundamental a correspondência entre o som e a grafia para evitar confusões no processo da alfabetização. Assim, as sílabas são formadas pela junção da consoante e vogais, que são repetidas para que as crianças decodifiquem o escrito em som. Em seguida, os professores realizariam “exercícios no quadro preto, antes de leitura no livro”.

Fotografia 37 – Páginas 10 e 11 – Livro **Ensino Simultâneo da Leitura e da Escripção**

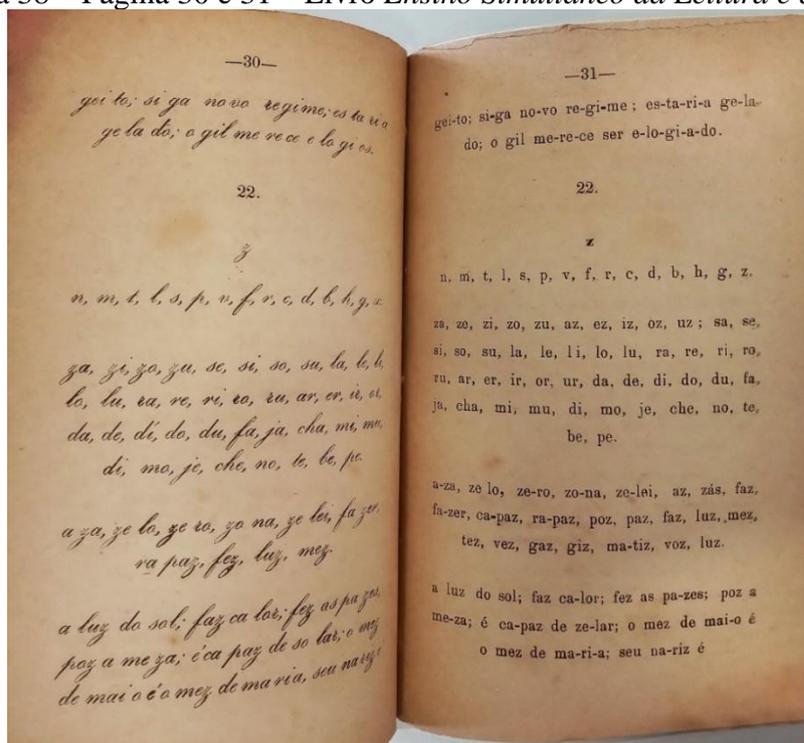
Fonte: Setor de Obras Raras – BECE.

Neste entendimento, o processo consiste na “análise auditiva para se separar os sons e estabelecer as correspondências grafema-fonema (isto é, letras-som)” (Ferreiro; Teberosky, 1985, p. 19). Portanto, os estudos das letras e das suas unidades silábicas precisam ocorrer separadamente para evitar confusões entre as grafias-som.

Para finalizar os dez passos, recomendou a prática de “exercícios de escripção acompanhando os de leitura, de modo que os alunos aprendam a escrever as letras que lhes forem ensinadas”. Orienta no sentido de que o professor deve

Repetir sempre. As repetições vão sumariamente indicadas no livro. O professor, depois de ter escripto no quadro preto as combinações formadas com a última consoante ensinada, escreve manda ler combinações que quiser recordar. Os alunos lêem depois as linhas escriptas, da direita para a esquerda, da esquerda para a direita, de cima para baixo (Barcellos, 1883, p. 3).

Como se vê, Barcellos, seguindo o enfoque sintético da alfabetização, propõe uma didática da repetição de sílabas sugeridas no manual. Essas combinações com a última consoante ensinada devem ser escritas e lidas, portanto, é preciso recordar.

Fotografia 38 – Página 30 e 31 – Livro *Ensino Simultâneo da Leitura e da Escripção*

Fonte: Setor de Obras Raras – BECE.

No final do manual pedagógico, encontramos pequenos textos que abordam os princípios da educação civil, moral e religiosa. As lições de moral aconselham as crianças e jovens para a virtude e os bons modos. Exemplo é a Lição 35 que narra a história de um avô muito velho que pediu aos seus netos que fossem bons e virtuosos:

Um velho, muito velho, estava um dia rodeado de sus netinhos. Soria-se para eles, abraçava-os ternamente.

Meus netinhos, disse o velho, sejam bons e virtuosos. Deus os abençoará; façam o bem, fujam do mal, amem-se uns nos outros, amem ao próximo, aos pobres, aos desgraçados, a tudo o que faz bem e bello, e a Deus sobretudo que é a própria bondade. O amor de deus e dos homens há de dar-lhes a paz da consciência e com ella a alegria e a felicidade.

- Sim, vovô, disseram os meninos, nós seremos bons e virtuosos para que vossa mercê goste de nós e Deus nosabençoe (Barcellos, 1883, p. 43).

Esse livro testemunha um tempo em que Barcellos, preocupado com o direito das crianças cearenses de aprender a ler e a escrever, elaborou orientações para professores primários praticarem por meio do ensino simultâneo o ensino de leitura e escrita em suas aulas primárias.

Por sinal, em 14 de agosto de 1885, na primeira página d'**O Cearense**, destacou a adoção do livro pelo conselho da instrução pública cearense.

Fotografia 39 – Conselho de Instrução e Adoção do Livro – 1884

Instrução.—O conselho de instrução adoptou na sessão de hontem o methodo de ensino simultaneo da leitura e da escripta por José de Barcellos.

Fonte: O Cearense, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

Na vanguarda, o Pedagogo organizou manual didático para uso dos professores com exercícios por unidade silábica e as respectivas demonstrações das combinações de letras, sílabas e palavras por lição, conforme o método sintético de alfabetização. O ensino da escrita e da leitura com método simultâneo, certamente, foi aplicado na formação dos futuros professores da Escola Normal que seria em breve inaugurada e, posteriormente, adotado nas escolas reunidas e nos grupos escolares no Ceará República.

Realmente, os elaboradores da Lei de 1881 endossaram um modelo de ensino renovador oposto aos preceitos e práticas do modelo jesuítico com bases na memorização oral e abstrato. Desse jeito, sugestionavam modos de ensinar mais condizentes nesses tempos de renovação, ancorados na experiência dos sistemas de ensino ianque e europeu que, possuidores do modo de produção industrial e de uma sociedade cada vez mais global, desenvolviam esse método em suas escolas.

As boas-novas da experiência de ensino foram publicadas por **Gazeta do Norte e Pedro II**, que apresentaram a importância do feito intencionado no Regulamento de 1881. Com o título *Ensino intuitivo*, o editorial da **Gazeta do Norte** foi um documento que garantiu alcançar, ainda que em um tempo tão distante, as primeiras práticas de ensino intuitivo no Ceará. Para começar, o editorial evidenciou as iniciativas, até aquele momento, do Presidente Provincial, Dr. Satyro Dias, que doravante decidiu realizar

[...] com os minguados recursos de que dispunha esta Província para subvencionar a instrução publica e especialmente a normal, mui pouco se poderia tentar de proveitoso no sentido de dotal-a de professores capazes.

Não sendo possível exigir-se maior somma de sacrificios ao contribuinte para applical-os a este ramo de serviço público, entendeu o Exmo. Sr. Dr. Satyro Dias tentar, dentro das reais orçamentaes. Alguma cousa de útil e progressivo para alargar a esfera da instrução elementar, melhorando especialmente os methodos de ensino.

[...] por dar acertado destino ao edificio em que deviam funcionar a Escola Normal, mandando transferir para elle 2 escolas, do sexo masculino e 1 do feminino e adotando em seguida a medida de aproveitar os conhecimentos pedagogias do ilustrado professor José de Barcellos, oferecendo lh'as para teatro de suas experiências. [...] (**Gazeta do Norte**, 29 de nov. 1883, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

O prédio, concluído no ano de 1882, estava sem uso e, considerando a precariedade das aulas públicas da Capital e os excessivos gastos para a construção do edifício da Escola, era urgente ocupá-lo, dar-lhe funcionalidade, considerando os fins educativos de sua construção e existência. E, apesar da ausência dos móveis que ainda estavam sendo adquiridos pelo Governo Provincial, o professor de pedagogia e metodologia, José de Barcellos, dava início às práticas das *lições de coisas* na aula feminina de Fortaleza, orientando e supervisionando os ensinamentos das matérias do programa das turmas primárias. O resultado da primeira experiência foi assistido pelo redator do folhetim e comentado assim:

[...] No curto lapso de tempo que decorre do ensaio do novo regimen escolar até o presente, não era de esperar senão relativos adiantamentos de alunos, mal costumados, senão viciados pela anterior educação rotineira.
A prova de hontem veio demostrar quanto pode fazer o ensino racional, a boa vontade e o inteligente esforço do professor, auxiliado por methodo adiantado.
Crianças de 8 a 12 annos, arguidas sobre noções primeiros das sciencias naturaes responderam conscientemente, com segurança e notável aproveitamento. [...]
(**Gazeta do Norte**, 29 de nov. 1883, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Na aula da professora Francisca Clotilde, a matéria Ciências da Natureza foi realizada pelo método das *lições de coisas*. As meninas da escola também aprenderam, como foi observado no exame, as noções de Física, Geografia e Aritmética. Segundo o editorial, o desempenho da turma era superior ao das outras classes elementares da Província. É possível também reconhecer alguns dos conteúdos lecionados na aula, bem como os passos metodológicos seguidos das *lições de coisas*, instrumento usado nas escolas para o Ensino Intuitivo que deste modo o redator descreveu:

[...] Sobre a figura do esqueleto humano mostraram designadamente cada um dos seus ossos, com a respectiva nomenclatura scientifica, enumerando as propriedades de algumas partes do corpo.
Noções de physica, de geographia, de arithmética e doutrina christã, acompanhados quanto possível de explicações inteligentes, revelaram grau de adiantamento, nas alumnas, superior ao que ordinariamente se encontra nas classes elementares.
A recitação de versos e a leitura de prosa patentearam em algumas meninas grande desembaraço e compreensão dos respectivos trechos. [...]
(**Gazeta do Norte**, 29 de nov. 1883, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Além disso, a professora ensinava a declamação de versos e a leitura de prosa. Observamos, no relato, que as meninas estudavam a doutrina cristã, que, ausente do Regulamento, estava na rotina de ensino da escola, bem como no exame final da turma. O artigo procurou, de toda maneira, sugestionar no leitor o entusiasmo pelo acontecimento, prova decisiva da revolução operada pela Pedagogia e métodos do ensino pelos sentidos – além de

reconhecer igualmente o papel de José de Barcellos na experimentação do método como orientador da professora.

O que, porém, faz sobressahir os exames a que assistimos é a revolução operada nos methodos do ensino.

Até bem pouco – à escola não passava, entre nós, de uma pobre officina de ensinar materialmente a ler sem expressão, sem verdade, sem a compreensão dos textos.

O methodo intuitivo, ensaiado pelo Sr. José de Barcellos, baniiu aquelle mau systema, tornou a escola um attractivo para creança, onde vai aurir, quase sem esforço, conhecimento uteis, diremos mesmo, necessários aos manejos da vida ordinária.

(*idem, ibidem*)

Por certo, o objetivo principal do editorial da **Gazeta** consistiu em apresentar aos leitores do jornal o sucesso desse feito para o ensino das crianças cearenses. A difusão desse método nas aulas primárias da Província significaria, por conseguinte, a substituição da pedagogia da memorização e dos tratos violentos, uma vez que

Os conhecimentos passaram a ser adquiridos como manda a grande mestra natureza pela percepção dos fenômenos, sua similitude ou dissimilhança, sem a intervenção de agentes estranhos.

Ver o objecto, comparal -o a outros, distinguir-lhe as propriedades, conhecer-lhe as applicações tal é a marcha seguida pelo methodo intuitivo, cujo ensaio acaba se ser feito entre nós. [...]

(**Gazeta do Norte**, 29 de nov. 1883, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

O artigo ressaltou novamente as ações do Presidente Provincial, ainda que com poucos recursos, conseguindo realizar o feito de introduzir o Método Intuitivo nas lições de uma aula primária, significando um importante passo para as mudanças que ocorreriam no ensino do Ceará.

Os fructos começam desde já a coroar a patriótica tentativa, prometendo larga mésse em futuro próximo.

O Exmo. Sr. Dr. Satyro, a quem devemol-o, teve a satisfação dever compreendidos os seus intuitos, podendo regozijar-se com os exames de hontem, pois são os primeiros passos para um melhoramento que não se demorará em generalizar-se.

Muito há que fazer n'este sentido. Mas já é consolodor saber-se que os nossos esforços são traduzidos em benefícios reaes para mocidade. [...]

(*idem, ibidem*).

O exame também foi noticiado no editorial do **Pedro II**, *Escola Annexa*, e, inclusive, o texto nos dá indícios da aprovação das crianças, bem como dos ares de satisfação de todos pelo sucesso dos feitos, dizendo que “Todos, ao terminar o acto, se mostrarão satisfeitos pelo nova face que vai tomando o ensino e as creanças que sorrião-se recitando

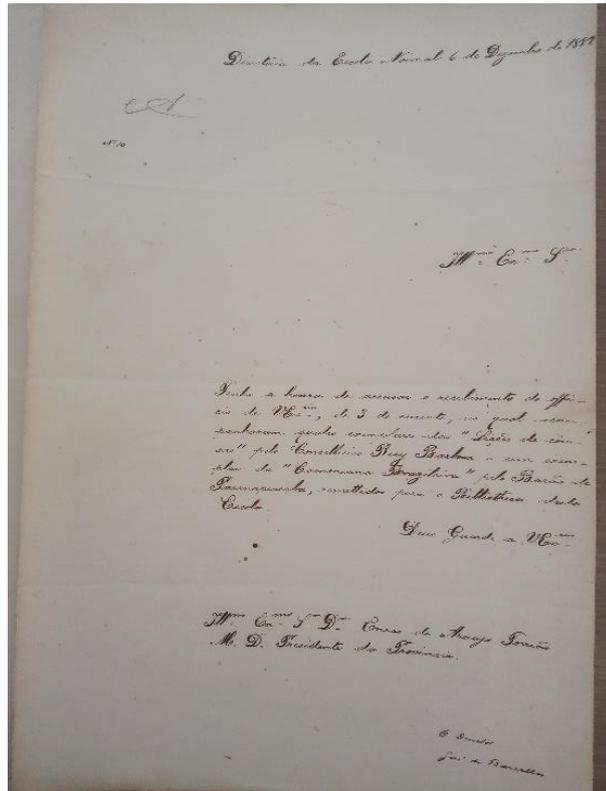
versos e cantando hymno bem mostrarão na clareza das respostas um aproveitamento lisonjeiro e perfeito” (**Pedro II**, 4 de dez. 1883, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Ao mesmo tempo, o jornal do Partido Conservador reconheceu, identicamente ao do órgão liberal **Gazeta do Norte**, os trabalhos dos pioneiros do método intuitivo no Ceará, elogiando “de coração à zelosa e digna professora e o illustrado professor José de Barcellos, e esperamos que o novo methodo iniciado na provincia, colha no futuro, os mais brilhantes e proficuos resultados” (*idem, ibidem*).

Assim, as experiências aplicadas nas aulas da professora Clotilde, em 1883, marcaram os inícios teórico-práticos do ensino intuitivo que, de certo modo, vincularam o ensino a uma pedagogia de característica experimental, ou seja, mais científica, que usava a observação e a sistematização pormenorizadas dos objetos e coisas da natureza. Esse modo de ensinar foi aprofundado no livro **Primeiras lições das coisas – Manual de ensino elementar para o uso dos paes e professores**, no qual o autor da obra, Norman Alisson Calkin (1886), esclarece os procedimentos pedagógicos para emprego dos professores e pais.

Os passos orientadores das lições de Calkins, traduzidos pelo conselheiro Ruy Barbosa, da Diretoria da Corte e do Conselho Superior da Instrução Pública da Bahia, e publicados no ano de 1886, em bases gerais, recomendavam que os estudos fossem realizados do exame do particular para o geral. As lições começavam pela identificação das qualidades gerais e das partes, e seguiam pelo reconhecimento das utilidades, relacionando-as aos seus diversos usos, perguntando, inclusive, o uso do objeto no ambiente do trabalho. Após os estudos de ordem particular, o professor pedia que os alunos descrevessem a espécie ou gênero a que pertencia o objeto em foco (1886, p. VII).

O Manual apresentava os passos metodológicos para serem seguidos nas lições das crianças por professores das escolas primárias ou nas aulas das escolas normais de Pedagogia e Metodologia aplicadas nas escolas anexas. O livro instrumentalizaria a prática dos professores e dos aspirantes ao magistério do Brasil com informações sobre a metodologia, além de ensinar “noções acertadas sobre o uso dos processos intuitivos geralmente aplicados nas escolas de povos cultos” (Calkin, 1886). Inclusive, achamos indícios do seu uso no ensino da Escola Normal do Ceará em um ofício da direção da Escola Normal, de 6 de dezembro de 1887, ao Presidente da Província, que informava o recebimento de quatro exemplares do livro **Lições de Coisas** em 1885.

Fotografia 40 – Ofício da Escola Normal – 1887 – Livro: **Lições de Coisas**

Fonte: APC - Fundo Instrução Pública - Escola Normal

Diretoria da Escola Normal de 6 de dezembro de 1887.

III^{mo}. Ex.^{mo} S^r.

Tenho a honra de acusar o recebimento de officio de V. Ex.^{mo}, de 3 corrente, ao qual, acompanharam, quatro exemplares das “Lições de coisas” pelo Conselheiro Ruy Barbosa e um exemplar da “Camoneana Brasileira” pelo Barão de Paranapiacaba, remetido, para a Bibliotheca desta Escola.

Que Guarde a V. Ex.^{mo}

Ill^{mo} Ex.^{mo}. S^r. Dr. Eneas de Araujo Torreão
M, D. Presidente da Provincia.

O Diretor
José de Barcellos

OFÍCIO TRANSCRITO
por Adriana Madja dos Santos Feitosa

O prédio da Escola outrora ocupado pelos professores e as crianças das duas escolas primárias em setembro 1883, igualmente, foi a pouco e pouco frequentado pelo pedagogo José de Barcellos, que dirigia e orientava os professores das duas escolas primárias nas práticas das *lições de coisas*. Por certo, o movimento da entrada e saída das crianças deu vida e significado social ao edifício que estava havia quase um ano fechado, aguardando orçamento para sua inauguração. E assim esse movimento educativo deveras encorajou a administração provincial e os professores da área pedagógica a iniciarem o projeto do curso, mesmo que sem as condições

ideais postas no Regulamento de 1881 (**O Cearense**, 29 de setembro de 1883, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

A essas alturas, após o reconhecimento dos resultados obtidos com as crianças da 2ª cadeira da Capital, da professora Francisca Clotilde, havia um plano a seguir para inaugurar, em 1884, a Escola Normal que, inicialmente, consistiu em publicação pela Secretaria da Inspeção da Instrução Pública, conforme está no edital de matrícula a seguir:

EDITAES

Instrução publica

Escola Normal

De ordem do Ilm.º Sr. Inspector geral interino Rufino Antunes de Alencar, faço público que do dia 15 a 28 do corrente estará aberta a matrícula da escola Normal para os que se quiserem dedicar ao magistério.

O candidato que quiser matricular-se deverá provar perante a Inspeção Geral:

1.º ser maior de 18 annos; sendo homem; de 11 sendo mulher.

2.ª moralidade, bons costumes e isenção de crime.

3º ter sido vacinado e não soffrer enfermidade contagiosa ou que o inhabilite para o magistério.

4º estar devidamente autorizado, sendo menor por seu pae ou tutor.

5º ter sido approvedo nas seguintes matérias:

I Instrucção moral e religiosa.

II leitura

III Escripta.

IV Operações fundamentaes da Arithmetica em números inteiros.

V. Princípios de Grammatica

A condição do § 5º será satisfeita em exame oral e escripto perante o Inspector da Instrucção publica e dous examinadores por ele nomeados.

Secretaria da Instrucção Pública do Ceará, 9 de fevereiro de 1884.

(**O Cearense**, 10 de fev. 1884, p. 2, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional)

Divergindo da Reforma de 1878, que admitia a matrícula na Escola Normal de nacionais e estrangeiros que provassem ter pelo menos 16 annos, os reformadores do Regulamento de 1881 abandonaram a questão da nacionalidade e, posicionando-se quanto à idade de matrícula ser aos 18 annos para sexo masculino e para as mulheres no mínimo 16 annos, exigiam a autorização do pai ou tutor de ambos os sexos caso o aluno fosse menor. Para fins de inscrição na Escola, seria obrigatória também a aprovação nas matérias de leitura, escrita, operações fundamentaes de Aritmética em números inteiros e princípios de Grammatica.

Na ocasião, permaneceu a obrigatoriedade para apresentação de atestados de moralidade e bons costumes, seguindo as formalidades dantes praticadas à entrada da carreira do professor primário. A moralidade religiosa e cívica significou uma das maneiras de a pessoa alcançar a virtude e o caminho do bem, inclusive era compreendida como a solução para renúncias das paixões, imoralidades e vícios, causas das enfermidades do corpo e da mente.

Ademais, a comprovação da moralidade e dos bons costumes foi item obrigatório para a admissão dos professores primários ao Estado Imperial, constando outrora na Lei de 15

de outubro de 1827, que estabeleceu, no Art. 8º: “examinados cidadãos brasileiros que tiverem em gôzo de seus direitos civis e políticos, sem nota na regularidade de sua conduta” (Castelo, 1970, p. 49). Assim, para a entrada no cargo, era obrigatória a apresentação de certidões de conduta para os exames de capacidade de professores efetivos e adjuntos, desse modo, ficando essa característica para a matrícula dos normalistas cearenses, acabou mantida e, igualmente, os postulantes deveriam mostrar as folhas corridas e os atestados de conduta elaborados por párocos da localidade onde eram residentes.

Outra novidade consistiu na exigência do pretendente “de ter sido vacinado e de não sofrer enfermidade contagiosa ou que o inabilite para o magistério” (**O Cearense**, 25 de set. 1881, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional). Por certo, a tragédia da varíola que afligiu a população cearense foi considerada pelas autoridades de ensino, de modo a requisitar pela primeira os atestados de saúde e de vacina. Por sinal, a decisão é sugestiva dos benefícios das ciências e das medidas sanitárias para o bom convívio social.

Ademais, nesses inícios, era preciso definir os lentes do Liceu que iriam assumir as aulas não pedagógicas e em seguida organizar o processo de nomeação dos professores das duas escolas anexas. Por último, o prédio precisaria ser organizado para começar o seu funcionamento, era urgente a organização dos espaços com os móveis e utensílios adquiridos para a Escola.

Em adição, a Reforma estabeleceu as instalações de uma biblioteca com acervos das obras de Pedagogia e das doutrinas do programa do curso, e de um Museu Escolar¹⁵⁵ de Ciências Naturais, formado de “pequenas coleções” para as aulas teóricas e práticas no ensino de Ciências e Física e para o ensino das *lições das coisas*. Esses dois equipamentos pedagógicos constituíram-se indícios vigorosos de que a renovação se aproximava da escola cearense.

Na segunda metade do século XIX, as novas tecnologias educacionais chegavam em notícias jornalísticas que divulgavam produtos escolares advindos da indústria inglesa e estadunidense. A principal vitrine de mostra dos novos equipamentos desses tempos imperiais foram os grandes eventos de *Exposição Universal*,¹⁵⁶ recorridos como estratégia dominante pelas nações desenvolvidas, Inglaterra, França e Estados Unidos, para expansão da hegemonia da cultura eurocêntrica e do projeto capitalista em curso. Assim, o mundo ocidentalizava-se

¹⁵⁵ No Brasil, os museus escolares surgiram, a partir de 1879, da participação do Brasil “nas exposições internacionais, do contato com as publicações e de visitas a estabelecimentos estrangeiros” (Pereira, 2019, p. 99).

¹⁵⁶ Em 1851, a Exposição Universal de Londres recebeu mais de seis milhões de visitantes, contou com a participação de 25 países e mais de 13 mil expositores que exibiam produtos nacionais especialmente selecionados, que eram julgados por categorias (**A Exposição Universal de Londres de 1851 e o Palácio de Cristal, 2020, p. 1**).

“pelas imagens, ideias e aspirações transformadas de minoria desenvolvida, tanto pela força e pelas instituições como por meio do exemplo e da transformação social potencias ocidentais” (Hobsbawm, 1988, p. 114).

No Brasil, a circulação dessa cultura ocorria quando os administradores provinciais e a elite letrada, entre os quais professores e diretores escolares, viajavam à Europa e aos Estados Unidos da América do Norte para participarem dessas exposições. Em seu retorno, apresentavam-se em conferências e faziam relatórios com detalhes acerca do que viram sobre esses objetos escolares e sobre a aplicação deles nas escolas brasileiras. Por certo, esses relatos eram considerados pelos administradores provinciais para a aquisição de móveis, equipamentos e materiais didáticos que seriam utilizados nas escolas como facilitadores do Método Intuitivo, e, portanto, imprescindíveis para a renovação intencionada.

José de Barcellos, também em seus relatórios de viagem que realizou à Europa (1881-1882), expôs observações da reunião da Comissão Especial instituída por Mr. Jules Ferry, Ministro da Instrução Francesa, para estudar propostas de desenvolvimento do ensino das Ciências Física e Naturais nas escolas normais primárias e estabelecimentos de ensino primário. No que ouviu de uma das reuniões, o professor Barcellos destacou a discussão sobre viabilidade de aparelhos de reprodução fotográfica, em especial, para populações rurais.

O Ministro francês justificou que esse instrumento poderia tornar o ensino proveitoso, interessante e atrativo. “Começa-se não pelos grandes centros, onde abundam as facilidades, affluem as boas vontades, os recursos, os meios de acção, mais precisamente onde tudo falta e onde seria mais necessário recorrer a esses meios novos para triumphar da indiferença ou da ignorância” (**Gazeta do Norte**, 8 de março de 1882, p. 2, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Salientou Mr. Jules Ferry que “a Comissão que se ocupe de um duplo fim: fazer penetrar por intermédio das escolas normais o uso desse processo de demonstração tão largamente e tão felizmente aplicado ao ensino superior, o d’outra parte, habituar o público do interior às conferências populares com projeções” (*ibidem*, 8 de março de 1882, p. 2, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional). O nosso Pedagogo, que posteriormente foi nomeado diretor da Escola Normal, ensimesmado com o mecanismo de projeções luminosas e, em especial, no procedimento pedagógico do uso em aulas de Ciências Naturais e Físicas, até mesmo informou no relatório o endereço e o valor dos aparelhos para as escolas primárias e escolas normais, da fábrica de aparelhos, lanternas mágicas e o manual de uso do projetor.

Em consequência, esse movimento renovador possivelmente favorecia a substituição da precária mobília e dos poucos utensílios presentes na velha escola-mestra,

compostos por bancos, assentos, mapas de traslados, ponteiros, compêndios, régua, lápis de ardósia, por outros modernos e adequados ao novo método, como “coleções de ciências; quadros do reino vegetal; quadros negros parietais; caixas para o ensino das cores e formas; quadro do reino vegetal; gravuras; objetos de madeira; cartas de cores para a instrução primária; mapas; diagramas; caixas com pedra e metais” (Saviani, 2007, p. 139). Dessa maneira, a atmosfera da renovação praticada pelas nações avançadas estaria presente no Ceará e assim, mesmo que em intenção, aproximava-se da estrutura pedagógica e dos materiais didáticos aplicados nos Estados Unidos da América do Norte e Europa.

Tempo depois, o diretor José de Barcellos, em 8 de março de 1889, ao Presidente Eneas de Araujo solicitou lista de materiais escolares necessários para efetuar o novo modelo de ensino preceituado na Reforma de 1881 para as aulas da Escola Normal e as das duas escolas anexas. No ofício, o diretor da escola deu sinais das condições da escola após quatro anos da inauguração, destacando, em especial, a necessidade de completar as coleções do Museu de História Natural transferidas do Museu Provincial para a Escola. Informou que, para o ensino do programa de Geografia e Física e Química, os materiais inexistem e o Museu pouco auxilia nas aulas de Zoologia. Ademais, as duas escolas possuíam poucos recursos para a realização do programa do ensino das crianças e do método intuitivo. Solicitou a aquisição de mobília na Escola Normal que, segundo o Diretor, “limita-se a algumas dúzias de cadeira comuns, por isso faz-se mister fornece-lhe pelo menos 15 bancos carteiras” (APC, Fundo da Instrução Pública, CX. 68).

Havia um plano a seguir para iniciar o Curso Normal da Escola, em 1884, que, inicialmente, consistiu na inauguração do prédio e, portanto, era urgente a sua organização para a solenidade inaugural. Era necessária pressa, pois se avizinhava março, mês previsto para a inauguração, uma vez que havia a ideia do Governo de juntar o projeto socioeducacional renovador da Escola Normal ao Movimento de Abolição dos Escravos cearenses.

Daí por diante, o projeto educativo de habilitação do professorado a cada dia se aproximava da vida da escola e do povo. Em 16 de fevereiro de 1884, o inspetor interino da instrução pública, Rufino Antunes de Alencar, por Ofício do Governo Provincial no dia 8 de fevereiro de 1884, solicitou ao engenheiro da Província, bem como ao professor de Pedagogia e Metodologia, que apresentasse “com urgência um orçamento das obras acessoria indispensáveis e uma relação dos moveis e utensílios estritamente necessários para que possa aquelle estabelecimentos funcionar regularmente” (**O Cearense**, 16 de fev. 1884, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Nessa mesma comunicação, o inspetor geral, atento aos prazos exíguos que deveria cumprir até a inauguração do prédio e observando as recomendações do Conselho de Educação, autorizou o início das matrículas, considerando o que recomendavam os artigos 125 e 126 do Regulamento, de 12 de setembro de 1881. Aliás, o médico Rufino de Alencar, percebendo a impossibilidade de cumprir o período prescrito no Art. 126 da Norma, esclareceu que excepcionalmente nesse primeiro ano de funcionamento do estabelecimento o período da matrícula deveria ser prorrogado até o dia 28 de fevereiro. Posto isso, a data da inauguração solene da Escola Normal foi reagendada para o dia 3 de março, assim como a abertura das respectivas aulas (*idem, ibidem*).

Foram quase dois anos esperando por esse momento, e então era chegada a hora de dar início às atividades da direção, que consistiam nesses começos em listar os móveis e utensílios necessários para o funcionamento regular dos estabelecimentos. Ainda teria que organizar a secretaria escolar para o recebimento da matrícula e auxiliar o Inspetor Geral da Instrução Pública na solenidade de inauguração. Eram muitas as tarefas naquele início e todo o trabalho não o desanimava, posto que desde a sua volta da Europa que aguardava por esses tempos.

Buscava nos apontamentos dos estudos e do que foi observado planejar os trajetos desse projeto educacional. O tirocínio que realizou na Escola Baiana e as experiências nos colégios de Campos/Rio de Janeiro como diretor interino, e, por último, os estudos do curso de Pedagogia realizado na Bélgica, todas essas práticas, certamente, seriam consideradas para as definições de orientações mais seguras dos seus quefazeres.

Realmente o tempo exíguo foi empecilho para a realização de tantas atividades. E assim, de novo, encontramos o Edital da Inspetoria Geral Provincial anunciando a prorrogação das matrículas, dessa vez até o dia 15 de março, para os alunos que quisessem frequentar a Escola Normal (**O Cearense**, 29 de fev. de 1884, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional). A prorrogação da matrícula talvez fosse estratégica para ganhar mais tempo na organização do funcionamento, ou, quem sabe, fosse um indício da ausência de interesse dos jovens no ingresso em uma profissão tão desprovida de atrativos sociais e econômicos.

Por sinal, a má remuneração e a falta de formação sempre foram motivos de queixas dos diretores da instrução pública, que consideravam como obstáculos à melhoria do ensino no Império brasileiro. Aliás, o professor José de Barcellos, nos estudos que fez dos sistemas de ensino europeus, deteve-se em examinar a carreira dos professores primários desse período. Em um desses registros do sistema de ensino suíço, observamos como era a carreira dos professores primários dessa Nação, conforme relato feito por nosso Pedagogo:

[...] A carreira do professorado nada tem de invejável. Em primeiro logar a escola normal não é gratuita; os alunos mestres pagam uma pensão que varia de 400 a 450 francos por anno. É preciso dispor-se de um pequeno capital e sobe Deus porque privações passam os pobres paes para que seus filhos venham a ser mestres escolas, como dizem eles com orgulho.

O professor ganha de 1,200 a 1,500 francos, dá-se-lhe casa com um pequeno jardim. O professor de collegio ganha de 2,000 a 3,200 francos, conforme as localidades; porém tem de ensinar muitas matérias e passar nas aulas a moir parte do tempo.

Não há aposentadoria para os professores. Quando já estão muito velhos e que já não podem leccionar com vantagem, são dispensados, tendo aviso de demissão com dous mezes de antecedência. Se desejam deixar o emprego, devem prevenir a administração dous mezes antes.

Quanto um professor cae doente, parte de seu ordenado é destinado para pagar se ao substituto, de sorte que ao pobre professor primário não é permitido ficar doente, sob pena de ver entrar em casa a miséria sob forma de um ordenado reduzido à metade.

[...]

(**Gazeta do Norte**, 28 de nov. 1882, p. 2, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Os registros, feitos para a folha **Gazeta do Norte**, informavam, desde a preparação e habitação, ordenados que recebiam pelo trabalho, bem como sobre a vida dos mestres aposentados em alguns Estados europeus. Desse modo, as anotações nos permitiram perceber que a carreira docente não só no Brasil, mas também em boa parte da Europa naquele tempo era pouco atraente para o ingresso e para a continuidade na profissão.

O período de administração do Presidente Satyro Oliveira Dias foi decisivo para a instauração da Escola, pois, mesmo com orçamento limitado, se empenhou “por tudo que diz respeito ao melhoramento da instrucção pública da provincia” (**O Cearense**, 19 de mar. 1884, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional). Seguindo a meta governamental de iniciar os trabalhos de ensino da Escola Normal nos aproximados dias de março de 1884, cuidou de “observar as obras, que se estão executando sob a direção do engenheiro da Província, e do professor de pedagogia Sr. José de Barcellos. ” Após a inspeção do local, o administrador avaliou que “o estado das referidas obras permite que se realice a inauguração daquela escola no próximo sábado, 22 do corrente. ” (*idem, ibidem*).

Barcellos teria cinco dias para os ajustes finais da solenidade de inauguração, cuidando dos detalhes na organização dos espaços educativos para o uso do curso que se iniciaria para as futuras professoras e em receber os convidados que participariam da solenidade. Dessa forma, dois dias antes, a Secretaria da Instrucção Pública do Ceará encaminhou convites aos professores públicos e particulares, aos diretores da instrucção primária e secundária e ao público em geral da Capital para participarem da solenidade inaugural que ocorreria na manhã do dia 22 de março às 11h30min, nos salões do prédio da respectiva Escola (**O Cearense**, 22 de mar de 1884, p. 2, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

E, realmente, o grande dia chegara. Depois de três anos da solenidade da Pedra Fundamental, em 1881, a nossa Escola Normal, finalmente, foi inaugurada por Satyro Dias. Provavelmente, o professor José de Barcellos, presente à solenidade, escutou o discurso do Presidente, que agradeceu, conforme publicação d'**O Cearense**, “aos Drs. Inspector geral; engenheiro da Província e professor José de Barcellos, pelo auxílio eficaz, que lhe prestaram para o fim de realizar-se aquella solenidade de tão auspicioso futuro para a instrução primaria da Província” (23 de março de 1884, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Além do discurso inicial do Presidente da Província, também o inspetor da Instrução Pública, Dr. Rufino de Alencar, e o Rev. Dr. Frota, professor do Liceu cearense, proferiram palavras eloquentes que o momento vindicava. Também discursaram políticos dos Movimentos Abolicionista e Republicano, a exemplo de Júlio Cezar Filho, que, com Guilherme Studart, criou o *Centro Abolicionista*,¹⁵⁷ e bem como o Dr. Almino, que supomos seja o abolicionista Almino Álvares Afonso, que, no período, participava ativamente dos movimentos para a abolição dos escravos no Ceará. O fato é que, nesses dias, em Fortaleza, transitavam militantes do movimento abolicionista brasileiro e que marcaram sua presença na inauguração do primeiro templo de formação do professor.

Encerrada a sessão de inauguração, os participantes iniciaram a visita do prédio que, segundo o redator d'**O Cearense**, “se achava interna e externamente muito bem ornado, especialmente as duas escolas anexas e os saguões de entrada, onde estavam expostas as colleções de história natural e muzeo pedagógico” (*ibidem*, 23 de março de 1884, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Possivelmente, os visitantes conheceram os ambientes escolares de quatro salas de aula e o gabinete do professor e diretor – além da visita à biblioteca escolar com os livros doados pelo professor José de Barcellos e do museu pedagógico adquirido pela Província, que, nessa ocasião, poderiam ser vistos pelos convidados. Suas peças constavam de coleções de mapas do corpo humano e esqueleto para uso no ensino intuitivo/lições das coisas das crianças das escolas anexas. Também foi citada no editorial do jornal a presença das coleções de história natural de vegetais e animais empalhados, por certo, emprestadas pelo Museu provincial e advindas do

¹⁵⁷ No Ceará, o *Centro Abolicionista* tinha à frente o então Guilherme Studart (Barão Studart), Júlio Cesar da Fonseca Filho, João Lopes Ferreira Filho, Antônio Miranda e muitos filiados que adotavam uma linha mais moderada ligada ao governo com perspectivas legalistas. Em contraposição à Sociedade Cearense Libertadora dos abolicionistas João Cordeiro, Antônio Bezerra, Jose de Amaral Frederico Borges, Antônio Martins, José Teodorico, José Marrocos, Isaac Amaral, os quais travavam uma luta contra o Estado Imperial e a sua constituição (Nascimento, 1994).

Gabinete Imperial. Essas coleções seriam utilizadas no ensino secundário em aulas de Ciências da Natureza.¹⁵⁸

Assim a programação da solenidade inaugural seguia para o encerramento com visitação ao primeiro prédio da Escola Normal, situado na Praça Marquês de Herval, hoje Praça José de Alencar, e, para finalizar, a banda do corpo da polícia tocou para as pessoas presentes.

Esse tempo, entretanto, não foi de contentamento, pois existiam contrariedades reveladas no noticiário político da **Gazeta do Norte**, os quais nos dão indícios das disputas político-partidárias entre os liberais do Senador Paulo Pessoa e da família dos *Pompeus* que desencadeavam entraves ao funcionamento do estabelecimento nesses momentos inaugurais da Escola Normal. A propósito, de dois dias depois da inauguração da escola, achamos uma notícia da Escola Normal da mencionada **Gazeta** contestando a afirmação de que foram esquecidos da inauguração. E, com o propósito de dirimir os murmúrios, tratavam de esclarecer a sua versão, dizendo que

[...] A verdade não pode ser ignorada do próprio deve estar S. Exc. lembrado de que só chegou o convite a mãos do Dr. Thomas Pompeu, deputado federal, delegado especial da instrução publica, lente da Escola Normal e Lyceu, depois que um amigo comum estranhou à presidência esse esquecimento.

Quanto a redacção da *Gazeta do Norte* só recebeu convite do Sr. Inspector da instrução o publica poucos minutos antes de ter logar a celebração da festa inaugurativa da Escola.

É além disto certo de que, um dos mais distintos membros da comissão, que elaborou o regulamento orgânico, atualmente em vigor, o Sr. João Brígido, foi esquecido; bem como outros cidadãos, nossos amigos, cujos nomes não precisamos declinar, sobretudo para os que estiveram presente aquella solenidade.

Em face deste proceder – é ou não lícito acreditar se que houve proposito de arredarnos do acto official da abertura da Escola Normal? [...]

(**Gazeta do Norte**, 2 de abr. 1884, p. 2, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

A ausência do chefe político Tomaz Pompeu da solenidade inaugural, certamente, representou a atmosfera de acirramento político-partidário com que Barcellos conviveu nesses tempos, momento de “política de aldeia estreita, sem horizontes” (**Gazeta Do Norte**, 2 de abr. 1884, p. 2, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional). De fato, o filho do Senador Pompeu foi um dos grandes entusiastas do modelo da Escola Normal para a preparação do professor na

¹⁵⁸ Referências obtidas pelo pesquisador Francisco Levi Jucá Sales em 3/01/2024. Essas informações foram completadas por João Hippolyto de Azevedo e Sá na obra *Memória Histórica de 1912*, professor de Ciências Físicas e Naturais da Escola Normal que falou o seguinte sobre as coleções do Museu quando assumiu a disciplina: “Foi ainda no tempo do governo monárquico que o Ceará recebeu de uma médico conterrâneo o Dr. Joaquim Antônio Alves Ribeiro, a oferta de uma valiosa coleção de Zoologia, contendo perto de 800 exemplares da fauna indígena, outra mais reduzida de arqueologia e uma outra por igual de Numismática. Esse museu, depois de ter por algum tempo ficado anexo à Biblioteca pública, veio a ser colocado da Escola Normal” (*Memória Histórica de 1912*, *apud* Olinda, p. 61).

Província cearense. Seus estudos realizados sobre a instrução popular podem ser observados em livros que se encontram no acervo do Instituto do Ceará (IC) provenientes do seu gabinete de leitura. Na obra educacional **Ensino normal primário na Prússia**, inclusive, identificamos notas de estudo em páginas feitas, provavelmente redigidas por ele. Além disso, no acervo do Instituto do Ceará, há exemplares do Regulamento Orgânico de 1854 e do Regulamento Orgânico da Escola Normal do Ceará – 1889.

José de Barcellos, por vezes, foi o substituto de Tomaz Pompeu na matéria de Geografia e História, quando o lente do Liceu era licenciado das suas funções de docente para cumprir mandatos de deputado provincial ou geral. Essa correlação profissional de José de Barcellos com o filho do Senador Pompeu não significou, deveras, vínculos de amizade. Trechos de cartas trocadas com João Brígido sugerem que o nosso Professor teve pouca afinidade com o deputado Tomaz Pompeu, a não ser o conhecimento da matéria que ambos lecionavam, confessando que “[...] poucas vezes vejo Pompeu. Vou pouco a pouco aborrecendo aquela sequidão, aquele coração que parece vazio” (**Folha do Povo**, 5 de dezembro de 1831, p. 3, BECE).

Da segunda metade do século XIX, encontramos indícios de herdade da família Pompeu nas reformas da instrução pública de 1855, 1882 e 1889. E é fato que foi de longo tempo sua atuação como professor de Geografia e História da Escola Normal. Também contribuiu com a Escola Normal, atuando no cargo, realizando, conforme Olinda (2005, p. 38), “um trabalho incansável, por sacrífico, amor, abnegação à pátria e nunca deixou de trabalhar pelo menos 12 horas por dia.” Aliás, o Dr. Tomaz Pompeu participou como elaborador dos regulamentos da educação nos anos de 1911 e 1918, período da Primeira República brasileira (*ibidem*, 2005).

Na análise política da **Gazeta do Norte**, o esquecimento por parte do gabinete do presidente foi intencional, e, portanto, ensejou o não comparecimento do grupo político-partidário dos Liberais-Pompeus na inauguração da Escola Normal. E, realmente, daí por diante, eram permanentes as críticas relacionadas aos altos custos de construção do prédio e às ações das diretrizes do Regulamento em 1881 realizadas pelo diretor da Escola Normal acerca da lotação de novos professores, bem como à autoridade de José de Barcellos nos exames de habilitação dos professores. A Escola Normal foi se configurando nesses tempos em meio a esses embates que ora favoreciam o grupo dos Liberais/Conservadores liderado por Paulo Pessoa ora os Liberais-Pompeus.

No jogo de poder político-partidário, os Liberais-Pompeus defendiam o empréstimo realizado pelo Presidente Leão Velloso, que, em 1881, no uso do cargo, autorizou a construção

do edifício da Escola Normal, bem como a realização da comissão de José de Barcellos para estudar na Europa os métodos de ensino primário, e, inclusive, alegavam que

[...] Quando a Província emittia apólice à 8 e 9% e além de uma grande dívida fluctuante, achava-se ainda em dificuldades para pagar a do Banco do Brazil, creouse a Escola Normal, levantou-se o edifício, que consumo mais de trinta contos, foi nomeado o professor com 2:400\$000 e mandado à Europa à custa da Província estudar os melhores methodos, e tudo foi bom. [...] (*idem, ibidem*).

Em defesa do ilustre Presidente, o noticiário do Gazeta do Norte, publicado em 2 de abril de 1884, reafirmava o empréstimo como oportuno, uma vez que as finanças do governo à época do início de construção do prédio eram propícias para tal ato. Assim, os correligionários do Senador contestavam, prontamente, a crítica do jornal de oposição a fim de honrar o conceituado administrador.

[...] Há n'esta asserções inverdades propositaes para ferir ao senador Leão Velloso, aquém fizemos a devida justiça quando noticiamo-a inauguração da Escola Normal. Em primeiro lugar o honrado Senador nunca emittiu apólice à taxa de 9% em segundo a situação econômica do Ceará não era peor do que actualmente [...] (*idem, ibidem*).

No meio desse imbróglio de interesses vis, encontravam-se José de Barcellos e a Escola Normal, ele que, nesses tempos inaugurais, trabalhava com afinco, ao lado da congregação e professores, para estabelecer os princípios e os objetivos dos modelos de preparação de docentes no Ceará. Por certo, as incumbências do Professor de Pedagogia eram complexas, em particular, pois também era de sua responsabilidade a direção da organização dos trabalhos administrativos e pedagógicos, mesmo sem estar, até então, nomeado no cargo. Agora era chegado o momento de realizar o que foi estabelecido e, além do mais, se for possível, fazer ajustes necessários da Reforma de 1881.

Passados os primeiros quinze dias, o Inspector da Instrução Pública abriu vagas para o concurso de professor para as duas cadeiras anexas à Escola Normal que foram criadas pelo Art. 123 do Novo Regulamento Orgânico (**O Cearense**, 16 de abr. 1884, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional). Desde o mês de setembro de 1883 as escolas da Professora Francisca Clotilde e do Professor Tomas Carvalho funcionavam nos salões do edifício da Escola Normal em suas aulas. Naquele momento, eram praticadas as *lições de coisas* sob a direção do professor José de Barcellos. Então, com a inauguração do prédio e o início das atividades, era inadiável regularizar as situações das duas escolas, uma vez que práticas anexas faziam parte integrante da Escola Normal.

Na estrutura pedagógica da Escola Normal de duas escolas primárias superiores

anexas, uma para cada sexo, os professores observavam o ensino e realizavam as aulas de Metodologia, provavelmente, supervisionados pelo professor de Pedagogia e Metodologia. Nessa estrutura, tanto os aspirantes ao magistério quanto os professores efetivos sem titulação praticavam, diariamente, durante o ano letivo, as matérias do ensino primário, que compreendiam:

1. Instrução moral.
 2. Instrução cívica.
 3. Lições de cousas.
 4. Leitura; exercicios de recitação.
 5. Escripta.
 6. Grammatica portugueza; analyse grammatical, logica e etymologica; exercícios de redação e composição.
 7. Princípios de arithmetica.
 8. Systema legal de pesos e medidas.
 9. Noções elementares de geographia geral; geographia do Brasil e especialmente da Província do Ceará.
 10. Noções de história do Brasil; factos principaes da história do Ceará.
 11. Elementos de geometria plana e de desenho linear.
 12. Noções elementares de sciencias phisicas e naturaes (ensino oral e prático).
 13. Rudimentos de música com exercícios de solfejo e canto.
 14. Trabalhos de agulha (para o sexo feminino).
 15. Economia doméstica.
- (**O Cearense**, 28 de set. 1881, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Além desses conteúdos já conhecidos do programa primário do Império, reconhecemos novidades no Art. 175 do Regulamento de 1881, quando inseriu no programa o ensino oral e prático das noções elementares de ciência física e natural e o ensino de rudimentos de música com exercícios de solfejo e canto. Para as meninas também era inédito o ensino de Economia Doméstica. Integravam-se a essa programação os ensinamentos das *Lições de coisas* que seriam levados a efeito pelo professor de Pedagogia da Escola Normal, uma vez por semana (*ibidem*, 28 de set. 1881, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

As duas escolas anexas cearenses seguiram a organização do modelo misto. Assim, os aspirantes ao magistério aprendiam a lidar com o ensino para os meninos e as meninas. E fato é que, em 1881, ano da Reforma, a organização por classes mistas era inexpressiva no sistema de instrução cearense. Das 209 escolas públicas de instrução primária, havia 16 mistas, enquanto 105 do sexo masculino e 88 do sexo feminino (Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Ceará pelo Presidente da Provincia Leão Velloso: Fortaleza: **O Cearense**, BECE, Setor de Obras Raras, 1881, p. 59).

O ensino realizado nas classes mistas só poderia ser ministrado por mulheres, e foi o expediente administrativo usado nos governos provinciais e da Corte para resolver a problemática das localidades onde eram insuficientes os números de alunos de um e outro sexo para abertura de aulas públicas (Sousa, 2006) – diferenciando-se do co-educar, que para Jane Soares

de Almeida “se refere ao ato educativo no qual ambos os sexos aprendem na mesma escola, na mesma classe, nas mesmas horas e utilizando-se os mesmos métodos, as mesmas disciplinas e com os mesmos professores, todos sob uma direção comum” (2005, p. 64).

Assim, as escolas anexas sob a fiscalização do diretor da Escola Normal estariam sob a mesma égide da organização administrativa do Liceu, uma vez que, na reforma do ensino secundário, estabeleceu-se a fusão entre os dois estabelecimentos da instrução pública secundária das províncias em 1881. E, assim, “A dar nova organização ao ensino secundário, o capítulo 4º do Regulamento de 1881 faz a Escola Normal e do Liceu o um só estabelecimento, respeitando os direitos dos atuais professores.” O fato é que os dois professores das escolas anexas pertenceriam ao quadro dos professores do Liceu, usufruindo dos mesmos direitos dos outros lentes.

Em relação às escolas anexas, era imperativo regularizar a situação dos professores com o fim de incorporá-los à congregação da Escola Normal. E, de fato, após a realização do concurso por ato administrativo de 26 de junho, o Governo provincial nomeou “os professores públicos do ensino primário d’esta capital Thomas Antônio de Carvalho e D, Francisca Clotilde Barbosa Lima para as respectivas cadeiras do ensino primário superior, anexas à escola Normal” (**O Cearense**, 28 de jun. de 1884, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Foi no dia 14 de abril que se deu o início das atividades do primeiro curso de preparação de professores primários do Ceará. O acontecimento foi publicado no Edital de 12 de abril de 1884 pela Inspeção da Instrução Pública, e também anunciado aos leitores de jornais do Ceará. **O Cearense**, inclusive, em dois dias consecutivos, 15 e 16 de abril, divulgou o Edital, ainda que após a data prevista para o início das atividades. Na comunicação, além da data do início do curso, são informados os horários das cadeiras ministradas, bem como os livros adotados no curso da Escola Normal no ano de 1884 (**O Cearense**, 15 e 16 de abril de 1884, p. 3, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

O curso funcionaria, segundo as informações do Edital, de segunda a sábado, no turno da manhã, a partir das 8 horas, e se estenderia até o final da aula de Pedagogia e Metodologia, que se iniciaria diariamente às 10 horas. As aulas tinham duração de 1 hora, exceto a de Pedagogia e Metodologia, ministrada pelo professor José de Barcellos. Os horários das cinco cadeiras: *Portuguez, Mathematicas, Geografia e História, Sciencias naturaes, Pedagogia Methodologia* foram distribuídos de maneira alternada na semana, considerando, por certo, os horários disponibilizados pelos lentes do Liceu que ministrariam aula na Escola. Aclaramos no quadro o horário das matérias informadas no Edital – Escola Normal:

Quadro 14 – Horários das Cadeiras – Escola Normal – 1884

CADEIRA	DIA DA SEMANA					
	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
HORÁRIO	8h às 9h					
1ª <i>Portuguez</i>	x		X		x	
2ª <i>Mathematicas</i>		x		x		x
HORÁRIO	9h às 10h					
3ª <i>Geographia e História</i>	x		x		x	
4ª <i>Sciencias naturaes</i>		x		x		x
HORÁRIO	10h em diante					
5ª <i>Pedagogia Methodologia</i>	x		x		x	

Fonte: (O Cearense, 15 e 16 de abril de 1884, p. 3, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional) – Elaboração própria.

No mencionado Edital, encontramos os livros adotados para os estudos das cadeiras secundárias do curso para professores primários do Ceará. Na listagem, constavam, respectivamente, as matérias, os livros e seus autores: **Portuguez – Grammatica**, de Bento Oliveira (selectos dos quatro autores); **Mathematica – Arithmetica Elementar**, de Miguel Maria Jardim; **Elemento de Geometria**, de Adrien Marie Legendre; **Elementos de Desenho linear**, Ayres de Albuquerque Gama; **Geographia e História – Geographia**, de J. M. Lacerda e **História**, de Joaquim Manuel de Macedo; **Sciencias naturaes**; não foi adotado compendio algum e **Pedagogia – Pontos** (*idem, ibidem*).

Como se vê, para a matéria Pedagogia e Metodologia não foi adotado livro, certamente Barcellos produzia os pontos dos estudos realizados na Escola Normal de Bruxelas, por isso preferiu organizar os conteúdos em pontos elaborados. Teria também que traduzir o material, uma vez que os conteúdos de Pedagogia eram produzidos na língua francesa. Também não havia indicação do material didático da cadeira das Ciências Naturais, indício de vacância dessa cátedra, que permaneceu durante o ano de 1884 e que somente foi ocupada em 1885.

No Regulamento de 1881, enquanto as noções de Ciências Físicas e Naturais (ensino oral e prático) constavam no programa das escolas primárias, a matéria Ciências Naturais estava ausente do programa do Curso Normal. Realmente, essa assimetria precisava ser corrigida com a inclusão da disciplina Ciências Naturais para a aplicação do método intuitivo de base científica e das *lições de coisas*. Essa desarmonia dos dois programas foi corrigida com a introdução das *Noções elementares [sic] de sciencias naturaes* no Regulamento da Escola Normal de 1885,¹⁵⁹ elaborado após a Lei nº 1977, que autorizou reformar o ensino secundário no Ceará.

¹⁵⁹ Lei de 29 de julho de 1882, que autorizou o Presidente da Província do Ceará a reformar o ensino secundário e reformar uma parte do Regulamento da instrução primária.

Contratempos financeiros e políticos retardaram a aprovação dessa normativa. Somente em 26 junho de 1885 o *Regulamento da Escola Normal da Província do Ceará* foi finalizado e entregue à Assembleia Provincial para os deputados cearenses, como vemos no noticiário d'**O Cearense** de 18 de julho de 1885: “O ilustrado professor Sr. José de Barcellos ofereceu-nos um exemplar do ‘Regulamento da Escola Normal’, que agradecemos” (*ibidem*, p. 2, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

A contar dessa reforma, o programa do ensino para a preparação dos professores compreendia seis matérias, conforme estabeleceu o Art. 6: assim, foi possível designar um professor para lecionar na Escola.

1. Pedagogia e Methodologia. Princípios de instrução cívica.
 2. Língua Portuguesa
 3. Língua Franceza
 4. Mathematicas Elementares
 5. Geographia geral; Geographia do Brazil e especialmente da Província do Ceará - História do Brasil, factos principais da história do Ceará.
 6. Noções elementares de sciencias naturaes.
- As matérias dos nº 2º, 3, 4 e 5 serão leccionadas pelos respectivos professores do lyceu. [...] (Regulamento da escola normal da Província do Ceará, 1885, p. 125, Arquivo Histórico; INEP).

A criação da cadeira de Ciências da Natureza do Liceu motivou a candidatura de correligionários dos partidos conservadores e liberais para tornar-se professor secundário, os quais desejavam assumir o prestigiado cargo de lente no Liceu e possuir um emprego público. Bacharéis candidatavam-se a dar aulas gratuitas, justificando dedicação à instrução pública e patriotismo. Até mesmo o engenheiro Henrique Theberge propõe ao presidente provincial lecionar “princípios geraes de sciencias physicas e naturaes e desenho linear ou elementos da geometria prática, sem outra retribuição além de que percebe como engenheiro da provincia e fiscal tecnico de iluminação pública” (**O Cearense**, 17 abr. 1884, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Outro caso foi a candidatura de João Francisco de Sampaio, que, igualmente ao engenheiro Theberge, se apresentou para o Presidente Satyro Dias para lecionar gratuitamente na cadeira de Ciências Físicas e Naturais da Escola Normal, pois o governante não só agradeceu a dedicação à causa da instrução como aceitou a oferta do serviço e, em seguida, comunicou ao inspetor provincial, conforme o ofício transcrito no dia.

[...] Officio. – Ao Sr. João Francisco Sampaio. Sendo da maior utilidade a admissão do ensino das sciencias physicas e naturaes nos cursos normaes, e achando se consignada essa idea no § 12 do art. 155 do regulamento da instrucção desta provincia, aceito com satisfação o offerecimetoto que V. S^a acaba de fazer-me, em carta desta

data, para leccionar gratuitamente as noções da referidas sciencia na escola normal cuja inauguração deve amanhã realizar se louvo e agradeço a V. s^a, em nome da provincia esse acto de patriotismo e dedicação à causa da instrucção.

- Comunicou-se ao inspector geral da instrucção publica. [...] (**O Cearense**, 18 de mar. de 1884, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

O aceite do Presidente à candidatura de João Francisco Sampaio motivou queixas sobre a irregularidade dessa contração, uma vez que,

[...] no programma de ensino da Eschola Normal não existe cadeira de physica; o Dr. Satyro Dias aceitou apenas os serviços que um particular oferecia à instrucção, e que João Sampaio, não só não prestou, porque somente uma vez foi à Eschola, mas era incapaz de prestal-os, caso frequetasse-a, por ignorância (**O Cearense**, 5 de fev. de 1885, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Por sinal, encontramos em publicação d'**O Cearense**, do ano de 1885, mais indícios das posições contrárias à maneira como a Reforma da instrucção primária foi configurada pelos correlegionários dos Liberais-Pompeus, à época liderados por Nogueira Acioly. Os militantes da família Paula Pessoa, dessa vez, noticiavam os arbítrios na contratação dos professores sem concurso para a Escola Normal e de aulas primárias, dizendo que

[...] Ilegaes e imprudentes, como a nomeação de João Sampaio, foram as de professores primários, em paga de votos aos candidatos do governo; mas temos esperança em que há-de vir um governo moralizado que de faça todas essas infâmias, obrigando ao mesmo tempo a serem recolhidos ao tesouro dinheiro d'elle percebidos contra expressa disposição de lei [...] (*idem, ibidem*).

Não obstante, os verdadeiros interesses do professor não foi o sentimento de dedicação à pátria, pois “João Sampaio só apareceu na eschola uma vez, e agora, à conselho do Sr. Carlos Ottoni, requer a nomeação effetiva para uma cadeira que não existe no programma de ensino normalista!” (*idem, ibidem*).

Por certo, José de Barcellos conviveu nesse ambiente de disputas político-partidárias que perdurou pelo tempo de implantação dessa Reforma no Ceará. O uso do aparato do Governo Provincial para nomeações ilegítimas para a Escola Normal, bem como professores primários, é indício da configuração do modelo político oligárquico de Nogueira Acioly, que teve seu apogeu na Primeira República. Realmente, a tensão maior consistia nessas disputas por liderança partidária local, pois, como esclarece a notícia, foi

[...] No intuito de dotar a Província de professores habilitados, que tornassem menos estéreis os sacrifícios que faz com a instrucção publica, creou a Assembleia Provincial, de acordo com a administração, uma Eschola Normal para a preparação do professorado a instar dos paizes adiantados. Edificou-se um prédio em que se gastaram desenas de contos; foi à Europa, à custa da Província, a estudar os melhores

metodos de pedagogia o respectivo professor, cujas habilitações estão acima de toda contestação; crearam-se mais duas escholas adjuntas para o ensino prático. E quando todos esses sacrifícios deviam começar a corresponder às esperanças da Província, o espírito de rotina associado aos manejos da pequena política vieram provar que eles eram inteiramente inúteis. [...]
(**O Cearense**, 19 de fev. 1885, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

O descontentamento dos correligionários conservadores e liberais ligados ao Senador Paula Pessoa vinculava-se, essencialmente, ao favorecimento local partidário. Esses conflitos no ambiente da Assembleia Provincial foram permanentes e obstaculizaram a nomeação de professores e, conseqüentemente, retardaram a realização de um programa para a formação dos futuros professores na Província. Por outro lado, a nomeação do professor Barcellos estava acima de qualquer contestação dos grupos políticos no Ceará, ainda que existisse a visão de que José de Barcellos era um protegido dos Liberais-Pompeus.

O Regulamento da Escola Normal (1885) em vigor possibilitou de imediato a nomeação, em 18 de julho de 1885, do Diretor da Escola e do professor de Ciências Naturais. O resultado inesperado da decisão do Governo Provincial foi comunicado aos leitores d'**O Cearense** que acompanhavam a novela da contratação dos professores, nestes termos:

[...] **Escola Normal**

– Foi nomeado para o cargo de diretor da Escola Normal o respectivo professor de pedagogia, José de Barcellos.

Nomeação Foi nomeado professor da cadeira de Sciencias naturaes da Escola Normal, o cidadão Rodolpho Marcos Theophilo.

E o João Sampaio, que tomou taboca!

[...] (*ibidem*, p. 2, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

A nomeação para a cadeira de Ciências Naturais, tão debatida no noticiário, tem seu desfecho quando João Sampaio, protegido de Nogueira Acioly, foi ignorado para assumir o cargo, visto que o eleito foi o farmacêutico Rodolfo Marcos Teófilo. Em 18 de julho, o diretor da Escola Normal comunica o início das atividades das aulas de Ciências Naturais em ofício da Escola Normal para o Presidente provincial. Tempos depois, o professor de Ciências seria um dos maiores opositores da gestão Acioly, quando denunciava a falta de vontade política para vacinação de varíola na primeira gestão na República Velha.

Rodolfo Teófilo, farmacêutico formado na Faculdade de Medicina da Bahia, foi o primeiro professor de Ciências Naturais da Escola Normal. Por certo, seus estudos nas áreas de Química e Medicina, bem como as suas práticas como farmacêutico na produção de remédios, vacinas e soros, foram considerados pelo Presidente Provincial para que ele assumisse o cargo de professor secundário no Ceará.

Nesses inícios, o professor de Ciências congregava-se aos professores do Liceu, Padre Justino Domingos da Silva, professor de francês, João Lopes Ferreira Filho, que lecionava a cadeira de Português, Tomaz Pompeu, professor de Geografia e História, e João Augusto da Frota, professor das Matemáticas – salvante José de Barcellos, Francisca Clotilde e Tomas Antônio Carvalho, que atuavam no núcleo pedagógico do curso (Almeida, 2005, p. 315).

Por certo, não tinha experiência no ensino, salvo as memórias da atuação dos professores do Ateneu cearense. De agora em diante, o professor da Escola Normal assumia o curso de Ciências com o propósito de levar para os futuros professores o conhecimento do método científico basilar aos estudos das coisas e da natureza. Nesses inícios, havia a precisão de estudar sobre o método intuitivo nos livros trazidos por Barcellos da Europa, escritos em francês, basilares para elaborar os pontos das aulas que deveriam seguir a perspectiva do método adotado e distintos, certamente, dos ensinamentos de tempos atrás do antigo Colégio do professor João de Araújo Costa Mendes.

Seus estudos sobre as Ciências aprendidos na Faculdade de Farmácia precisavam, então, ser adaptados e, como prezava por fazer o registro de tudo, começou a escrever e a publicar suas experiências no ensino para preparação dos professores primários em 3 obras: **Botânica elementar**, **Botânica elementar**, de colaboração com o Dr. Garcia Redondo, e **Sciencias naturaes em contos**.

Sugestionamos que parte das publicações dos seus livros sejam os artigos que encontramos no **A Quinzena** de 1887 e 1888, que, no dizer de Lira Neto (1999, p. 128), eram “pequenas histórias, quase sempre no mesmo formato: diálogo entre ele e a mulher,¹⁶⁰ explicando, de modo didático, os segredos do mundo das ciências. Espécie de aulas de histórias natural em que tudo à volta servia de assunto.”

Essa foi a maneira que Rodolfo Teófilo encontrou para aproximar temas científicos ainda tão distantes do cotidiano dos alunos da escola e da população. Ensinaria, igualmente, as **Histórias de Simão de Nantua**, que doutrinavam a moral e civilidade às crianças no século XIX por meio de contos.

Desse modo, de julho de 1887 a março de 1888, a revista **A Quinzena** publicou oito artigos escritos por Teófilo. Os títulos foram subdivididos em duas searas: os relacionados

¹⁶⁰ Raimundinha Cabral casou-se com Rodolfo Teófilo em 1879. O casamento deles durou 50 anos até a morte dela em 1928 (Lira Neto, 1999).

à História Natural: **As borboletas; As flores; A reprodução dos vegetais; A vida dos Vegetais** e os do ramo das Ciências Naturais: **A luz; O ar e atmosfera; A Água e os Vulcões.**

O professor de Ciências da Escola Normal utilizava os princípios dos conhecimentos dos métodos científicos e da intuição e talvez iniciasse suas aulas falando sobre o seu cotidiano e suas observações sobre a natureza:

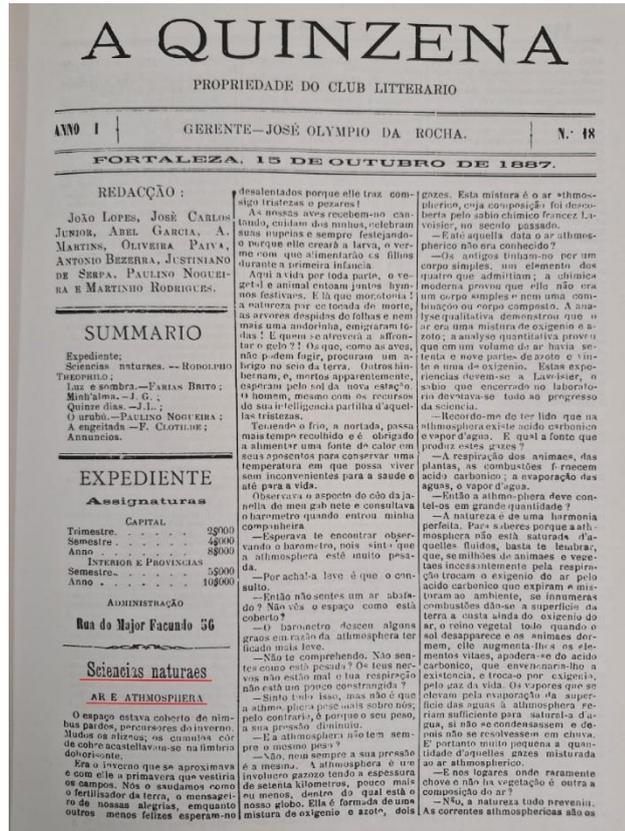
[...] Observava o aspecto do céu da janela de meu gabinete e consultava o barômetro quando entrou minha companheira.
 - Esperava te encontrar observando o barômetro, pois sinto que a atmosfera está muito pesada.
 - Por achal-a leve é que o consulto,
 - Então não sentes um ar abafado? Não vês o espaço como está coberto?
 O barômetro desceu alguns grãos em razão da atmosfera ter ficado mais leve.
 - Não te compreendo. Não sentes como está pesada? Os teus nervos não estão mal e tua respiração não está um pouco constrangida?
 - Sinto tudo isso, mas não é que atmosfera pese mais sobre nós; pelo contrário, é porque o seu peso, a sua pressão diminuiu.
 - E a atmosfera é um involucro gazzozo tendo a espessura de setenta kilometros, pouco mais ou menos, dentro do qual está o nosso globo. Ella é formada de uma mistura de oxigênio e azoto, dois gases. Esta mistura é o ar atmospherico, cuja composição foi descoberta pelo sábio chimico francez Lavoisier, no século passado
 [...] (A *Quinzena*, 15 de out. 1887, p. 1, ACL).

Como observamos, os artigos achados na revista literária aproximam-se dos programas das seis cadeiras, das Ciências Naturais, em particular, dos conteúdos do segundo ano do curso praticado em cinco lições semanais que previa o ensino dos elementos de Física e Química:

[...] das propriedades dos corpos; phenomenos de atração e repouso; movimento dos corpos sólidos; líquidos e gasosos; phenomenos de vibração (som, luz, calor); os fluidos (magnetismo e eletricidade); o oxigênio, o hydrogênio, o azoto, composição da água e do ar, carbono, ácido carbônico, gás de iluminação, fenômeno de combustão [...].
 (Regulamento da escola normal da Província do Ceará, 1885, p. 125, Arquivo Histórico; INEP)

E, de fato, o professor se apegou a esse recurso, uma vez que era escasso o material para o uso no ensino de Ciências e os contos serviriam como estratégia para que os alunos fossem ensinados a observar e a estudar coisas da natureza e do seu universo.

Fotografia 41 – Revista A Quinzena: Artigo Sciencias Naturais – Ar e Athomesfera



Fonte: Site da Academia Cearense de Letras.

Rodolfo Teófilo chegou à Escola na vigência do novo Regulamento da Escola Normal, o qual ampliou o tempo do curso de um para dois anos, ajustando em parte as críticas do Conselho de Instrução Pública que, no início do ano de 1882, já alertava sobre a necessidade de reorganização do programa e, em especial, a respeito do tempo insuficiente de formação dos futuros professores primários, pois

[...] Parece a esta presidência que é deficiente o programma das materias exigidas pelo citado regulamento e que o praso de um anno para o curso de estudos é por demais limitado.

Os raros exemplos, existentes apenas nos Estados – Unidos de cursos normaes com a duração de um anno, justificam-se pela preparação preliminar que adquirem os alunos nas escolas superiores.

Nos demais paizes a média de taes estudos varia entre 2 e 4 annos, e que se explica não só elo maior desenvolvimento dos programas, como especialmente pela necessidade de formar a vocação e o tino profissional dos mestres. [...] (O Cearense, 8 de fev. de 1884, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Possivelmente, os estudos comparados do ensino estado-unidense realizados por Amaro Cavalcanti foram respeitados na elaboração do Projeto, pois o programa de 1881 denota

redução de conteúdo das matérias do ensino com vistas a garanti-lo com bases em pedagogias científicas e utilitárias, o que, igualmente ao ideário europeu, intencionou a “superação do ensino-clássico e dos colégios humanistas que passam a ser marginalizados por obsoletos pela sociedade que se firma com a industrialização e urbanização no século XX” (Feitosa, Bodião, 2012, p. 161).

Realmente, a escola de massas não se afinava com o ensino de formação jesuítica e, portanto, precisava se modificar e seguir os passos do progresso das nações desenvolvidas. Aliás, Amaro Cavalcanti, comparando a realidade do contexto do seu país de bases agrícolas com os norte-americanos em progressiva industrialização, posicionou-se dizendo que “em um paiz, como nosso, onde a educação pratica ou industrial é quase anda nulla, não devemos certamente perder um só ensejo de encaminhar o espírito público para lado tão vantajoso” (**O Cearense**, 23 de set. 1881, p. 2, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional). Ainda que a industrialização no Ceará fosse diminuta, ao menos o ensino poderia voltar-se com preferência às práticas utilitárias, e atenderia, desse modo, as demandas de um progresso que, certamente, chegará um dia às terras cearenses.

Assim foram feitos ajustes, e, no Regulamento de 1885, as aulas da Escola Normal funcionavam de segunda a sábado das 9h da manhã às 13h da tarde. A duração das aulas era de 1 hora, sendo que entre aulas teria intervalo de 15 minutos. As aulas de Pedagogia e Ciências Naturais ocorriam todos os dias, exceto às quintas-feiras, quando aconteciam os exercícios didáticos nas escolas anexas sob a direção do professor de Pedagogia, apoiando o professor da Cadeira relacionada ao professor de Ciências da Natureza, e o professor da escola anexa.

Ao passo que ocorria a ampliação da carga horária do curso, respectivamente, as aulas teóricas avançavam nos horários das aulas práticas com a justificativa de aperfeiçoamento da instrução das normalistas que chegavam à Escola Normal com lacunas na instrução primária. Decerto, a Escola Normal cearense “recebeu as influências das concepções introduzidas pela racionalidade técnica, em programas curriculares modernos, que exigem inovações na prática de ensino e, conseqüentemente, na preparação dos professores” (Feitosa, 2021, p. 67). Do mesmo modo, paulatinamente, os primeiros programas afastaram-se da *Perspectiva Prática* cuja preparação do professor ocorria em salas de aula dos professores experientes e aproximavam-se da *Perspectiva Acadêmica*, o que “ressalta o processo de ensino, em primeiro lugar, como o processo de transmissão de conhecimento e de aquisição da cultura publica que a humanidade acumulou” (Pérez Gómez, 1998, p. 354).

Em 1885, o programa, distribuído nos dois anos do curso, compreendia as matérias de Pedagogia e Metodologia; Princípios de Instrução Cívica; Língua Portuguesa; Língua

Francesa; Matemáticas Elementares; Geografia Geral; Geografia do Brasil e especialmente da Província do Ceará; História do Brasil, fatos principais da História do Ceará e Noções Elementares [sic] de Ciências Naturais. Como se vê no horário-síntese das matérias do Regulamento da Escola Normal de 1885:

Fotografia 42 – Horário da Escola Normal – 1885

Horario da Escola Normal.

<i>Horas</i>	<i>2.^a feira</i>	<i>3.^a feira</i>	<i>4.^a feira</i>	<i>5.^a feira</i>	<i>6.^a feira</i>	<i>Sabado</i>
<i>9 ás 10</i>	<i>Geog. e Hist.</i>	<i>Pedagogia</i>	<i>Geog. Mist.</i>	<i>Pedagogia</i>	<i>Geog. Mist.</i>	<i>Pedagogia</i>
<i>10 " 11</i>	<i>Scienc. Nat.</i>	<i>Scienc. Nat.</i>				
<i>11 " 12</i>	<i>Pedagogia</i>	<i>Francez</i>	<i>Pedagogia</i>	<i>Francez</i>	<i>Pedagogia</i>	<i>Francez</i>
<i>12 a 1</i>	<i>Mathemat.</i>	<i>Portuguez</i>	<i>Mathemat.</i>	<i>Portuguez</i>	<i>Mathemat.</i>	<i>Portuguez</i>

Escola Normal 18 de Julho de 1885.

O Director
José de Barcellos

Fonte: APC – Fundo da Instrução Pública – CX. 68 (1885).

Passados os dois primeiros anos de existência do novo Instituto, assomavam-se ambiguidades quanto às mudanças do novo ordenamento de habilitação do professor antes realizado por meio de exames de capacitação por quase três décadas no Ceará. Assim, à medida que a Direção Geral da inspetoria ou da escola colocava em prática as prescrições, advinham situações que colocavam em xeque a viabilidade do que foi intencionado no Regulamento de 1881.

A essa altura, as repercussões do adiamento da instalação da Escola Normal provocaram problemas na expedição do título de capacidade para professores, pois a Lei de 1881 conferiu à Escola Normal a responsabilidade de diplomação do professorado primário. Na ocasião, os deputados provinciais cearenses decidiram pelo retorno temporário do antigo processo de habilitação de concursos, aos moldes dos exames de capacidade da regulamentação de 1855, estabelecendo em Lei que,

[...] Enquanto não funcionar a escola normal, as cadeiras de 4ª categoria poderão ser providas effectivamente mediante concurso, nas conformidades do regulamento orgânico da instrução publica; e as de 3ª, 2ª e 1ª categoria serão providas por acesso aos actuaes professores de categoria immediatas, segundo suas antiguidades nas mesmas [...] (**Gazeta do Norte**, 6 de novembro de 1883, p. 3, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Assim, a criação de outro dispositivo legal resolveria provisoriamente o descompasso do prescrito em relação à realidade no Ceará. E, desse jeito, a Província cearense fez um arremedo de transição que declinaria com a inauguração da Escola Normal em 1884.

As primeiras titulações, de 16 dezembro de 1885, conferidas pela Escola Normal cearense para as alunas: Ozória Catunda, Izabel de Olivera Paiva; Maria Augusta do Amaral e Anna Maria de Oliveira; e plenamente para: Henriqueta de França, Leopoldina Freitas e Symphronia Medeiros d’Silva foram os primeiros resultados da Instituição no Ceará. O feito sobrou devidamente registrado no Relatório de transição de governo de 4 de março de 1885, publicado na **Gazeta do Norte**, quando Carlos Honorio Bendicto Ottoni, relatando para o seu substituto Sinval Odorico de Moura os primeiros resultados da nova Instituição, afirmou que:

[...] A escola normal, que iniciou o seu curso no annos passado deu em resultado a habilitação de sete alumnas nos exames finaes; sendo destas aprovadas com disntinção Ozoria Catunda; Izabel de Olivera Paiva; Maria Augusta do Amaral e Anna Maria de Olivera; e plenamente: Henriqueta de França, Leopodina Freitas e Symphronia Medeiros d Silva.

De acordo com estes julgamentos, por de 16 de dezembro declarei habilitadas para o magistério as referidas alumnas e mandai expedir-lhes os competentes diplomas, nos termos do art. 140 do regulamento Orgânico [...] (**Gazeta do Norte**, 4 de mar. de 1885, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

A diplomação das sete primeiras professoras primárias significou sinais dos novos tempos para a escola primária, porém, continuavam ocorrendo os exames de capacidade autorizados pela Inspeção da Instrução Pública. À época, essa situação de ambiguidade gerou “discussões e conflitos entre os futuros professores e gestores educacionais, sobre qual modelo seria mais adequado para avaliar a capacidade profissional dos futuros professores” (Feitosa, 2008, 2020).

José de Barcellos não ficaria ausente dessa discussão. Disposto a defender a Escola Normal, em 05 de agosto de 1885 questionou a aplicação dos exames de capacidade como modelo de habilitação ao Presidente da Província, Sinval Odorico de Moura,¹⁶¹ e inclusive sobre o papel da Escola Normal:

¹⁶¹ Sinval Odorico de Moura presidiu a Província cearense de 19 de fevereiro a 01 de outubro de 1885 (Girão, 1953).

Como director desta Escola, corre me o rigoroso dever de representar perante V. Ex.^a contra um acto de máxima gravidade.

Diz o Art. 170 do Regulamento Orgânico que só poderá propor-se ao magistério público quem, entre outros requisitos provar:

Capacidade profissional (§ 5)

Ora, a capacidade profissional como se prova? Dil-o o art. 171 § 5:

Com o diploma conferido pela Escola Normal.

Em nossa atual legislação escolar não há uma palavra sequer, nada, absolutamente nada que altere ou revogue determinação tão expressa.

Entretanto, uma senhora requer à Inspectoria Geral da Instrução Publica para fazer exame de capacidade a fim de se inscrever no concurso da cadeira de Boa Viagem; - apetição é deferida, marca-se para o exame o dia de hoje, nomea-se a respectiva comissão!

E a escola normal? É a pergunta que naturalmente se faz.

(APC, Fundo da Instrução Pública, CX.68)

De todas as maneiras a Escola Normal foi, a pouco e pouco, fazendo parte da vida dos professores cearenses e sendo referência nos estudos do ensino primário e intuitivo e de profissionalização do magistério primário. A propósito, reconhecemos desse momento dois requerimentos de professoras efetivas primárias à Inspectoria da Instrução pedindo a licença para estudar na Escola.

No Ceará, a legislação previa que a Escola teria a tarefa de preparar os professores efetivos e vitalícios da Instrução Pública, caso solicitassem a matrícula da matéria Pedagogia e Metodologia. Naquela ocasião, o processo para a obtenção do título para o professor efetivo, não habilitado no Curso Normal, consistia em estudar inicialmente a prática de ensino em uma das escolas anexas, masculina e feminina, onde completaria o programa da Instrução Primária constituído de quinze matérias. Depois do tirocínio obrigatório em uma das escolas anexas, o professor não habilitado podia inscrever-se para os exames das matérias do Curso Normal e, embora sem a frequência regular e depois de alcançar a aprovação nas matérias, o próximo passo era solicitar à secretária da Escola o diploma de professor primário.

Os jornais cearenses à época nos aproximaram da progressiva entrada dessa Instituição nas trajetórias de vida dos professores. Destacamos as publicações de janeiro de 1883 d'O **Cearense** que informam sobre duas requisições de licença de estudos que foram autorizadas, ambas na administração do Presidente Carlos Ottoni.

É exemplo a licença de um ano concedida para habilitar-se na Escola Normal com ordenado da professora da vila do Aquiraz, D. Antônia Cândida Nogueira de Pontes (*ibidem*, 28 de Jan. de 1885, p. 2, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional). Com relação à segunda publicação, da professora Anna Eponina de Lima Sobreira, transcrevemos o requerimento e o despacho da Presidência:

PARTE OFFICIAL
Governo da Provincia

[...]

Requerimentos Despachados:

Anna Eponina da Lima Sobreira, professora publica de povoação de Guayuba, pedindo a licença de que trata o art. 207 do reg. orgânica da instrucção publica, para habilitar-se na escola normal.

- Concedo, deixando a suplicante substituta idônea.

[...]

(*ibidem*, 31 de jan. de 1885, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

À primeira vista, o direito da licença para estudo promoveria a habitação dos mestres-escolas, preparando-os, inclusive, para o ensino mais moderno nos moldes do Ensino Intuitivo de Pestalozzi, contudo, o uso dessa prerrogativa legal alcançou poucos, em especial, os que residiam em Fortaleza ou nas suas proximidades. Os professores efetivos das localidades distantes, por certo, teriam mais dificuldades em realizar seus cursos por dois anos em Fortaleza, uma vez que teriam que residir na cidade, pois a Escola Normal, igualmente ao Liceu, funcionava no regime de externato. Menções dessa situação vivida pelos professores cearenses foram publicadas no folhetim **O Cearense**, em 1887, que apreciou assim a prática dos artigos 207 e 244 do Regulamento Orgânico da Instrução Pública de 1881:

[...] Diz o art. 207 do Reg.Org:

“poderá ser concedida licença com ordenado aos actuaes professores effectivos ou victalicios, em número de 5 anualmente, para se habilitarem na escola normal, ficando as cadeiras regidas por substituto.”

No Art. 244 assim se expressa: “O substituto perceberá uma gratificação igual a do ordenado do substituto.”

Tudo promessas vãs!

Lembraram-se algumas professoras de requerer a licença do art. 207, mas a presidência sempre arbitraria quando se trata de instrucção publica, - exigiu lhes *substituto idôneo na forma da lei!*...

Infelizmente como que não há gravidade em negócios tão sério.

Já não falaremos nos professores do interior, mas os da capital, que têm por mez 75\$000 réis.

Pegando um substituto, o que lhes restava para subtrahir-se à fome!

E quem se sujeitará ao enorme sacrifício de frequentar, durante dous anos, a Escola Normal, fazer um curso de oito matérias, para depois perceber um ordenado annual, que, na capital é de 1:200\$ nas demais cidades de 1:000\$, nas villas 800\$ e povoações 700\$!

Todos os funcionários provinciaes à excepção dos professores primários, são bem remunerados, e, quando no goso de licença, não estão, como estes, sujeitos à absurda exigência de dar substituto. [...]

(**O Cearense**, 17 de mai. 1887, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Todo o sacrifício dos professores para estudar na Capital, por certo, não valia a pena, uma vez que os salários eram diminutos para as despesas de estada em Fortaleza. Os salários aviltantes pagos não eram suficientes para sustento habitual e, ainda assim, o professor licenciado deveria assumir a responsabilidade de pagamento do substituto para sua aula.

Revelaram-se, igualmente, as diferenças entre os valores de pagamentos dos professores da Capital e dos demais municípios do Estado.

Os resultados continuados dos exames das normalistas posicionavam ainda mais a Escola Normal na vida da escola cearense. No final de 1887, os resultados de aprovação no exame do segundo ano do curso começaram a ser divulgados, e informaram o bom trabalho dos professores na aprendizagem dos futuros docentes primários. Os exames da época realizados na Escola Normal “eram muitos rígidos e os do final do ano englobavam todos os conteúdos escolares do programa previstos” (Olinda, 2005, p. 65). As comissões para avaliação eram formadas por três membros, tendo a presença do professor José de Barcellos nas mesas de exames, do Presidente da Província e do Inspetor Geral da Instrução Pública. O comparecimento de autoridades principais do Governo Provincial é indício do controle do aprendizado das alunas e do trabalho desenvolvido na escola pelos professores e o diretor.

As alunas que participaram desses exames foram as que ingressaram no período Pós-Regulamento de 1885. No **Pedro II**, encontramos a listagem das dezessete normalistas aprovadas em todas as matérias, com destaque para a do exame de Pedagogia, que ocorreu em 4 de fevereiro de 1887.

Distincção

D. Emilia Xaxier

D. Felismina Theobaldo

D. Antonia Sidou

D. Anna Facó

D. Maria Jeronyma de Souza

D. Rachel Pacheco

Plenamente

D. Lucíola Pagels

D. Ormezinda Sampaio

D. Julia Bomilcar

D. Heduwiges Nogueira

D. Francisca Maia

D. Antônia C. Nogueira Pontes

D. Etelvina Mello

D. Maria Brígido

D. Maria Felícia Barreto

D. Raimunda de Oliveira

(**Pedro II**, 10 de fev. de 1887, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

O encontro com a professora Ana Facó nessa lista de recém-aprovadas nos exames nos aproxima, igualmente, do trabalho que realizou na função de diretora, quando da instituição do primeiro grupo escolar cearense em 1907. Por certo, a formação de normalista fundamentou os passos do seu método de leitura e, no dizer de Ari de Andrade (2018, p. 24), “ia desenvolver

a prática de leitura entre as crianças do grupo escolar, visando à educação moral, por meio do uso da orientação do método intuitivo”.

O editorial teceu elogios aos resultados alcançados pelas normalistas nas provas desse ano e, inclusive, destacou os professores e o trabalho desenvolvido

[...] Em português, matéria ensinada pelo Sr. João Lopes, em francez, de que é lente o Rvd. P.º Justino Domingues e em pedagogia, matéria ensinada pelo referido diretor, as alumnas apresentaram brilhantes provas que muito as honram e engrandece o mérito de seus ilustres professores [...] (**Pedro II**, 10 de fev. de 1887, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Em aditamento, sobressaiu o fato de que “este lisonjeiro resultado é devido ao zelo e dedicação do distinto diretor da escola Normal, Sr. José de Barcellos que não poupa esforços para o bem desempenho do seu cargo e às habilidades dos demais lentes que são muito conhecidos” (*idem, ibidem*).

As evidências dos trabalhos da Escola tiveram seguimento nos exames finais de 14 de março de 1888. No noticiário, há informação da presença do Presidente da Província e do Inspetor Geral da Instrução, os quais assistiram à prova das alunas de Língua Francesa que alcançaram a aprovação, com distinção ou plenamente, nesse dia.

Eschola Normal – Commeçaram hontem os exames das alumnas da Eschola Normal, assistindo o acto o exm. sr. presidente da provincia e o dr. Inspector geral da instruccão publica.
 Francez
 O resultado foi o seguinte:
 Approvada com distincção
 D. Francisca de Mello e Cesar
 Approvadas plenamente
 D. Armenda de Araujo
 D. Maria Rodrigues (Alba Valdez)
 D. Jacinta do Carmo e Silva
 D. Iphigenia Amaral
 Approvada
 D. Maria da Gloria Vaz e Abreu
 (**O Cearense**, 15 mar. 1888, p. 2, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Destacamos aqui a normalista Maria Rodrigues, professora do grupo escolar de 1907 e que mais tarde se fez escritora, adotando, desse modo, o pseudônimo de **Alba Valdez**, a qual biografou a vida de José de Barcellos em homenagem aos 100 anos do nascimento do nosso primeiro pedagogo. Como se vê, a Escola Normal, à época, foi um dos poucos espaços para a formação das mulheres cearenses, abrindo oportunidade para a realização dos estudos avançados no ensino primário e secundário, uma vez que a instrução para meninas era diferenciada.

A propósito, na lista de aprovação dos exames finais do segundo ano da Escola, dos anos de 1885, 1887 e 1888, reconhecemos, tão só, mulheres, ainda que o Regulamento da Escola Normal permitisse a matrícula de homens. Olinda (2005), levando em conta essa realidade, afirma que, de 1890 a 1917, no exame que fez dos registros de matrícula e da lista de concludentes somente encontrou “o nome de três rapazes: Lino da Encarnação, Ananias Lopes do Amaral e Antônio do Rego Memória” (p. 30). A feminização do magistério, tanto nos cursos normais quanto no exercício do cargo nas escolas no Ceará, acontecia ao mesmo tempo que na Europa e nos Estados Unidos, em razão do crescimento da educação primária, que precisava expandir o quadro do magistério e por impedimentos morais dos professores de ensinar um número cada vez maior de meninas na escola (Hobsbawm, 1988; Almeida, 2006).

No Ceará da segunda metade do século XIX, além das aulas femininas de primeiras letras, as mulheres cearenses também frequentavam as escolas primárias particulares e o Colégio Imaculada Conceição, no entanto a Escola Normal representou a possibilidade de uma mulher mais independente. As ideias científicas estudadas nas aulas de Ciências e Geografia, por vez, como escreveu Adolfo Caminha (1982, p. 17), em trecho que narra João da Mata observando a afilhada Maria do Carmo, significaram o nascimento de uma nova mulher, que, como a Normalista, “ia à escola todos os dias vestidinha com simplicidade, muito limpa, mangas curtas evidenciando o meio braço moreno e roliço, em cabelo, o guarda-sol de seda na mão, por ali afora – toc, toc, toc – até à praça do Patrocínio, como uma grande senhora independente.” Assim, estudar na Escola Normal concedeu ensejo ao pioneirismo de Francisca Clotilde, primeira professora do Liceu do Ceará, Alba Valdez, militante da causa feminista no século XIX e XX, e Ana Facó, a primeira diretora de grupo escolar no Ceará.

Cada vez mais a Escola Normal e José de Barcellos se achavam atuantes na sociedade cearense, apesar das exposições hostis que circulavam n’**O Cearense** e no **Pedro II**, opositores dos Liberais-Pompeus/Acioly. As exposições apontavam possíveis negligências administrativas e um caso de abuso de poder praticado por José de Barcellos com duas alunas reprovadas no exame final em 1888.

A publicação d’**O Cearense** de 25 de fevereiro de 1888 reporta-se à Escola Normal e ao professor José de Barcellos nestes termos:

[...] A Escola Normal – Escrevem-nos:
É um serviço real que V. S. dispensa à causa a publica chamando a attencção de quem competir para o deplorável estado da escola Normal.
Sou testemunha de que, no último anno, este estabelecimento não funcionou a quarta parte do tempo lectivo; lá iam e vão ainda, os alumnos e voltam a pés juntos, porque

não encontram a quem os leccione, acontecendo outras vezes, que nem ao menos a casa se abre!

Já devido a estas cousas, no último exame, em 1886, creio, deram-se muitas reprovações, e devido a estas cousas é que, até agora, não se deram os exames do anno passado, nem se sabe quando se darão!

No entanto, uma tamanha incúria traz a descrença aos alunos, e descredito completo para o estabelecimento, julgado já por muitos uma inutilidade, no que concordo, se a descahida em que vae não tiver um termo.

[...] (**O Cearense**, 25 de fev. de 1888, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Por certo, as notícias prejudicavam a reputação da Escola e alteravam o ânimo do Diretor que, em meio à variedade de tarefas que executava, precisava tirar um tempo para se defender de tão graves acusações. Na qualidade de diretor escolar, José de Barcellos realizava múltiplas tarefas que abrangiam a supervisão das lições ministradas pelos professores das escolas anexas e dos lentes do Liceu. Demais disso, eram de sua responsabilidade o controle da frequência de professores e empregados da Escola e o ordenamento das despesas autorizadas pela Inspeção Geral da Instrução, bem como a entrega dos diplomas e, inclusive, era obrigação do Diretor organizar as mesas de concursos para o preenchimento das cadeiras de Escola, função antes realizada pela Inspeção da Instrução Pública.

Para todas essas diversidades de tarefas do cargo, a lei permitia que fosse adicionada ao salário do professor-diretor uma gratificação no valor de 600\$000mil reis anuais. Além do mais, as atividades da direção escolar eram compartilhadas com as de docente da Escola. Assim, o Diretor da Escola tinha inúmeras relações de poder com autoridades da instrução pública e a Presidência provincial (Olinda, 2005).

Ainda que os noticiários acusadores falassem do trabalho da Escola e do Diretor, os relatos atenuavam a imagem negativa do professor Barcellos, que era acusado de ausência e condutas incomuns para o cargo de Diretor na Escola, “apesar de ser um homem trabalhador que embora não seja dotado de um talento robusto, tem bastante preparações.” A razão de tal conduta foi justificada pelas más influências de um colega e, assim sendo, “passou praticar actos poucos decorosos; e continuar n’este estado todo anno lectivo, dias mais e dias menos, deixando no rol do esquecimento os deveres de diretor; professor e de homem moralizado” (**O Cearense**, 28 de abril de 1888, p. 2, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Os indícios do mau funcionamento da Escola Normal – ausência de professores, grande número de reprovações – revelam o início difícil dessa instituição que, criada por lei em 1881, somente logrou iniciar seu funcionamento em 1884 com os professores do Lyceu. Os episódios de “numerosas faltas que existem na Escola Normal, sem o que será em pouco tempo um cumulo de ruinas. E, por causa disso, a Escola fica sem direção, e entregue à assiduidade de alguns lentes e de um pobre porteiro que usa pregar amarelas petas para disfarçar o estado

de seu superior (e faz muito bem, porque de outra forma...)” (**O Cearense**, 28 de abril de 1888, p. 2, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Provavelmente a repercussão dessas denúncias tenha influenciado a escrita de Adolfo Caminha, que também narrou, no livro **A Normalista**, ausência dos mestres, quando Maria do Carmo, à normalista, comparando o ensino da Escola Normal com o da Imaculada Conceição, falou que “antes nunca tivesse saído da Imaculada Conceição para se meter numa escola sem disciplina e sem moralidade, sem programa e sem mestres [...]” (Caminha, 1982, p. 124).

Realmente a ausência de recursos motivou a reorganização das duas instituições. Além disso, segundo esse editorial, o ensino do Liceu naquele período era considerado lastimável e, logo, havia a exigência de reformulações de seus propósitos institucionais, em particular, relacionados ao programa, que precisaria modificar seus estudos de orientações literárias para os de linhas científicas, ou seja, mais acertados aos modos urbanos, presentes na acanhada industrialização que ocorria na cidade de Fortaleza.

Por outro lado, a configuração da Escola como um “puxadinho” do Liceu implicou uma visão social, no âmbito da qual a instituição recém-criada, em parte, era o próprio Liceu. Excetuando-se as práticas de ensino realizadas nas aulas de Metodologia e Pedagogia das escolas anexas, masculina e a feminina, as outras matérias eram específicas do programa desse colégio secundário, inclusive o ensino, se organizando por meio dos exames preparatórios das matérias no fim de cada ano letivo.

Não por acaso, em 1882, essa junção foi noticiada na **Gazeta do Norte**, órgão liberal dos partidários dos Pompeus, a qual, oposto ao que era denunciado por conservadores do grupo liderado por Paula Pessoa, avaliou que, mesmo com a junção administrativa, os dois estabelecimentos secundários conservariam seus objetivos principais, pois

[...] Qualquer dos dois reclama do poder público os meios de, como eficácia, attender aos seus respectivos fins.

Não se trata d’absorver um no outro, não se procura o detrimento de nenhum deles. Dispondo de meios escassos, para a manutenção de ambos a Província exige que os seus representantes cogitem dos expedientes mais apropriados a modificar o peso de seus encargos [...] (**Gazeta do Norte**, 25 jul. 1882, p. 2, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

A ausência de identidade administrativa da Escola Normal desses tempos foi, inclusive, comentada no livro **A Normalista**, em uma conversa entre os jornalistas José Pereira, Castrinho e Elesbão sobre a educação feminina. Em dado momento, Elesbão questiona “Que é a Escola Normal, não me dirão?” E, sem ensejar a resposta dos dois outros colegas redatores,

de imediato, diz “Uma escola sem mestres, um estabelecimento anacrônico, onde as moças vão tagarelar, vão passar o tempo a ler romances e a maldizer o próximo, como vocês sabem melhor que eu... [...]” (Caminha, 1982, p. 128).

Em ultrapasse a tudo isso, o ambiente na escola ficou mais tenso após os resultados dos exames finais, quando surgiram denúncias noticiadas nos jornais de oposição sobre o caso de seis alunas que, reprovadas várias vezes nas provas de Português, questionaram o motivo da reprovação. Graças a esse episódio, os noticiários sugestionavam a imagem de Barcellos a um déspota e algoz que

[...] Os próprios lentes, talvez em que se acham as pobres moças em frente de um homem tornado em fúria com os instintos bastantes incandescidos, diversas vezes lhes aconselham que voltem às suas casas para melhor ocuparem seu tempo, que d’alli nenhum resultado tirarão.

D’esta forma tornam as incansáveis lidadoras à seis lares, sem saberem o que fazer: e os dias se passando rápidos obrigam-nas a procurar um meio de salvação. Depois de vacilarem um pouco se dirigem as pessoas habilitadas e suplicam para salvá-las de repetirem mais um anno, isto é, as que não têm paes, irmãos e parentes, professores ou habilitados; estes senhores não recusam auxiliarem-nas, mais por espírito de bondade que pela diminuta quantia que lhes dão em recompensa.

Depois de tudo isto vae a notícia aos ouvidos do potentado diretor, o qual torna-se irritado e começa a jogar indirectas e dizer em voz alta e bom tom – Ninguém pense que taes protecções que alguma dentre as senhoras tem por certo o seu favor as hão de valer, sejam do mais potentado; aqui a alma de tudo isto é o senhor Barcellos, nenhuma pense que se fará aqui o que o senhor Barcellos não consentir.

E as pobres normalistas, humilhadas, embora sufocadas pelo gênio, calam-se como que nada ouvissem. Desta forma continua a marcha irregular da intitulada – Escola Normal, que com mais realidade dever-se hia chamar – escola Baccho & C.^a; quando nos chega enfim a época dos taes exames, já de muitos meses falados e contado o futuro resultado (como o foi) sem haver a mínima modificação. Abrem-se as inscripções, e as normalistas juradas começam a murmurar da seguinte forma:

Devemo-nos inscrever apesar de não estarmos preparadas a fazer de nós mesmas, um artigo de fundo; porém d’entre as taes doutoras já mencionadas existem algumas que nada sabem, ainda estão mais atrasadas do que nós, ao certo não seremos reprovadas; n’esta idea enganadora se inscreve! Porém, que fatalidade, ao ver moças serem victimas do horror, tyrannia e vingança do senhor diretor! [...]

(**O Cearense**, 28 de abr. 1888, p. 2, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

A tendência pedagógica de exames foi predominante no modo de ensinar no Império e, portanto, eles foram os marcadores da entrada dos alunos nos cursos, bem como de saída, exclusão ou conclusão na instrução primária e secundária. Índícios da importância social dessa prática estão presentes no noticiário da imprensa cearense da época, que publicava os editais dos exames finais com informações sobre o dia, os integrantes da banca examinadora e os conteúdos de cada prova e resultado da aprovação. Permanente por longo tempo na organização da instrução imperial, o modelo dos exames foi também se constituindo protagonista na Escola Normal. Do Liceu, foram incorporados, certamente, o rigor aplicado nas bancas examinadoras

e o favoritismo político-partidário que acompanharam a velha prática do Colégio que se reproduziu no novo modelo de formação dos professores.

Seguindo a queixa, o autor do editorial enfatizou que José de Barcellos fora leniente com alunas e, com outras, exigia além dos programas das provas, transgredindo as regras do processo de seleção com fins de perseguição e vingança. O fato é que a presença do Diretor nas bancas, estabelecida no Regulamento Orgânico da Escola, era passível de causar parcialidade, pois, no dia do exame, o Diretor poderia julgar, além dos resultados obtidos da prova, as eventualidades do percurso de dois anos de formação das alunas que acompanhava cotidianamente em sala de aula.

A aprovação e a reprovação do Curso Normal delimitavam o sucesso e fracasso do ensino da escola recém-inaugurada e inclusive o futuro da entrada na profissão das egressas do curso. No caso das normalistas reprovadas, estas deveriam passar mais um ano na Escola para se submeterem novamente à banca de exames do ano anterior, não podendo, assim, pleitear vagas em escolas públicas, tampouco abrir seu estabelecimento de ensino particular.

Como se vê, o julgamento desigual que José Barcellos e as bancas examinadoras possivelmente usaram nesse caso, com fins de privilégios e castigos, persistiu no ambiente da Escola Normal e, conseqüentemente, na formação de professores que continuariam a reproduzir em suas aulas. E, assim, José de Barcellos, vivendo nesse tempo, não haveria de fugir a esse modelo avaliativo, cujo poder da punição e exclusão fez muitos estudantes deixarem a Escola, e não conseguiu colocar em prática sua pedagogia, na qual afeição recíproca é a mola do ensino. E ele, como exprime o autor do editorial: “Não só desacatava as senhoras de sua gratuita desafeição, mas lhe jurava uma desforra nas bancas de exames!”

Por fim, o editorial solicitou para a administração provincial que:

[...] e veja a alma d'aquelle director a fim de corrigil-a o ordenar-lhe que observe as acções e procedimentos de homens probos e capazes de substituil- o, como sejam: os distinctos Dr. Paulino Nogueira, Rev. Frota e outros; homens que tem posição e que a directoria da Escola Normal será para eles um emprego de responsabilidade porque estes senhores sendo homens justos e cumpridores de seus deveres e não instrumentos de paixões alheias, restabelecerão a ordem, a paz e a moralidade n'um estabelecimento de tão alta importância (**O Cearense**, 28 de abr. 1888, p. 2, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

É fato que as denúncias de abuso de poder, motivado por ofensa pessoal, o levaram a agir fora do seu papel de diretor, e possivelmente enfraqueceram a imagem de José de Barcellos nos tempos da República que se aproximava. Os acontecimentos revelaram, inclusive, que as práticas de ensino e do gestor escolar realizadas pelo primeiro pedagogo cearense não

foram unanimidade entre os seus contemporâneos. De outra vertente, no mesmo período, achamos notícias que elogiaram o trabalho dele empreendido na elaboração do Regimento Interno das Escolas de 1888 no Pedro II, como a que segue:

Regimento interno das escolas – O ilustrado da Instrução Publica, nosso Exm. Amigo Dr. Virgilio de Moraes, enviou a redacção do Pedro II o exemplar que temos a vista, do Regulamento Interno das Escolas Públicas, aprovado por acto presidencial de 6 de fevereiro d'este anno.

É este o trabalho regulamentar mais completo, de quantos têm sido confeccionado, para o desenvolvimento pratico das várias instituições provinciaes; e que pôde servir de typo para outra qualquer Província que o queira aproveitar.

O plano geral, traçado pelo Sr. José de Barcellos que é uma competência em matéria do ensino. Justifica os seus créditos; a execução dos detalhes não podia deixar de ser feliz tendo ele por companheiros de colaboração o professor Joaquim, Catunda e o Dr. Antonio Augusto; além do Dr. Inspector da Instrucção, o nosso já referido amigo. A nossa competência acerca da especialidade, não nos foi obstáculo para bem apreciar a perfeição do Regulamento interno por isso que ella se impõe à luz do simples bom senso.

Agradecemos a oferta, e felicitamos aos ilustrados operários do ensino.

(**Pedro II**, 24 de mai. 1888, p. 2, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional)

Nesse ambiente de muita pressão, José de Barcellos ainda participou da elaboração do Regulamento da Escola Normal do Ceará, expedido em 9 de outubro de 1889 no apagar das luzes do Império de D. Pedro II. As novas regras substituíram as orientações de 1885, cujo texto foi elaborado juntamente com a Vice-Presidência de Dr. Tomaz Pompeu, talvez o colega que estava influenciando a má conduta do nosso mestre e o motivo de tão contundentes denúncias em 1888. Indícios de que o texto foi elaborado por Barcellos e Tomaz Pompeu (filho do Senador Pompeu) foi uma versão manuscrita localizada no Arquivo Público com as correções do Vice-Presidente no documento elaborado por José de Barcellos (APC, Fundo de Instrução Pública, CX. 68).

No Ceará, então republicano, encontramos nosso Intelectual como integrante de uma comissão nomeada em 1890 para elaborar um relatório com informações sobre a condição de então desse importante ramo de serviço do Estado no ensino público e depois organizar e apresentar ao governo um plano de reforma do ensino público, primário e secundário. Assim participava do novo regime de governo que ajudou, possivelmente, a edificar (**O Cearense**, 6 de mar. 1890, p. 2, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

As mudanças chegavam da Capital dos Estados Unidos do Brasil no noticiário notificando as mudanças do Hino Nacional, a nova Bandeira Nacional e a escolha da figura da mulher heroica para representar os novos tempos republicanos (Schawarcz; Starling, 2018). E também a nova Constituição de 1891, que definiu as bases institucionais do novo regime –

presidencialista, federalista e sistema bicameral – e regulamentou o federalismo com bases descentralizadoras, “dando às antigas Províncias agora transformadas em estados, maior autonomia, controle fiscal, jogando por terra a crença do centralismo monárquico” (Schawarcz; Starling, 2018, p. 320).

Aliás, o clima republicano chegou, em 4 de julho de 1891, na Escola Normal, com a decisão do Governo do Ceará de cumprir o que regulamentava o Art. 102 da Constituição 1891, promulgada em fevereiro de 1891, que vedou a acumulação de empregos nos órgãos públicos da Federação. E, assim, sem delongas, o Governador José Clarindo de Queiroz oficializou que José de Barcellos estava impedido de assumir dois empregos públicos, o de professor e o de Diretor da Escola Normal (**O Cearense**, 8 de jul. de 1891, p. 2, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

A resolução foi a saída do professor José de Barcellos da Direção, permanecendo nas tarefas de professor na Escola Normal, lecionando a cadeira de Pedagogia e Metodologia e ministrando algumas aulas do Liceu. Continuará a colaborar com a Escola e, até mesmo, assumiu de forma interina algumas vezes. Era a ocasião de deixar para outros colegas do Liceu e da Escola Normal a realização do projeto modernizador que iniciou para a preparação do professor cearense.

No Ceará, os ideários republicanos das doutrinas de renovação do positivismo, evolucionista e materialista fundamentaram “as ações dos intelectuais à época para produção da imagem do progresso e concepção de modernização que seriam associadas à palavra república” (Schawarcz; Starling, 2018, p. 316) e encontravam-se presentes no campo educacional, ainda nas últimas décadas do Império, representados pela instalação da Escola Normal, modelada por professores/intelectuais como José de Barcellos, Amaro Cavalcanti, Francisca Clotilde, Thomaz Antônio de Carvalho, Rodolfo Teófilo, Tomaz Pompeu de Sousa Brasil, João Lopes Ferreira Filho e Padre João Augusto da Frota, que urgiram intenções e realizaram as primeiras ações de um modelo de escola que, por extenso tempo, produziu o jeito de ser do professorado na República cearense.

4.3 Entre sinais, encontros e memórias

Na seção agora iniciada, indicamos os sinais manifestos dos nossos encontros com o biografado José de Barcellos e sua relação com a Escola Normal, revelados por documentos e estudos, cujo acervo está à disposição pública em bibliotecas e outros *locis* de referência, como, *exempli gratia*, a rede mundial de computadores. Desse modo, começamos este ensaio referindo-nos ao que está ausente, o qual, a pouco e pouco, se faz comparecente com amparo nas nossas práticas individuais e coletivas de ser professora/pedagoga e nos documentos e textos narrados, surgentes com procedência na trajetória do intelectual-histórico sob exame – o Professor José de Barcellos.

Reconhecemos que o passado já meio distante, final do século XIX, é havido como um empecilho para quem o estuda, pois muitas fontes documentais já não existem, e não encontramos testemunhos vivos desse período. Para o pesquisador do terreno da História, em particular, do tempo mais distante, as experiências do presente também são capazes de descaracterizar a realidade da época passada, pois é possível que se veja o tempo transato com a visão do que agora é fluente – o que os historiadores chamam de **anacronismo**. Assim, na trilha de Michel de Certeau (1982, p. 256), compreendemos que o trabalho de quem produz a história indica duas significações: o espaço de um trabalho e de uma mutação, pois “[...] o historiador parte sempre do primeiro sentido e visa ao segundo para abrir, no texto de sua cultura, a brecha de alguma coisa que aconteceu alhures e noutra momento.”

Seguindo as discussões propostas nos objetivos deste estudo acadêmico, vamos examinar, por meio das experiências, individual e coletiva, de professora primária e de pedagoga, sinais de tensões, insatisfação e incômodo sobre a instrução pública e a profissão docente¹⁶² que reconhecemos em passagens de textos jornalísticos à época de José de Barcellos. Há sinais de descaso e delonga na criação da Escola Normal e raras ações em prol da melhoria dos vencimentos salariais dos seus docentes. Nesta demanda, topamos justificativas, insatisfações e debates a respeito da formação e da carreira docente que, mesmo no decorrido longínquo, são contemporâneos, de tal sorte que reabrimos a ideia neste exame.

No segmento sob relação, fazemos, por conseguinte, uma interpretação dessas manifestações, considerando trechos dos jornais *O Cearense* e *Gazeta do Norte*, do período de 1856 a 1891, do setor da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, dos quais selecionamos

¹⁶² A profissão docente desenvolve-se por diversos fatores: o salário, a demanda do mercado de trabalho, o clima de trabalho nas escolas, a promoção na profissão, as estruturas hierárquicas, a carreira e a formação permanente que o professor realiza à extensão da sua vida profissional (Imbernón, 2000).

relatórios de presidentes provinciais e diretores da instrução pública, bem como textos jornalísticos elaborados por José de Barcellos sobre instrução, publicados na segunda metade dos anos Oitocentos no Ceará. Compreendemos que os textos jornalísticos nos revelam as estratégias políticas e administrativas do Estado Imperial para estabelecer consensos sobre a educação e o professor, e são, no dizer de Campos (2012), “espaços de visibilidade de determinados grupos e de silenciamento de outros” (p. 64).

Iniciando esta procura, encontramos no editorial do ano de 1859, publicado em quatro edições n’*O Cearense*, sobre instrução pública, cuidando, nesse ínterim, de compreender, em especial, as ações dos governantes para o desenvolvimento da reforma da instrução de 1855 e as implicações do Ato Adicional de 1834, o qual responsabilizou a instrução aos governos provinciais.

Dentre essas publicações, selecionamos duas passagens, uma delas que nos aproxima do que era discutido sobre o ofício da instrução primária pelos liberais, responsáveis por esse folhetim cearense na segunda metade do século XIX. No escrito que ora examinamos, é facilmente identificável a atribuição de controle, em razão de que

[...] a instrução primária não é só uma dívida social, é também uma necessidade policial para manutenção da ordem, e segurança pública; porque a ignorância é início caminho para o crime. todavia por mais sagrado que seja o dever da educação primária, ella não tem merecido até hoje todo o cuidado. e atenção aos poderem do estado, como sua importância exige (**O CEARENSE**, 11 de nov. 1859, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

O outro texto selecionado dessa publicação expõe a visão do editorial *Instrução Primária* sobre o professorado primário que, a pouco e pouco, vai se constituindo como carreira pelos regulamentos provinciais da instrução. A edição da citada matéria, publicada em 15 de novembro de 1859, evidencia o fato de que

[...] o professorado é um emprego público; aquelle que é e ele dedicação, procurão antes de tudo em meio de vida honesta, e decente, como justa recompensa de seo trabalho. É preciso pois, se queremos bons professor, retribui-lo convenientemente. Os ordenados hoje não são suficientes pra os professores de família subsistir (**O CEARENSE**, 15 de novembro de 1859, p. 1, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Esse artigo em destaque revela raros sinais de valorização da carreira do magistério de primeiras letras e a função social desta profissão. Na sua maioria, os registros que encontramos do exame realizado n’*O Cearense* desqualificam a formação e o trabalho docente à época, expondo socialmente o professor como não habilitado ao exercício do magistério.

Encontramos o professor presente, mais uma vez, em opiniões a respeito da formação e atuação na escola, agora apoiadas no relatório do senador Thomaz Pompeu, de 1849:

O magistério é uma profissão que demanda não só inteligência, como hábito, e paciência; ou antes verdadeira vocação. Nós não temos professores habilitados, (diz o Dr. Pompeu em um de seus os relatórios impressos) e nem é fácil tê-los. Professores não se improvisao, e nem tal, ou qual instrucção em algumas materias é habilitação suficiente para o professorado. São raros aquelles, que tem as habilitações precisas, estes aspirão à couzas maiores, e não querem limitar-se à obscura, ainda que louvavel, e mal retribuída profissão de mestre-escola (*idem, ibidem*).

E vai, assim, expondo as condições da carreira docente e dos indignos ordenados do professor de primeiras letras no Ceará do século XIX:

[...] A profissão do professorado em toda parte, como entre nós é mal retribuída: é uma espécie de sacerdócio, onde não se espera fortuna, ou fama; é por isso que também não é procurada senão por pessoas, que não tem outra carreira a fazer. Os ordenados hoje não são suficientes para um professor de família subsistir [...] (*idem, ibidem*).

José de Barcellos, envolto nesse ambiente pouco atrativo à carreira e de desinteresse pelas causas da educação e da carreira, escreve em trecho do editorial *Collaboração*, assinado por J. B.,¹⁶³ de 5 de junho de 1864:

[...] gasta a província quase a terça parte de sua receita com instrucção – e cada dia torna-se deplorável o estado desse ramo de serviço público. Ainda não temos na capital uma escola normal. temos apenas meia dúzia de professores que honram o magistério – os outros são a sua vergonha (**O CEARENSE**, 5 de jul. de 1864, p. 2, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

Em especial, nosso professor, que dedicou a carreira profissional a estudar a vida e profissão e, sobretudo, o papel da escola Normal para melhorar a vida dos professores, destacou o papel desse Instituto para o progresso da instrucção primária pública, sugerindo aos governantes que avaliassem as despesas públicas em instrucção.

A falta de docentes com capacidade de atuação no conserto da instrucção pública é debatida na edição d’*O Cearense* de 1872 publicada em 7 de abril. A publicação ainda se reporta à “[...] especulação política que tem feito o professorado prêmio de dedicação nos tempos provinciais” (p. 1, Hemeroteca Nacional, Biblioteca Nacional). E evidencia que, por causa do

¹⁶³ É possível que esse editorial tenha sido escrito por José de Barcellos após o retorno da viagem que fez para cursar Engenharia Agrícola na Escola Agrícola de Grignon/França. Esses estudos foram providos pelos cofres provinciais. José de Barcellos viajou no início de 1862, voltando no mesmo ano para a Capital da Província cearense por causa de problemas de saúde.

despreparo dessa classe, há a necessidade indeclinável de habilitação, porém a dificuldade está em fundar a Escola Normal para, assim, haver pessoal preparado e diplomado nas escolas cearenses.

No exame dos trechos, reconhecemos incômodos relativos à habilitação e à carreira docente, manifestos nos registros dos presidentes provinciais e diretores da Instrução Pública. As críticas, também, são contundentes com relação ao cargo do professor adjunto, que José de Barcellos exerceu durante seis anos no início da carreira dele, de 1856 a 1862. O diretor da Instrução Pública, Hyppolito Gomes Brasil, em relatório de 02 de junho de 1866, reconheceu que

Esta classe de professores, enquanto for mesquinamente retribuída como he actualmente, não poderá progredir, nem tão pouco corresponder á expectativa do legislador.

Com uma gratificação inferior a 300 \$R he raro começo que na idade de 16 a 18 anos que continuar até chegar aos 21, idade exigida por lei para o provimento effectivo. He, sem dúvida, esta a razão principal do pequeno número que se nota de professores adjuntos de serem poucos destes que completanto o triennio de habilitação e obtendo o título de capacidade profissional, pesseverão até obter o de professor effectivo.

Dentro dos onze annos decorridos a contar da criação d'esta classe de Professores em 1855 até o corrente ano, somente 2 resistirão – Luis Feliz de Sales e Francisco d'Oliveira Conde, os quaes são hoje professores effectivos, o 1º da Povoação de Monte Mar e o 2º da Villa de Maranguape. Emygdio Delfino de Moreira nomeado, na mesma conformidade, professor effectivo para a povoação de Soares, já havia deixado há 5 annos o exercício de Adjunto (Feitosa, 2008, p. 72 e 73).

Os baixos salários não são atraentes para os iniciantes da carreira também nos tempos de hoje, assim como naquela época, quando José de Barcellos iniciava estudos práticos na qualidade de adjunto. Assim, havemos de reconhecer as semelhanças entre Barcellos, que, aos 13 anos, começou a carreira docente, no cargo de adjunto, realizando os estudos práticos de ensino em uma escola primária, supervisionado por um mestre-escola experiente, com o início de carreira de muitos professores os quais, antes mesmo de se habilitarem, já lecionam. Identificamos na história de vida de José de Barcellos os professores leigos que, havia tempos, eram parte da história da profissão docente no Brasil.

Em 1882, Amaro Cavalcanti, em extenso relatório que elaborou para a Presidência provincial, apontou como ação necessária a melhoria dos vencimentos dos professores e sua consequente subsistência, para, assim, serem cobrados seus deveres. E discursou nestes termos para os deputados:

[...] Deem-se ao professor meio decentes de subsistência: dê-se -lhe, na lei e na prática, estima e consideração publica; e dentro em pouco, não faltarão ao

magistério caracteres nobres, moços ilustrados, vocações legítimas, que além do mais, se saibão compenetrar do senti então do dever que lhes impõe sai tão augusta missão. (Muito bem)

Elevemos o professor, e então assim, teremos estabelecido a primeira pedra fundamental sobre o que se deve erguer a instrução publica [...] (**Gazeta do Norte**, 16 de jul. de 1882, p. 3, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

A realidade da carreira docente também foi pautada por Barcellos enquanto estava na Europa estudando sistemas de ensino, na época do movimento expansionista por escola obrigatória e laica. Em seus estudos comparados, Barcellos exprimiu em seus relatos aspectos de carreira do magistério primário, como a situação dos valores de vencimentos pagos aos professores, o modo de entrada na profissão, o modelo e o programa de formação, o tempo de atuação no cargo, dentre outros.

E, em meio a esses estudos, relatou as condições de aposentadoria dos professores na Prússia, destacando a situação das pensões aviltantes que recebiam quando se aposentavam. De tal modo, sem condições de sustento, permaneciam anos na profissão. Na crônica de 16 de junho de 1882, relatou casos de professores com dilatado tempo de atuação no ofício. O primeiro trata do decano dos professores do Ducado de Nassau,

[...] um velho judeo de nome Dickstein que reside em Hering no districto de Limburgo. Nascido em Nandeska, na Russia, tomou parte nas guerras contra Napoleão como voluntário, fez algum estudo em Giessen e depois foi encarregado do ensino religioso israelita em diversas escolas do ducado de Nassau. Tem 65 annos de serviço activo a 100 a 105 de idade (elle não sabe ao certo a data do seu nascimento) continua a dar suas lições de religião pelas quaes tem um ordenado annual de 120 marcos, cerca de 60\$000 [...] (**Gazeta do Norte**, 16 de jun. de 1882, p. 2, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional).

O segundo relato retrata a situação de professores que residiam em Hhosks, na Morávia, em particular, “5 professores aposentados cujas edades reunidas formam um total de 389 annos. O total de seus annos de serviço é de 275 annos e seis mezes” (*idem, ibidem*).

A esses dois casos, Barcellos juntou a situação de um professor da Petrawe (Posen) que “acabou de ser aposentado depois de cincoenta e sete annos de serviço. A pensão que deve receber foi fixa da em 360 marcos” (*idem, ibidem*). No final da crônica, manifestou a seguinte opinião sobre o que observou na Prússia, assim como em toda a Europa: “É lamentável a situação dos professores aposentados!” (*idem, ibidem*).

Cuidava da profissão docente que, igualmente, era sua, daí o desvelo sobre as condições de vida dos velhos mestres da região da Prússia, pois devia ter se lembrado da realidade dos seus próximos, a exemplo do professor Joaquim Alves de Carvalho, preceptor de

José de Barcellos quando foi adjunto, o qual, igualmente aos professores da Europa, teve espaçosa carreira dedicada ao magistério primário. Em 1889, a morte do mestre-escola foi noticiada nestes termos: “O finado era solteiro e contava com cerca de 70 anos de idade a maior parte dos quaes dedicou à causa da instrucção popular. Militou sempre nas fileiras do partido conservador e em política jamais lhe transigiu” (**O Cearense**, 23 de maio de 1889, p. 1).

As condições de trabalho, os valores aviltantes dos salários e a desqualificação social, ditos no texto, nos aproximaram da carreira e da vida dos professores daquela fase. E, por estes testemunhos alheios, fomos também nos encontrando, reavivando com as experiências da escola e da profissão no presente o lugar social de professora cearense. Esse alargamento do tempo concedeu ensejo de reabrir a história da educação cearense, e assim fomos reinterpretando com vistas a também revelar as tradições e as heranças dos vencidos e dos esquecidos na educação cearense (Benjamim, 1985).

É assim que nos aproximamos desses sinais, vestígios dos primórdios da profissão docente primária cearense, tentando, no tempo que flui, reconhecer ainda muitos professores e professoras primárias que nessa ocupação demandam melhorias de vida; mesmo compreendendo que, na ordem social, tanto no Estado Imperial como ainda hoje, ser professor não representa *status*, tampouco ascensão social para quem ingressa neste trabalho. Por meio de José Barcellos, que viveu no contexto da segunda metade do século XIX, reconhecemos sinais da profissão docente, que se constitui ainda hoje nas tensões por melhorias nos processos de formação e salários dignos para a sua nobre tarefa de formar a população.

Também nossa história de pedagoga e professora primária se junta a outras de muitos estudantes de Pedagogia que precisam estudar e trabalhar para sustentar-se ou amparar sua família. As narrativas de formação e de profissão permanecem, muitas vezes, camufladas ou esquecidas, mas manifestam-se quando examinadas e reabertas em estudos sobre o ofício professoral. De tal modo sucede com colegas que trabalhavam o dia inteiro em escolas de bairro, no comércio, e empregadas domésticas que chegavam exaustas ao curso noturno, todavia, com propósito de melhorar suas condições de vida, embora conscientes de que ser professor se sustenta como garantia para êxito social.

As discussões reabertas sobre a profissão docente são reconhecidas em vários momentos da história da Educação. Perduram e incomodam a classe docente e a sociedade brasileira, e compreendemos que ainda há muito a percorrer na perspectiva de projeto de nação para o desenvolvimento profissional dos professores da Educação Básica, o que envolve, em

especial, o salário, a promoção no ofício, as estruturas hierárquicas, a carreira e a formação permanente que o professor realiza à extensão da sua vida profissional.

É importante fazer uma reflexão sobre os motivos que conduziram e motivaram o jovem professor a demandar qualificação para atuar na preparação do professor primário e aprender, desde cedo, até pela autodidaxia, conhecimentos e práticas que substituiriam o modelo de preparação do professor adjunto para o da Escola Normal no Ceará, bem anterior à instalação desse instituto de ensino, em 1884.

Se almejava fama ou títulos, não seria com a remuneração paga aos professores pelos cofres públicos da instrução pública da modesta Província cearense. Esta condição-ofício é suscetível, também, de ter sido determinante para as definições da trajetória educativa e profissional de José de Barcellos, pois, por não ser ele de família abastada, precisava do ensino para se manter.

É possível reconhecer ainda muitos professores e professoras primárias que pelejam por melhorias de vida na profissão docente; mesmo compreendendo que, na ordem social tanto do Estado Imperial como de ainda hoje, ser professor não representa *status* e tampouco ascensão social para quem ingressa nesse mister.

Assim, o tempo é vivido na rememoração que nos diz algo e se relaciona conosco, portanto não é vazio nem morto, mas é atual e presente e propício de ser extraído feito mônada, maneira que o historiador tem de se aproximar de um objeto histórico por meio de imagens de mundo, com significado, e saturadas de agora (Benjamim, 1987).

E, em face de reinterpretar o passado tão distante dos tempos iniciais da Escola, a obra *A Normalista*, de Adolfo Caminha, e a biografia *Uma grande figura da história educacional cearense*, de Alba Valdez, nos ofereceram, no dizer de Huston (1953, p. 133), “de presente uma realidade que embora seja reconhecível, é diferente: mais precisa, mas profunda, mais intensa, mais plena, mais durável do que a realidade de fora.” E assim, preservadas as devidas ligações entre os fatos e a realidade, fomos reconhecendo e combinando aproximações com a Escola Normal e José de Barcellos.

Foram os documentos/monumentos esquadrihados neste estudo que nos permitiram aproximações com a Escola Normal e José de Barcellos. Ao passo que topávamos com as memórias desse tempo, também reavivávamos nossas memórias de professora primária e pedagoga. O prédio da Escola Normal ainda hoje na cidade de Fortaleza, desde a inauguração, em 1884, é o testemunho daquele tempo e nos concede reavivar o passado da preparação dos professores daquele tempo.

O projeto arquitetônico da primeira Escola Normal tem dois andares, com muitas e amplas janelas, tanto na frente do prédio como em suas laterais. A entrada das futuras professoras e dos professores ocorria pela praça Marquês de Herval. A imagem da edificação é reveladora do início de progresso que, embora em ritmo lento, chegava à Capital da Província, cujo apogeu teve curso nas primeiras décadas do século XX, a Fortaleza *Belle Époque*, que representaria a marca dos avanços da nova cultura pedagógica e da profissionalização do professor primário que alteraria o velho modelo jesuítico de ensinar.

Fotografia 43 – Prédio da Escola Normal em Fortaleza (s/d)



Fonte: Fortaleza Nobre (2009).¹⁶⁴

O edifício que outrora se tornou um símbolo de progresso e do novo no século XIX para escola primária agora é desconhecido dos fortalezenses que transitam apressadamente pelo centro da Cidade. Seu propósito de instalar o curso de preparação do professor foi paulatinamente esquecido, quando, em 1923, as normalistas passaram a frequentar o ambiente do edifício recém-construído no segundo prédio da Escola Normal (Colégio Justiniano de Serpa), situado, hoje, na Praça Figueira Melo, Av. Santos do Dumont, que se converteu, naquela ocasião, no símbolo da inovação educacional do Ceará.

Estabelecido na Praça do José de Alencar, esquina da rua Liberato Barroso com a General Sampaio, no seu lado direito, o Theatro José de Alencar, encontramos, hoje, o velho edifício finalizado em 1882, pintado de um amarelo já apagado, com janelões de vidro na frente

¹⁶⁴ Acesso em: 17/05/2024. Disponível em: <http://www.fortalezanobre.com.br/2009/11/escola-normal-de-fortaleza.html>

e lateral emoldurados de madeira pintada de verde-escuro, agora quase coberto por duas castanholas e bem carecido de reforma.

Fotografia 44 – Prédio atual onde funciona o IPHAN – 2023



Fonte: Acervo fotográfico da autora.

Depois da mudança do Curso Normal, o imóvel abrigou o Grupo do Norte da Cidade, o Grupo Escolar José de Alencar, a Faculdade de Farmácia e Odontologia, a Faculdade de Medicina e, desde 1987, é ocupado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.¹⁶⁵ Por sinal, na última visita que realizamos ao edifício, em setembro de 2023, uma das servidoras da Superintendência do Instituto no Ceará mencionou que muitos fortalezenses ainda se dirigem ao velho prédio à procura dos serviços prestados na Faculdade de Medicina e de Odontologia. Além disso, fomos informadas de que a Superintendência, em breve, funcionará no Complexo Cultural Estação das Artes, pois será devolvida à Universidade Federal do Ceará, proprietária do imóvel.

Ainda que esquecida pela comunidade escolar e por parte dos acadêmicos de Pedagogia nos dias de hoje, em 1884, a edificação foi símbolo do progresso e da civilidade desse tempo. E talvez por isso hajam sido a Escola Normal e as normalistas protagonistas da obra do cearense Adolfo Caminha, *A Normalista*.

¹⁶⁵ Para realização da visita e fotografar o prédio em setembro de 2023 foi necessária solicitação formal à Superintendência do IPHAN no Ceará, a fim de desenvolver atividades de pesquisa no espaço físico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, localizado na rua Liberato Barroso, 525 – Centro, Fortaleza – CE.

Fotografia 45 – Escola Normal e Cotidiano da Praça Marquês do Herval – s/d



Fonte: Arquivo Nirez.

O escritor Adolfo Caminha, morador de Fortaleza naqueles tempos, por certo, transitou várias vezes pela Praça do Marquês do Herval, e desse modo avistava o prédio que simbolizava o desenvolvimento da instrução primária e do povo cearense, o retratando assim: “O edifício da Escola Normal, a um canto do quadrilátero, pintadinho de fresco, cinzento, com as janelas abertas à claridade forte do dia, o aspecto alegre d’uma casa de noivos acabada de criar-se” (Caminha, 1982, p. 47).

Alba Valdez, igualmente, evocando o passado de estudante em 1885-1886, mencionou que “em 1885, A escola Normal já funcionava em prédio próprio, sito à Praça Marquês do Herval, bem aparelhada se atendermos às condições do meio, do espaço e do tempo” ([1948?], p. 176). E, testemunhando aquele tempo que conviveu como normalista, detalhou os recintos que ocupou durante os dois anos de curso.

[...] o ambiente do educativo impressionava bem: no alto das paredes pintadas, uma de verde, outras de amarelo-claro, havia em grandes caracteres, inscrições que encerravam preceitos e ensinamentos instrutivos. No pórtico da entrada do salão do 3º ano gravava-se a célebre sentença latina: *Mens sana in corpore sano*. No interior daquele outro salão, os olhos eram atraídos por esta afirmação tão peremptória quando elevada: O futuro das nações está nas escolas. E mais alguns dísticos a brilharem nas escolas anexa e outros recintos (*idem, ibidem*).

É possível aproximar ainda mais o ambiente educativo da Escola por meio da cena da aula de Geografia narrada por Adolfo Caminha (1982), quando descreveu que

[...] A sala era bastante larga para comportar outras tantas discípulas, com janelas para a rua e para os terrenos devolutos, muito ventilada. Era ali que funcionavam as aulas de ciências físicas e naturais, em horas diferentes das de geografia. Não se via um só mapa, uma só carta geográfica nas paredes, onde punham sombras escuras peles de animais selvagens colocadas por cima de vidraças que guardavam, intactos, aparelhos de química e física, redomas de vidro bojudas e reluzentes, velhas máquinas pneumáticas nunca servidas, pilhas elétricas de Bunsen, incompletas, sem amálgamas de zinco, os condutores pendentes num abandono glacial; coleções de minerais, numerados, em caixinhas, no fundo da sala, em prateleiras volantes... Nenhum indício, porém, de esfera terrestre [...] (*ibidem*, p. 49).

Nesta cena, reconhecemos que a sala de aula frequentada pela Maria do Carmo era bastante larga e ventilada. O ambiente da aula de Geografia era dividido com as aulas de Ciências Naturais, pois, possivelmente, as aulas ocorriam em dias alternados. E, inclusive, identificamos o fato de que não havia material na Escola para o ensino de Geografia e de Ciências Naturais.

Em 2023, visitamos o prédio do IPHAN para, assim, nele encontrar informações sobre o passado da Escola Normal. E repetimos a visita que os convidados no dia da inauguração fizeram com o propósito de conhecer os ambientes educativos da escola. Circulamos com cuidado, observando um a um os ambientes que outrora foram usados pelas normalistas e José de Barcellos. Ao passo que visitávamos o prédio, rememorávamos as histórias da ex-aluna Alba Valdez e ligávamos às cenas de Maria do Carmo, a normalista do livro de Adolfo Caminha.

Com efeito, a experiência de subir e descer a velha escada de madeira que muitas vezes Barcellos usou para acessar os salões do primeiro andar do prédio, onde funcionavam o gabinete do Diretor, a sala de reunião dos professores da Escola e as duas salas de aula das normalistas, fez-nos lembrar, em especial, de uma das cenas do livro, na qual Maria do Carmo, aguardando o professor de Geografia que ainda não chegara para o início da aula, foi surpreendida com a inspeção do diretor da Escola.

- O diretor, o diretor! Veio avisar a Jacintinha, [...] e que estava acabando de decorrer alto a lição de geografia.

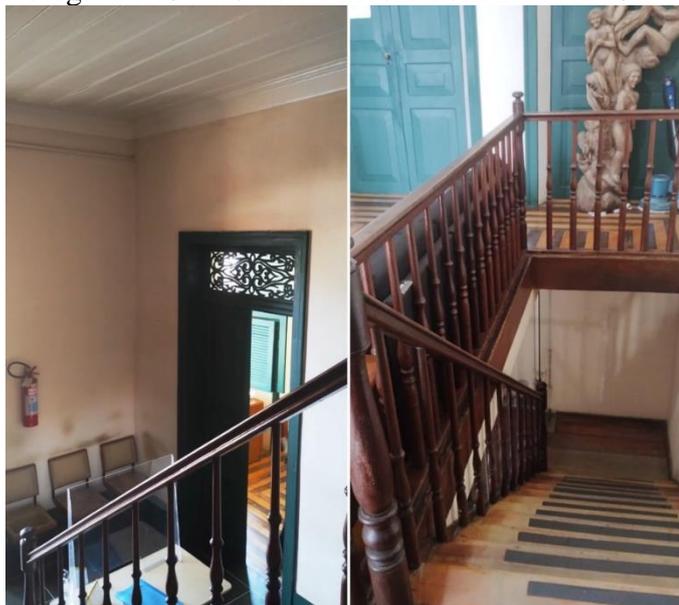
Foi como se tivesse dito para um bando de crianças traquinas:

Aí vem o tutu!

Houve uma debandada: umas embarafustar pela sala de música, outras pela de ciência, outras, finalmente, deixaram-se ficar em pé, lendo a meia voz muito sérias. Fez-se um silêncio respeitoso, e daí a pouco surgiu no alto da escada a figura antipática do diretor [...].

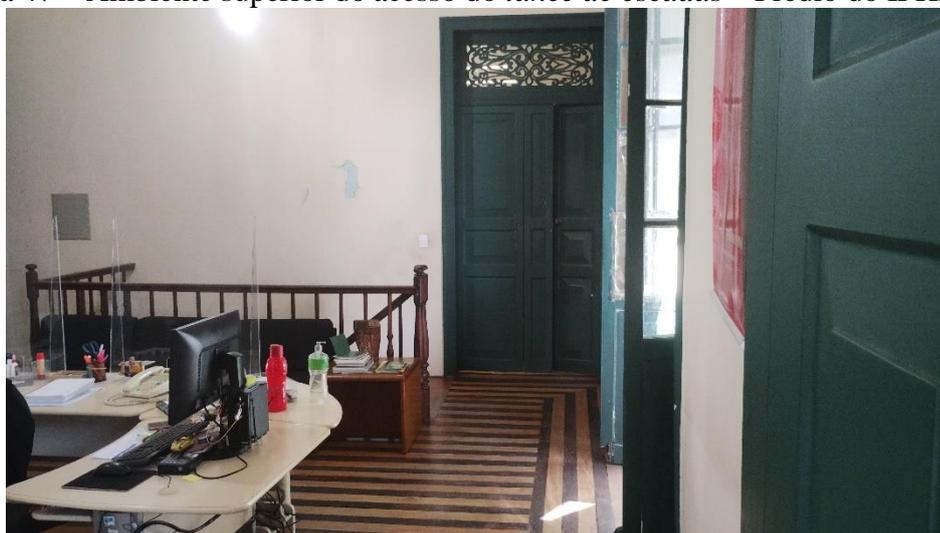
“Maria respirou com alívio. Mas assim que o diretor deu as costas, entrando para o seu gabinete, recomeçou o zunzum de vozes finas, a princípio baixinho, depois num crescendo” (Caminha, 1982, p. 48 e 49).

Fotografia 46 – Escada – Prédio do IPHAN – 2024



Fonte: Acervo fotográfico próprio.

A escada com degraus em dois lances para dar acesso à parte superior do Prédio encontrava-se conservada como no momento da inauguração do projeto de construção. A única modificação que identificamos foi uma estrutura de vidro para proteger a climatização das salas.

Fotografia 47 – Ambiente superior do acesso do *lance de escadas* – Prédio do IPHAN – 2023

Fonte: Acervo fotográfico próprio.

Esse ambiente do acesso do *lance de escadas* entre os dois salões da parte superior do edifício, na visita que realizamos em 2023, era ocupado pela recepção do gabinete da Superintendência. Havia recintos que funcionavam, uma área de convivência dos servidores e duas outras fechadas usadas para arquivar documentos da secretária do Gabinete. Provavelmente, estes três recintos serviam de gabinete do diretor e sala de reunião dos

professores e o lugar em que eram guardados os materiais e utensílios de ensino utilizados na Escola Normal de 1884.

E, assim, associando lembranças e recorrendo a significados do que foi narrado por Adolfo Caminha e às memórias de Alba Valdez desse passado, fomos e descobrimos os espaços, à semelhança dos convidados do dia da inauguração que, pela primeira vez, conheciam as instalações do novo Instituto, em 22 de março de 1884. Na ocasião da visita ao IPHAN, fomos sugestionando as possíveis arrumações dos móveis escolares feitas por José de Barcellos e outros professores para organização do ambiente educativo.

De fato, os salões são amplos e ventilados e, decerto, suficientes, à época, para a aplicação do modelo de ensino simultâneo nas aulas primárias das duas salas anexas que recebiam até 100 estudantes nas duas salas do pavimento térreo. Eram, porém, abundantes nos tempos inaugurais os espaços dos dois salões superiores utilizados pelos professores das aulas secundárias e pedagógicas, pois, até o ano de 1888, somente 24 alunas chegaram a frequentar a Escola.

Fotografia 48 – Salão lado direito – 2º andar – Prédio – IPHAN – 2024



Fonte: Acervo fotográfico próprio.

Fomos informadas pela bibliotecária do IPHAN que a estrutura do prédio não foi mexida e, nesse sentido, desde o tempo de Barcellos, o piso e o assoalho de madeira, as janelas de madeira pintadas, com persiana e vidro, e os ambientes da sala foram preservados. A visita suscitou lembranças e ligações sobre a escola e a maneira como José de Barcellos pensou a organização dos espaços da sala de aula com carteira, armários e os utensílios comprados para

a escola. Assim, levantávamos suposições acerca da organização dos móveis escolares e dos utensílios comprados. As coleções do museu pedagógico e as doadas pelo museu provincial ficavam dispostas ou guardadas para o uso do professor de Ciências para a escola recém-inaugurada.

Em demanda pela composição do ambiente, recorremos às lembranças de Alba Valdez, que desvela alguns ambientes e materiais de ensino dessa instituição, em 1885, mencionando que existia

[...] um museu de História Natural, de um gabinete de Física e Química, de coleções minerais, mapas parietais geográficos falados, mudos e em relevo, modelos de figuras geométricas e de desenho, não em profusão, mas bastante aproveitáveis e úteis para elidir uma boa dose de teorismos e das afeições mais prática às prelecções ([1948?], p. 176).

Atualmente ocupado pelos servidores do IPHAN, um dos salões do térreo é bastante iluminado pelas janelas da frente, e algumas da lateral, fechadas por causa da intensidade dos raios do sol que invadem o ambiente da sala. Dantes, lá funcionava uma das aulas primárias anexas à Escola Normal e era ocupado por carteiras escolares e utensílios de ensino da época em que os professores e crianças os utilizavam para o ensino das lições de coisas.

Fotografia 49 – Salão lado direito – Térreo – Prédio do IPHAN – 2023



Fonte: Acervo fotográfico próprio.

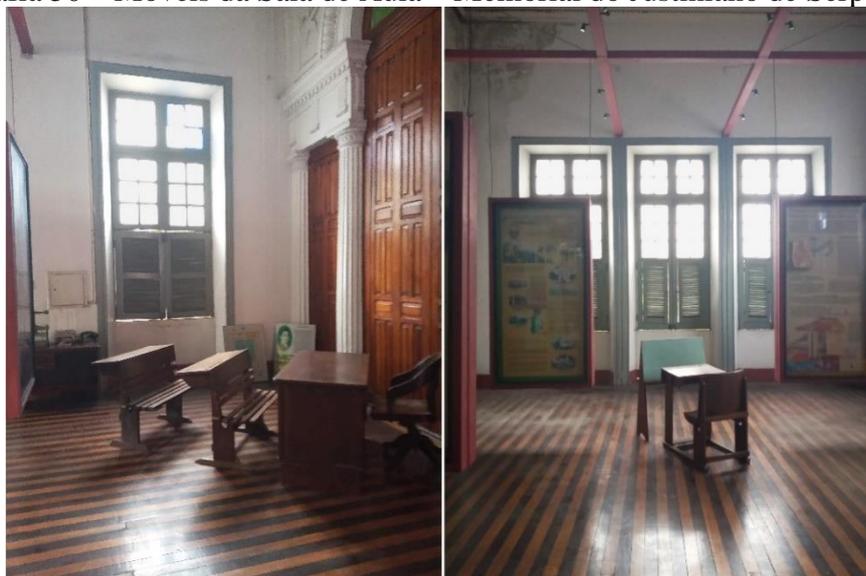
Neste íterim, realizamos visitas no segundo prédio que abrigou a Escola Normal, em razão de que, possivelmente, toparíamos registros escolares, móveis, materiais de ensino do primeiro prédio da Praça Marquês do Herval. Indícios da Escola Normal dos tempos de Barcellos eram passíveis de ser achados no Centro de Memória da Educação do Ceará –

instalado no Colégio Justiniano de Serpa, inaugurado em 2002 pela Secretaria da Educação do Ceará (INEP, 2006). Assim, com essas expectativas, fomos conhecer o Memorial, bem como examinar o acervo da Biblioteca das escolas, na esperança de encontrar algum material do ensino.

Dessas suposições, restou-nos a frustração de descobrir que os objetos expostos no monumento estavam abandonados e empoeirados. Os equipamentos deixados no chão dos cantos da sala e, inclusive, alguns documentos do tempo da Diretoria da Instrução Pública de 1860 expostos encontravam-se extraviados. Apesar do desapontamento, achamos alguns objetos de secretaria escolar e sala de aula, quadros parietais, armários, estantes, máquinas de datilografia, sem datação e origem, que precisavam ser identificados, organizados, selecionados com fins de preservação desse tempo da Escola Pública.

O alento retornava com a descoberta de três peças da coleção do Museu Provincial, três animais embalsamados: preguiça, duas espécies de aves, que poderiam ser itens da coleção doada por Dr. Joaquim Antônio Alves Ribeiro para o Museu Provincial que ficava anexo à Biblioteca Pública, depois transferido na inauguração para o edifício da Escola Normal (Olinda, 2005). Essas coleções foram usadas nas aulas da cadeira de Ciências Naturais que iniciaram somente em 1885 com a nomeação do professor Rodolfo Teófilo.

Fotografia 50 – Móveis da Sala de Aula – Memorial do Justiniano de Serpa – 2022



Fonte: Acervo fotográfico próprio.

Além das aulas de Ciências, José de Barcellos conduzia os trabalhos pedagógicos, em companhia dos professores Francisca Clotilde e Thomaz Antônio de Carvalho, das duas aulas anexas; Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, professor de Geografia e História do Brasil e

do Ceará; João Lopes Ferreira Filho, da cadeira de Português; Padre João Augusto da Frota, professor das Matemáticas; e Justino Domingues, que lecionava a cadeira de Francês. Eles desenvolveram um novo modelo de habilitar os professores primários cearenses, creditando à escola e à formação do professorado o encurtamento da distância do mundo desenvolvido para o atrasado, não civilizado.

Desses tempos inaugurais, a ex-aluna Alba Valdez ([1948?]) contou a maneira do ensino de leitura e escrita que era desenvolvido nas aulas práticas dos professores das escolas anexas com a supervisão de José de Barcellos, e, desse modo, recorda-se:

[...] No ensino da leitura, as crianças não cantavam mais o b com a, b, a ba; íam da sílaba para a palavra e desta para a sentença. Dentro de poucas semanas liam sofrivelmente, se o texto não fosse lá muito ofício. Não há processos e métodos de ensino: há professor [...] (p. 176 e 177).

E igualmente quando examinávamos o livro *Ensino Simultâneo da Leitura e da Escripção*, de Barcellos, nos aproximávamos dos tempos de estudante de Pedagogia (1988-1994), alfabetizadora na escola pública estadual (1994-1996) e formadora de alfabetizadores (2000), e, dessa maneira, reabrimos os estudos que outrora fizemos sobre a psicogênese da escrita, de Emília Ferreira.¹⁶⁶ Tão inovador quanto as discussões teórico-metodológicas acerca da alfabetização expressas pela Pesquisadora platina foi talvez o método sintético silábico que Barcellos ensinou para as normalistas com o propósito de mudar o modelo de alfabetizar cuja orientação principal consistia em “Não soletrar nunca; syllabar diretamente e fazer distinguir as articulações bl, tr & como se fossem composta de uma só letra.”

Também das recordações da escritora Alba Valdez ([1948?]) há um episódio que conta sobre um conflito que envolveu José de Barcellos e Rodolfo Teófilo, relacionado à elaboração das lições que preparava para suas aulas de Ciências, no qual em um determinado momento da aula,

[...] Manuseando as preleções escritas por Rodolfo Teófilo, professor de Ciências Física e Naturais, que as fornecia às normalistas a fim de suprir as deficiências dos compêndios, Jose de Barcellos entendeu fazer umas correções na linguagem, que queria escoreita, sem defeitos. Rodolfo Teófilo, preparado que era na sua cadeira, mas dispéptico e neurastênico jamais perdoou a Barcellos aquilo que ele considerava uma ofensa à sua autonomia ministerial. Mas não havia ofensa da parte de Barcellos. [...] (Alba Valdez, [1948?], p. 178).

¹⁶⁶ Nasceu em Buenos Aires em 1936. Formou-se em Psicologia e estudou e trabalhou com Piaget. Suas pesquisas tratam dos mecanismos pelos quais as crianças aprendem a ler e a escrever com base em estudos de Psicolinguística.

Essa cena também nos aproximou do trabalho do Pedagogo em apoiar as atividades de acompanhamento do ensino e do planejamento dos professores das áreas científicas e literárias. Malgrado haja necessidade de suporte pedagógico, essa atuação muitas vezes não é bem aceita, pois há uma ideia na escola de que basta ser especialista para tornar-se um bom professor. Esta percepção, contudo, dá azo a conflitos entre os professores das disciplinas científicas e os pedagogos, que alegam a utilidade dos conhecimentos pedagógicos e didáticos para a realização das práticas de ensino.

No caso narrado, o pedagogo José de Barcellos, observando o professor de Ciências, considerou a necessidade de aprimoramento da sua linguagem, que “queria escorreita, sem defeitos”, em conformidade com o modelo simultâneo de ensino que exigia do professor eloquência e clareza para a exposição dos conteúdos. Igualmente ao professor Berredo, da aula de Geografia, de que Maria do Carmo, a normalista, mais gostava, pois

[...] achava-o eloquente, claro, explícito, capaz de prender um auditório ilustrado. Era a sua aula predileta, a de geografia, o Berredo tornava-a mais interessante ainda. Os outros, o professor de francês e o de ciências, nem por isso; davam sua lição como papagaios, e - adeus, até amanhã. O Berredo, não senhores, tinha um excelente método de ensino, sabia atrair a atenção das alunas com descrições pitorescas e pilhérias encaixadas a jeito no fio do discurso [...] (Caminha, 1982, p. 50).

Essa conhecida cena da aula de Geografia da obra de Adolfo Caminha foi reinterpretada nos versos de Literatura de Cordel do Prof. Dr. Luís Távora Furtado Ribeiro, que destacou o jeito de ensinar do professor Berredo com o uso da técnica da arguição que as normalistas deviam seguir como modelo:

[...] No livro a Normalista
Na aula de Geografia:
- Quais são os pólos da terra?
Mestre Berredo arguia.
Maria do carmo esqueceu
Campelinho respondeu
Essa até eu sabia. [...]
(Ribeiro, 2020, p. 22).

José de Barcellos, no início de funcionamento da Escola Normal, ocupava-se “ora na sua cátedra, lecionando Pedagogia e Metodologia, ora preenchendo o espaço lectivo de colegas faltosos, ora descendo às escolas anexas de meninos e meninas e a Escola Infantil a fim de orientar, dirigir, familiarizar as diplomadas nos deveres de sua profissão” (Valdez, [1948?], p. 168). Recordava-se, ainda, dos múltiplos afazeres do seu professor de Pedagogia na recém-criada Escola Normal:

[...] o diretor José de Barcelos multiplicava-se, trabalhava muito, desenvolvendo grande actividade, pois tudo eram começos. Tratava-se de uma reforma na vida escolar cearense, a bem dizer, radical. As lições de Pedagogia e Metodologia não ficavam apenas nas exposições e explicações dadas em aulas, tinham que assumir um carácter prático. Professorandas eram designadas para lecionarem nas escolas anexas sob as vistas do diretor e dos ocupantes das cadeiras ([1948?], p. 176).

A Escritora rememora no seu texto as práticas realizadas pelo professor da cadeira de Pedagogia e Metodologia no ensino das lições na recém-criada escola. Narra a ex-aluna Valdez, mencionando, inclusive, que, naqueles inícios da Escola Normal,

[...] o trabalho de ensinar adquiria um aspecto agradável, de alegria, reunindo a meninada em torno de Barcelos, que estava a orientar as futuras professoras. Se a lição das cousas se ocupava, por exemplo, do algodão, havia ali um bocadinho da matéria, que era levantada nos dedos: - Quem sabe o que é isto? A resposta soava entre risos. Ora, quem não sabia! – Algodão! – Agora vamos saber a sua história, para que serve [...] (Valdez, [1948?], p. 177).

As lembranças da ex-aluna das experiências vivenciadas na Escola Normal com seu professor de Pedagogia e Metodologia são suscetíveis de indicar e corroborar aspectos importantes para o estudo. Por essas lembranças, identificamos pistas reveladoras de quem foi José de Barcellos, evocadas pela Normalista, que o descreve assim:

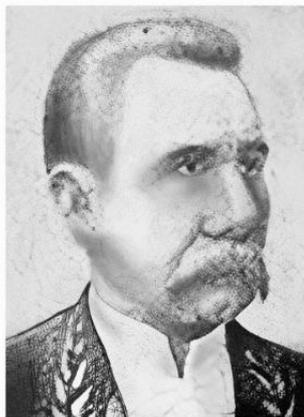
[...] tipo de homem reservado, fornido, cabeça grande e redonda, rosto moreno, esses traços fisionômicos e caricaturais, neutralizado por uma dignidade, uma correção de maneiras, uma acentuada expressão espiritual, que lhe denunciavam a invulgar personalidade ([1948?], p. 167).

Adolfo Caminha na obra literária *A Normalista*, narrando e apresentando o contexto e a visão de vários personagens sobre a escola normal, seus espaços, cotidiano, em um dos trechos, descreve o diretor da protagonista Maria do Carmo no momento que surgia no alto da escada:

[...] a figura antipática do diretor, um sujeito baixo, espadaúdo, cara larga e cheia como uma pronunciada cavidade na calota do queixo, venta excessivamente grande e chata dilatando a um sestro especial, cabelo grisalho descendo pelas têmporas em costeletas compactas e brancas, olhos miúdos, testa inteligente... [...] (1982, p. 48).

A descrição do Diretor da Escola Normal, feita nessa obra literária naturalista de Adolfo Caminha, sinaliza coincidências com as informações de Alba Valdez, Gustavo Barroso e Joaquim Pimenta. Observando o retrato de José de Barcellos dizemos que talvez o autor cearense tenha descrito o primeiro diretor da Escola Normal Pedro II que, em 22 de março de 1884, assumiu esse cargo, ficando nele até o ano de 1889.

Fotografia 51 – Retrato de José de Barcellos – Academia Cearense de Letras – 1886



Fonte: Galeria dos fundadores da Academia Cearense de Letras (2021).

Essa fotografia de José de Barcellos, com 43 anos de idade, foi tirada no momento da Fundação da Academia Cearense de Letras, em 1886 – tempos do Barcellos abolicionista e diretor e professor da Escola Normal que participa da vida política e literária da cidade de Fortaleza nas reuniões do Clube Literário. A imagem está na galeria dos fundadores da ACL com uma breve biografia dele com as referências das suas obras, elaborada pelo historiador Raimundo Girão.

No ano de 1899, o calouro Gustavo Barroso, quando conta suas memórias no primeiro ano como aluno do Liceu, cursando o secundário, declara que o professor José de Barcellos gozava da mais alta reputação social, uma vez que ouvia falar constantemente do talento extraordinário e da cultura formidável deste veterano da instituição. Recorda-se de que o via diariamente, “todo de preto, sisudo, vagaroso, concentrado. Tinha um nariz vermelho e atomatado que merecia uma epigrama de Bressane, Bocage ou Tolentino. Até hoje ainda não encontrei nariz que mesmo de longe se parecesse com aquele” (Barroso, 1940, p. 15).

Esses traços da imagem de José de Barcellos também são reparados pelo jovem Joaquim Pimenta em autobiografia intitulada *Retalhos do Passado – Tauá – Fortaleza*, que, com atenção, detalha os traços do rosto dele, aos 61 anos, em 1904:

Estatura mediana, cabelos grisalhos que uma avançada calvície tornava escassos sobre a testa larga: um nariz como nunca vira igual, tão carnudo, tão volumoso, que deixara em eclipse o do velho Chico Barreto, que era o apêndice nasal mais famoso de quanto cresceram em Ilhamuns (Pimenta, 1945, p. 103).

Dos tempos dos seus preparatórios do Liceu, o estudante Joaquim Pimenta lembrou-se de um acontecimento. Depois de ser sido reprovado nos exames preparatórios da matéria Geografia e História, e com dificuldade de estudar os conteúdos obrigatórios da prova,

procurou o professor José de Barcellos para relatar sua dificuldade em memorizar tantos assuntos.

E a vasta vivência adquirida na preparação de alunos para os exames desde os tempos dos colégios no Rio de Janeiro permitiu-lhe dizer: “- Vá lendo isto e procurando, pelas próprias palavras, reproduzir o que ler. Em menos de dois meses (era o tempo que faltava para os exames) terá aprendido mais história do que durante todo esse tempo (quase um ano) perdido em decorar” (Pimenta, 1945, p. 114 e 115).

Os traços biográficos revelados das memórias dos ex-alunos aproximam-nos do professor Barcellos de 41 a 61 anos de idade, quando atuava no ensino de Português e Metodologia e Pedagogia na Escola Normal e como cátedra do curso de Grego e Francês no Liceu do Ceará. Um homem sisudo, concentrado, talvez de poucas palavras que despertava respeito e quiçá medo. Vestia-se só de preto, seguia os padrões das vestimentas da época para senhores da sua idade? Provavelmente, precisaria manter a imagem de austero, pois desempenhava a função de vigilância e controle dos jovens cearenses a fim de manter o ordenamento e a disciplina dos dois institutos secundários, o Liceu e a Escola Normal.

Era reconhecido em toda a Província por sua inteligência e conhecimento no ofício de ensinar que lhe atribuiu alta reputação social. Para alcançar, porém, todo esse reconhecimento, muitas vezes, precisou acomodar-se às querelas político-partidárias que emperraram a organização e criação de modelo formativo acadêmico que seria implantado no Ceará.

Os passados desvelados por Alba Valdez do tempo de ex-aluna, das experiências vividas por ela na Escola Normal e as representações desses tempos suscitadas na obra *A Normalista*, acrescidas às memórias de Gustavo Barroso (1940) e Joaquim Pimenta (1945) de quando conviveram com José de Barcellos no Liceu do Ceará, nos encorajaram a encenar, no presente, o que reconhecemos ser uma sala de aula para preparação de normalista nos dois últimos anos do século XIX.

Desse modo, observando, compondo e ajustando espaços, tempos, para encontrar conexões entre os sujeitos e os múltiplos meios, fomos produzindo essa nova escrita historiográfica. E eis que mostramos uma ilustração¹⁶⁷ do ambiente escolar, configurando suas distintas interpretações, imagens e significados, em particular, da sala de aula do professor José

¹⁶⁷ Para compor a ilustração, realizamos duas reuniões com a ilustradora Amanda Lopes Barbosa para discutir sobre a época, o estilo das roupas e dos cabelos. Também indicamos alguns modelos dos ambientes de sala de aula do século XIX, acrescidos das fotografias dos poucos móveis que encontramos no Memorial do Justiniano. Assim, compusemos a produção de ambiente da Sala de Aula de Pedagogia e Metodologia do Professor José de Barcellos.

de Barcellos, primeiro pedagogo cearense que lecionou a cadeira de Pedagogia e Metodologia na Escola Normal cearense.

Ilustração 1– Pedagogo José de Barcellos e as Normalistas cearenses – 2024



Fonte: Elaboração de Amanda Lopes Barbosa,¹⁶⁸ fev. 2024, em colaboração com a autora.

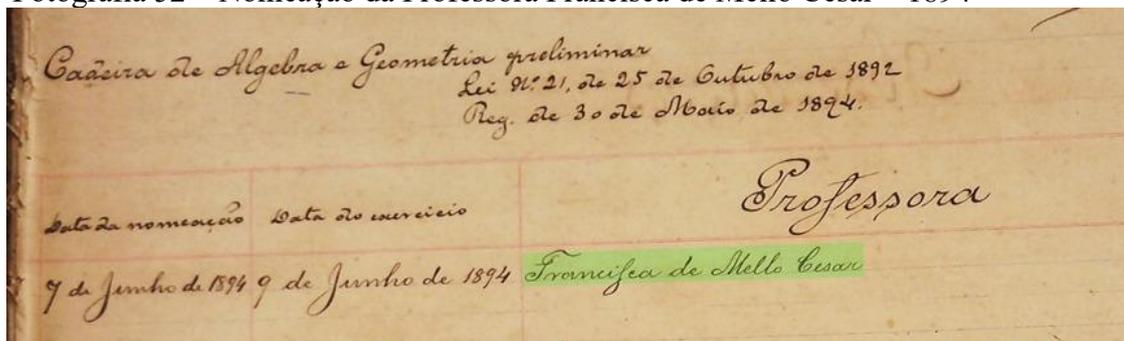
Na opinião do médico e jornalista José de Castro Medeiros, José de Barcellos foi um “homem sensível, tímido e desinteressado, orgulhoso talvez, que foi aquele nosso talentoso quão erudito conterrâneo.” Da vida privada dele encontramos poucos vestígios. Localizamos os nomes dos seus progenitores – João Tomás de Barcelos e Francisca Alexandrina de Carvalho –, a migração aos dois anos para Fortaleza, localizados nos escritos de Alba Valdez ([1948?], p. 168) e no *Dicionário bibliográfico* de Guilherme Studart (1894, p. 54); e uma nota do *Jornal Pedro II*, de 29 de julho de 1888, onde localizamos a informação de que teve uma irmã, viúva do alferes Gervasio dos Santos Coelho: a “irmã do professor e diretor da Escola Normal” (*Pedro II*, 29 de jul. 1888 – Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional).

A respeito da vida privada, Valdez ([1948?]) evidencia que o nosso biografado, em idade proecta, se casou com Francisca de Mello Cezar, ex-aluna e professora da Escola Normal. A condição de casada da professora de *Álgebra e Geometria Preliminar* achamos em atos administrativos do Livro de Matrícula da Escola Normal (1913). Nos ditos autos,

¹⁶⁸ Estudante do curso de *Design* da UFC.

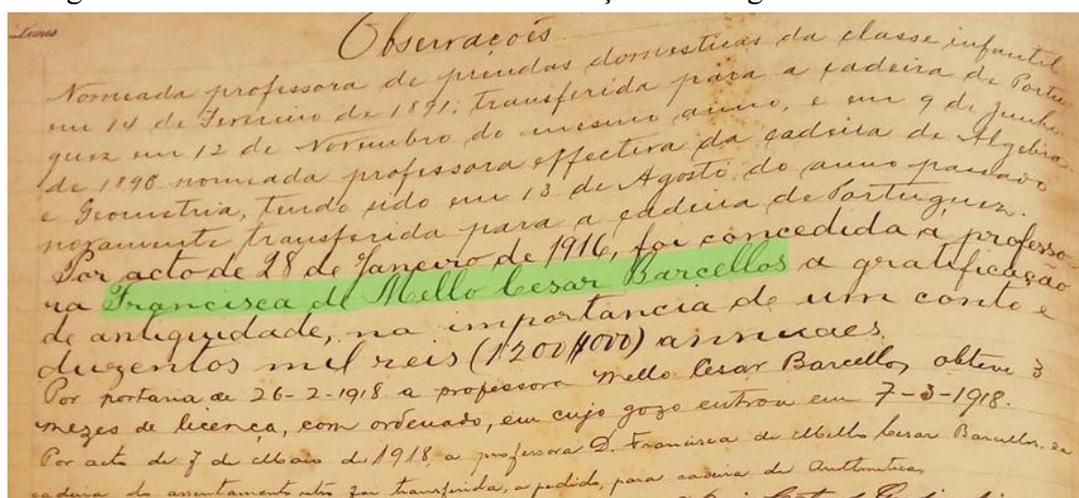
observamos o acréscimo do nome da família *de Barcellos*¹⁶⁹ para fins de concessão da Gratificação de Antiguidade, no ano de 1916. Percebemos as diferenças nos registros do nome da dita professora, uma vez que, em 7 de junho de 1894, o ato de nomeação não incluiu o nome da família *de Barcellos*, conforme os documentos abaixo revelam:

Fotografia 52 – Nomeação da Professora Francisca de Mello Cesar – 1894



Fonte: APC – Fundo: Instrução Pública – Caixa Escola Normal – 1880 a 1920.

Fotografia 53 – Ato administrativo – Gratificação de Antiguidade – 1916



Fonte: APC – Fundo: Instrução Pública – Caixa Escola Normal – 1880 a 1920.

Não há vestígios de que teve filhos ou filhas escritos em suas biografias, contudo, localizamos no periódico *O Jornal* de 29 de setembro de 1916, página 2, final da coluna *Álbum Social*, uma pequena nota do aniversário da criança “Mariinha, filha do sr. professor José de Barcellos”, a aniversariante do dia 29 de setembro.

¹⁶⁹ As consultas para encontrar José de Barcellos e seus descendentes foram intermediadas pela Professora Fátima Leitão, que identificou um parente dela, o Sr. Vicente Coelho Barcelos Filho, que estudioso da Família “de Barcelos”, não identificou ligações de parentescos com o professor José de Barcellos e parte dos seus ancestrais pesquisados, em particular, os da árvore genealógica do seu pai, o Sr. Vicente Coelho Barcellos.

Fotografia 54 – Nota de aniversário



Fonte: Hemeroteca Digital – BN.

Por essa nota, cogita-se a ideia de que Barcellos teria deixado descendentes, no caso, uma menina chamada carinhosamente de *Mariinha*. Destacamos, todavia, que, neste exame, não conseguimos nos aprofundar em pesquisas sobre a família de Barcellos. Deixaremos essa missão para outros que, motivados com os nossos achados, sejam capazes de reconstituir mais histórias sobre a vida íntima desse educador.

Um professor experiente, dedicado, que envelhecia na profissão que a vida lhe dera ou escolhera, talvez por isso vagaroso no andar de acordo com a descrição do seu ex-aluno Gustavo Barroso. Enfim, José de Barcellos, no dizer de Alba Valdez ([1948?], p. 168), “Pelejara, estudando, armazenando saber; clamara, escrevera tanto a favor dela, que, afinal, ela estava aí cumprindo a sua gloriada finalidade de formar professores capazes de libertar a pátria comum das amarras do obscurantismo.”

Exonerado do cargo de diretor em 1891, José de Barcellos continuou até 1917 lecionando na Escola Normal e no Liceu Cearense, quando se aposentou do cargo de professor de Pedagogia e Metodologia, e, tal e qual os professores da Prússia, teve uma longa carreira de 63 anos dedicada ao magistério primário e secundário.

Muito do que intencionou não foi desenvolvido e talvez sua experiência haja se configurado somente em intenções. Suas conferências foram importantes para idealizar um modo de escola moderna que, mesmo em um país distante e desenvolvido, implicou a maneira de ser professor primário, que no Ceará só iria se materializar com a outra reforma de 1922, após as duas primeiras décadas do século XX.

Depois restaram dois anos convivendo com a esposa, a filha e componentes familiares, pois, para aqueles que o conheceram, segundo José de Castro Medeiros, “nos seus últimos anos de vida, saía raramente e já estava esquecido. Que lhe importava? Tinha a sua família e a sua biblioteca” (*FOLHA DO POVO*, 5 de dez. 1931, p. 3).

5 CONCLUSÃO

A gente vive repetido, o repetido, e, escorregável, num mim minuto, já está empurrado noutro galho. Acertasse eu com o que depois sabendo fiquei, para de lá de tantos assombros... Um está sempre no escuro, só no último derradeiro é que clareiam a sala. Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia (Rosa, J. Guimarães, 2001, p. 80).

Inspiramo-nos na epígrafe de Guimarães Rosa para traçar algumas considerações sobre esta trajetória de estudo que examinou os vínculos entre os trajetos formativos e profissionais do professor José de Barcellos e o movimento de renovação da formação docente e do Ensino Primário à época do Ceará provincial e da então recém-proclamada República. Foi assim, partindo do repetido, do que já foi escrito e citado, que reexaminamos a história da formação do professor primário cearense, a fim de encontrar o que foi esquecido desse passado, “para assim já está empurrado noutro galho”, noutra escrita historiográfica.

Neste experimento acadêmico *stricto sensu*, reconhecemos, no Ceará provincial, a participação sociopolítica e pedagógica de José de Barcellos e outros professores cearenses que foram relevantes para a circulação de ideias, estabelecimento de políticas e práticas educacionais mais modernas para a organização do ensino e formação de professores já em curso nos últimos dez anos do século XIX. Esse modelo formativo estabeleceu um espaço próprio para a preparação do professorado, inserindo disciplinas teóricas e metodológicas na organização do ensino e a sua prática em escolas de aplicação, incorporadas, até hoje, em processos formativos de professores primários no Ceará.

A procura desse objeto foi-nos acercando de lembranças, nossas, dos outros e das memórias coletivas sobre a temática, que nos aproximaram de ideias e estudos com vista a nos orientar sobre o melhor traçado a percorrer. Nas demandas para entendimento do passado e da História, tencionamos compreender o sentido da história e a relação entre a Memória e a Ciência Histórica. Com efeito, *pari passu*, estabelecemos caminhos para as análises e a feitura do texto, em especial, das trajetórias formativas e profissionais do professor José de Barcellos e do seu papel na configuração do modelo de formação para o ensino primário, que, até os anos de 1990, foi referência para o Ceará.

Em termos metodológicos, a pesquisa é de cunho qualitativo, assentada na Ciência Histórica, intermediada por estudos biográficos e história de vida ancorados no exame e nas concepções convergentes da História Nova, da Filosofia da História e do Materialismo

Histórico sobre Memória e História. A coleta de dados sobre a Escola Normal e o Mestre biografado ocorreu com esteio nas análises de fontes nos acervos da Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital e do Instituto do Ceará (IC), Academia Cearense de Letras (ACL) e Biblioteca Estadual do Ceará (BECE), bem como no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Os achados consistiram em teses, dissertações, artigos, livros, jornais, revistas, manuais pedagógicos, livros literários, imagens e documentos oficiais da época.

Vimos que a vida de José de Barcellos foi perpassada pelo contexto em que viveu, no *Ceará à época provincial e da Recém-República*, em especial, quando conviveu na capital, Fortaleza, centro de comércio e de vida cultural e refúgio dos retirantes que a procuraram para sobreviver nos compridos períodos de seca. É o local que trouxe o progresso em seus vapores e onde foram decididas as intenções e realizações da administração provincial, como a da instalação da primeira Escola Normal cearense.

O tempo de instalação da Escola Normal é o mesmo do Ceará recém-saído da tragédia da seca de 1877-1878 e da pandemia de varíola que exterminou famílias e reduziu drasticamente a população cearense. Aos poucos, a sociedade e os governos procuravam se restabelecer, inserindo ideias e os anseios da Modernidade e do progresso, quando o ensino obrigatório era parâmetro de inserção dos estados/nações no mundo civilizado. Eram os tempos em que os intelectuais cearenses alardeavam os ideais abolicionistas que posicionaram o Ceará na história como a primeira província a abolir a escravidão e a centralidade da educação como desenvolvimento social.

A instrução primária na Província cearense intercorria, sobretudo, por meio de regulamentações dos governos provinciais de 1881-1891. Posto isso, identificamos descompassos do legal em relação às práticas administrativas decorrentes da desobrigação do poder central, advindas do Ato Adicional de 1834, da ausência do valor social que a sociedade agroexportadora de bases escravistas atribuía à educação popular e dos conflitos político-partidários entre os conservadores e os liberais, do chefe político Paulo Pessoa e dos *Pompeus*, entraves que procrastinaram a universalização do ensino e a valorização do professor primário. Realmente, nesses tempos, a educação primária alcançou uma pequena parcela da população cearense na idade prescrita de estudos de seis a catorze anos. O ideário republicano do ensino primário obrigatório, laico e estatal destoava em relação à sociedade dividida entre livres e escravos, cuja maioria era pobre, analfabeta e, portanto, excluída dos direitos civis, políticos e sociais.

No Ceará provincial é perceptível, pelas análises dos documentos, que a Escola Normal foi sendo instituída a pouco e pouco por decisões legais e administrativas que

intencionavam habilitar o quadro de pessoas para implementar as reformas liberais e republicanas em que escola primária e professores desempenhariam papéis estruturantes para inculcar valores morais e cívicos à edificação dos Estados-Nações.

Desse modo, o estabelecimento do primeiro prédio da nossa Escola Normal, que inicia em 1881 e finaliza no ano de 1882, foi um feito importante, contudo não foi essa a única ação realizada pelas autoridades à preparação do professorado cearense. As viagens com fins de estudos comparativos para observar os fundamentos para a constituição da instrução primária e Escola Normal feitas pelos professores Amaral Cavalcanti para os Estados Unidos da América (1880-1881) e, logo depois, José de Barcellos para França e Bélgica foram estratégias importantes do projeto governamental para fins de elaboração e administração de um novo modelo de ensino e formativo para professores aos moldes ocidentais.

Os estudos realizados pelos dois professores viajantes incluíam a Província no mundo civilizado, razão por que os registros dos dados coletados desses estudos eram difundidos na imprensa e em conferências que tratavam dos preceitos e das experiências dos países desenvolvidos. José de Barcellos, enquanto estava na Europa, publicou várias crônicas desses estudos, retratando detalhes do modelo de ensino e das condições de vida e profissão dos professores primários desses países.

Fato é que os preceitos da reforma do ensino primário de 1881 (Regulamento Orgânico da Instrução Pública e Particular na Província do Ceará) foram configurados a pouco e pouco na segunda metade do século XIX e nos seus últimos anos, quando constatamos que essas intenções reformistas se intensificaram. Exemplo é a reforma de 1878, sancionada nos tempos trágicos da seca e da epidemia de varíola de 1878-1879, que estabeleceu no regimento interno da instrução primária uma seção para a Escola Normal. Por sinal, a nomeação de José de Barcellos para professor da cadeira de Pedagogia e Metodologia, dois anos e sete meses antes da inauguração da Escola Normal, corroborou esse entendimento de que a instalação da Escola Normal foi sendo preparada e que a inauguração, em março de 1884, foi símbolo desse projeto reformista dos governos provinciais, com o propósito de formação do professorado primário em tempos em que a república no Brasil se aproximava.

Reconhecemos por meio da história formativa de José de Barcellos a passagem do modelo formativo do professor adjunto, do mestre-escola, para um outro com características acadêmicas e teóricas efetivadas com a criação, instalação e o início das atividades da Escola Normal. Esse modelo estabeleceu um espaço próprio para a preparação do professorado, inserindo disciplinas teóricas e metodológicas na organização do ensino e na sua prática em escolas de aplicação, inovações pedagógicas que representaram a passagem também do Estado

Imperial para a República recém-estabelecida. A trajetória de vida desse pedagogo também representou a passagem do velho mestre-escola para o professor normalista, símbolo do progresso e da República, incorporando, por muito tempo, experiências trazidas desse passado remoto em cursos de preparação de professores primários no Ceará.

Essa passagem do velho para novo ensino significou a substituição das práticas tradicionais do modelo jesuítico pelo método intuitivo de base empirista criado por Pestalozzi, que parte das observações das coisas e da natureza como princípio pedagógico para o ensino das crianças e jovens. Foi esse modelo de ensino difundido e praticado na Escola Normal quando Barcellos foi diretor e professor de Pedagogia e Metodologia. Nesse ambiente educativo, o Pedagogo era responsável pela direção das práticas das *Lições de Coisas* aplicadas pela professora Francisca Clotilde e professor Thomaz Carvalho no ensino dos alunos e alunas e por supervisionar o tirocínio das normalistas, uma vez por semana. Além disso, vistoriava os professores na realização das lições, em especial, as de Ciências Naturais, que no programa da Escola seriam desenvolvidas através do ensino da observação e identificação dos fenômenos da natureza. Neste estudo, localizamos indícios do ensino dessa matéria em crônicas científicas publicadas n'A *Quinzena* (1887-1888).

Demais disso, as inovações ocorriam nas duas aulas anexas à Escola Normal, quando exercitado o método intuitivo com o uso da técnica pedagógica das *Lições de Coisas* – a exemplo das práticas aplicadas para o ensino de leitura e da escrita localizadas no livro *Ensino Simultâneo da Leitura e da Escripção*, publicado em 1883. A obra consiste em manual para o ensino da leitura e escrita para professores das aulas primárias com instruções metodológicas para realização do processo de alfabetização por meio do método sintético silábico. Por meio desse livro, é perceptível o ensino moral mediante a leitura de lições sobre os direitos e os deveres cívicos do patriota e do homem de bem.

É tangível a ideia de que a efetivação do espaço formativo da Escola Normal cearense modernizou o formato de ensino e de preparação docente no final dos anos Oitocentos. A diplomação das sete primeiras normalistas significou sinal dos novos tempos para a escola primária e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do professorado primário. O ensino da Escola Normal inovou na modalidade de organização do espaço formativo e, em especial, na distribuição de conteúdos teóricos e práticos, com a criação das disciplinas específicas para a Pedagogia e Metodologia do ensino e espaços de aplicação para o ensino de meninos e meninas. Alheios às novidades que ocorriam em Fortaleza nas duas escolas anexas, poucos professores primários tiveram acesso a essas mudanças que liam nos noticiários dos jornais. O ensino

tornava-se mais ativo e moderno, embora, na escola primária, o uso da palmatória e a memorização de símbolos das práticas tradicionais do mestre-escola persistissem.

Em transposição ao preparo e titulação dos futuros professores cearenses, a Escola Normal configurou uma profissão docente no Ceará no âmbito da qual não mais cabia a imagem do mestre-escola. No Ceará, foi nessa Instituição que aconteceu a inclusão das mulheres nos estudos secundários, permitindo mais liberdade para que elas ocupassem outros espaços sociais. Além de tudo, foram as influências das concepções introduzidas no programa curricular mais moderno da Escola que favoreceram o estabelecimento do modelo de agrupamentos escolares cuja existência perdurou por extensa fase na educação cearense.

A Escola Normal, criada no ano de 1884, teve seu projeto pedagógico e organizacional tornado uma referência para a habilitação de professores e professoras primárias. Por quase 104 anos, constituiu-se o principal espaço de formação inicial para professores de crianças, até a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB/1996, art. 62, que estabelece como regra na formação dos profissionais da educação o nível superior, porém persiste o formato mínimo para o magistério no âmbito da educação infantil e dos cinco anos iniciais do ensino fundamental na modalidade Normal. Seus propósitos, práticas pedagógicas e curriculares, instituídos pelos primeiros professores e, em particular, por José de Barcellos, estão guardados nas memórias das normalistas de várias gerações. Portanto, recobrar o passado histórico da formação do professor primário não ocorre sem o entendimento da Escola Normal e de suas origens.

Trilhando deste modo um caminho diferente do que já foi realizado nos outros estudos sobre a formação do professor primário e a Escola Normal, é sensível na história dessa instituição o entrelaçamento das memórias de vida e do trajeto educativo de José de Barcellos, que identificamos nos caminhos que traçou até a chegada à Escola Normal Pedro II, quando, com outros intelectuais da época – como Amaro Cavalcanti, Francisca Clotilde, Thomaz Antônio de Carvalho, Rodolfo Teófilo, Tomaz Pompeu de Sousa Brasil, João Lopes Ferreira Filho, Padre João Augusto da Frota, entre outros –, muda o modelo e a formação, e desenvolve práticas para o ensino de professores primários.

Outros lugares além da instrução foram frequentados por ele, o de estudante de Engenharia Agrícola na França e o de bibliotecário e de abolicionista das Sociedades Libertadoras no Ceará. Foi tradutor habilidoso do francês para a português, redator dos jornais *O Cearense*, *Gazeta do Norte* e da revista *A Quinzena*. Seus escritos jornalísticos e os livros publicados o habilitaram a ser um dos fundadores da Academia Cearense de Letras.

Retomando a epígrafe no início deste texto “[...] Um está sempre no escuro, só no último derradeiro é que clareiam a sala”, rematamos esta parte do estudo compreendendo que este momento de defesa da tese do Curso de Doutorado do PPGE conformada neste ensaio acadêmico *stricto sensu* seja de propor novos estudos sobre a escola primária e o desenvolvimento profissional dos professores do período entre o Estado Imperial e a então recém-República no Ceará, os quais examinem os itinerários profissionais das primeiras normalistas, ampliando estudos sobre os professores e suas trajetórias de vida e os influxos da elite letrada cearense na divulgação do progresso e na reforma da instrução primária de 1881, concedendo visibilidade àqueles que deram materialidade e representação às instituições escolares e que, no âmbito da memória educacional cearense, muitas vezes, são esquecidos, e que assim se continue a elucidar nossas travessias sobre a historiografia da Educação cearense.

Foi sendo configurado o objeto deste estudo na perspectiva do inacabado, da permanente expectativa do não realizado, pois há sempre restantes de mundos de José de Barcellos e da Escola Normal para serem compreendidos e reinterpretados por outros em diversos tempos. E assim, por este ponto de vista, nos inspiramos com a sabedoria de Guimarães Rosa, quando diz “o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia” (2001, p. 80).

REFERÊNCIAS

- ADERALDO, Mozart Soriano. Notas e Transcrições – Percorrendo a Rua da Palma. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza/Ceará. 1959, p 334 a 386. Disponível em: <https://www.institutoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1959/1959-NotaseTranscricoesPercorrendoARuadaPalma.pdf> Acesso em: 17/05/2024.
- AMADEO Maria Eliza; KURY, Lorelai. **O Catálogo de Exposições de História do Brasil (1881)**. Artigos. Biblioteca Nacional, publicação em 19 jun. 2014. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-catalogo-de-exposicao-de-historia-do-brasil-1881/> Acesso em: 17/05/2024.
- ALMEIDA, Gildênia Moura de Araújo. **Mulheres beletristas e educadoras: Francisca Clotilde na sociedade cearense- de 1862 a 1935**. 356f. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/7585>. Acesso em: 01/05/2024.
- ALMEIDA, Jane Soares. Co-educação ou classes mistas? Índícios para a historiografia escolar (São Paulo – 1870-1930). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)**, Brasília, v. 86, n. 213/214, p. 64-78, maio/dez. 2005. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1404/1143>. Acesso em 30/04/2024
- ALMEIDA, Jane Soares. Vestígios para uma Reinterpretação do Magistério Feminino em Portugal e no Brasil a partir do Século XIX. In: SAVIANI Demerval *et al.* **O legado educacional do século XIX**. 2.ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2006. p.133-215.
- ANDRADE, F. A. **A instrução de Primeiras Letras no Ceará Provincial: uma discussão a partir do rastreamento da legislação no governo de José Martiniano de Alencar (1834-1837)**. In: Documentos. Revista do Arquivo Público: história e educação n 2. Fortaleza: Arquivo Público do estado do Ceará. 2006.
- ANDRADE, F. A.; DIÓGENES, Elione Maria Nogueira; LOBATO, Ana Maria Leite. Reflexões sobre o ato de pesquisar em história da educação. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 7, n. 3, p. 176-191, 2013. Disponível em <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/839>. Acesso em: 17/05/2024.
- ANDRADE, F. A. A prática da leitura, o exemplo e a educação moral na escola primária. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 43, n. 1, p. 18-34, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5216/ia.v43i1.50280>. Acesso em :17/05/2024.
- ANJOS, Tiane Melo Dos. **A Escola Normal e a Feminização do Magistério Primário na Bahia entre 1842 e 1889**. 173 f. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade)- Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2018.
- ARAÚJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues. **A Tradicional Escola Normal Cearense Chega ao Bairro de Fátima: Formação das Primeiras Professoras Primárias (1958 – 1960)**. 08/12/2014 307 f. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Federal do Ceará, Fortaleza Biblioteca Depositária - Humanidades/Universidade Federal do Ceará.
- ASSIS, Patrícia Marciano de. **Administrando a (in)segurança: experiências de conflito e negociação da chefatura de polícia na sociedade oitocentista cearense**. 2021 246 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/44504/1/TESE%20Patr%C3%ADcia%20Mar>

ciano%20de%20Assis.pdf. Acesso em: 17/05/2024.

AQUINO, Adriana Duarte Borges. Um legado imperial: Terra, Igreja, Poder e Cidadania. **Mediação**, Pires do Rio - GO, v. 10, n. 1, p. 197-209, jan.- dez. 2015.

AZEVEDO, Aluizio. **Casa de pensão**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1989.

A EXPOSIÇÃO UNIVERSAL de Londres de 1851 e o Palácio de Cristal. Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro, Notícia, 2020, p.1. Disponível em <https://antigo.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/05/exposicao-universal-londres-1851-palacio-cristal>. Acesso em: 24/04/2024.

BARCELLOS, José de. **Ensino Simultâneo da Leitura e da Escripita**. Fortaleza, Tyo do Libertador, Setor de Obras Raras, Biblioteca Estadual do Ceará, 1883.

BARRA, Valdeniza Maria Lopes. A lousa de uso escolar: traços da história de uma tecnologia da escola moderna. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 49, p. 121-137, jul./set. 2013.

BARROSO, Gustavo. 2. vol. de “Memórias”. **Liceu do Ceará**. Rio de Janeiro: Ed. Getúlio Costa, 1940.

BARROSO, Liberato José. **A Instrução Pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Garnier, 1867. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227376>. Acesso em: 17/05/2024.

BARRETO, Lima. **Os Bruzundangas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956. Disponível em: https://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/bruzundangas.pdf. Acesso em: 17/05/2024.

BENJAMIM, Walter. **Obras Escolhidas: Magia, Técnica, Arte e Política**. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 222 a 234.

BRÍGIDO, João. **Ceará (Homens e Fatos)**. Fortaleza: Edição Demócrito Rocha, 2001.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. M: AMADO, J. (org). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 167-182.

BORZACCHIELLO DA SILVA. O Algodão na Organização do espaço. In. SOUSA, Simone. **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994, p.81-92.

BORGES, Angélica. **A urdidura no magistério primário na Corte Imperial: um professor na trama de relações e agências**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2021.

BURKE, Peter. A Nova História, Seu Passado e Seu Futuro. In: BURKER, Peter (org.). Trad. de Magda Lopes. **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP. 1992.

CALDEIRA, Jorge. **História da Riqueza no Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

CALKINS, Norman Allison. **Primeiras Lições de coisa**. Manuel de ensino elementar para o uso dos pais e professor. Trad. Barbosa, Rui. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227357>. Acesso em: 17/05/2024

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

CAMINHA, Adolfo. **A Normalista**. 7. ed. São Paulo: Ática, 1982.

CAMPOS, Raquel Discini. No rastro de velhos jornais: consideração sobre a utilização da imprensa na Pedagogia como fonte para a escrita da História da Educação. **Revista Brasileira da História da Educação**, Campinas/São Paulo, v. 12, n. 1 (28), p 45-70, jan/abr, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CASTELO, Plácido Aderaldo. **A História do Ceará**: História do ensino no Ceará. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1970.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. A Universidade Federal do Ceará como Instituição Centenária: protagonistas e filosofias presentes nos discursos e ações em prol da sua Criação. *In*: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia; BEZERRA, José Arimatea Barros; ARAÚJO, José Edvar Costa. **História da Educação**: instituições, protagonistas e práticas. Fortaleza: LCR, 2005, p. 277-296.

CEARÁ, Assembleia Legislativa. **Memorial Deputado Pontes Neto**: Os clérigos católicos na Assembleia Provincial do Ceará: 1821-1889. Coordenação, pesquisa e texto Osmar Maia Diógenes. Fortaleza: INESP, 2015.

CEARÁ, Provincial Presidente (Homem de Mello). **Relatório de 1 de julho de 1868**. Fortaleza: Typographia Brasileira. Publicado como anexo do relatório de 6 de nov. 1868. p. 298. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166#?c=0&m=40&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1257%2C-533%2C4384%2C3092>. Acesso em: 17/05/2024.

CEARÁ, Provincial Presidente (Dr. Diego Velho Cavalcanti de Albuquerque). **Relatório, ao 2º Vice- Presidente Coronel Joaquim, da Cunha Freire**. Fortaleza: Typographia Constitucional. Publicado em 24 de abril de 1869, p.1-2. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/166#?c=0&m=53&s=0&cv=53&r=0&xywh=-1475%2C-751%2C4917%2C3468>. Acesso em: 17/05/2024.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica [de] Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. **História e Psicanálise**: entre ciência e ficção; trad Guilherme João de Freitas Teixeira. 2 ed. Belo Horizonte; Autêntica Editora, 2012.

COELHO, Kaline Cibele Araújo: A educação feminina cearense pela ótica da escola Normal (1884-1930). **Ensino em Perspectiva**, Fortaleza, v.1, n. 2, p. 1-12, 2020.

CONCEIÇÃO, Gabriel, Luís da. **Experts Educação**: sistematização de saberes geométricos para a formação de professores (Rio de Janeiro, final do século XIX), 2019. 4 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Educação e Saúde, 2019.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. **Capítulo de Geografia histórica de Fortaleza**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017.

CUNHA, George Henrique de Moura. O Algodão na Economia da província do Ceará durante o século XIX: algumas considerações sobre a sua importância. *In*: **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**. Salvador: v.3, p 211-240, 2020.

CROMBERG, M. U. Tempo e história: algumas aproximações acerca do presente em Walter Benjamin e Martin Buber. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, (8), 41-59. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2318-9800.v0i8p41-59>. 2002. Acesso em: 17/05/2024.

DINIZ, Dianaídes Maria Fernandes. “**E o que é um professor, na ordem das coisas? Docência de primeiras letras no Ceará Imperial**”. 01/06/2008, 258 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza: Biblioteca Depositária: Biblioteca Central, 2008.

D’AGUIAR NUNES, A. A formação oficial de professores na Bahia imperial. **Revista Entreideias: Educação, Cultura e Sociedade**. Disponível em <https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/2905> Acesso em: 17/05/2024.

DOCUMENTOS: **Revista do arquivo Público do Ceará: história e educação**. Fortaleza: Arquivo Público do Estado do Ceará, n. 2, 2006.

DUARTE, Regina Horta. Instrução Elementar no século XIX. *In*: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.): **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2003, p. 135-149.

FARIA, Teresa Peixoto. Campos dos Goytacazes nos anos 1870-1880: a modernização brasileira e o “mundo citadino”. **Agenda Social- Revista do PPGPS/UENF**. Campos dos Goytacazes, v. 2, n.2, mai-set/ 2008, p. 40-64. Disponível em: [Campos_dos_Goytacazes_nos_anos_1870_1880.pdf \(Review\) - Adobe cloud storage](#). Acesso em: 17/05/2024.

FARIAS FILHO, Luciano Mendes. A Legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. *In* FARIAS FILHO, Luciano Mendes (org); DUARTE, Regina Horta *et al.* **Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FARIAS, Vanessa Pinto Rodrigues. **A prática pedagógica de Francisca Clotilde na educação de Aracati**. 160f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Fortaleza, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/45840/6/2019_dis_vprfarias.pdf Acesso em: 01/05/2024.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Rio de Janeiro; Globo, 1989.

FEITOSA, Adriana Madja dos Santos. **Escola Primária na Província do Ceará: organização e formação docente**. 01/08/2008, 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Estadual do Ceará - UECE, Fortaleza. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central, 2008.

FEITOSA, A. M. dos S.; BODIÃO, I. da S. Revisitando Saberes e Práticas do Currículo Humanista. **Revista Educação e Emancipação**, 2015. p. 149–164. Disponível em: <https://cajapio.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/3243/2666>. Acesso em: 04/05/2024.

FEITOSA, A. M. dos S.; OLIVEIRA, D. N. S. Professor primário no Ceará provincial: formação e profissão docente. **Vozes, Pretérito & Devir**, v. 12. n.1, 2021.

FEITOSA, A. M. dos S.; NEVES, F. P. e RIBEIRO, L. T. F. Vanguardismo e Decompassos na Organização Política-Administrativa da Instrução Primária da Segunda Metade do Século XIX. In ANDRADE, Ari de; MOURA, J. K. A. B., HOLANDA, L. S. B. e COSTA, M. M. O.. (Organizadores). **Luzes na Educação Brasileira em Tempo Sombrio**. Curitiba: CRV, 2022, p. 15 a 26.

FERTIG, A; VINCENSI, I. A escrita da história militar da Guerra do Paraguai: o exemplo de Emilio Carlos Jouedan. In: **Revista Navigator** – Dossiê 150 anos da Batalha Naval do Riachuelo: reflexões e abordagens sobre a Guerra da Tríplice Aliança – Iiv.11 n.22, 2015. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator/article/view/579>. Acesso em: 17/05/2024.

GATTI JR; Décio; SANTOS, Leonardo B. Ciência, evolução e educação em Herbert Spencer. **Estudos Avançados (ONLINE)**, v. 36, 2022, p. 305 a 320.

GIRÃO, Raimundo. **A Academia de 1894**. Fortaleza: Publicação da Academia Cearense de Letras. Coleção Antônio Sales.1975. Disponível em: https://academiacearensedeletas.org.br/revista/Colecao_Antonio_Sales/ACL_1894_Raimundo_Girao/ACL_1894_Raimundo_Girao_001_apresentacao.pdf. Acesso em: 17/05/2024.

GIRÃO, Raimundo. **Evolução histórica cearense**. Fortaleza: BNB. ETENE, 1985. Acesso em: https://www.raimundogirao.com.br/pdf/Raimundo_Girao_-_Evolucao_Historica_Cearense.pdf. Acesso em: 17/05/2024.

GIRÃO, Raimundo. **Pequena História do Ceará**. Fortaleza: Editora A. Batista Fontenele, 1953.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. **O Ceará no Senado Federal**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1992. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/533155/000135996.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17/05/2024.

GOMÉZ, Angel Pérez. O pensamento prático do professor: a formação do professor como profissional reflexivo. In: NÓVOA, A. (Org.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa, Portugal: Publicações Dom Quixote, 1997, p. 93-114.

GOODSON, Ivor F. Os professores e as histórias da sua vida. In. NÓVOA. António.Org. **Vida de Professor**. Porto: Porto Editora: 1995, p.63 a 78.

HOBSBAWM, Eric J. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. [Trad. Cid Knipel Moreira].

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric J. **Tempos Interessantes: Uma vida no século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOLANDA. Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Campanha das Letras, 1995.

HUSTON, Nancy. **A espécie fabulosa**. Um breve estudo sobre a humanidade. Porto Alegre: L&PM, 2010.

IBGE. **Cidades: Campos dos Goytacazes (RJ)**. Rio de Janeiro: **IBGE: História & Fotos**, 2014. Acesso em 2024. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/historico>. Acesso

em: 17/05/2024.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional**: forma-se para a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez, 2000.

LAGO, Laurenio. **Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal**: dados biográficos 1828-2001. 3. ed. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2001. p. 186-187. Disponível em <https://portal.stf.jus.br/ostf/ministros/verMinistro.asp?periodo=STF&id=366> Acesso em: 17/05/2024.

LAGO, Laurenio. **Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal**: dados biográficos 1828-2001. 3. ed. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2001. p. 235-238. Disponível em <https://portal.stf.jus.br/ostf/ministros/verMinistro.asp?periodo=STF&id=366> Acesso em: 17/05/2024.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1992.

LEITE, Miriam L. Moreira. **A infância do século XIX segundo memórias e livros de viagem**. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org). História social da infância no Brasil. 6ª edição. São Paulo: Cortez, 2006, p. 19-52.

LEVI, G. Os usos da biografia. In: FERREIRA, M. M: AMADO, J. (org). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.167-181.

LEVI, G. Micro-história e história global. In VENDRAME, Maíra e KARSBURG, Alexandre (org): **Micro-história, um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020, p. 18 a 34.

LIRA NETO, **Poder e a Peste**: a vida de Rodolfo Teófilo. Fortaleza: Edições Fundação Demócrito Rocha, 1999.

LÖWY, Michael. A Filosofia da História de Walter Benjamin. **Estudos avançados**. São Paulo, v. 16 n. 45, p. 199-206, 2002.

LOBO, Rodrigo. Junta de Lançamento da Décima Urbana. In: **Dicionário da Administração Pública Brasileira do Período Colonial (1500-1822)**. Rio de Janeiro: Arquivo nacional, 2011. Disponível em: Urbana. Acesso: 16 abril. 2024. Acesso em:17/05/2024.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 11 a 145.

MACHADO, Charliton José dos Santos; VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula; VASCONCELOS, José Gerardo. **O Barão e o Prisioneiro**: biografia e história de vida em debate. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

MAGALHÃES, Justino. A construção de um objeto do conhecimento histórico: Do arquivo ao texto - a investigação em história das instituições educativas. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, RS, v. 11, n. 2, p. 69-74, 2007.

MARTINS, Cláudio. **A Quinzena**: Propriedade do Club Litterario. Banco do Nordeste – Fortaleza- Ceará, 1984.

MARTINHO RODRIGUES, Rui. **A história, autores e atores**: compreensão do mundo, educação e cidadania. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

MENEZES, Djacir, Educação no Ceará (Repasse Histórico e Social). *In*: MARTINS FILHO, Antônio; GIRÃO, Raimundo. **O Ceará**. Fortaleza: Biblioteca Básica Cearense. Fundação Waldemar Alcântara – Projeto Obras Raras, 2011.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e o Império**: subsídios para a história da Educação no Brasil - 1854-1888. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1937.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e o Império (Subsídios para a história da educação no Brasil)- 1854-1888. 2.** Vol. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. (Série Brasileira, n. 87). Disponível em: <https://brasiliansa.com.br/obras/a-instrucao-e-o-imperio-2-vol>. Acesso em: 12/12/2023.

MOITA, Maria Conceição. Percursos de Formação e de Trans-formação. *In* NÓVOA, António. (Org.) **Vida de Professores. 2. ed.** Porto: Porto Editora, 1995, p. 111- 139.

MONARCHA, Carlos. **A instrução pública nas vozes dos portadores de futuros** (Brasil – séculos XIX e XX) [recurso eletrônico]. Uberlândia: EDUFU, 2019.

MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **O trono e o altar**: as vicissitudes do tradicionalismo no Ceará (1817-1978). Fortaleza: BNB, 1992.

MONTEIRO, Nivia Marques. **Joaquim Catunda e a recepção do debate evolutivo na segunda metade do século XIX**. 2014. 175f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2014.

NASCIMENTO, F.S. Síntese Histórica da Escravidão Negra. *In*: SOUSA, Simone. (Coord.). **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

NOGUEIRA, Francisco de Alcântara. **O pensamento cearense na segunda metade do século XIX**; em torno do centenário da morte de R.A da Rocha Lima. Fortaleza: Instituto Brasileiro de Filosofia (Secção do Ceará). Sociedade Cearense de Geografia e História, Casa de Juvenal Galeno, 1978.

NOSELLA, Paulo; BUFFA, Ester. **Instituições**: por que e como pesquisar. 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2013.

NÓVOA, António. Relação escola-sociedade: novas respostas para um velho problema. *In*: SERBINO, Raquel Volpato. (Org.) **Formação de professores**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 19-39.

NÓVOA, António. Formação de professores e profissão docente. *In*: NÓVOA, António. (Org.) **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997, p.15-33.

NÓVOA, António. O passado e o presente dos professores. *In*: NÓVOA, António. (Org.) **Profissão professor**. 2.ed. Porto: Porto Editora, 1995a, p.13-34.

NÓVOA, António. Os Professores e as Histórias da sua Vida. *In*. NÓVOA. António.Org. **Vida de Professor**. Porto: Porto Editora: 1995b, p. 11-30.

OLINDA, Ercília Maria Braga de. **Formação Integral do Educando no Tempo da Escola Normal**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005.

NÓVOA, António. **Tinta, Papel e Palmatória**: a escola no Ceará do século XIX. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2004.

PIMENTA, Joaquim. **Retalhos do Passado** – Tauá- Fortaleza. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos, 1945.

PETITAT, André. **Produção da escola/produção da sociedade**: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PEREIRA, Milena da Silveira. **Palco das letras: um passeio pela Rua do Ouvidor do século XIX**. Rio de Janeiro: Associação Nacional de História. XIV Encontro Regional da ANPUH- Rio – Memória e Patrimônio – Rio de Janeiro, 19 a 23 de julho de 2010. Disponível em:

http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276728080_ARQUIVO_TEXTOA_NPUHRJ2010.pdf. Acesso em: 17/05/2024.

PEREIRA, Marcel R. N. Museus escolares: trajetória história e desafios à luz da museologia social. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, vol. 51, p. 96-118, 2019, p. 99 Disponível em: <https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn/article/download/145/97/613> Acesso em: 24 de abril de 2024.

PEREIRA E SILVA, Maria Goretti Lopes. **A Escola Normal do Ceará: Luzes e Modernidade contra o Atraso na Terra da Seca (1884-1922)**. 01/03/2001, 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal do Ceará, Fortaleza: Biblioteca Depositária: Humanidades/UFC. 2001.

PÉREZ GÓMEZ A. I. **A função e formação do professor/a no ensino para a compreensão: diferentes perspectivas**. In: SACRISTÁN, J. Gimeno; GÓMEZ Pérez A. I. Compreender e transformar o ensino. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 1998, p. 353-379.

PÉREZ GÓMEZ A. I. O pensamento prático do professor: a formação do professor como profissional reflexivo. In: NÓVOA, A. (Org.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa, Portugal: Publicações Dom Quixote, 1997, p. 93-114.

PIMENTEL, João Maria Pereira d Amaral e. **A ciência da civilização: curso elementar completo de educação superior religiosa e social**. Porto. Livraria Literária, 1877.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: os que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista de Educação**. v.15, n. 45. set/dez.2010

RICOUER, Paul. **A memória e a história, o esquecimento**. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

RICOUER, Paul. **Tempo de Narrativa**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

ROSA, João Guimarães. **Grande serão: veredas** – 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

RIBEIRO, L. T. F. Dimensões Teórico-Práticas da Formação e da Profissionalização Docente no Brasil. In: VASCONCELOS José Gerardo, SANTANA *et al.* **Fontes, Métodos e Registros para a História da Educação**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

RIBEIRO, L. T. F. Ensaio sobre Literatura, Espaço e tempo a partir de James Joyce, Thomas Mann e Marcel Proust. In: ANDRADE, Francisco *et al.* **LDB 20 anos: política, história e espaços educacionais**. Fortaleza: Edições UFC, 2016.

RIBEIRO, L. T. F. **Pedagogia do Mundo do Cordel**. Literatura de Cordel. Cordelaria Flor da Serra. Nilo: Jeferson Campos, Fortaleza - Ce/dezembro, 2020.

SACRISTÁN, J. Gimeno. Consciência e acção sobre a prática como libertação profissional dos professores. In: NÓVOA, A. (org.). **Profissão professor**. Porto: Porto Editora, 1995, p. 63-92.

- SAVIANI, Dermeval. **A ideia de Sistema Nacional de Ensino e as Dificuldades para sua realização no Brasil no século XIX**. 2001, Disponível em: <http://www.fae.unicamp.br/dermeval/texto2001-1.html>. Acesso em: 01 nov. 2021.
- SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do breve século XIX brasileiro. In: SAVIANI Demerval *et al.* **O legado educacional do século XIX**. 2.ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2006. p.7-32.
- SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2007.
- SANTO AGOSTINHO. **Confissões**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das letras, 2018.
- SIMONINI, Yuri. Fortaleza, Brasil – um porto afogado na areia (1869-1940). **Revista CS**, 36, 2022, p. 113-145. Disponível em: 2011-0324-recs-36-113.pdf (scielo.org.co). Acesso em: 16/05/2024.
- SOKOLOWSKI, Robert. **Introdução à Fenomenologia**. Tradução de Alfredo de Oliveira Moraes. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- SOUSA, Eusébio. A imprensa do Ceará dos seus primeiros dias aos atuais. **Revista do Instituto do Ceara**, 1933. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1933/1933-AImprensadoCearaemseusprimeirosdias.pdf> Acesso em: 17/05/2024.
- SOUSA, Horácio. **Cyclo Aureo: História do 1º centenário da cidade de Campos 1835 – 1935**. Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2014. Disponível em <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/livros/article/view/7015/4695>. Acesso em: 17/05/2024.
- SOUSA PINTO. Instrução Primária: Regime Colonial – Regime Imperial – Regime Republicano. Fortaleza: **Revista do Instituto do Ceará**, 1939, p. 63-110. Disponível em: https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1939/1939-Instrucao_Publica_Primaria_do_Ceara.pdf Acesso em: 17/05/2024.
- SOUSA, Simone. (Coord.). **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.
- SOUZA, Jamerson Murilo Anunciação de. Edmund Burke e a gênese conservadorismo. **Revista Serviço Social & Sociedade. Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 126, maio/ago. 2016, p. 360-377. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/GqXmyVz6Ws4v9dqnfdbgXNC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16/05/2024.
- SOUZA, Rosa de Fátima. Espaço da educação e da Civilização: Origens dos grupos Escolares no Brasil. In: SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane Sores de; SOUZA, Rosa Fátima de. **O Legado educacional do século XIX**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006, p. 33 a 84.
- STAKE, Robert E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2011.
- STAKE, Robert E. **A arte da investigação com estudos de casos**. Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

STUDART, Guilherme. [Barão de Studart]. **Diccionario Bio-Bibliographico Cearense** – Volume Segundo. Fortaleza: Typo- Lithographia a vapor, 1910. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/o-instituto/>. Acesso em: 17/05/2024.

STUDART, Guilherme. [Barão de Studart]. **Datas e factos para a história do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

STUDART, Guilherme. [Barão de Studart]. **A Arte de investigação com estudo de Caso**. Tradução: Ana Maria Chaves. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

SUCUPIRA, Newton. O Ato Adicional de 1834 e a Descentralização da Educação. In: FÁVERO, Osmar. (Org): **A Educação nas Constituintes Brasileiras 1823-1988**. 3. ed. – Campinas, São Paulo: Autores Associados – (Coleção memória da educação), 2005 p. 55-67.

TEOFILO, Rodolfo. **A Fome: Violação**: Rio de Janeiro; J. Olympio: Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1979.

TEOFILO, Rodolfo. **Varíola e Vacinação no Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

TEOFILO, Rodolfo. **Scenas e Typos**. Fortaleza: FWA, 2009.

VALDEMARIM, Vera Teresa. O Método Intuitivo: os sentidos como janelas e portas que se abrem para um interpretado. In: SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane Sores de; SOUZA, Rosa Fátima de. **O Legado educacional do século XIX**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006, p. 85 a 127.

VALDEZ, Alba (pseud.). Uma grande figura da história educacional cearense (1843-1919). Fortaleza: **Revista do Instituto do Ceará**, Índice Jose Honório e Leda Boechat, Tomo LXII, [1948?]. p.166-179. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1948/1948-UmaGrandeFiguraHistoriaEducacionalCearense.pdf>. Acesso em: 17/05/2024.

VICENTE, José João Neves Barbosa. O Papel da Educação na República de Platão. 2014. **Revista de Estudos dos Pós-Graduando em Filosofia - Kínesis**, Universidade Estadual Paulista. Vol. VI, nº 11, jul. 2014, p. 215-224. Disponível em: O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA REPÚBLICA DE PLATÃO | Kínesis - Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia (unesp.br). Acesso em: 15/05/2024.

VIEIRA, S. L. FARIAS, I, M, S, de; NOGUEIRA, D, L. colaboração [et al.]. **Documentos de política educacional no Ceará: Império e República** - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/historia_da_educacao/guia_de_fontes_em_politica_educacional_do_ceara_ii.pdf. Acesso em: 17/05/2024

VIEIRA, Sofia Lerche. **História da educação do Ceará: sobre promessas, fatos e feitos**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

VILLELA, Heloisa de O. S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO. Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.): **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 95-134.

VILLELA, Heloisa de O. S. **A primeira Escola Normal do Brasil**: 01/12/1990. 286 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituição de Ensino: Universidade Federal Fluminense, Niterói-Rio de Janeiro. Biblioteca Depositária: undefined.

ZANATTA, Beatriz Aparecida. O Método Intuitivo e a Percepção Sensorial como Legado de Pestalozzi para a Geografia Escolar. **Cadernos Cedes**, Campinas, vol. 25, n. 66, p. 165-184, maio/ago.2006. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/NCMKcw5T7Ff3xc3vRRyK7Nm/?format=pdf&lang=pt>
 Acesso em: 15/05/2024.

ZANATTA, Beatriz Aparecida. O Legado de Pestalozzi, Herbart e Dewey para as Práticas Pedagógicas Escolares. **Revista Teoria e Prática da Educação**, v. 15, n. 1, p. 105-112, jan./abr. 2012. Disponível em:
<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/18569/9810>. Acesso em:15/05/2024.

FONTES

Suporte eletrônico

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil) - Coleção de Periódicos Oitocentistas da Hemeroteca Digital brasileira (<https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>)

Catálogo de Teses da CAPES (catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses)

Cartas topographicas e administrativas das províncias do Brasil de Visconde J. de Villiers de L'Ile-Adam (cart67925_4.jpg (3764×2972) (bn.br))

Desenho de José dos Reis Carvalho – 1859
<https://minio.scielo.br/documentstore/1982-0267/HfqRzSnzHTSsX4ctDNkJVnL/aa51310740ba2ca3f473a7cdcdcd830447957c61.png>

ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS

REVISTA A QUINZENA

http://www.academiacearensedeletas.org.br/revista/Periodicos/A_Quinzena/ACL_A_Quinzena_part05.pdf

http://www.academiacearensedeletas.org.br/revista/Periodicos/A_Quinzena/ACL_A_Quinzena_part06.pdf

Arquivos Físicos

ARQUIVO PÚBLICO DO CEARÁ (APC)

Fundo: Instrução Pública

BR – APEC - IP – AP - CO - RE - 1-41 – 1848-1888
 BR – APEC - IP – EN - CO - EX – CX.68 – 1881-1889
 BR – APEC - IP – EN - CO - RE –ENC.03
 BR – APEC - IP – EN - CO - RE –ENC.02
 BR – APEC - IP – EN - CO - RE –ENC.01
 BR – APEC - IP – EN - CO – EX. 3 – 1858-1879 - Cx: 20
 BR – APEC - IP – Rel – 1-17 – 1858-1885 – Cx: 20
 BR – APEC - IP – Rel – 15 – 1858-1885 – Cx: 20
 BR – APEC - IP – RG – MIP – ENC. 19

BR – APEC - IP – RG– MIP – ENC. 18
BR – APEC - IP – RG – MIP – ENC. 20
BR – APEC - IP – RG – MIP – ENC. 24

BIBLIOTECA ESTADUAL DO CEARÁ (BECE)

Setor de Obras Raras

- Relatórios dos Presidentes Provinciais

1880, 1881, 1882, 1883, 1884

- Livro Ensino Simultâneo da Leitura e da Escrita (1883)

Autor: José de Barcellos

Hemeroteca

- FOLHA DO POVO – 1931

INSTITUTO DO CEARÁ (IC)

Setor: Biblioteca

- Regulamento da Escola Normal

Tombo: 1181/87

- Leis Províncias do Ceará

Suporte eletrônico

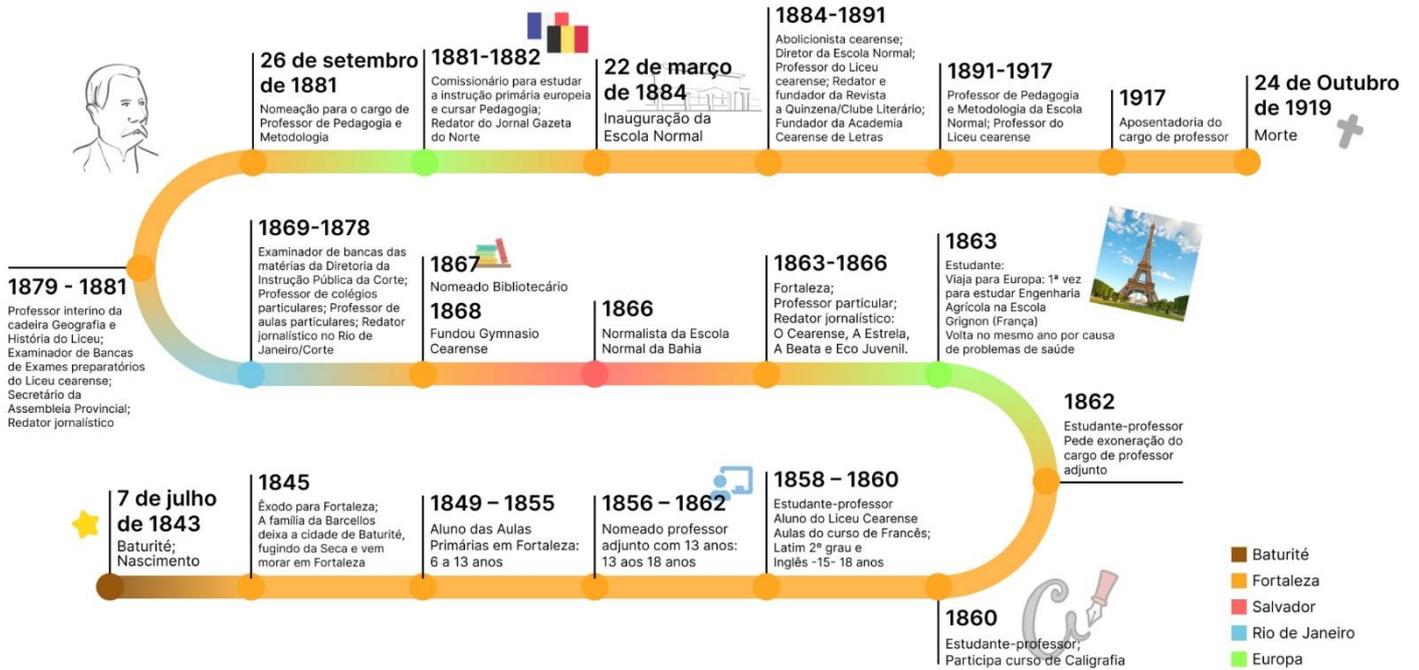
Revista dos Institutos

-Presidentes do Ceará – Segundo Reinado

Disponível em

<https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1928/1928-PresidentesdoCeara.pdf>

APÊNDICE A – LINHA DO TEMPO: TRAJETÓRIA DE VIDA DO PEDAGOGO JOSÉ DE BARCELLOS



Fonte: Elaborada por Sophia Teixeira Araújo, em colaboração com a autora.